

57

ISSN 0104-7183
ISSN 1806-9983 (on-line)

RESIDUOS
PATOGENICOS



Horizontes Antropológicos

Antropologia da biossegurança

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretora: Claudia Wasserman

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Coordenador: Arlei Sander Damo

Editor-Chefe

Ruben George Oliven

Editores

Ari Pedro Oro

Arlei Sander Damo

Fernanda Cruz Rifiotis

Apoio editorial

Cristiane Miglioranza

Conselho Editorial

Alejandro Frigerio – Universidad Católica Argentina (Argentina)

Alejandro Grimson – Universidad Nacional de San Martín (Argentina)

Carlos Alberto Steil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Christian Bromberger – Université d'Aix-Marseille (França)

Claudia Fonseca – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Claudio Lomnitz – Columbia University (Estados Unidos)

Cornelia Eckert – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Cristiana Bastos – Universidade de Lisboa (Portugal)

Daniel Miller – University College London (Reino Unido)

Enzo Pace – Università degli Studi di Padova (Itália)

Gustavo Lins Ribeiro – Universidad Autónoma Metropolitana (México)

Joan Pujadas – Universitat Rovira i Virgili (Espanha)

João Biehl – Princeton University (Estados Unidos)

João Leal – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Lília Schwarcz – Universidade de São Paulo (Brasil)

Manuela Carneiro da Cunha – University of Chicago (Estados Unidos)

Marc Abélès – École des Hautes Études en Sciences Sociales (França)

Maria Filomena Gregori – Universidade Estadual de Campinas (Brasil)

Mariza Peirano – Universidade de Brasília (Brasil)

Michael Herzfeld – Harvard University (Estados Unidos)

Miriam Pillar Grossi – Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

Néstor García Canclini – Universidad Autónoma Mexicana (México)

Otávio Velho – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Paula Montero – Universidade de São Paulo (Brasil)

Pedro Ignácio Schmitz – Instituto Anchietano de Pesquisas (Brasil)

Sergio Visacovsky – Instituto de Desarrollo Económico y Social (Argentina)

Setha Low – City University of New York (Estados Unidos)

Sherry Ortner – University of California Los Angeles (Estados Unidos)

Sonnía Romero – Universidad de la República (Uruguai)

Tim Ingold – University of Aberdeen (Reino Unido)

Linha Editorial

Horizontes Antropológicos é um periódico quadrimestral, publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seus números são temáticos, abertos à pluralidade de interpretações e de temas que possam interessar à antropologia para a compreensão dos fenômenos socioculturais. Cada edição também contempla uma seção denominada Espaço Aberto, dedicada à publicação de entrevistas e artigos de excelência, escritos por pesquisadoras/es com reconhecimento internacional entre seus pares quanto ao domínio do tema abordado e que preferencialmente tenham sido convidados pelos editores. Todos os artigos devem ser inéditos e podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês. O campo de interesse da revista compreende temas relacionados com a antropologia, arqueologia e áreas afins. Como norma geral, os artigos submetidos serão apresentados para avaliação prévia dos editores e depois submetidos a pareceristas externos.



ano 26
número 57
maio/agosto 2020

ISSN 0104-7183
ISSN 1806-9983 (on-line)

Horizontes Antropológicos

57 | Antropologia da biossegurança

número organizado por

Jean Segata

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Andrea Mastrangelo

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas /

Universidad Nacional de San Martín – Argentina

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, ano 26, n. 57, maio/ago. 2020



Expediente:

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43111, Sala 116
91509-900 – Porto Alegre – RS – Brasil
Telefone: (51) 3308-6625
E-mail: horizontes@ufrgs.br
Site: <http://www.ufrgs.br/ppgas/ha>

Capa:

Projeto gráfico e confecção: Carla Luzzatto

Ilustração: Hospital Piñero, Flores, Buenos Aires, 2018 (foto: Jean Segata).

Projeto gráfico do miolo, revisão e editoração eletrônica: Trema Assessoria Editorial

Este número é publicado com o suporte financeiro do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos da Pró-Reitoria de Pesquisa – UFRGS

Catálogo: Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades / UFRGS

Bibliotecário: Maycke Young de Lima – CRB 10/1920

Horizontes Antropológicos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. – Vol. 1, n. 1 (1995)-. – Porto Alegre : UFRGS.IFCH, 2009. – Quadrimestral. Continua: Cadernos de Antropologia. – ISSN 0104-7183 (impresso), ISSN 1806-9983 (on-line).

1. Antropologia. 2. Ciências sociais. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.*

Horizontes Antropológicos está indexada em:

1FINDR
BASE – Bielefeld Academic Search Engine
DOAJ – Directory of Open Access Journals
IBSS – International Bibliography of the Social Sciences
LAPTOC – Latin American Periodical Tables of Content
LatinRev – Red Latinoamericana de Revistas Académicas
en Ciencias Sociales y Humanidades da FLACSO
OpenEdition
Portal LivRe
Google Scholar

OJS – SEER
ProQuest Social Science Journals via IBSS
Researching Brazil
ROAD
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SCIMAGO – Web of Science
SCOPUS
SHERPA ROMEO
Social Compass via IBSS

Signatory of



Sumário | Summary

Apresentação | Introduction

- 7 As biosseguranças e suas antropologias
Biosecurities and their anthropologies
Jean Segata; Andrea Mastrangelo

Artigos | Articles

- 27 Febre a bordo: migrantes, epidemias, quarentenas
Fever aboard: migrants, epidemics, quarantines
Cristiana Bastos
- 57 Pode um porco falar? Doença, sistemas e sacrifício no Caribe
Can a pig speak? Disease, systems, and sacrifice in the Caribbean
Rodrigo Charafeddine Bulamah
- 93 Biosecurity and the ecologies of conservation. An anthropology
of collecting practices among virus hunters and birdwatchers
Biossegurança e ecologias da conservação: uma antropologia das práticas
de coleção entre caçadores de vírus e observadores de pássaros
Frédéric Keck
- 115 Quando biólogos olham para os bichos: caatinga, ecologia e zoologia
entre vida, trabalho e morte
When biologists look at the animals: caatinga, ecology and zoology
between life, work and death
Elizeu Pinheiro da Cruz

- 145 Tanatopolítica e biossegurança: dois regimes de governo da vida para a leishmaniose visceral canina no Brasil
Thanatopolitics and biosecurity: two regimes of governing life in Canine Visceral Leishmaniasis in Brazil
Bernardo Lewgoy; Andrea Mastrangelo; Luiza Beck
- 177 As vicissitudes do matar. Conflitos ontológicos em um estudo sobre leishmaniose tegumentar americana na TI Wajãpi
Reflections on killing. Ontological conflits over Cutaneous Leshimaniasis in Wajãpi Indigenous Land
Joana Cabral de Oliveira
- 207 Mobilização e predação: a guerra contra espécies invasoras sob duas perspectivas
Mobilization and predation: the war against invasive species from two perspectives
Caetano Sordi
- 239 Microbiopolítica e regulação sanitária: desacordos entre ciência e saberes locais na produção dos queijos minas artesanais
Microbiopolitics and sanitary regulation: disagreements between science and local knowledge in the production of artisanal cheese in Minas Gerais
Rosângela Pezza Cintrão; Leonardo Vilaça Dupin

Espaço Aberto | Open Space

- 275 Covid-19, biossegurança e antropologia
COVID-19, biosecurity and anthropology
Jean Segata

315 “A mudança social se desenrola conflituosamente
no terreno da linguagem”: entrevista com Monica Heller (Professora
da University of Toronto)

“Social change plays out conflictively on the terrain of language”:
interview with Monica Heller (University of Toronto professor)

Ruben George Oliven; Pedro de Moraes Garcez

As biosseguranças e suas antropologias

Biosecurities and their anthropologies

Jean Segata*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

jeansegata@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2544-0745>

Andrea Mastrangelo**

** Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas /

Universidad Nacional de San Martín – Buenos Aires, Argentina

andreaveronicamastrangelo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2844-6883>

Biossegurança é um termo elástico. Ele começou a ganhar forma nos anos 1970 em referência a um conjunto de ações e de instruções voltadas a contenção de riscos inerentes à exposição a agentes biológicos potencialmente contaminantes. De início, estavam em cena os ambientes de atuação da emergente biotecnologia. Mas, à medida que seus *produtos* ganharam terreno fora dos ambientes controlados dos laboratórios, o seu escopo se expandiu em debates éticos, protocolos, processos e equipamentos laborais que passaram a ser empregados nos contextos hospitalares, na produção industrial, no comércio e demais segmentos que envolvem a manipulação genética e microbiológica (Neves et al., 2007). No entanto, esse processo coincidiu também com um conjunto de situações que se aceleraram na virada do século XXI e colocaram em relevo preocupações com o bioterrorismo, a segurança alimentar e a saúde global (Collier; Lakoff, 2008).

A chamada Guerra Fria e outros conflitos bélicos, sobretudo no Oriente Médio, acenderam especulações sobre o iminente uso de armas químicas em situações de bioterrorismo. Ao passo disso, os emergentes processos de globalização colocaram em relevo a biossegurança como um horizonte técnico para o controle de fronteiras, sejam elas biológicas ou de Estado-nação. Sob sua rubrica, passou-se a vigiar e controlar a circulação de agentes patógenos, como vírus e bactérias, mas também a acelerada circulação de pessoas e produtos de origem animal e vegetal. Assim, o debate sobre a segurança nacional, a pesquisa em saúde e suas crises, mas também os alimentos transgênicos, os organismos geneticamente modificados (GMO – *genectic modified organism*) e organismos vivos modificados (LMO – *living modified organism*)¹ e as novas tecnologias para agricultura e pecuária, incorporaram a semântica e a atuação da biossegurança nas práticas cotidianas (Bingham; Hinchliffe, 2008; Fidler; Gostin, 2008).

O entendimento geral que orientou a organização deste número temático de *Horizontes Antropológicos* é que as políticas e práticas de biossegurança atravessam e emaranham domínios da economia, do direito, da saúde, da segurança e suas tecnologias e moralidades. Além disso, elas ecoam e intersectam os interesses de campos como o da biopolítica, das relações multiespécies ou da antropologia da ciência e da tecnologia. Resulta disso que os artigos

1 Ver <http://www.fao.org/newsroom/es/news/2004/43684/index.html> (acessado em 27/04/2020).

reunidos neste volume não fecham questões, tampouco reivindicam esforços em torno da constituição de um novo e delimitado campo para a disciplina. Eles também não definem categorias, nem afirmam para ele teorias e métodos. Trata-se, antes, de um conjunto de esforços etnográficos que nos auxiliam a problematizar políticas e práticas que tendem a ecoar uma ideia global de biossegurança como horizonte comum que molda de forma discreta as experiências particulares. Emergem assim as tensões, a pluralidade de entendimentos e as perspectivas de crítica.

No primeiro artigo, “Febre a bordo”, a antropóloga portuguesa Cristiana Bastos tematiza a intersecção entre as migrações laborais e a exposição às pestes, provocando o leitor a pensar a perturbadora sintonia entre biossegurança e necropolítica. Depois de uma longa trajetória de pesquisas sobre epidemias, com destaque ao HIV-Aids, à sífilis e suas conexões globais explicadas desde trânsitos que começam na medicina imperial, a autora explora neste artigo o relato de mais de 50 mortes infantis por sarampo numa viagem de emigrantes. A partir de uma etnografia histórica, Bastos segue os registros dos fluxos de trabalhadores portugueses, sobretudo ilhéus da Madeira e dos Açores, contratados para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar da Guiana e do Havaí, na segunda metade do século XIX, para discutir questões problemáticas sobre saúde, desigualdade, tráfico, corpo, gênero e família e o modo como as materialidades dos navios amplificam seus efeitos negativos.

Além da brutalidade do trabalho nas lavouras de cana, o fantasma dos trópicos era desenhado por meio do assombro com as pestes. Desde o início da colonização, os europeus que aportavam nas Américas e no continente africano eram atingidos pela febre amarela e pela malária, muitas vezes de forma fatal. O próprio desenvolvimento da medicina tropical responderia, sobremaneira, como um saber médico desenvolvido para a aclimação do branco às terras quentes (Löwy, 2006). Mas o que Bastos nos mostra é que o processo era ainda mais complexo, uma vez que as longas viagens, em si, já se convertiam em processos de adoecimento, marcados pela fome extrema e pelo frio congelante. A desnutrição, as diarreias e as febres, nas palavras da autora, convertiam os navios em “incubadoras de desumanização”.

No íterim das febres a bordo, sobretudo no caso de sarampo infantil discutido por Bastos, alguns paralelos com situações atuais do universo das epidemias são particularmente interessantes. Uma dessas situações tem sido mais

imediatamente vividas no contexto da Covid-19 – o isolamento. Pandemias quase sempre têm sido explicadas pelos processos passivos de espalhamento de vírus e outros agentes patógenos por meio do comércio de produtos e circulação de pessoas (e de pessoas como produto de comércio). Nesse caso, o isolamento de navios que noticiavam febres e mortes a bordo era uma prática comum antes do seu aportamento. Esse processo visava a proteção de quem estivesse fora do navio, mas não garantia a “cura” e a saúde de quem estava no seu interior, em meio à situação de contaminação. Muitas vezes, além do sofrimento intrínseco ao confinamento, muitas das pessoas que não morriam em decorrência da doença morriam de fome ou de intoxicação pelo consumo de alimentos que, devido ao tempo, pereciam. A ideia de “sacrifício de uma minoria” (dentro do navio) “pelo bem da maioria” (fora dele) era costumeiramente acionada. No contexto da atual pandemia provocada pelo Sars-Cov-2 as ideias de quarentena, isolamento social, *lockdown* têm sido amplamente vivenciadas como medida de proteção e mitigação da doença. Contudo, a “escala do navio” mudou. Implementadas em praticamente todos os países atingidos, as medidas de isolamento têm colocado em relevo a persistência da necropolítica. Trata-se do escancaramento das estruturas de desigualdade. De um lado, elas favorecem a proteção à parcela da população, especialmente das camadas médias e altas, que tem condições de se manter em isolamento, com acesso remoto ao trabalho, à escola e a inúmeros serviços por meio de aplicativos, além da ampliada segurança de acesso a leitos hospitalares garantidos por planos privados de saúde. De outro, está a parcela da população que cronicamente vive exposta a riscos e à morte, sejam eles decorrentes das históricas cargas acumuladas de vulnerabilidade, como a pobreza, o racismo e a falta de acesso a direitos fundamentais, como também pela cada vez mais crescente precarização de suas relações de trabalho.

Outra situação discutida por Bastos em seu artigo é a de como, a despeito do sofrimento devastador da experiência da perda, as mães eram costumeiramente culpabilizadas pelo adoecimento e morte das crianças com sarampo nos navios. Os inquéritos sugeriam falta de cuidado com provisões de alimento e com vestimentas adequadas para suportar as intempéries. Desigualdades de gênero importam nas situações de epidemia, e a reflexão de Bastos, nesse caminho, ecoa os caminhos seguidos pelo governo brasileiro no cuidado com a zika. Como têm sido amplamente tematizado por Diniz (2016a, 2016b, 2017),

as políticas de controle pesam contra a vida de mulheres, especialmente negras e pobres. Um episódio emblemático, protagonizado pelo então ministro da Saúde, Marcelo Castro, exemplifica (mas não esgota) essa questão. Em um pronunciamento, em 2016, ele disse que para se evitar a microcefalia – uma das manifestações da síndrome congênita do zika vírus – as mulheres não deveriam engravidar, e, se quisessem engravidar, deveriam, antes, contrair a zika para ficarem imunizadas e não serem atingidas pelo vírus durante a gestação. Pior que isso, ele ainda afirmou que só há microcefalia quando há bebê na barriga e, para evitar esta situação, as mulheres não deveriam andar com as pernas de fora.² A polêmica declaração ecoava o patriarcalismo e o colonialismo de uma ampla e enraizada cultura do estupro e, quando criticado por esse tópico, o ministro ironizou a situação dizendo que fazia menção, na verdade, ao fato de que “com as pernas de fora o mosquito pica”. O fato é que, como mostra Diniz (2016a, 2016b, 2017) em seus trabalhos, as mulheres, mães de crianças que desenvolveram a microcefalia, são pobres e negras na sua maioria, e, ao invés de culpadas pela doença, são elas também vítimas da falta de estruturas e de políticas de cuidado básico especializado, como também de suporte social, já que necessitam abandonar suas atividades profissionais para se converterem em cuidadoras de seus filhos em tempo integral. A culpabilização dos indivíduos ou de grupos imediatamente próximos a situações de doença e morte é, como sugere Bastos, o lugar comum que oblitera as responsabilidades do Estado para a garantia de direitos, incluindo a promoção à saúde coletiva.

Contudo, o debate antropológico sobre a biossegurança emerge também da intersecção com os campos da ciência e da tecnologia e das relações humano-animal. O efeito imediato desse diálogo é o reposicionamento dos humanos na etnografia e o alargamento da noção de biopolítica. Por conseguinte, o próprio imaginário da biossegurança como trincheira que isola suas relações com outras espécies passa a ser tensionado. Não se trata, assim, de uma biopolítica pensada apenas em termos do controle e da produção da vida e dos corpos humanos, mas da interferência do Estado e de outros mecanismos reguladores das espécies animais, das plantas e dos microrganismos. Por diferentes vias, é o que nos mostram os demais trabalhos que compõem este número temático.

2 Ver, por exemplo, Ministro... (2016).

O artigo de Rodrigo Charafeddine Bulamah, “Pode um porco falar?”, por exemplo, combina etnografia e análise historiográfica para acompanhar a trajetória da introdução de porcos brancos no Haiti, após a peste suína africana – PSA. A PSA é uma doença que ameaçou criações em todos os continentes e foi o que justificou a erradicação da população local de porcos na ilha. A PSA mobilizou uma série de políticas e arranjos científicos que visaram contê-la, incluindo radicais mudanças na paisagem humano-animal. Mais do que isso, ela transformou o *sistema* – categoria que o autor traz do seu campo, como sendo uma operadora de um indício de diferença e de mudança de funcionamento com uma história específica. Nas suas palavras, a introdução dos “príncipes de quatro patas”, como eram chamados localmente os porcos brancos introduzidos após o massacre daqueles locais, exigiu “técnicas, práticas e representações que constituem um conjunto de interações historicamente construídas”. Na chave da antropologia da domesticação de Jean-Pierre Digard, os porcos brancos, para Bulamah, operaram com a população humana local um “sistema domesticatório”, já que ambos se tornaram coconstrutores de representações, modos de ação, além da própria organização social.

A discussão que Bulamah traz, assim, nos auxilia a pensar no modo como políticas internacionais de biossegurança atuam localmente. Mas, também, nos permite perceber que elas não operam na simples chave da dominação ou imposição. Há resistência, e uma agenda local de significações e práticas passa a ser construída *com* os novos porcos, suas exigências materiais – alimentação, espaços, entre outros – e os protocolos sanitários anexados a eles. Por outro lado, é evidente que a introdução dos “príncipes de quatro patas” não responde apenas a uma preocupação sanitária internacional, mas a um projeto desenvolvimentista. Situação similar tem sido trabalhada por inúmeras etnografias dos artefatos tecnológicos. Nós temos em mente, por exemplo, o que Madeleine Akrich escreve sobre os kits de iluminação fotovoltaica na Costa do Marfim. Para Akrich (2014), uma descrição sociológica dos artefatos não deve levar em conta apenas a sua concepção ou projeto, mas o modo como assume formas nas práticas e relações, coproduzindo modos de ação e pensamento. O exemplo do kit da indústria francesa de fotocélulas é emblemático. A sua instalação era parte da promessa de melhoria estrutural para inúmeras comunidades sem luz. Contudo, as decisões começaram a ser pautadas a partir da perspectiva de investidores que decidiam quais regiões eram mais vantajosas

em termos de desenvolvimento industrial e mercantil. Depois, os kits em si exigiam suprimentos e mão de obra francesa, já que os componentes e conhecimentos empregados na sua composição não coincidiam com as competências locais. Além disso, a distribuição dos aparelhos estava vinculada a indivíduos e suas propriedades, o que exigiu a reconfiguração das políticas locais de uso comum da terra e da própria noção de pessoa e coletividade. Em outros termos, não era apenas um artefato, mas um projeto desenvolvimentista europeu, com práticas, políticas e sentidos de mundo que era instalado na Costa do Marfim. Nas palavras de Akrich (2014, p. 161), “longe de representar mais que um apêndice sobre um dispositivo político preexistente, os objetos técnicos possuem um conteúdo político no sentido de que eles constituem os elementos ativos de organização das relações dos homens entre eles e com seu ambiente”. Para resumir, no seu trabalho, Bulamah nos mostra como o porco é, também, *objeto sociotécnico*, que catalisa discursos, instituições e participa ativamente da definição de relações e representações.

Na sequência deste número temos o trabalho “Biosecurity and the ecologies of conservation”, do antropólogo francês Frédéric Keck. O texto aborda um tema emergente no campo de discussões da biossegurança, que é o das *sentinelas*, a partir de uma etnografia das práticas de coleção entre *caçadores de vírus* e *observadores de pássaros*. Nas palavras de Keck, no artigo deste número, “o conceito de sentinela define aqui um território onde os sinais de futuras pandemias são capturados em animais para que o alarme seja disparado para os seres humanos” (tradução nossa). Exemplo disso são as recentes preocupações com macacos doentes com febre amarela, a observação de mudanças de comportamento em aves, mas também problemas com abelhas, plantas e criaturas marinhas, que passam a fornecer evidências que são convertidas em sinais de alerta sobre possíveis emergências de saúde, desastres ambientais ou mudanças climáticas (Segata, 2019).

No texto deste volume, particularmente, Keck se pergunta se os seres vivos são sentinelas uns dos outros tendo em mente três formas de atuação. Uma sentinela pode ser aquele animal que dá sinais como o caso do *canário da mina de carvão*, comumente empregado no século XIX. A presença de gases letais muitas vezes é imperceptível para os humanos, como é o caso do acúmulo de monóxido de carbono que resultava das explosões subterrâneas. Sensível ao aumento dos seus níveis, o canário morria, alertando que era preciso que os

humanos saíssem em retirada. Mas a sentinela pode ser também um animal não vacinado em uma fazenda, como um porco, uma galinha ou uma vaca, que alerta o fazendeiro para a entrada de um vírus, adoecendo ou morrendo. Finalmente, células do nosso próprio organismo que alertam o sistema imune para que ele encontre respostas adequadas à presença de um desconhecido também são descritas como uma espécie de sentinelas. O autor critica o modo romantizado de se tratar os experts versados em virologia e imunologia que operam com sentinelas como se fossem xamãs de pandemias superestimando a ideia de preparação e resposta. Em vez disso, ele traça um paralelo entre os microbiólogos, os observadores de pássaros, mas também os antropólogos que trabalham em museus, para mostrar como “os seus raciocínios e práticas cinegéticas são comuns quando constroem reservas a conservação do passado e da imaginação do futuro” (tradução nossa).

Keck é uma figura central para pensar a constituição de uma antropologia da biossegurança. A sua trajetória nesse campo remonta ao grupo que reuniu Stephen Collier, Andrew Lakoff, Stephen Hinchliffe, Carlo Caduff, entre outros no *Laboratório de Estudos do Contemporâneo*, liderado por Paul Rabinow, em Berkeley. Como tratado anteriormente, um parte importante da agenda antropológica desse campo se desenhou lá. Foi nesse ínterim que Keck produziu um estudo sobre a gripe aviária em Hong Kong entre 2007 e 2009. Daquele trabalho resultou o livro *Un monde grippé* (Keck, 2010) – uma referência essencial para quem se interessa por antropologia das relações humano-animal, mas também sobre antropologia da ciência e, é claro, das práticas de biossegurança desde um ponto de vista etnográfico. Nele, o tema das *sentinelas* já apareceu de forma central. Ante o extermínio de milhões de aves na China, consideradas reservatório da Sars, controvérsias e polêmicas entre opinião pública, as autoridades sanitárias, os cientistas e ativistas da proteção animal ligados, sobretudo, ao budismo, emergiram e passaram a exigir alternativas para o controle sanitário. Além disso, o tratamento de certas espécies como reservatório de doença era, e ainda é, uma porta aberta para a estigmatização, especialmente em casos onde populações humanas, de porcos, galinhas e outros animais têm uma convivência bastante próxima. Razão pela qual, segunda a crítica de Frédéric Keck, “o povo asiático” seja frequentemente tratado “como reservatório de vírus”.

O debate sobre os animais como sentinelas ofereceu, assim, um reposicionamento das relações de saúde/doença entre espécies, em uma esfera mais

ampla do que aquela dos laboratórios e da pesquisa microbiológica. Mais recentemente, o autor também tem mostrado como esse processo passou a empregar um diálogo entre a ciência de laboratório e formas tradicionais de conhecimento. Como ele mostra em *Avian reservoirs*, seu mais recente livro, há hiatos e desencontros entre a codificação, a temporalidade e outras variantes dos sinais emitidos pelos animais que estão em ambientes controlados de laboratório e aqueles que estão “na vida selvagem”. Para mitigar esses “problemas de comunicação”, observadores de pássaros passam a partilhar as suas experiências com os experts da biossegurança. Aficionados pelas aves, esses observadores percebem, numa escala mais alargada de tempo como anos e décadas, mudanças sutis de comportamento desses animais que a pressa dos orçamentos e das respostas da pesquisa laboratorial para a biossegurança não permitem conhecer (Keck, 2020). Em outros termos, *conhecimento sensível e experimental* na ciência da preparação e resposta.

Mas, como mostra o artigo “Quando os biólogos olham para os bichos”, de Elizeu Pinheiro da Cruz, também neste volume, as práticas de coleção não constituem somente inventários da vida convertidos em ferramentas da ciência, da educação, da fruição e da biossegurança. Elas *fazem* pesquisadores e situam suas biografias em espaços performados pela imaginação da ecologia moderna.³ Para tratar disto, o autor nos descreve as rotinas dos laboratórios de ciências biológicas e o modo como a biodiversidade da caatinga é permeada por relações tensas de vida e morte de animais. No seu argumento, essas relações vinculam animais a seus biólogos e suas carreiras conjuntas, desenhadas pelos limites do bioma. A ambiguidade exposta pelo autor é a de que *a morte é convertida em inventário da vida* na composição de *coleções de referência*. Ela é parte da mediação que conecta a caatinga com quem “está fora dela”, sendo justificada como indicador de medidas de biossegurança e proteção daquele

3 A etnografia de Eduardo Neves Rocha de Brito, intitulada *A caatinga dos biólogos e a política das plantas: controvérsias na transposição do Rio São Francisco*, é particularmente esclarecedora sobre esse ponto. Em seu trabalho de campo, ele acompanhou a atuação de biólogos no projeto de transposição do rio São Francisco, mostrando como um imaginário de fronteiras do bioma era materializado em práticas e materialidades, como a de operar a limpeza dos pneus das máquinas para que não carregassem passivamente raízes. O objetivo era impedir que a caatinga fosse “contaminada” com plantas de outros ambientes (Brito, 2017).

ambiente. Em jogo, está a ideia de que representação (por meio da morte) preserva “o original” (vivo). Nas palavras do autor,

animais não humanos são bons para trabalhar juntos como parceiros de descrições da biodiversidade pois colaboram com a elaboração da caatinga em indicadores de *diversidade* e *ocorrência* nas disciplinas científicas ecologia e zoologia. Traduzidos em laboratórios e museus, animais e biólogos circulam como *diferenças* em comunidades de prática (textuais e outras), informando a composição dos territórios que pesquisam e se firmando como testemunhas de um mundo sempre ameaçado pelos humanos.

A consideração de animais como parceiros é particularmente interessante para a antropologia em muitas direções. O trabalho de Frédéric Keck, por exemplo, já apontava para esse registro. A despeito do termo *sentinela* ainda ecoar a linguagem militar empregada nos contextos de atuação da biossegurança, ele opera uma mudança de sentido do animal. Em jogo, o deslocamento dele da posição de alvo a ser erradicado em virtude de ser um vetor ou um reservatório de agentes patógenos (como no conhecido caso dos mosquitos ou dos porcos *crioulos* descritos por Bulamah neste volume) para convertê-lo em uma espécie de parceiro vigilante nas políticas de saúde.

Crises sanitárias tensionam o debate político, moral e epistemológico que envolve animais, humanos, saúde e suas infraestruturas e ambientes. E esse é o caso do que aparece no artigo de Bernardo Lewgoy, Andrea Mastrangelo e Luiza Beck, “Tanatopolítica e biossegurança”, e também naquele de Joana Cabral de Oliveira, “As vicissitudes do matar”, que compõem este volume de *Horizontes Antropológicos*. Ambos tratam da *leishmaniose* – o primeiro, da *visceral*, o segundo, da *tegumentar*, e as críticas levantadas nestes trabalhos abrem pistas para pensar um processo multiespécie que questione a forma tradicional de descrever doenças vetoriais e antropozoonoses como contaminação de via de mão única de animais para humanos. Ou seja, saúde/doença como um lugar de mediação, de política e de biografia partilhada entre animais, humanos e ambientes.

No artigo de Lewgoy, Mastrangelo e Beck dois regimes de gestão da vida e da morte são postos em relevo a partir dos recentes sustos de *leishmaniose visceral* em Porto Alegre. Cães são tradicionalmente considerados os reservatórios do protozoário que provoca a doença, e as políticas vigentes sugerem

a eutanásia desses animais como forma de controle sanitário. Acontece que essa prática tem sido cada vez mais questionada e condenada por inúmeros setores da sociedade – a destacar, os grupos de proteção animal e criadores – a partir da emergência de novas moralidades e direitos, especialmente em meios urbanos. Diferentemente de algumas outras espécies animais, como o caso de mosquitos e, em alguma medida, os ratos, que são frequentemente exterminados como meio de operar o controle sanitário, a morte de cães enseja protestos, dada a frequente extensão da humanidade sobre eles. Como escrevem os autores, “a eutanásia de cães pelo poder público é atravessada por tensões e dilemas entre a imposição higienista de uma ordem espacial-sanitária urbana e a crescente antropomorfização dos animais de companhia, os quais têm inspirado as modernas políticas de proteção de animais”.

Em questionamento a essa política de biossegurança de ordem tanatológica, criadores e protecionistas passaram a judicializar os casos de tentativa de eutanásia profilática de cães, argumentando que alternativas para o tratamento da doença já têm sido desenvolvidas. É o caso de fármacos, como o Milteforan®. Os autores mostram, a partir de um amplo apanhado de casos brasileiros, como decisões judiciais foram favoráveis à suspensão do extermínio de animais, considerando o fármaco como alternativa de cuidado e estendo aos cães argumentos de defesa do direito à vida. Em cena, “a premissa de que os direitos individuais – sejam de cães, sejam de veterinários e tutores – não podem sobrepor-se à proteção de saúde pública”. Por outro lado, como mostram os autores, autoridades de saúde do setor público questionam essas decisões, considerando que a manutenção da vida de animais doentes é uma prática que oneraria ainda mais os cofres da saúde, já que esses novos medicamentos são considerados de alto custo.

Resulta disso que novos arranjos políticos ganham formato. Como mostram Lewgoy, Mastrangelo e Beck, inúmeros eventos como palestras, cursos e seminários sobre os benefícios do tratamento medicamentoso da leishmaniose têm se espalhado por toda a parte e se tornado cada vez mais frequentes. Na maioria dos casos, eles são patrocinados pela indústria farmacêutica e endossados por autoridades políticas que defendem a agenda protecionista animal. Assim, além da *capitalização* das novas moralidades da defesa animal o questionamento da tanatopolítica introduziu novos agentes e colocou em relevo outras estruturas de desigualdade, como é o caso da distinção entre *pets* e *párias*. No

primeiro caso, cães, quase sempre de raça valorizada, que ocupam lugar estável nas relações domésticas; no segundo, cães de rua, em geral, sem raça e nem “dono”. Nesse caso, como sugerem os autores,

o tratamento privado do animal cria duas lógicas oficiais de governo da vida para os cães diagnosticados com leishmaniose visceral. A primeira lógica é a continuidade da tanatopolítica das eutanásias aplicáveis a cães de rua, errantes, comunitários e pertencentes aos tutores pobres; a segunda, o tratamento com fármacos e serviços veterinários, acessível apenas para as pessoas que podem bancar os altos custos do tratamento.

Já o caso descrito por Joana Cabral de Oliveira, sobre a leishmaniose tegumentar na Terra Indígena Wajãpi (AP), aponta para outras formas de relação, igualmente instigantes para a antropologia, pois intersecta os interesses da antropologia da biossegurança com a etnologia indígena. Conforme descreve a autora, para estudar os determinantes socioambientais da doença que grassava na Terra Indígena, uma das ações dos epidemiologistas era a de capturar morcegos para analisar a presença de vírus em seu sangue. Outra era o emprego de armadilhas para a captura de *flebotomíneos* – conhecidos como “mosquito-palha”, um dos principais transmissores da leishmaniose. Ao observarem essas práticas, algumas famílias wajãpi questionavam o porquê de não se matarem todos os morcegos em vez de soltá-los ou manter as armadilhas de capturas de mosquitos continuamente. Os cientistas então explicavam que o extermínio do morcego acarretaria desequilíbrio ambiental e que algumas armadilhas de estudo de mosquitos também não resolveriam o problema. Contudo, morcegos e mosquitos se alimentam com sangue e as narrativas wajãpi mostravam que isso os colocava em um outro registro – aqueles dos inimigos canibais, que precisavam ser exterminados (*owapisipa*). Assim, ainda que os cientistas propusessem uma ética moderadora, considerando que a morte de animais não resolveria o problema da leishmaniose, para os Wajãpi o problema posto não era a doença, mas as práticas daqueles animais e o tipo de relação que eles protagonizavam. Nas palavras da autora,

o que os Wajãpi pareciam desejar fazer com os seres hematófagos (ou seja, os morcegos e os flebótomos) era replicar a ação de extermínio tal qual

empreendida em tempos anteriores com alguns inimigos. Enquanto uma versão transformada dos inimigos canibais, os hematófagos exigem e são passíveis de uma ação de mesma ordem: *owapisipa*.

A matabilidade de alguns seres, as relações com diferentes níveis de alteridade e as perspectivas das relações interespecíficas são trazidas pela autora para mostrar como eventos de acordo e desacordo entre alguns Wajãpi e a equipe de cientistas operavam não apenas diferentes entendimentos sobre a relação saúde/doença e suas mecânicas reconhecíveis, mas um encontro de ontologias.

A formulação de arranjos de espécies amigas e inimigas evocam comparações e simetrizações que nos ajudam a complexificar o debate sobre como a biossegurança, pensada a partir de um cenário de mundo, ergue suas fronteiras. É o caso também da temática das espécies invasoras, trazido por Caetano Sordi neste número de *Horizontes Antropológicos* no artigo “Mobilização e predação”. A partir de uma longa experiência etnográfica com o manejo de javalis asselvajados no pampa brasileiro, o autor tensiona a relação entre espécies tal como formulada a partir da linguagem da guerra. Em particular, ele questiona o imaginário das invasões biológicas a partir de um exercício de simetrização entre duas perspectivas distintas: a *mobilização*, que ecoa “a aplicação de um pensamento estatal, territorial e exclusional, para se conceber o conflito com outras espécies” e a *predação*, caracterizada pela “incorporação do inimigo e sua potência como forma de garantir a vitalidade do grupo”.

A *mobilização*, como argumenta Sordi, faz referência às noções de guerra que derivam de um imaginário ambiental moderno bastante específico, que ele classifica com sendo vestfaliano e clausewitziano. O primeiro acentua a preeminência da soberania nacional e do respeito pelas fronteiras territoriais; o segundo destaca a importância da resposta violenta às ameaças externas, “a partir de um esforço de mobilização entre população e aparelho estatal”. Esse tipo de enquadramento pode ser notado em exemplos trazidos por Sordi, como aqueles das audiências públicas em torno do manejo do javali que o inscrevem como uma genuína “máquina de guerra” em pleno ataque a indefesos agricultores. Segundo autor, essa é razão pela qual se demandaria a liberação de armas de calibre mais grosso para o abate do animal. Uma resposta violenta que não apenas reforça a sua tese de mobilização, mas que também pode operar como uma “caixa de ressonância” de outros conflitos colocados em relevo

na sociedade brasileira, relacionados, sobremaneira, ao “advento de uma nova hegemonia conservadora no país, simbolicamente sustentada sobre o ‘direito de autodefesa’ e o ruralismo”.

A *predação*, por outro lado, apela ao paradigma inclusional amplamente característico do pensamento ameríndio que acentua a incorporação do inimigo e da sua potência como forma de garantia da vitalidade do grupo. Seguindo esse caminho, o autor traz importantes evidências etnográficas de como o javali produz uma espécie de solidariedade entre agricultores e pecuaristas para quem o animal encarna a figura, odiada em ambos os lados da fronteira Brasil-Uruguai, do abigeatário – o ladrão de gado. Nesse caso, mais do que uma relação belicosa, os encontros humano-javali passam a ser tensionados pelo respeito à propriedade e à honra, “na qual a questão da vingança e da desforra moral era mais importante que qualquer conotação nacionalista ou patriótica dessa ‘guerra’”. Resultava disso que o javali não era apenas capturado e abatido, mas consumido, como uma forma de quitação de dívidas. Daí de se pensar que políticas de biossegurança também são reconfiguradas localmente num ajuste que vai da exclusão às formas de incorporação das partes.

As formas de intervenção na autonomia alimentar de certas populações é outro objeto importante das críticas do universo da biossegurança. Neste número, ele é discutido no artigo de Rosângela Pezza Cintrão e Leonardo Vilaça Dupin, intitulado “Microbiopolítica e regulação sanitária”. Os autores analisam a relação entre a produção local de queijo artesanal, em Minas Gerais, com as imposições da regulação sanitária conformada pelos parâmetros internacionais da biossegurança. O foco é o modo como essas políticas se associam a conglomerados de mercados produzindo uma imagem distorcida de que queijos produzidos na roça são atrasados e anti-higiênicos, enquanto aqueles que atendem aos moldes industriais são puros e seguros.

A biossegurança como moralizadora das relações entre humanos e seres microscópios é baseada no que a antropóloga Heather Paxson (2008) chamou de sonho hiper-higiênico dos *pasteurianos*. Nas suas palavras (Paxson, 2008, p. 16-17, tradução nossa, grifo nosso):

Se Michel Foucault argumentou que o século XIX viu o surgimento da biopolítica por meio de formas de governar a vida das pessoas, particularmente, via controle dos corpos com a punição do sexo e da reprodução, Bruno Latour, ao

analisar o trabalho de Louis Pasteur, rastreia uma história paralela, descrevendo o alojamento da vida microbiana na própria constituição do campo social. Os micróbios revelados por Pasteur passam a ser controlados pelos higienistas, funcionários do governo e os economistas, que assentaram as bases para o que eles acreditavam ser relações sociais “puras” – ou seja, relações que não seriam descarrilhadas por irrupções microbianas, que poderiam ser preditas e, portanto, racionalmente ordenadas. A biopolítica, então, é acompanhada pela microbiopolítica: a criação de categorias de agentes biológicos microscópicos, a avaliação antropocêntrica desses agentes e a elaboração de comportamentos humanos adequados vis-à-vis microrganismos envolvidos em infecções e inoculações ou na digestão. *As práticas pasteurianas configuraram os micróbios como elementos a serem eliminados para que as políticas humanas pudessem ser cultivadas.*

Como Cintrão e Dupin, Paxson (2008, 2013) também estudou a produção de queijos de leite cru. Ambos os trabalhos mostram como um ethos *pós-pasteuriano* das culturas de queijo artesanal reconhece que os micróbios são onipresentes, necessários e, de fato, saborosos. Mais que isso, o queijo artesanal é uma peça fundamental para a constituição de identidade e práticas, já que é amplamente enredado em economias de escala e ligado à agropolítica e sua conexão com o local.

A crítica que essas etnografias sobre o queijo nos trazem é a de que a medicalização dos alimentos sob a forma de segurança alimentar não altera apenas esses produtos, mas os sentidos de si e de mundo dos seus produtores. Além disso, estes trabalhos nos ajudam a perceber a atuação política de práticas alimentares artesanais, que investem tanto nas potencialidades colaborativas culturalmente situadas como na positividade dos arranjos entre humanos e vidas microscópicas. Micróbios ajudam a formar tradições culturais e paisagens agrárias (como no caso do *terroir*, por exemplo), e criam novas alianças entre fabricantes de queijos, agricultores, cientistas, comerciantes e gourmets. Por outro lado, algumas das políticas sanitárias sustentadas pelo paradigma do pasteurianismo cria cidadãos com expectativa de que o Estado assegure um abastecimento seguro de alimentos (Paxson, 2008). Esse processo é fingido pervasivamente na associação entre as agências de promoção de biossegurança e aquelas de mercado de grande escala, com a promoção de espaços supostamente assépticos e controlados, como aquele dos ambientes industriais.

Cabe também expressar que, desde o início deste ano de 2020, a pandemia de Covid-19 tem produzido impactos sem precedentes na ordem biomédica e epidemiológica, mas também social, econômica, política, cultural e histórica. O conhecimento da doença, suas formas de mitigação e controle e seus inúmeros efeitos nos corpos, nas subjetividades e nas biografias de quem têm experimentado a pandemia ainda são uma questão em aberto – e também um desafio à nossa disciplina. A elaboração deste número de *Horizontes Antropológicos* foi fortemente afetada por este cenário, dada a convergência do seu tema com a pandemia. Assim, no Espaço Aberto, as perdas, os conflitos, o sofrimento e as incertezas produzidas em meio à pandemia da Covid-19 também ajudarão a formar um solo fértil para materializar a abertura de alguns eixos de discussão sobre o tema da biossegurança na antropologia. No trabalho, intitulado “Covid-19, biossegurança e antropologia”, Jean Segata reage a pontos destacados do desenvolvimento inicial da pandemia para elaborar um estado da arte da biossegurança que situa alguns dos seus quadros mais gerais, como também seus expoentes e tendências. Não se trata de uma análise epistemológica densa ou um painel histórico amplo, mas de um breve destaque de algumas linhas de pesquisa que mais têm circulado nos debates atuais desse campo. Na sequência, a ênfase se dá no imaginário de assepsia e contenção e nas chamadas novas inteligências epidêmicas, presentes de forma robusta no seu universo atual. O intuito é apresentá-los, mas também pensar com eles a constituição de um debate antropológico sobre a pandemia, a biossegurança, seus desdobramentos e pontos de crítica na antropologia.

Ainda na seção Espaço Aberto, Ruben George Oliven e Pedro de Moraes Garcez entrevistam a antropóloga canadense Monica Heller, professora da University of Toronto e ex-presidente da Associação Norte-Americana de Antropologia. Nela, Heller nos mostra como aspectos de sua vida e formação acadêmica cruzam caminhos para torná-la uma das principais referências no campo da antropologia linguística. Para ela, o fato de crescer em Montreal – uma cidade, nas suas palavras, “multilíngue, dividida principalmente entre inglês e francês, com uma longa história de colonialismo” – ter seguido para Berkeley, depois para a França e para Toronto, “rival” de sua cidade natal, pesou nas suas escolhas de pesquisa, que incluem Estados-nação, desigualdade social, colonialismo e globalização. No encalço disso, temos a oportunidade de conhecer as orientações e interesses intelectuais que conformaram alguns dos

departamentos de antropologia, sociologia e linguística dos Estados Unidos e Canadá da segunda metade do século XX, e como eles produziram efeitos nos debates que ganharam a cena internacional nesse período.

Por fim, a foto que ilustra a capa deste número de *Horizontes Antropológicos* foi tirada por Jean Segata, em fevereiro de 2018, no Hospital Piñero, em Flores, Buenos Aires. Trata-se da porta de um espaço destinado ao armazenamento e descarte de resíduos hospitalares potencialmente contaminantes. Na época, nós fazíamos trabalho de campo juntos, acompanhando agentes do Instituto de Zoonoses Luis Pasteur em suas “caçadas ao mosquito”.⁴ O hospital passava por inúmeras reformas naquele verão, algumas das quais para atender às atualizações das normas sanitárias e de segurança predial. Trabalhadores da obra denunciavam que o pátio havia se tornado um criadouro do *Aedes aegypti* e, assim, um possível foco da dengue que já preocupava a cidade, desde o surto de 2016.

Contudo, como notávamos, não era apenas a reforma e seus entulhos que traziam desafios à contenção da doença. Alguns dos hospitais de Buenos Aires foram erguidos no fim do século XIX. O modelo de pavilhão – com jardim interno, flores, árvores, fonte de água corrente e valorização dos espaços arejados – era embebido de um imaginário de conversão da natureza em conforto e terapêutica. É que no tempo dos miasmas, “o higienismo incorporou a noção de verde como instrumento sanador da urbe” (Campari, 2018, p. 63, tradução nossa). Mas aquela arquitetura orientada para a regeneração favorece hoje a criação de mosquitos e atrapalha os modelos baseados em controle vetorial. Nos jardins e fontes, os mosquitos também encontram lugar. O tempo das pestes e do sofrimento nem sempre coincide com aquele dos sentidos, das práticas, da ciência, da burocracia e da justiça e seus artefatos. Em outros termos, as materialidades da transmissão duram mais do que os seus paradigmas. Assim, se as atuais políticas de biossegurança prometem, quase sempre, preparação e resposta para o que ainda virá, resta saber o que permanecerá delas depois que o seu futuro imaginado passar.

4 O projeto, intitulado “La antropología y las emergencias sanitarias urbanas” foi apoiado pelo Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), no contexto do Programa Salud, Ambiente y Trabajo – 211, dos Proyectos de Desarrollo Tecnológico y Social – PDTs (2017-2019).

Referências

- AKRICH, M. Como descrever os objetos técnicos?. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 161-183, 2014.
- BINGHAM, N.; HINCHLIFFE, S. Mapping the multiplicities of biosecurity. In: COLLIER, S.; LAKOFF, A. (ed.). *Biosecurity interventions: global health and security in question*. New York: Columbia University Press, 2008. p. 173-194.
- BRITO, E. N. R. de. *A caatinga dos biólogos e a política das plantas: controvérsias na transposição do Rio São Francisco*. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- CAMPARI, G. *Paisajes sensibles: subjetividades, salud y patrimonio en el espacio verde intrahospitalario*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.
- COLLIER, S.; LAKOFF, A. The problem of securing health: mapping the multiplicities of biosecurity. In: COLLIER, S.; LAKOFF, A. (ed.). *Biosecurity interventions: global health and security in question*. New York: Columbia University Press, 2008. p. 7-32.
- DINIZ, D. Zika virus and women. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 1-4, 2016a.
- DINIZ, D. *Zika: do sertão nordestino à ameaça global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b.
- DINIZ, D. *Zika in Brazil: women and children at the center of the epidemic*. Brasília: Letras Livres, 2017.
- FIDLER, D.; GOSTIN, L. *Biosecurity in the global age*. Stanford: Stanford University Press, 2008.
- KECK, F. *Un monde grippé*. Paris: Flammarion, 2010.
- KECK, F. *Avian reservoirs: virus hunters and birdwatchers in Chinese sentinel posts*. Durham: Duke University Press, 2020.
- LÖWY, I. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- MINISTRO da Saúde volta a dar declarações polêmicas sobre o *Aedes aegypti*. *Época*, 26 jan. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/filtro/noticia/2016/01/ministro-da-saude-volta-dar-declaracoes-polemicas-sobre-o-aedes-aegypti.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

NEVES, T. P. et al. O conceito de biossegurança à luz da ciência pós-normal: avanços e perspectivas para a saúde coletiva. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 158-168, 2007.

PAXSON, H. Post-Pasteurian cultures: the microbiopolitics of raw-milk cheese in the United States. *Cultural Anthropology*, Arlington, v. 23, n. 1, p. 15-47, 2008.

PAXSON, H. *The life of cheese: crafting food and value in America*. Oakland: University of California Press, 2013.

SEGATA, J. El mosquito-oráculo y otras tecnologías. *Tabula Rasa*, Bogotá, v. 32, p. 103-125, 2019.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Febre a bordo: migrantes, epidemias, quarentenas

Fever aboard: migrants, epidemics, quarantines

Cristiana Bastos*

* Universidade de Lisboa – Lisboa, Portugal
(Investigadora Principal, ERC-2015-AdG 695573)
cristiana.bastos@ics.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0001-5387-4770>

Resumo

Neste artigo faço uma retrospectiva dos estudos sobre epidemias a que me dediquei enquanto antropóloga, dando destaque a um fenómeno que interseta os interesses da antropologia da biossegurança e da história das plantações de açúcar e migrações laborais: os surtos epidémicos a bordo dos barcos de migrantes em finais do século XIX. Baseada num relato de mais de 50 mortes infantis por sarampo numa viagem de emigrantes da Madeira para o Hawaii em 1884, e constatando que existiu uma sequência de pelo menos três mortandades equivalentes no espaço de dois anos, discuto questões mais amplas de saúde, desigualdade, tráfico, corpo, género, família, não sem dar atenção à materialidade da vida dos navios que se foram reconfigurando no transporte de força do trabalho escravizada, vinculada e contratada.

Palavras-chave: epidemias; migrantes; Hawaii; Guiana.

Abstract

In this article I present an overview of my previous work on epidemics, leading to a new topic that stands at the intersection of an anthropology of biosecurity and a critical history of sugar plantation societies: the epidemics on board of late 19th century migrant ships. Starting with a report about a measles outburst on a steamer carrying migrants from Madeira to Hawaii in 1884, in which over fifty children died of the disease, and realizing that this was one of a sequence of at least three equivalent devastations in less than two years, I discuss broader questions of health, social inequalities, trade in humans, body, gender, kinship, not without a focus on the materiality of the vessels that transported the labor force, whether in enslavement, indenture, sponsored contracts or other modalities of bondage.

Keywords: epidemics; migrants; Hawaii; Guyana.

Retrospectiva: antropologia e epidemias¹

Enquanto antropóloga trabalhei com diferentes epidemias e usei vários ângulos disciplinares – da antropologia médica, sobretudo na sua vertente dedicada ao conhecimento biomédico, mas também no estudo da confluência de práticas e conhecimentos de matrizes múltiplas; da saúde pública, incluindo a vertente de políticas públicas; do estudo social da ciência e tecnologia; da história da ciência, tecnologia e medicina; da história social da medicina; da sociologia do conhecimento; e, em alguns momentos cognitivamente privilegiados, interagi com grupos especializados no estudo social das epidemias, desde as bíblicas pestes e lepra ao futurista “apocalipse zombie”, que extravassou do vocabulário do cinema e videojogos para o da saúde pública enquanto código para emergências e epidemias imprevistas.²

Foi recorrendo a essas perspetivas múltiplas que estudei doenças infecciosas epidémicas e em alguns casos endémicas, desde a AIDS à sífilis, incluindo a varíola, peste, cólera, malária, e, mais recentemente, o sarampo infantil e outras moléstias que com frequência grassaram nos barcos de emigrantes.

Este último interesse insere-se num quadro mais amplo de estudo do corpo em mobilidade, não apenas na expressão de doenças, mas também nos termos da sua utilização no trabalho forçado extremo, sobretudo na *plantation* – latifúndio, herdade, fazenda, ou, simplesmente, plantação. Desse contexto e problemas realço hoje a materialidade e experiência humana envolvida na importação de força de trabalho que se traduzia em longas viagens marítimas entre o lugar de origem e a plantação do destino. Tal como aponta Sowande' Mustakeem (2016) para os navios escravistas, já a bordo se jogavam as

-
- 1 Este artigo foi originalmente apresentado no simpósio “Mapeando controvérsias contemporâneas: ecologia, saúde, biossegurança”, Porto Alegre, UFRGS, 12/07/2018. Agradeço a Jean Segata o convite e apoio, e aos demais colegas presentes agradeço a estimulante discussão. O estudo das epidemias a bordo foi feito no âmbito do projeto “The colour of labour – the racialized lives of migrants”, que coordeno com o apoio do European Research Council (ERC-2015-Advanced Grant 695573). Agradeço ao ERC o generoso apoio; ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, minha instituição, a liberdade de investigação; aos membros da equipa, a interlocução; aos inúmeros bibliotecários e arquivistas que partilharam momentos desta jornada, com escalas no Funchal, Honolulu, Manoa, Greenwich, Kew, Londres e Lisboa, o generoso acolhimento.
 - 2 Esta dimensão da vigilância sanitária foi-me apresentada por Maximilian Mehler no encontro “Epidemic entanglements”, organizado por Meike Wolf e Kevin Hall na Goethe-Universität em Frankfurt (ver Madsen, 2014).

condições de punição, dependência e sofrimento que formatavam aqueles que iam constituir a mais desumanizada força de trabalho, a dos africanos escravizados nas plantações das Américas e Caribe. Embora em outras condições, também a viagem de emigrantes tinha na passagem marítima uma componente de experiência radical que poucas vezes é tomada em conta nos estudos das sociedades e economias de plantação. Nessas longas viagens irrompiam epidemias, estados febris, alienação, ruturas, devastação, morte, luto. Mas antes de chegar às febres a bordo e às grandes viagens em que ocorriam, apresentarei a sequência de pesquisas e os nexos epidémico-interpretativos que me levaram a pontos cada vez mais distantes, culminando no porto de Honolulu.

AIDS e contemporaneidade: conexões globais

A AIDS foi primeira epidemia que acompanhei, ainda na pós-graduação, e durante a viragem para a década de 1990 (Bastos, 1999, 2002). A pesquisa ocorreu no Brasil, nos Estados Unidos e em organizações mundiais; foi antes de estar instalada a internet como modo de comunicação, instrumento de investigação, e universo com agência própria, mas as conexões globais já existiam, e alguns de nós tentaram abordá-las, dimensionando a pesquisa para vários lugares em simultâneo, seguindo fluxos de comunicação e transformação de práticas e cognições (Bastos, 2010; Hannerz, 1996).

Foi assim que acompanhei as transformações na produção e circulação do conhecimento numa crise global de saúde através de observação em lugares não-digitais como fóruns científicos, contextos clínicos, grupos de ativismo. Ainda no registo não-digital, analisei a confluência de saberes e práticas e a erosão de algumas fronteiras – como o ativismo pressionando o laboratório, negociando estratégias clínicas e políticas públicas para acesso a conhecimento e tratamentos –, mas também a fortificação de outras fronteiras cognitivas. Destaco a prevalência, na medicina das doenças infecciosas, de uma matriz belicista, com seu vocabulário de ataque e contra-ataque, de arsenal e munições, de exército com soldados de combate e torres de defesa e vigilância.

Embora na biologia se anunciasse já a possibilidade de usar outros modelos cognitivos para pensar as infecções, como veio a acontecer no século XXI, o modelo de ataque, defesa e contra-ataque estava tão naturalizado no século XX

que enformou toda a política de AIDS. Entender as raízes e poder dessa naturalização levou-me ao ciclo de pesquisas seguinte, com o qual passei da AIDS a epidemias mais antigas.³

Medicina e império: o contexto do modelo bélico

O novo ciclo projetou-me para o passado, já que a hipótese de pesquisa para a onipresença do modelo de guerra para pensar infecções apontava para as suas raízes na medicina tropical, antepassada imediata da infectologia. A medicina tropical consolidara-se nos finais do século XIX e inícios do XX, predominantemente em cenários de conquista – tanto em impérios coloniais propriamente ditos, como os da imposição europeia na Ásia e África, como na conquista de fronteira interna enquanto projeto nacional, como acontecia no Brasil. O exercício da medicina tropical era também um exercício de conquista, expansão, dominação, ou “pacificação” por meio de guerra; a permeabilidade da clínica ao vocabulário militar foi o caminho da sua naturalização.

Nesse contexto dediquei-me ao estudo de doenças como a varíola, cólera e peste, e parcialmente também da malária, articulando-me com a literatura de história social da medicina (Packard, 1989; Rosenberg, 1988), com a de medicina e império (Arnold, 1988; Curtin, 1998; MacLeod; Lewis, 1988; Manderson, 1996), sobretudo para a Ásia do Sul (Arnold, 1993; Bala, 1991), e com a de medicina na construção de nação, sobretudo para o Brasil (e.g. Hochman, 1998; Lima, 1999). Tendo encontrado nos relatórios de saúde coloniais de Goa materiais empíricos que permitiram de imediato desenvolver e fundamentar a minha proposta analítica, resumi o problema num pequeno artigo (Bastos, 1998) e passei a outras frentes, ainda no âmbito da medicina colonial: o ensino e institucionalização da medicina europeia na Índia (Bastos, 2004, 2007a) e a instrumentalização

3 Indiretamente continuo a acompanhar a AIDS na supervisão de estudantes e colegas que abordam as dinâmicas entretanto criadas no acesso aos medicamentos antirretrovirais, a sua circulação internacional, as escolhas de microalcance e negociações intrafamiliares e intragrupos nas comunidades afetadas, com novas resistências a medicamentos, patologias múltiplas e crónica escassez de meios. Entre muitos, destaco o trabalho em curso de Rafael Agostini (ENSP-Fiocruz) sobre a assistência ao HIV no SUS do Grande Rio e de Francesca Cancelliere (ICS-ULisboa) com jovens nascidos HIV-positivos no sul de Moçambique.

dos médicos goeses para a consolidação da administração europeia em África (Bastos, 2001, 2007b). Foi no desenvolvimento desse estudo que se me pôs a questão que me levaria ao estudo das migrações entre impérios concorrentes, contexto no qual encontrei as febres a bordo que discutirei mais adiante.

A minha estadia na história social da medicina e nos estudos de medicina e império foi feliz e produtiva, mas a antropóloga que predominantemente sou sentia falta da dimensão experiencial da sociedade e cultura captada na etnografia. Em parte devido às fontes que utiliza, em parte pela própria lógica disciplinar, a história social da medicina está relativamente condicionada ao cânone memorialista de narrativas de descoberta, ao qual acrescenta o contexto político, a articulação entre as dinâmicas de desenvolvimento médico científico e as dinâmicas políticas de nação, classe, estratificação; mas incluir o contexto não chega para nos aproximarmos da dimensão experiencial dos sujeitos e da plenitude metodológica da etnografia que tanto prezamos na antropologia, pelo que se impõe trazer a perspetiva etnográfica à interpretação do arquivo (Ladwig et al., 2014; Stoler, 2010).

Materialidades, visualizações, regimes do poder/saber: da água à sífilis

Por outro lado, uma interessante dinâmica de mudança afetava a história da medicina durante o período em que a frequentei com mais assiduidade: uma aproximação aos estudos de ciência, e vice-versa. Várias associações de estudos de ciência acrescentaram um *M*, para medicina, ao seu *S&T* de ciência e tecnologia (*Science and Technology*). Também a antropologia médica abraçou algumas perspetivas do STS (*Science and Technology Studies*). Vários dos caminhos que tinha trilhado anteriormente de modo separado estavam agora a confluir, facilitando o meu regresso à antropologia como âncora dominante, e almejando à convergência multidisciplinar necessária ao estudo da experiência de saúde, sofrimento, doença, práticas e conhecimento médico – sobretudo nas epidemias.

Outras transformações ocorriam na antropologia, incluindo a curiosa virada para o pós-humano e pós-social, com a entrada em cena da agência não-humana, das antropologias simétricas de humano e não-humano, o enfoque nos objetos, incluindo instrumentos científicos, micróbios, vírus e vetores

(e.g. Segata, 2017). Tudo isso foi estimulando o campo e até divertindo os pesquisadores e público em performances e títulos que usavam a ironia e como propiciadores cognitivos da inovação (e.g. Latour, 1991). Creio todavia que a inflexão dessa virada, que deveria ser assintótica à inquestionável dimensão da experiência, do social, da dimensão coletiva, foi muitas vezes mais que assintótica, cortando-a concorrencialmente – e gerando justas questões sobre o que fazemos quando nos deparamos com mais teses e artigos de antropologia sobre objetos que sobre a experiência coletiva humana.

Apesar do meu ceticismo não deixei de me envolver com alguns objetos-objetos, ou materialidades, que me levaram a estudos de outras dimensões da experiência de saúde. Um deles foi a água termal, que me abriu os campos das condições crônicas e da produção de lazer terapêutico (Bastos, 2011c, 2011d; Quintela, 2011a, 2011b). O outro foi uma coleção de moldagens dermatológicas com visualização tridimensional de patologias cutâneas, frequentemente expressões de sintomas de sífilis no rosto, nos genitais, membros, tronco humano (Bastos, 2011b, 2017; Bastos; Delicado; Matos, 2014; Delicado; Bastos, 2014). E assim a sífilis se tornou a epidemia seguinte no meu ciclo de trabalhos.

Do ponto de vista da pesquisa social em epidemias e doenças infecciosas, o estudo da sífilis permite-nos ir mais longe que o de muitas outras patologias; é uma moléstia relativamente próxima de nós, e não de um passado remoto; mobilizou instituições e dispositivos que nos são caros enquanto teóricos do social, da micropolítica, da subjugação; presta-se a exibir a inscrição das clássicas variáveis sociais de gênero, classe, lugar; é denso ponto de passagem entre a ordem política, o sexo, a prostituição, a cidade, a família, a polícia, as prisões, os hospitais, os hospitais-prisão; foi alvo de uma especialidade clínica e científica – a sifilografia, dentro da mais ampla dermatovenereologia; foi território de disputas franco-alemãs pela supremacia acadêmica ao longo do século XIX; foi matéria central na chamada “troca colombiana” (Crosby, 1972), em que os europeus terão levado para as Américas a varíola, a gripe e o sarampo, trazendo no regresso a sífilis, ou pelo menos a variedade letal que grassou pela Europa a partir do século XVI e teve nomes vários, de mal de Nápoles a mal gálico, lues, sífilis, etc. Por estar nesses interstícios e charneiras do biológico, social, político, cultural, legal, não faltaram os trabalhos de qualidade sobre a sífilis (Brown, 2006; Carrara, 1996; Levine, 2003; Saraiva, 2009 – entre outros). Inspirada nessas perspectivas, concebi um projeto para prosseguir no estudo da sífilis

pelo ângulo dos hospitais-prisão, uma vez que, em paralelo com o que se passava na nascente psiquiatria, também na sífilis se criaram muros controlados pela polícia para separar as pessoas afetadas e o público; assim acontecia nas enfermarias-prisão de Santa Maria Egípcíaca e de Maria Madalena no hospital do Desterro, onde eram contidas, por ordem da polícia sanitária de Lisboa, as prostitutas que não passavam no exame venéreo (Bastos, 2011b). Essa pesquisa ficou adiada por ter começado entretanto um outro projeto de grande ambição, no qual se integra o estudo das epidemias a bordo.

Corpos em trânsito I: plantações e produção de categorias racializadas

A pesquisa que hoje desenvolvo com o projeto “A cor do trabalho: as vidas racializadas dos migrantes” é sobre trabalho, migrações e racializações. O conceito central é que as categorias raciais que se consolidaram nos diversos universos das economias de *plantation* – e delas foram exportados para outros mundos – foram geradas em função das hierarquias de trabalho na produção. O conceito de que foi a escravização e o trabalho escravo que produziram a categoria “negro”, como aponta Edgar Thompson já nos anos 1930 (Thompson, 1975, 2010), e reforçam Barbara e Karen Fields nos dias de hoje (Fields; Fields, 2012), é aqui ampliado de modo a abarcar mais grupos e dinâmicas de racialização, abrangendo vários contextos e mobilizando vários pesquisadores. Hoje vou abordar dois desses contextos, ambos ligados à economia de plantação de açúcar: a Guiana colonial britânica e o Hawaii, primeiro enquanto reino, depois enquanto território anexado aos Estados Unidos. Em ambos os casos vou centrar-me na migração de ilhéus portugueses contratados como força de trabalho para os canaviais e engenhos de açúcar. É no seu transporte, na longa viagem de açorianos e madeirenses para o Hawaii, que encontrei o registo de dezenas de mortes infantis por sarampo que dão título a este artigo. Antes de as descrever, umas notas sobre o contexto.

Que migrantes portugueses são estes, contratados, força de trabalho nos campos de cana do açúcar e seus engenhos, levados para lugares distantes em impérios concorrentes, em grande número, todavia apagados da narrativa historiográfica que para Portugal se centra nas questões de império no Brasil e

em África, trazendo para a discussão também a Índia e o Oriente em geral, e os descobrimentos, de modo a dar um lastro de tempo, espaço e mérito a esse império?

Sabemos hoje que a história de Portugal e portugueses no século XIX é bem mais complexa que a da narrativa de construção de um império em África ligada a anteriores aventuras imperiais; para usar o belo título do escritor português autoexilado em Nova York José Rodrigues Miguéis (2005) para a vida migrante, é como um espelho poliédrico, reflete coisas opostas em simultâneo; é a situação irónica, como aponta Newitt (2015), de Portugal se promover enquanto nação colonizadora e ao mesmo tempo ser o fornecedor da força de trabalho nas colónias de outros impérios.

Desde pelo menos 1835, na sequência da emancipação dos escravizados nas colónias britânicas, Portugal fornece mão de obra a nações e impérios concorrentes. Data desse ano a primeira viagem registada com madeirenses destinados às plantações da Guiana Britânica. Iam no veleiro inglês *Louisa Baillie* (Menezes, 1986, p. 5), em condições de recrutamento obscuras (Spranger, 2017a), não sabendo muito bem para onde iam nem conhecendo a dureza radical que os esperava em terra. Esse trânsito prolongou-se, estendeu-se a outras colónias britânicas no Caribe, e, a partir de 1878, já com outra situação contratual, expandiu para uma rota mais ambiciosa, a das plantações do Hawaii (Bastos, 2018a; Caldeira, 2010; Spranger, 2017b).

Corpos em trânsito II: eugenismo, império e biopolíticas concorrentes

Como cheguei a esses fluxos, quase invisíveis na historiografia estabelecida, predominantemente focada no império e no chamado mundo lusófono? Quando expandia o estudo da medicina colonial deparei-me com uns estudos antropológicos de um médico de Goa em serviço no sul de Angola, obcecado em descrever um grupo que designava como eurafricanos, ou luso-angolenses, que na sua opinião constituíam a prova viva de como os portugueses se adaptavam à vida nos trópicos mantendo linhagens puras, sem se misturarem com os locais – no oposto do que sustentava Gilberto Freyre (Bastos, 2003, 2005, 2019a; Correia, 1925, 1934). Esse médico, de nome de autor Germano Correia,

endossava as correntes eugenistas e racialistas dos anos 1920-1930. Dedicou grande parte da sua vida a provar a pureza racial dos lusodescendentes na Índia e a contrariar o que então era tido como estigma de miscigenação. As suas obsessões levaram-no a escrever e publicar tanto que se tornou minha fonte indireta para vários assuntos, incluindo sífilis e comércio sexual (Correia, 1938). Foi o seu intrigante estudo sobre uma população branca do sul de Angola que me levou a pesquisar mais aprofundadamente as suas circunstâncias e, no processo, dar-me conta da existência de um complexo enredo de império e migrações por mapear.

Abreviando uma história contada noutros lugares, temos que nos anos 1884-1845 um contingente de centenas de madeirenses foi transportado da sua ilha natal para o porto de Moçâmedes, hoje Namibe, no sul de Angola, a bordo do navio *Índia* – e com o nome de Maria Índia seria batizada a menina que nasceu durante a viagem, particularidade que me levou a mais conexões e cruzamentos auspiciosos (Bastos, 2008, 2009, 2011a). De Moçâmedes foram transportados em carros bóer através da serra da Chela até ao planalto da Huíla, de altitude de 2000 metros, e aí fundaram várias comunidades: Lubango, Huíla, Chibia, Humpata. Colocados numa fronteira de dificuldades, sobreviveram e os seus descendentes foram medidos pelos compassos antropométricos de Correia cerca de 40 anos depois. A sua saga foi narrada como pioneirismo colonizador, antecedendo os contingentes mais organizados de colonos portugueses que ali chegariam apenas na segunda metade do século XX – e que aos primeiros racializariam como “brancos de segunda”, ou “brancos da terra”, secundarizando-os na linguagem hierárquica que dava primazia aos recém-chegados de Portugal.

Apesar da pujança pioneirista-heroica que transparece nas fontes secundárias, o estudo crítico das fontes primárias indica que estava em causa algo mais complexo que um episódio planeado de colonização visando a consolidação de um império em África. Na minha interpretação, a colonização do planalto sul de Angola com madeirenses em 1884-1885 e anos subsequentes foi sobretudo uma manobra de reencaminhamento, para território de jurisdição nacional, de migrantes que saíam dos espaços nacionais e do império. Os ilhéus, e sobretudo os madeirenses, fugiam do país e embarcavam para contratos nas plantações de açúcar estrangeiras, de que se destacavam os já referidos Guiana Britânica e Hawaii. Apelos ao reencaminhamento desses colonos para lugares sob jurisdição portuguesa revelam a preocupação de alguns governantes

e parlamentares portugueses quanto à sangria que levava os nacionais para impérios concorrentes e os subtraía do projeto de império que se alimentava no rescaldo da independência do Brasil. Nos documentos em prol da transferência dos portugueses da Guiana para África descrevem-se com dramatismo as más condições vividas nos impérios estrangeiros.⁴ Os equivalentes para os portugueses do Hawaii são menos dramáticos, mas igualmente aventam transferências para lugares sob controle português (neste caso, Timor), alimentando o tom patriótico-imperial de finais do século XIX.⁵

Corpos em trânsito III: quase-esqueletos a bordo e febres no destino

A Guiana Britânica acolhe madeirenses desde 1835 com um cenário radical de quase morte por exaustão laboral e insalubridade nos lugares onde antes estavam africanos escravizados. Depois da abolição (1808) e emancipação (1833-1834), os donos de plantações baseadas em trabalho escravo foram compensados monetariamente pelo governo britânico e procuraram substituir a força de trabalho através de redes de recrutamento que atuavam em diversos lugares, incluindo a costa de África, na ilha de Santa Helena e nas capturas a barcos escravistas de outras nações. A Madeira contava-se entre esses lugares, pois tinha fortes conexões com as redes comerciais britânicas; estava nas rotas comerciais entre as ilhas britânicas e o Caribe, tinha várias delegações comerciais inglesas, e a influência dessas conexões chegava ao ponto de conseguir o recrutamento de centenas de madeirenses a embarcar para as plantações.

Ao longo do século XIX, muitos homens e mulheres madeirenses – e alguns das ilhas dos Açores, Canárias, Cabo Verde – seguiam para esse destino, por

4 Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 14, doc. 453, “Sobre o estado de miséria em que se acham os colonos portugueses em Demerara”, e também Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Reino, cx. 2, doc. 32, “Emigração de madeirenses e açoreanos para a Guiana Britânica (Demerara)”, 1852. Agradeço a Marta Macedo, Marcelo Moura Mello e Nicholas Miller as discussões ocorridas a esse respeito em 2018-2019.

5 Arquivo Histórico Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Consulado de Portugal em Honolulu, cx. 624, 1896-1913, f. 9/34, Carta do Consul Antonio de Souza Canavarro ao Ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Mathias de Carvalho e Vasconcellos, 14/11/1897.

vezes fugindo a condições extremas, outras vezes constrangidos, se não mesmo capturados, outras vezes explorando possibilidades de melhorar a vida. Nas plantações da Guiana, ou Demerara (uma das suas três províncias, junto com Essequibo e Berbice), mudara o regime legal que relacionava senhores e escravos, donos de terra e trabalhadores, mas quase tudo o mais se mantinha intacto: a materialidade da produção do açúcar, a brutalidade dos ritmos, o fardo do trabalho, o pesado clima equatorial, as febres, a precariedade da habitação, da saúde, da vida em geral, e não é de excluir que muitos castigos corporais tenham persistido no cenário da plantação. Os madeirenses morriam em grande número, mas continuavam a chegar, e continuavam, regressando alguns, entusiasmando outros com as histórias de sucesso, escondidas as de insucesso.

São poucas as fontes para conhecermos aprofundadamente a materialidade da experiência corporal, da saúde e doença enquanto experimentadas, narradas, analisadas, tratadas, lembradas. Muito do que sabemos, para além das monografias de Mary Noel Menezes (1986, 1992), de uma breve entrada de enciclopédia por Ana Isabel Spranger (2017a), e de uma massa de documentação britânica em estudo,⁶ reporta-se a duas ordens de documentos oficiais em que é dado espaço a comentários pessoais que não ficaram “inscritos” na memória coletiva e na narrativa histórica dominante. A primeira consiste na correspondência consular entre a Guiana Britânica e Lisboa, em que sobressaem as indicações de dificuldades encontradas pelos ilhéus portugueses à chegada à Guiana e as condições extremas do trabalho nas plantações, a mortalidade, e a centralidade dos madeirenses na sobrevivência da economia do açúcar nesse período.⁷ A segunda, mais concentrada no tempo mas densa em pormenor e comentário, consiste na correspondência de José Silvestre Ribeiro, governador da Madeira entre 1846 e 1852. Esses anos foram trágicos para a população da ilha – falta de mantimentos, efeitos de distúrbios políticos, e a subsequente

6 Destacam-se os relatórios parlamentares, “Accounts and papers of the House of Commons”, para este período, e um relatório feito a pedido do parlamento, o “Dr Bunyon’s report on the state of migrants”, de 1848. Estou em processo de análise dessa documentação, no que conto com o qualificado apoio do pesquisador convidado Marcelo Moura Mello.

7 Arquivo Histórico Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Consulado Guiana Ingleza, cx. 700, f. 74; Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 14, doc. 453, “Sobre o estado de miséria em que se acham os colonos portugueses em Demerara”, 1852.

fome que fez alguns aceitarem partir a qualquer custo, muitas vezes sem saber para onde iam, nas condições mais obscuras.⁸ José Silvestre Ribeiro escreve emocionadas missivas ao seu ministro e refere o número de 40 mil madeirenses levados para as plantações. Poderá ter exagerado, e nunca chegaremos ao número exato dos que foram, uma vez que muitos partiram clandestinamente, escapando às malhas de contagem a bordo e à chegada.

É a esses anos que remonta a terrível viagem do *Borderer*, uma das poucas que conseguimos reconstituir a partir de fontes primárias graças a um documento encontrado no arquivo do Museu Marítimo Nacional em Greenwich, Reino Unido, numa pasta referente a um outro navio britânico, o *Whampoa*, também ele destinado a Demerara (Guiana).⁹ O *Borderer* saiu do porto inglês de Bristol a 17 de maio de 1847, chegando à Madeira 11 dias depois. A 8 de junho encontramos o primeiro registo do troço Madeira-Demerara, que não está assinado e pode ter sido escrito pelo imediato, por um capelão, cirurgião, ou mesmo pelo comandante do barco. Os 250 emigrantes embarcados a bordo na Madeira são referidos como estando no mais radical estado de debilidade e fome, como “esqueletos” ambulantes, em “pele e osso”.¹⁰ Logo na primeira hora de embarque nasce uma criança a bordo; a tripulação tem de se dedicar a cuidar dos passageiros, emergência maior e prioridade sobre a própria navegação; ao terceiro dia um homem atira-se ao mar na sequência de um ataque nervoso,

8 Arquivo Regional da Madeira, Correspondência para o Ministério do Reino do Governador Civil José Silvestre Ribeiro sobre a Emigração para Demerara, liv. 644, 1846-1851. Agradeço a Ana Isabel Spranger as discussões e análises cruzadas sobre o assunto.

9 Caird Library, National Maritime Museum, Greenwich, U.K., “Madeira-Demerara, Logbook for the Ship Whampoa”. O *Whampoa* fizera a viagem em 1844-1845 e o registo de bordo refere-se sobretudo a pormenores técnicos da navegação. Em contrapartida, o registo do *Borderer*, sem referência no catálogo, mas incluído no maço, é de grande detalhe nas referências aos passageiros embarcados. Foi consultado pela primeira vez em março de 2017 e mais de dois anos passados não encontrei ainda equivalente para outras viagens. A ficha descritiva no interior do maço que contém um volume encadernado em couro: “Log of the ship WHAMPOA from Madeira to Demerara, London, Madeira and Demerara, from 29th November 1844 – 8th May 1845. Also log of the ship BORDERER from Demerara to London 12th October – 10th November 1845, including four other voyages touching Deal, Madeira, Aden, Bombay, Singapore, Hong Kong, Whampoa, Bristol ending at Liverpool. These voyages begin from Deal in January 1846 ending at Liverpool 20th November 1847. No name of keeper of this log.”

10 “Men, women, children, most of them in an apparent state of starvation, literally nothing but skin & bones” – Caird Library, National Maritime Museum, Greenwich, UK, Log of the Ship... reg. June 8th 1947.

sendo resgatado mas passando o resto da viagem em camisa de força. Mais dois passageiros morrem de debilidade. Só nos dias 13 e 14 se regista alguma estabilização, saindo-se do estado de emergência que a desesperante subnutrição dos passageiros impunha, e é retomada a normalidade da navegação e, num momento de fulgor celebrativo, passageiros e tripulantes cantam e dançam juntos. Mas a alegria dura pouco, pois logo são assolados por uma grave disenteria coletiva, que colhe mais algumas vidas de crianças e adultos. A 19 de junho dá-se um novo nascimento. Morreu-se e nasceu-se a bordo do *Borderer*, como se nascia e morria nas viagens que transportavam os trabalhadores vinculados da Índia para o Caribe descritas por Gaiutra Bahadur (2014) e por Kevin Brown (2013). A 30 de junho está registada a chegada e o pedido de um piloto do porto; as coordenadas geográficas de 6°44 N e 57°6 W indicam a localização de Fort Wellington, Demerara, entre a capital Georgetown e as plantações de New Amsterdam e Roussignol. Em breve os passageiros seriam desembarcados para estas e outras plantações, onde muitos morreriam ainda de disenterias e outras febres, outros sucumbiriam à brutalidade do trabalho e outras violências, outros ainda continuariam prosseguindo com as suas vidas na agricultura ou no comércio no qual em poucos anos se tornariam o grupo predominante.

Como argumenta Mustakeem (2016, p. 7) em *Slavery at sea*, o regime da plantação começava bem antes da chegada, e o navio escravista do século XVIII era já uma incubadora de desumanização que viria a ser levada a extremos na plantação propriamente dita. Ou, acrescente-se, já a bordo estavam em jogo os mecanismos de racialização que tomariam corpo extremo no regime da plantação. Já a bordo se desenhavam as relações violentas de subjugação e alienação da possibilidade de controle do próprio corpo, já a bordo se usava o chicote e outras violências como modo de dominação, o abuso sexual, o terror, gerenciado de modo a vilificar mas preservar, pois tratava-se de carga, valor, que precisava de chegar ao destino em condições de venda e lucro. E para o garantir existiam também técnicas de preservação da vida, de exercício obrigatório, e até de dança mandatória (Mustakeem, 2016).

Autores como Kevin Brown (2013) e, mais recentemente, Nicholas Miller (no prelo) dedicaram-se a discutir que transições se deram quando os mesmos navios que transportavam escravizados passaram a transportar a força do trabalho não escravizada que se seguiu à emancipação: os vinculados da Índia, os capturados em *blackbirding* do Pacífico Sul, os capturados e recrutados da

Madeira que agora abordamos, e também dos Açores, Cabo Verde e Canárias. Sendo pouquíssimos os registos de bordo encontrados para essas viagens, não temos suficiente acesso a esse universo e, tal como faz a autora de *Coolie woman* (Bahadur, 2014), podemos recorrer à especulação informada e controlada com base em documentos que se aproximam das circunstâncias que buscamos. É assim algo especulativa a interpretação para as anotações da viagem de 1847 do *Borderer*. Não sabemos se a comoção que nestas perpassa a respeito do estado dos migrantes é de natureza comercial ou humanitária; não sabemos se a assistência que lhes é dada pela tripulação para sair do estado de quase morte em que se encontravam assenta em princípios humanitários, ou num cálculo de gestão da força de trabalho, ou em ambos. Devemos ficar atentos ao aparecimento de mais anotações e procurar o caminho seguido por esses migrantes nas plantações para onde foram contratados. Não foram caso único: essa viagem seria repetida por muitas outras.

Dessa e de muitas outras viagens que se seguiram entre a Madeira e Demerara se vão somando os ilhéus portugueses na Guiana Britânica, perfazendo dezenas de milhar, sendo que nem todos são trabalhadores contratados nas plantações. Quando os contratos terminavam, muitos tentavam a sorte no comércio, em modo ambulante ou estabelecendo armazéns e lojas; competiam nessa frente com os africanos libertos – por vezes com atritos, como aquando dos chamados “motins portugueses” (Mello, 2019; Menezes, 1992; Moore, 1975; Rodney, 1981) – e as histórias de fortuna que contavam atraíam mais conterrâneos (Spranger, 2017a). Alguns chegaram à Guiana sem ter de enfrentar a dureza da plantação e entravam diretamente no comércio. Vários tiveram sucesso, tornaram-se um elemento indispensável do mosaico local, personagens secundárias mas onipresentes na literatura. V. S. Naipaul, descrevendo a mesa de refeições dos passageiros de primeira classe a bordo do *Francisco Bobadilla* em 1960,¹¹ e elaborando sob os cromatismos racializantes dos diferentes lugares do Caribe, refere “um homem de cor”, descendente de africanos

11 Trata-se da viagem do escritor entre a Inglaterra e a Trinidad, em 1960, a convite do primeiro-ministro e intelectual Eric Williams, também da Trinidad, para que testemunhasse as transformações pós-coloniais em curso e escrevesse sobre elas. Naipaul visitou também a Guiana Britânica em vésperas da independência, o Suriname e várias ilhas do Caribe, descrevendo a experiência no seu proverbial estilo cáustico e nem sempre do agrado dos políticos anticoloniais que o acolheram (Naipaul, 1996).

e europeus, mais velho, que teria usado impropérios antinegros próprios da linguagem hierárquica cromatizada corrente no Caribe mas surpreendente para quem, como o escritor, vivera recentemente num regime de racismo binário com poucas nuances; a mulher desse homem, espanhola, que não usava a língua da tripulação, também espanhola; Correia, um português da Guiana Britânica, e Philip, o qual “vinha da Trinidad, onde tinha um ‘pequeno negócio’, e podia ser branco ou português ou de cor ou judeu” (Naipaul, 1996, p. 6, tradução minha) – e se veio a revelar afinal português, num episódio em que o derogatório *potogee* é lançado à mesa, e a partir do qual não se toca mais no assunto (Naipaul, 1996, p. 8-9).

Os portugueses estabeleceram-se na Guiana, e no Caribe em geral, e noutras sociedades de plantação predominantemente anglófonas, como uma categoria à parte. São até hoje uma das seis “raças” da Guiana, lado a lado com brancos, negros, indianos, chineses e ameríndios, para referir as categorias locais em uso ainda hoje. Nos anos que antecederam o fim do colonialismo, com lutas intensificadas entre vários partidos, muitos portugueses da Guiana procuraram novas rotas e estabeleceram-se no Canadá.

Corpos em trânsito IV: a febre rumo ao Hawaii

O trânsito dos ilhéus portugueses para as plantações de açúcar no Hawaii nasce em outra conjuntura económica e enquadramento laboral. No Hawaii, ao contrário do mundo do Caribe, não tinha existido escravização de africanos para mão de obra nos canaviais e engenhos. A questão que levou a promover a deslocação de portugueses, de tão longe, não foi a rápida substituição dos escravizados por quem estivesse à mão das rotas Inglaterra-Caribe. O Hawaii tinha uma peculiar conjuntura, combinando o grave declínio demográfico que ao tempo afetava a população local, as políticas de reposição de contingentes populacionais equacionadas, e a vontade explícita, durante alguns períodos, de conter a imigração chinesa e japonesa, somando ao preconceito preexistente o temor de ocupação por nações da Ásia. Foi assim com apoio do governo do Hawaii e da associação de proprietários das plantações que se promoveu a vinda de migrantes portugueses das ilhas da Madeira e Açores. Entre 1878 e 1913 viajaram quase 20.000, dos quais poucos regressaram. Muitos ficaram

no Hawaii, e destes muitos partiram para a Califórnia no termo do contrato (Bastos, 2018a, 2019b; Caldeira, 2010; Spranger, 2017b).

Estando fora do circuito conhecido da historiografia de Portugal e império, essa migração de larga escala teve grande impacto demográfico, económico e cultural nas sociedades de chegada. Os portugueses nas plantações do Hawaii e da Guiana constituem um excelente caso para estudar a dinâmica de racializações, uma vez que, tendo entrado como força de trabalho, esses migrantes foram racializados como tal, diferentes de brancos (Geschwender; Carroll-Seguin; Brill, 1988), diferentes de africanos escravizados, diferentes dos asiáticos e ilhéus do Pacífico Sul no Hawaii, ou dos sul-asiáticos que formaram o maior contingente de trabalhadores vinculados na Trinidad e Guiana. Constituíram-se como portugueses, considerados nação, raça, etnicidade, nome de comida, e outras qualidades que não têm necessariamente vínculo com Portugal propriamente dito.

E é no longo trânsito para o Hawaii que viajam as famílias, muitas vezes numerosas, com adultos e crianças. Em algumas das viagens irrompe o sarampo, e com ele a luta contra a febre, a perda, a devastação da morte, os inquéritos à chegada, e – pasme-se – a culpabilização das mães. A esses episódios vou agora referir-me.

Foi na secção *Pacific-Hawaiiana* da biblioteca Hamilton, na Universidade do Hawaii em Manoa, quando em 2017 pesquisava sobre os portugueses no Hawaii, que pela primeira me deparei com a notícia de cerca de 50 mortes de crianças no navio *Bordeaux*, que trazia famílias madeirenses para as plantações de açúcar do Hawaii.¹² Munida do ano e do nome do barco, parti para a pesquisa de mais informação em jornais da época, arquivos de correspondência consular, registos sanitários. Encontrei uma referência semelhante, e para o mesmo ano, porém com diferente nome de barco. Continuando a pesquisa, encontrei uma terceira referência, ainda a epidemia de sarampo, também referindo um montante superior a 50 crianças mortas, e notícia suficientemente fora do comum para chegar aos jornais, indicando que a pedido do cônsul se prosseguiu para inquérito.

12 A notícia fazia parte de uma compilação de transcrições de recortes de jornais por um investigador, fonte indicada, entre outras, pela generosa bibliotecária e arquivista Jodie Mattos.

Essa pesquisa foi morosa e complexa, uma vez que a documentação relativa ao período da monarquia havaiana não foi universalmente centralizada no Arquivo Estadual do Hawaii em Honolulu; com efeito, a documentação dos serviços de saúde e emigração está praticamente ausente do que é para os demais sectores um acervo muito rico e bem preservado.¹³ O cruzamento de várias fontes permitiu porém reconstituir um quadro em que três dos navios transportando famílias das ilhas portuguesas – o *City of Paris*, com madeirenses e açorianos, o *Bordeaux* e o *Hankow*, com madeirenses – tiveram ocorrências de acima de 50 mortes infantis por sarampo. Esses dados convergem com o que foi compilado por Susana Caldeira (2010, p. 91) nos arquivos do Funchal e no Arquivo Histórico Diplomático, em Lisboa. Numa discreta nota de rodapé, devidamente referenciando como fontes a correspondência do cônsul português em Honolulu António Canavarro, complementada com notícias da imprensa madeirense à época, Caldeira aponta que no vapor *Hankow*, em 1883, “morreram 54 crianças, vítimas de uma epidemia de sarampo”, e no ano seguinte, em 1884, na viagem do vapor inglês *City of Paris*, o sarampo teria atacado “cerca de 400 pessoas, tendo sido fatal para dois adultos e 53 crianças”. Aponta ainda que, segundo o cônsul, “a ilha da Madeira vivia a braços com um surto de sarampo, e a descoberta de cinco casos a bordo não foi impedimento para a saída do navio do porto do Funchal”. Acrescenta que “o sarampo também foi causa de grande mortalidade a bordo do vapor francês *Bordeaux* (1884)” e que este, “apesar de apresentar boas condições de higiene e ventilação”, foi lugar de morte de “três adultos e 69 crianças, entre 1 e 2 anos de idade”; e que o cônsul observou “que as crianças não possuíam o vestuário necessário que pudesse resguardá-las do frio intenso que se fazia sentir durante a travessia oceânica”. Dessa transcrição sobressai também uma nota do cônsul alertando as autoridades “para a necessidade de providenciar mais espaço no hospital dos navios de emigrantes e de empregar mais pessoal médico e de enfermagem”. O *Bordeaux* fora já alvo de especial atenção no Funchal. O vapor teria inicialmente aceitado mais de mil passageiros, mas uma vistoria promovida pelo governo civil fizera reduzir o número para 760, de modo a cumprir a legislação vigente, pelo que foram desembarcados 440 passageiros,

13 A pesquisa de fontes incluiu tentativas vãs de aceder a coleções que pudessem ter permanecido no Queens Hospital em Honolulu, onde uma pequena biblioteca de história médica se organizou.

“sendo que dos embarcados já tinham falecido duas crianças, uma de pneumonia e outra de fraqueza” (Spranger, 2017b). Os passageiros retirados foram alojados num armazém e compensados monetariamente. Alguns deles embarcariam no *Daca*, um veleiro que saiu pouco depois mas demoraria o triplo do tempo a chegar a Honolulu. Não sabemos se algum destes morreu com sarampo, mas sabemos que no *Bordeaux* quase 70 crianças sucumbiram.

A morte infantil e as mães: revisitando uma controvérsia na antropologia

Depois de muito procurar os dados relativos aos inquéritos sobre o que se passara a bordo das viagens em que mais de 50 crianças tinham perecido, em que se avolumavam as queixas dos emigrantes sobre maus-tratos a bordo, insuficiência de alimentação, condições extremas, cheguei a uma singular e preciosa transcrição dos resultados do inquérito, incluída no relatório da comissão de imigração para os anos de 1884-1886.¹⁴ O documento confirmava que tinham ocorrido dezenas de mortes, e que a epidemia de sarampo tinha atingido quase todas as 400 crianças a bordo; que depois de analisados os dados, se concluía que a comida prevista para cada passageiro era adequada e variada. Mais se concluía que a razão pela qual tinha havido tantas mortes, tantas febres infantis, se devia à inadequação dos cuidados das mães, as quais, ditas ignorantes, não tinham levado suficiente agasalho para proteger as crianças e, por negli-

14 “Hawaii Bureau of Immigration Report 1884/86”, Hawaiian-Pacific Collection, Hamilton Library, University of Hawaii at Manoa, consultado em outubro de 2017. Para o *City of Paris* existe um conjunto de depoimentos resultante do inquérito aos passageiros em que vários declaram que tiveram suficiente comida ao longo da viagem; os documentos permitem ainda perceber que além do sarampo houve também uma epidemia de varicela, mas para esta fora aplicadas vacinas – Hawaii State Archives, FO & Ex 31 1884, Immigration jan-jun, “Evidence taken June 17th and subsequently at the Enquiry into the Causes of the Great Mortality among Children during the Voyage of the SS City of Paris”. Temos ainda as inúmeras cartas do cônsul português António de Souza Canavarro exprimindo a sua preocupação com o que se passara a bordo desses três navios com base nos depoimentos de alguns passageiros, consultáveis nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa e no Arquivo do Estado do Hawaii em Honolulu, e finalmente a compilação para apresentação parlamentar “Documentos apresentados às cortes na sessão legislativa de 1885, pelo ministro e secretário d’estado dos negócios estrangeiros, negócios consulares e comerciais, secção VI, emigração portuguesa para as ilhas havaianas”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.

gência, as teriam exposto, sem a devida proteção, aos ventos polares ao dobrar o cabo Horn.¹⁵ Por essa razão, segundo o relatório, a responsabilidade caía nas mães, na sua falta de cuidado, ignorância, inadequação, comportamento errado, e não nas questões que hoje discutimos no âmbito da biossegurança.

Esse ponto permite cruzamentos múltiplos com a etnografia e a saúde pública, e recorda uma controvérsia da antropologia médica em finais do século XX em torno de uma monografia sobre a morte infantil no nordeste brasileiro e a suposta passividade das mães (Scheper-Hughes, 1992); ou as análises da mortalidade infantil nas comunidades de migrantes nos inícios do século XX nos Estados Unidos, que levavam a comentários racializantes e a reações das comunidades (Bastos, 2018b).

Responsabilizar os mais próximos da morte e doença pela sua ocorrência por negligência, indiferença, ignorância e inadequação é um velho lugar-comum de escusa à abordagem de elementos de ordem estrutural e determinantes sociais da morbidade e mortalidade. Ontem e hoje encontramos padrões de culpabilização que não apenas apontam para escolhas individuais, mas ainda patologizam grupos escondendo-se numa linguagem emprestada às ciências sociais: onde ontem se falava de ignorância e inadequação, ou de características de “raça”, extensíveis a nações, hoje encontramos, para o mesmo efeito, alusões a padrões culturais, e neles se investem os mesmos preconceitos que outrora apareciam racializados. Apontar mães “que não choram” por presumidas razões culturais ecoa as acusações de inadequação das mães que deixavam as crianças no convés sem agasalho, como no relatório do inquérito à mortandade nas malogradas viagens dos vapores de emigrantes da Madeira. Mais perto da experiência estão as cartas de outros passageiros relatando o sofrimento duplo dos pais ao verem os filhos morrer e ao serem confrontados com o poder arbitrário dos encarregados a bordo, cujos abusos ampliavam a dificuldade de adiar ou amenizar a morte das crianças doentes.

15 “As to mortality among infants of whom there were 400 onboard, during the voyage of 68 days, measles had broken out, affecting nearly all the children. The mothers, owing to indifference or ignorance, often allowed their children to go about the decks scantily clad, therefore it could not be wondered at that diarrheas and lung troubles resulted from this exposure after measles. An adult ration was provided for each child over one year, and delicacies were served out to the sick – but neither delicacies nor medicines could avail children not taken proper care of by their mothers” (“Hawaii Bureau of Immigration Report 1884/86”, p. 220).

Corpos cativos de fome, frio e abuso de poder

Sobressai nessas travessias o facto de serem feitas em famílias, com muitas crianças. Não temos quadros semelhantes aos que Kevin Brown descreve para o transporte de indianos contratados – ou engajados, ou vinculados, como também se traduz *indentured* – quando em viagem para as plantações do Caribe, e onde irrompia frequentemente a cólera, com a brutalidade das cólicas, do vômito e da diarreia (Brown, 2013, p. 133), que tornavam os navios, de miasma ambulante que já eram, em foco aberto de infecção e morte. Tão-pouco temos os horrores descritos para o tráfico de africanos escravizados (Bolster, 1997; Christopher, 2016; Mustakeem, 2016; Rediker, 1989, 2007). Mas sofria-se, e em larga escala. Mesmo quando não havia epidemias, a viagem continha um elemento estrutural de incubadora de sofrimento. Os navios de emigrantes eram também lugares de constrangimento, contenção, abuso de poder. A função do navio foi-se transfigurando entre os momentos de navio escravista, de navio transportador de contratados-vinculados, e de transporte de emigrantes, mas manteve-se como mecanismo de produção de experiências corporais de alienação extrema e de reconfiguração do corpo.

No navio estavam contidos os fatores estruturais que, contra os esforços de mães e pais em proteger as suas crianças, acicatavam a experiência da doença e não permitiam mitigar os seus efeitos. Na documentação que reporta a experiência da vida a bordo em geral é recorrente a queixa sobre a má qualidade e inadequação da alimentação, a que nesses casos se somavam os abusos, por parte da tripulação, na distribuição dos víveres previstos. São múltiplas as queixas de fome, de degradação e insuficiência de alimentos, e dos subornos que circulavam para acesso aos alimentos sólidos e líquidos. Numa ilustrativa carta do passageiro madeirense José Melim transcrita no jornal *O Direito*, Funchal, a 15 de setembro de 1883, ficamos a saber da monotonia, insuficiência e pouca qualidade da comida, com batatas quase sempre podres; e que, tendo o sarampo irrompido a bordo, não ocorreu a melhoria alimentar que as circunstâncias impunham para lhe fazer face. A carta é igualmente interessante ao dar-nos conta das prepotências do “sobrecarga”, o encarregado dos emigrantes, que exercia um poder paralelo ao do comandante do navio, que, em contraste, é descrito como um cavalheiro; o poder paralelo do sobrecarga acumulava abuso, mesquinhez e pequenas violências que chocavam o autor da carta. Quando as

mães e pais aflitos perante o adoecimento dos filhos imploravam alimento, a essas súplicas “acedeu o sobrecarga, dando a cada criança um pedaço de pão, que elas comiam de uma só vez, e meio cálice de leite”. Mais que veladamente, o autor da carta acusa o sobrecarga de ser corresponsável pela morte das crianças que, “inocentes, fracas, devoradas pela febre, morriam desta e da fome, desenvolvendo-se uma diarreia, que em poucos dias roubou aos desventurados pais emigrantes 58 filhinhos, e mais 5 que morreram no depósito quando aqui chegámos”. O mesmo passageiro conta também que numa paragem um infeliz emigrante pediu um pouco de açúcar ao sobrecarga para fazer uma gota de chá para dar ao filhinho à beira da morte, e aquele, com indiferença, ordenou que, se o quisesse, que o comprasse. Acrescenta que um outro passageiro, também “conduzindo nos braços o filhinho a expirar, pediu-lhe uma gota de vinho, e o desumano sobrecarga deu-lhe vinagre!”. Comenta, chocado, que é “horroroso, mas é verdade”. E se algum passageiro reclamasse contra a comida ao sobrecarga, este mandava-o prender. Mas não ficaria impune esse tirano de bordo, pois em terra foi denunciado ao cônsul português em Honolulu (ver Caldeira, 2010, p. 259).

Como se vê nas cartas desse emigrante que testemunha a impotência de pais e mães cujos filhos fenecem de sarampo, os navios em viagem eram contenedores de sofrimento humano, em que a estrutura de desigualdade era acentuada por indivíduos de desumanidade extrema e com poder para distribuir ou negar os poucos recursos que poderiam amenizar morte e sofrimento – pão, leite, vinho, remédios baratos e comuns mas inalcançáveis na suspensão de normalidade que é a vida no navio.

Passagens e chegadas: o depósito de imigrantes e a estação de quarentena como dispositivos de biossegurança e fronteira política

As famílias sofriam duras penas na viagem que as levava de um lugar de origem de onde queriam sair por razões múltiplas – falta de modo de vida para muitos, desejo de a melhorar para outros – até um destino que se prometia melhor, mas longínquo, a mítica *Terra Nova* com que era designado o Hawaii. Seis meses nos veleiros, oito ou mais semanas nos vapores, os emigrantes atravessavam dois grandes oceanos, passando duas vezes a linha do equador; tinham de aguentar

a vida de porão, suportar a angústia da passagem; alimentavam expectativas, conviviam, enjoavam, passavam frio e calor, adoeciam, alguns nasciam, outros morriam, vivam enredos múltiplos envolvendo famílias, amantes, amigos e rivais, com disputas, festas, presépios, danças, música, entretenimento, aborrecimento.

De uma das viagens temos uma interessante descrição: trata-se de um diário de dois jovens madeirenses a bordo do *Thomas Bell* entre o Funchal e Honolulu em 1887-1888. Essa seria a última de um ciclo de viagens com ilhéus portugueses, que só viriam a ser retomadas muito mais tarde e, de modo sistemático, apenas em 1906 – agora em vapores de grande dimensão que traziam ilhéus, continentais e espanhóis (Bastos, 2019b; Caldeira, 2010; Miller, no prelo; Olim, 2019, Spranger, 2017b; Steele, 2013). Fechando o primeiro ciclo de migrações de portugueses para o Hawaii, a viagem do *Thomas Bell* é decerto a mais citada dessas viagens, graças ao esforço de João Baptista de Oliveira e Vicente de Ornelas que, estimulados pelo imediato do navio a registrar o dia a dia, se tornaram os cronistas de bordo. Escrito originalmente em português, o diário *Destination: Sandwich Islands* foi oferecido a um clérigo que partilhara a jornada, ficando esquecido até ao resgate e tradução para inglês e publicação pela sua herdeira Lucile Canario (d'Oliveira; d'Ornellas; Canario, 1970).

No diário perpassa alguma distância relativamente à massa de emigrantes contratados que viajavam em piores condições, mas não se traduz essa distância em sobrançeria ao modo de Naipaul (1996); pelo contrário, é quase sempre com grande simpatia que estão descritos os episódios protagonizados pelos migrantes a bordo. A viagem foi particularmente atribulada, a ponto de à chegada terem dado ao cônsul um relatório de ocorrências para avaliação. E como se não bastasse, viram ainda protelada a verdadeira entrada em terra, pois a eles, como a outros antes e depois, esperava a estação de quarentena de Sand Island, no porto de Honolulu. E aí, como em muitos outros lugares do mundo, se dava a última inspeção.

Como em todos os portos a que chegavam migrantes, Honolulu tinha uma estação-depósito de imigrantes. Esta era conhecida pela sua idiossincrática construção de madeira, de que há testemunhos fotográficos a propósito de outros grupos que não os portugueses; não chegou porém até hoje, e no seu lugar erguem-se edifícios que até há pouco albergavam indústrias de enlatamento de ananás e entretanto se reconfiguraram para comércio.

Outras estações de imigrantes chegaram até nós, memória expandida e perene do que era a última etapa da operação de filtragem dos corpos desejados para o trabalho, do que pode ser visto como duplo dispositivo de biossegurança e política migratória. Em lugares como Ellis Island, em New York, EUA, ou o Aapravasi Ghat, em Port-Louis, Maurícia, podemos encontrar memoriais da chegada em toda a sua dureza, enriquecidos por projetos museológicos que abordam a materialidade da viagem e da chegada (Peerthum, 2017).

Termino este artigo propondo trazer a reflexão para o presente imediato, quando as fronteiras se desmaterializam em processos digitais de controle e se rematerializam em campos de detenção, e quando a linguagem da biossegurança se entrecruza com práticas de necropolítica seletiva.

Enquanto parecia que era a partir de um ponto distante no tempo e espaço que abordávamos as passagens dos migrantes laborais, ou dos vinculados e dos escravizados, eis que desembocamos num presente de passagens perigosas e extraordinárias, fugas, exílios, travessias, afogamentos, perseguições, punições, arame farpado eletrificado, muros, campos de detenção, campos de morte. Enquanto pensávamos que íamos examinar criticamente etnografias de biossegurança no século XIX, eis-nos a pensar a necropolítica do século XXI. É essa a febre que trazemos a bordo hoje, é esse o desafio para o próximo ciclo de trabalhos.

Referências

- ARNOLD, D. (ed.) *Imperial medicine and indigenous societies*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- ARNOLD, D. *Colonizing the body*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- BAHADUR, G. *Coolie woman: the odyssey of indenture*. Durham: Duke University Press, 2014.
- BALA, P. *Imperialism and medicine in Bengal: a socio-historical perspective*. New Delhi: Sage Publications, 1991.
- BASTOS, C. Germ theories in a colonial setting: medical theories and military practices in late nineteenth century Goa, India. *EASST Review*, v. 17, n. 4, p. 9-12, 1998.

BASTOS, C. *Global responses to AIDS: science in emergency*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

BASTOS, C. Doctors for the Empire: the Medical School of Goa and its narratives. *Identities*, v. 8, n. 4, p. 517-548, 2001.

BASTOS, C. *Ciência, poder, ação: as respostas à sida*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BASTOS, C. Um luso-tropicalismo às avessas: colonialismo científico, aclimação e pureza racial em Germano Correia. In: RIBEIRO, M. C.; FERREIRA, A. P. (org.) *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003. p. 227-253.

BASTOS, C. O ensino da medicina na Índia colonial portuguesa: fundação e primeiras décadas da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa. *História, Ciências, Saúde – Manuais*, v. 11, n. 1, p. 11-39, 2004.

BASTOS, C. Race, medicine and the late Portuguese empire: the role of Goan colonial physicians. *Journal of Romance Studies*, v. 5, n. 1, p. 23-35, 2005.

BASTOS, C. Medicina, império e processos locais em Goa, século XIX. *Análise Social*, v. 42, n. 182, p. 99-122, 2007a.

BASTOS, C. Medical hybridisms and social boundaries: aspects of Portuguese colonialism in Africa and India in the nineteenth century. *Journal of Southern African Studies*, v. 33, n. 4, p. 767-782, 2007b.

BASTOS, C. Migrants, settlers and colonists: the biopolitics of displaced bodies. *International Migration*, v. 46, n. 5, p. 27-54, 2008.

BASTOS, C. Maria Índia, ou a fronteira da colonização: trabalho migração e política no planalto sul de Angola. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 51-74, 2009.

BASTOS, C. Tracking global flows and still moving: the ethnography of responses to AIDS. In: MELHUUS, M.; MITCHELL, J. P.; WULFF, H. (ed.). *Ethnographic practice in the present*. Oxford: Bergham, 2010. p. 135-151.

BASTOS, C. Trânsitos atlânticos, pacíficos e terrestres – a pequena grande história de Maria Índia. In: AREND, S.; RIAL, C.; PEDRO, J. (org.). *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011a. p. 69-78.

BASTOS, C. (org.). *Clínica, arte e sociedade: a sífilis no Hospital do Desterro e na saúde pública*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011b.

BASTOS, C. From sulphur to perfume: spa and SPA at Monchique, Algarve. *Anthropology and Medicine*, v. 18, n. 1, p. 37-53, 2011c.

BASTOS, C. Banhos de princesas e de lázaros: termalismo e estratificação social. *Anuário Antropológico*, v. 36, n. 2, p. 107-126, 2011d.

BASTOS, C. Displayed wounds, encrypted messages: hyper-realism and imagination in medical moulages. *Medical Anthropology*, v. 36, n. 6, p. 533-550, 2017.

BASTOS, C. Portuguese in the cane: the racialization of labour in Hawaiian plantations. In: ABOIM, S.; GRANJO, P.; RAMOS, A. (ed.). *Changing societies: legacies and challenges*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018a. v. 1, p. 65-96.

BASTOS, C. Migrants, inequalities and social research in the 1920s: the story of two Portuguese communities in New England. *History and Anthropology*, v. 29, n. 2, p. 163-183, 2018b.

BASTOS, C. Lusotropicalism debunked, again: race, racism, and racialism in three Portuguese-speaking societies. In: ANDERSON, W.; ROQUE, R.; SANTOS, R. V. (ed.). *Luso-tropicalism and its discontents: the making and unmaking of racial exceptionalism*. Oxford: Berghahn, 2019a. p. 243-264.

BASTOS, C. Açúcar, ananases e ilhéus portugueses no Hawaii. *Etnográfica*, v. 23, n. 3, p. 777-798, 2019b.

BASTOS, C.; DELICADO, A.; MATOS, A. P. Arte, clínica, ciência e património: uma colecção de moldagens de um antigo hospital de dermatologia e sífilis em Lisboa. *Amazônia*, v. 5, n. 2, p. 258-287, 2014.

BOLSTER, J. *Black jacks: African American seaman in the age of sail*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

BROWN, K. *The pox: the life and near death of a very social disease*. Thrupp: Sutton Publishing, 2006.

BROWN, K. *Passage to the world: the emigrant experience, 1807-1940*. Barnsley: Seaforth publishing, 2013.

CALDEIRA, S. *Da Madeira para o Hawaii: a emigração e o contributo cultural madeirense*. Funchal: CEHA, 2010.

CARRARA, S. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

CHRISTOPHER, E. *Slave ship sailors and their captive cargo*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

- CORREIA, A. C. G. da S. *Os eurafricanos de Angola: estudo antropológico*. Lisboa: [s.n.], 1925.
- CORREIA, A. C. G. da S. Os luso-descendentes de Angola: contribuição para o seu estudo antropológico. In: MEMÓRIA do 3º Congresso Colonial Nacional. Lisboa: Sociedade de Geografia: Tipografia Carmona, 1934. p. 867-917.
- CORREIA, A. C. G. da S. *Índia Portuguesa: prostituição e profilaxia anti-venérea: história, demografia, etnografia, higiene e profilaxia*. Bastora: Tipografia Rangel, 1938.
- CROSBY, A. *The Columbian exchange*. Westport: Greenwood, 1972.
- CURTIN, P. *Disease and empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- D'OLIVEIRA, J. B.; D'ORNELLAS, V.; CANARIO, L. Destination Sandwich Islands. *Hawaiian Journal of History*, n. 4, p. 3-52, 1970.
- DELICADO, A.; BASTOS, C. O corpo medicalizado nos museus. In: CASCAIS, A. F. (org.). *Olhares sobre a cultura visual da medicina em Portugal*. Alfragide: Unyleya: CECL, 2014. p. 38-66.
- FIELDS, K.; FIELDS, B. *Racecraft: the soul of inequality in American life*. New York: Verso, 2012.
- GESCHWENDER, J. A.; CARROLL-SEGUIN, R.; BRILL, H. The Portuguese and Haoles of Hawai'i: implications for the origin of ethnicity. *American Sociological Review*, v. 53, n. 4, p. 515-527, 1988.
- HANNERZ, U. *Transnational connections: culture, people, places*. New York: Routledge, 1996.
- HOCHMAN, G. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LADWIG, P. et al. *Fieldwork between folders: fragments, traces, and the ruins of colonial archives*. Halle: Max Planck Institute for Social Anthropology, 2012.
- LATOUR, B. *Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 1991.
- LEVINE, P. *Prostitution, race, and politics: policing venereal disease in the British Empire*. New York: Routledge, 2003.
- LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e interpretações geográficas da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- MacLEOD, R.; LEWIS, M. (ed.). *Disease, medicine and empire: perspectives on Western medicine and the experience of European expansion*. London: Routledge, 1988.

MADSEN, L. Report from the conference “Epidemics Entanglements: Exploring the interrelation between Cities and Infectious Disease,” Frankfurt am Main, July 24-25, 2014. *Curare*, v. 37, n. 4, p. 269-273, 2014.

MANDERSON, L. *Sickness and the state: health and illness in colonial Malaya, 1870-1940*. New York: Cambridge University Press, 1996

MELLO, M. M. *Madeirans and Creoles labourers: thinking through race and labour in post-emancipation British Guiana*. 2019. Trabalho apresentado. International Conference “Labor, Sugar and Long Distance Migration”. CEHA, Funchal, Madeira, 14-15 nov. 2019.

MENEZES, M. N. *Scenes from the History of the Portuguese in Guyana*. London: Victoria Printing Works, 1986.

MENEZES, M. N. *The Portuguese of Guyana: a study in culture and conflict*. Gujarat: Anand Press, 1992.

MIGUÉIS, J. R. *The polyhedric mirror: tales of American life*. Providence: Gavea-Brown, 2005.

MILLER, N. Crossing seas and labels: Hawaiian contracts, British passenger vessels and Portuguese labor migrants, 1878-1911. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, Special Issue Ocean Crossings, no prelo.

MOORE, B. The social impact of Portuguese Immigration into British Guiana after emancipation. *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 19, p. 3-15, 1975.

MUSTAKEEM, S. M. *Slavery at sea: terror, sex and sickness in the Middle Passage*. Urbana: University of Illinois Press, 2016.

NAIPAUL, V. S. *The Middle Passage: impressions of five colonial societies*. London: Picador, 1996.

NEWITT, M. *Emigration and the sea: an alternative history of Portugal*. New York: Oxford University Press, 2015.

OLIM, G. A emigração portuguesa para o Havai entre 1878 e 1913: perspectiva da imprensa havaiana da época. *Islenha*, n. 63, p. 55-86, 2019.

PACKARD, R. *White plague, black labor: the political economy of health and diseases in South Africa*. Berkeley: University of California Press, 1989.

PEERTHUM, S. *They came to Mauritian shores: the lifes-stories and the history of the indentured labourers in Mauritius (1862-1937)*. Port-Louis: Aapravasi Ghat Trust Fund, 2017

QUINTELA, M. M. Curar e recrear em águas termais: um diálogo etnográfico entre Portugal (Termas de São Pedro do Sul e Termas da Sulfúrea) e Brasil (Caldas da Imperatriz). *Anuário Antropológico* 2010/2, p. 169-194, 2011a.

QUINTELA, M. M. Seeking 'energy' vs pain relief in spas in Brasil (Caldas da Imperatriz) and Portugal (Termas da Sulfúrea). *Anthropology and Medicine*, v. 18, n. 1, p. 23-25, 2011b.

REDIKER, M. *Between the devil and the deep blue sea*. New York: Cambridge University Press, 1989.

REDIKER, M. *The slave ship: a human history*. London: John Murray, 2007.

RODNEY, W. *A history of the Guyanese working people, 1881-1905*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

ROSENBERG, C. *The cholera years: the United States in 1832, 1849, and 1866*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

SARAIVA, L. *O renascer de Vênus: prostituição, trabalho e saúde em tempos de Sida*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1992.

SEGATA, J. O mosquito da indiferença. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 2, p. 975-978, 2017.

SPRANGER, A. I. Guiana Inglesa. *Aprender Madeira*, 13 dez. 2017a. Disponível em: <http://aprendermadeira.net/guiana-inglesa/>. Acesso em: 5 out. 2019.

SPRANGER, A. I. Havai, emigração para o. *Aprender Madeira*, 30 dez. 2017b. Disponível em: <http://aprendermadeira.net/havai-emigracao-para-o/>. Acesso em: 5 out. 2019.

STEELE, P. R. *The girl immigrant*. Casa Grande: Plumeria Press, 2013.

STOLER, A. L. *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

THOMPSON, E. T. *Plantation societies, race relations and the South: the regimentation of populations*. Durham: Duke University Press, 1975.

THOMPSON, E. T. *The plantation*. Columbia: The University of South Carolina Press, 2010.

Recebido: 20/10/2019 Aceito: 21/11/2019 | Received: 10/20/2019 Accepted: 11/21/2019



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Pode um porco falar? Doença, sistemas e sacrifício no Caribe

Can a pig speak? Disease, systems, and sacrifice in the Caribbean

Rodrigo Charafeddine Bulamah*

* Universidade Federal de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil

Em pós-doutoramento (bolsista Fapesp, processo n. 2019/04170-4)

rodrigobulamah@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4734-7672>

Resumo

Este artigo discute o massacre dos porcos crioulos que teve lugar na ilha de Espanhola, particularmente no Haiti, entre finais da década de 1970 e começo dos anos 1980. Combinando etnografia e análise historiográfica, discuto, primeiramente, a trajetória de uma doença que afetou porcos domésticos em todo o globo, ameaçando criações e gerando uma série de políticas e arranjos científicos que visavam contê-la. Trato, então, das motivações culturais e políticas e os meios técnico-científicos que tornaram o massacre possível e as diferentes teorias sobre a doença para, por fim, abordar os impactos do massacre no cotidiano dos criadores rurais no Haiti. Argumentando que esse evento realizou-se, na visão de especialistas, como um sacrifício ritual que visava modernizar os sistemas de criação no Haiti, discuto as diferentes visões sobre os animais e a domesticação.

Palavras-chave: Caribe; peste suína africana (PSA); biopolítica; domesticação.

Abstract

This article analyses the creole pig massacre in Hispaniola, particularly in Haiti, that happened between the end of 1970s and early 1980s. Drawing from both an ethnographic work and a historical analysis, I first focus on the trajectory of a disease that affected domestic pigs in the whole globe and generated a series of politics and scientific assemblages to contain its spread. From there, I analyze the cultural and political motivations and the techno-scientific means that gave rise to the massacre as well as the different theories about the disease. On the last part, I discuss the impacts of the massacre in peasants' daily life, arguing that this event became, according to specialists, a ritual sacrifice that aimed at modernizing Haiti's pigs raising systems. My argument here is that this event reveals concurrent visions of animals and domestication.

Keywords: Caribbean; African Swine Fever (ASF); biopolitics; domestication.

Introdução¹



Figura 1. Sem título, Charles Saül, ca. 1970, óleo sobre tela. Coleção de Laura Wagner (imagem gentilmente cedida ao autor).

Em julho de 1978, sanitaristas, veterinários e outros agentes de órgãos internacionais do México, do Canadá e dos Estados Unidos chegaram à ilha de Espanhola, no Caribe, com o objetivo de exterminar a população local de porcos,

1 Agradeço aos pareceristas anônimos de *Horizontes Antropológicos* pelas sugestões, a Cleber Rocha das Neves pela revisão e a Caetano Sordi pela leitura sempre crítica e generosa. Sou grato também à equipe da Bibliothèque Haïtienne des Frères d'Instruction Chrétienne (BHFIC), em Porto Príncipe, e aos funcionários da Fondren Library da Universidade Rice, em Houston, pelo auxílio no acesso à documentação que analiso ao longo do texto.

denominados *crioulos* (*kreyòl*), controlando, assim, a possível difusão de uma doença suína de origem africana pelo continente americano. Começaram pela República Dominicana, eliminando a totalidade de porcos do país e avançando em direção ao Haiti num espaço de 15 km fronteira adentro. Contudo, logo alegaram que a medida preventiva havia sido insuficiente. Em 16 de novembro de 1981, o programa tomou conta de todo o Haiti. A eliminação seletiva de animais já havia sido praticada pontualmente em países como Portugal, Espanha, Cuba e Brasil com a finalidade de conter a dispersão de doenças. Porém, aquela seria a primeira vez que tal prática ganharia a dimensão de estratégia prioritária no combate a enfermidades animais, sendo aplicada a toda a extensão do território nacional ou, no caso em questão, a uma ilha inteira.

Exatos dois anos depois, em novembro de 1983, durante a 10ª Reunião do Comitê de Coordenação do Projeto de Erradicação da Peste Suína Africana e de Desenvolvimento da Criação de Porcos (PEPPADEP, na sigla em francês), especialistas de agências como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), de universidades como a do estado da Geórgia, nos Estados Unidos, e funcionários de governo haitianos e estrangeiros celebravam o sucesso da política de extermínio dos porcos crioulos e discutiam as últimas medidas a serem tomadas para a efetiva declaração do Haiti como país livre da peste suína africana (PSA). Entre essas medidas estavam a busca por animais que foram escondidos pelos camponeses, a caça a porcos ferais que porventura pudessem servir como hospedeiros para o vírus, a introdução de animais sentinelas para mapear áreas onde a doença ainda poderia estar presente e a refundação das práticas e dos ambientes de criação para o seguinte repovoamento do país com uma espécie estrangeira. “O programa no Haiti”, afirmava um entusiasmado Dr. Quentin M. West, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA-OEA), “servirá como um exemplo para a resolução de problemas em outros países do hemisfério e os ajudará a progredir” (10th Coordinating..., 1983, p. 1, tradução minha).

O impacto do massacre nas economias locais foi imenso, algo que, de fato, não foi ignorado pelos participantes daquela reunião que se estendeu da manhã do dia 14 de novembro de 1983 à tarde do dia 16. Porém, mesmo frente a tais “sacrifícios dolorosos do povo haitiano”, o Haiti seria recompensado ao ajudar

nesse projeto de biossegurança por meio da criação de uma barreira sanitária “contra pragas naturais capazes de colocar em perigo economias de todo o hemisfério” (10th Coordinating..., 1983, p. 40, tradução minha). O agrônomo e secretário de Estado para o desenvolvimento rural do Haiti, Luckner St-Dic, ao anunciar o fim da primeira fase do programa – o extermínio dos porcos crioulos – “destacou, contudo, a importância do pan-americanismo que fez [o país] sacrificar sua economia a fim de prevenir a difusão de uma praga pelo continente”. Notável também, segundo o agrônomo, era a “fé do povo haitiano em seu governo ao aceitar tal projeto; ambos, o povo e o governo, mantiveram suas promessas e são, os dois, guerreiros eméritos” (10th Coordinating..., 1983, p. 1, tradução minha).

A primeira vez que ouvi falar sobre o massacre dos porcos crioulos foi durante meu primeiro trabalho de campo no norte do Haiti, em 2012. À época eu vivia no povoado rural de Samson, parte da comuna de Milot, e enquanto conversávamos sobre animais de criação, madame André, a dona da casa onde eu vivia, trouxe à tona a história do massacre. Foi no começo dos anos 1980, me contou ela, quando um grupo de pessoas chegou ao povoado bradando repetidamente o nome do programa de erradicação: “PEPPADEP! PEPPADEP!” Ofereciam 40 dólares haitianos pelos porcos maiores e 20 pelos pequenos.² Os criadores, então, entregavam seus porcos aos oficiais que os matavam com um golpe de bastão ou com a administração de uma injeção e, é importante destacar, retornavam os animais abatidos aos donos. Ao cabo de alguns meses, espécimes hiperselecionados começaram a chegar ao país. Pouco adaptados às regiões tropicais e de difícil cuidado, os “porcos estrangeiros” ou “brancos” (*kochon blan*), como ficaram conhecidos, não tinham os mesmos usos e costumes dos porcos crioulos.

Era todo “um outro sistema [*sistèm*]”, completou madame André, “os porcos que temos hoje são como os brancos [*blan*], têm essas orelhas longas, são magros, cavam fundo por todos os lados e sua carne não é tão saborosa”. Foi a partir do relato de madame André que comecei a ir atrás dos vestígios deixados por esses animais crioulos e dos efeitos de suas ausências. De fato, os

2 O dólar haitiano (HD) é uma unidade monetária fictícia utilizada em transações econômicas cotidianas. Há uma cotação fixa estabelecida com a outra moeda local, o gourde (HTG), em 5:1. Ambas são frequentemente cotadas com base no dólar estadunidense e, durante meu trabalho de campo, a cotação girou em torno de 1 USD:50 HTG:10 HD, chegando, em 2016, numa proporção de 1:60:12. Enquanto o gourde é impresso em papel moeda, o dólar haitiano tem as características de uma “moeda imaginária” (ver Neiburg, 2016).

moradores rurais do norte do Haiti compreendem sua relação com esses animais por meio da categoria nativa de *sistema*, fazendo uma diferença entre o sistema dos porcos crioulos (*sistèm kochon kreyòl*) e o sistema dos porcos brancos (*sistèm kochon blan*). Nesse sentido, a partir do massacre e da introdução de novas variedades animais, um sistema passava a ocupar o lugar de um outro, gerando um conjunto de implicações que, como veremos, redefiniram a vida social em todo o país. Um dos objetivos deste texto é somar esforços para repensar a ideia de “sistema domesticatório”, originalmente proposta por Digard (1988, 1999) e discutida recentemente por autores como Sautchuk (2018) e Deturche (2017). A ideia é pensá-la aqui à luz do que os próprios moradores rurais entendem por “sistema dos porcos”.

O episódio, cabe ressaltar, povoa também o imaginário acadêmico sobre o Haiti. De fato, o massacre constitui um dos maiores dramas de consciência de liberais norte-americanos, sendo muitas vezes referido como um exemplo das políticas imperialistas dos EUA no Caribe. Porém, talvez por serem apenas porcos, pouco se sabe sobre esses animais, sua história, suas práticas e seus comportamentos. Comum aos trabalhos acadêmicos que tratam do massacre é a ênfase no fato de que os porcos crioulos operavam como poupança dentro da economia camponesa, servindo como reserva de capital para momentos de dificuldade, de cerimônia ou de celebração. Poucos autores vão além dessa evidência, enfatizando a dimensão estrutural, mas sem explorar a fundo as motivações e consequências culturais e políticas e os meios técnico-científicos que pautaram o massacre.³

De fato, porcos, como outros seres, convivem cotidianamente com pessoas e tomam parte na produção de mundos sociais, definem ritmos de vida multiespécies, corporificam valores, temporalidades, significados, compõem paisagens e histórias comuns e carregam consigo sinais e possibilidades de autonomia ou de sujeição. Na cadeia de eventos que culminou no massacre dos porcos crioulos, animais, veterinários, vírus, saberes culinários, técnicas laboratoriais e práticas de criação interagiram em diferentes escalas e produziram diferentes efeitos. O encontro desses agentes e práticas não é incomum ao longo da história (ver, por exemplo, Mintz, 1985; Mitchell, 2012; Wolf, 2002), mas sua interação nesse momento e local específicos nos coloca problemas interessantes. Em

3 Na literatura especializada, os que se dedicaram ao tema foram Abbott (1988, p. 241, 274-275), Farmer (1992, p. 37-41), Smith (2001, p. 28-30) e Richman (2005, p. 49-51).

um texto recente (Bulamah, 2019), analisei a jornada dos porcos até o Caribe e o modo como esses animais influenciaram os ritmos da colonização e da plantation e participaram ativamente da criação de espaços de autonomia de grupos escravizados; me interessa agora buscar o que motivou o massacre dos porcos na segunda metade do século XX e suas consequências. Como esses agentes e noções distintas de animalidade, de vida e de doença circularam e afetaram uns aos outros? Que tipo de explicação é possível esboçar para trazer à tona essas conexões, suas motivações e consequências? Ou ainda, que história é possível contar se olharmos para os porcos?⁴

Porcos domésticos, portadores inaparentes e vírus mortais

As décadas de 1960 e 1970 foram tempos agitados nos mares caribenhos. A Revolução Cubana de 1959 teve repercussões importantes em todo o globo, incidindo de modo particularmente intenso no Caribe, na América Latina e nos Estados Unidos. Enquanto isso, projetos independentistas se consolidavam em ilhas e territórios como Jamaica (1962), Trinidad e Tobago (1962), Barbados (1966), Guiana (1966), Granada (1974), Santa Lúcia, Dominica e São Vicente e Granadinas (1977-1979) e, na década de 1980, Antígua e Barbuda (1981), Belize (1981) e São Cristóvão e Névis (1983). Adensou-se, com isso, uma reestruturação das antigas alianças e influências e, aos poucos, os Estados Unidos ganharam controle sobre o Caribe, afastando as potências europeias ao mesmo tempo que bloqueavam e combatiam a difusão de propostas revolucionárias, anti-imperialistas e socialistas na região (Palmié; Scarano, 2011; Scott, 2014). Localmente, elites econômicas e governos nacionais aproveitaram-se disso para colocar em

4 De aproximações entre movimentos libertários e animais no século XIX, como no pioneiro trabalho de Nádia Farage (2011, entre outros), a animais de criação em contextos rurais (Andriolli, 2011; Pereira, 2012; Sordi, 2015; Sordi; Lewgoy, 2017) e indígenas (Garcia, 2011; Vander Velden, 2012), para citar apenas alguns, há uma crescente literatura dedicada às relações multiespécies questionando a fundo premissas disciplinares antropocêntricas e a própria excepcionalidade humana. Um marco importante nos estudos sobre animais é o clássico trabalho de Keith Thomas (1996), além das coletâneas recentes organizadas por Cassidy e Mullin (2007) e Few e Tortorici (2013). Além desses trabalhos, o livro de Mitchell (2012) me ajudou a pensar a própria forma como contar essa história e foi dali que tirei a inspiração para o título deste artigo. Ver ainda os volumes editados das revistas *Vibrant* (2016), *Horizontes Antropológicos* (2017) e *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar* (2015).

prática suas propostas, negociando com os EUA a manutenção de certos privilégios comerciais e políticos em troca de apoio a medidas e regimes autoritários, entre os quais o de François “Papa Doc” Duvalier, no Haiti. Entre os efeitos da Revolução Cubana esteve também a mudança da dinâmica do turismo na região, com Cuba perdendo o protagonismo e outras ilhas experimentando um intenso e crescente fluxo de pessoas, mercadorias e capitais (Plummer, 1990).

Foi nessa época que Milot passou a fazer parte de uma rota turística caribenha e cruzeiros atracavam no porto de Cabo Haitiano com os turistas seguindo então para o vilarejo, a fim de visitar o Palácio Sans Souci e a Cidadela, duas construções emblemáticas do pós-independência (Bulamah, 2018). Milosianos mais velhos lembram-se desse momento e do calendário semanal de chegada dos navios. Moradores de povoados rurais, por exemplo, mantinham criações de cavalos que alugavam para o transporte dos turistas até a Cidadela. Ao lado desse estímulo ao turismo, outras medidas ganhavam corpo, como negociações sobre a exportação de lixo tóxico dos EUA para o Haiti e a montagem de uma fábrica de extração de plasma sanguíneo em Porto Príncipe.⁵ Contudo, essa nova onda de investimentos e as riquezas produzidas com o turismo contrastavam com a situação socioeconômica geral do país.

O Haiti estava à época sob o controle de um regime autoritário, com François Duvalier à frente do Estado e, posteriormente, com seu filho, Jean-Claude “Baby Doc” Duvalier, que assumiu o poder em 1971, com apenas 19 anos de idade. Seu governo foi marcado pela continuidade do regime de terror e violência na esteira do governo do pai e, particularmente, pela consolidação de uma relação predatória com o campesinato, ao mesmo tempo que o país se abria a políticas neoliberais.⁶ Perseguições políticas e opressões socioeconômicas fizeram avançar

5 Sobre o lixo tóxico, ouvir o editorial do importante agrônomo e jornalista Jean Dominique, na Rádio Haïti-Inter, emissão do dia 20 de outubro de 1980 (Editorial..., 1980). Sobre a fábrica de plasma, ver Richard Severo (1972).

6 A taxação da produção camponesa, particularmente do café, representava já desde muitas décadas a principal fonte de rendimentos do governo, encontrando uma elevação considerável durante o regime de François Duvalier (de 27%, em 1953, para 37%, em 1969). O objetivo, como mostra Trouillot (1990, p. 154), era o de beneficiar monopólios de exportação e criar uma base de apoio local através do favorecimento de especuladores. Nos arquivos do tribunal (Tribunal de Paix) de Milot, encontrei inúmeras ações que revelavam a crescente fiscalização da produção e da preparação do café por agricultores e mercadoras durante o governo ditatorial. Colher grãos verdes demais ou secá-los ao chão eram delitos puníveis com multas ou até mesmo a privação da liberdade.

a busca de refúgio e as chamadas *boat people* ganhavam a costa de outras ilhas caribenhas e dos EUA, passando a figurar também em manchetes de jornais estadunidenses e haitianos. Internamente, o governo fazia pressão sobre jornalistas e ativistas políticos, além de combater seus opositores, taxando-os de “inimigos da Revolução”, *comunistas* ou *kamoken*, em referência ao remédio de gosto amargo usado nos tratamentos contra a malária. Ao criar e explorar conflitos políticos nacionais e globais, Duvalier produzia efeitos importantes na manutenção da proximidade com os EUA e na própria permanência de sua linhagem no poder.⁷

Nos anos 1970, entretanto, um outro inimigo, este muito mais silencioso, ganhava terreno no Caribe e preocupava particularmente autoridades, políticos e especialistas dos EUA: um patógeno que afetava de modo incomum as criações de porcos domésticos. “Ele parece ter existido em porcos selvagens nativos da África por um longo tempo”, descreveu, em 1971, o microbiologista William R. Hess, “pois com os suínos estabeleceu uma relação ideal de parasita-hospedeiro na qual *uma infecção prolongada ocorre sem sinais de enfermidade*” (Hess, 1971, p. 2, tradução minha, grifo meu). Essa doença endêmica à África Oriental começou a ser reportada, de fato, a partir do transporte de porcos domésticos europeus às colônias africanas, em princípios do século XX. Sua presença foi primeiro descrita pelo veterinário colonial inglês R. Eustace Montgomery (1921), que à época trabalhava no protetorado da África Oriental Britânica (posterior protetorado e colônia do Quênia). A similaridade com outra doença, a peste suína clássica (PSC), conferiu-lhe o nome de peste suína da África Oriental (PSAO).

O vírus tinha particular atração por tecidos internos e a doença era percebida, a princípio, como uma forma de pneumonia que afetava também o canal digestório. Infectando indiscriminadamente porcos de diferentes idades e tanto machos quanto fêmeas, o animal doente costumava apresentar sintomas de extremo cansaço, mostrando-se abatido, o rabo pendendo involuntariamente e o ventre retraído, além da perda da fome, uma sede incomum e uma

7 O antropólogo Louis Herns Marcelin (2012, p. 260-261) descreve o peso que termos como *kominis* (“comunista”) e *kamoken* tinham entre as comunidades rurais e o modo como tais classificações eram associadas a forças malignas que corrompiam os jovens, muitos deles estudando nas cidades e constituindo uma forte oposição ao regime ditatorial. Ademais, como mostram Kelly e Kaplan (2001), a influência imperial estadunidense ocorria, nesse momento, menos através de um governo direto do que pelo estímulo a movimentos nacionalistas e descolonizadores que se alinhassem à sua política externa.

febre acentuada que poderia exceder os 40 (Montgomery, 1921, p. 161). A partir da constatação desses primeiros sintomas, em não mais de 48 horas, o animal sucumbia. A doença começou a se fazer notar em criações próximas a áreas onde viviam javalis-africanos (*Phacochoerus sp.*).

Na África Oriental Britânica, espécimes domésticos europeus eram destinados exclusivamente ao consumo dos colonos e, não havendo mercado, a circulação dos porcos se restringia a um circuito simples: iam das fazendas à fábrica local de tocinho, a única na região. Como nota Montgomery (1921 p. 160, tradução minha), “cada surto [da doença] parece ter surgido de forma independente. Todos os porcos domésticos vivendo agora no protetorado foram originalmente importados do exterior. Não há nenhuma espécie indígena ao país ou em posse de nativos na África Oriental Britânica.” Isso se explica pelo fato de que, até 1920, a região era ainda parte do Sultanato de Zanzibar e porcos, como outras espécies de além-mar, serviam à adaptação de colonos e agentes coloniais, numa sorte de “europeização das paisagens”, na expressão precisa de Alfred Crosby (1986).⁸ Esses animais viviam em liberdade nos terrenos, cuidados por pastores nativos, e arrebanhados à noite para lotes cercados, com a finalidade de serem alimentados e para evitar ataques de animais selvagens.

Apesar da presença considerável de javalis-africanos em todo o protetorado, naquele período, a associação entre eles e a difusão da doença era algo circunstancial, menos embasado na evidência da presença do vírus ou em estudos sobre os possíveis portadores do que em observações epidemiológicas. De todo modo, a julgar pelos 15 surtos da doença relatados na região, até finais de 1915, e outros dois na África Oriental Alemã, aquela era uma infecção fatal, apresentando uma taxa de mortandade da ordem dos 98,9% (Montgomery, 1921, p. 160).

Entre 1910 e 1916, Montgomery levou a cabo experimentos de inoculação do vírus em diversos animais domésticos, entre suínos, bovinos, caprinos, cães e coelhos, observando de modo controlado os estágios de incubação e suas reações. Seguindo os postulados de Henle-Koch, formulados em finais do século XIX, os experimentos eram feitos através da injeção de fragmentos do sangue de um animal contaminado em outro, de mesma espécie ou de

8 As estirpes e cruzamentos de porcos presentes no protetorado britânico eram quatro: Berkshire, Longblack, Tamworth e Seychelles, não havendo diferenças quanto à suscetibilidade à doença (Montgomery, 1921, p. 162).

espécie diferente, a fim de se observar as possíveis reações e a permanência do vírus no sistema sanguíneo de cada grupo.⁹ Somente nos porcos domésticos notavam-se reações infecciosas e, invariavelmente, a morte dos animais (Montgomery, 1921, p. 162-165). Inoculações também foram empreendidas em javalis-africanos e porcos-do-mato-africanos (*Potamochoerus sp.*), capturados por fazendeiros locais ou de colônias vizinhas, como Uganda. Buscava-se domesticá-los a fim de criar um ambiente propício para a observação das reações, muitas vezes sem sucesso, pois a maioria dos animais morria antes que qualquer reação fosse notada, resultado do confinamento e do novo ambiente artificial e cruel a que eram submetidos. Contudo, os poucos que sobreviviam ou que eram capturados jovens o suficiente para se aclimatarem ao confinamento não apresentavam sinais da doença. Assim, conclui Montgomery (1921, p. 188, tradução minha), porcos-do-mato e javalis-africanos “não reagem à inoculação como os porcos domésticos; eles não manifestam nenhum sintoma e são presumidamente imunes. Parece, contudo, que a imunidade não é tão completa quanto em bois e carneiros e que o vírus pode sobreviver no sangue do porco selvagem por um certo tempo.”

Não demorou muito para que o vírus alcançasse outras rotas e ganhasse as criações da Europa. Em 1957, a doença chegou a Portugal e, só a partir dali, começou a chamar a ampla atenção de instituições nacionais e supranacionais (Manso Ribeiro et al., 1958). As formas de transmissão aos porcos domésticos, porém, permaneciam um mistério (Hess, 1971, p. 3). Pesquisas e experimentos difundiram-se, então, para além dos territórios africanos, e simpósios nacionais e internacionais, congressos técnicos, reuniões e publicações tornaram-se cada vez mais numerosos, concentrando-se, de um lado, na investigação sobre a patogenicidade do vírus, sua origem e evolução e, de outro, no estudo de sua estrutura, de sua composição e de suas formas de replicação.¹⁰

9 Tentativas de propagação do vírus em outros animais tornaram-se comuns a partir de então, por três razões principais: i) encontrar um animal de laboratório menos dispendioso; ii) determinar se outras espécies eram capazes de hospedar o vírus; e iii) observar possíveis modificações em outros hospedeiros (Hess, 1971, p. 17). Sobre o tema do contágio, ver ainda Lévi-Strauss (2006, especialmente, p. 16-17) e Farage (2011).

10 Analisando uma compilação bibliográfica que abarca os anos de 1921 a 1965 (Balassa, 1966), é possível notar um crescente número de publicações especializadas a partir de 1957, quando a doença chega à Europa.

Em 1960, após pesquisas feitas no Quênia, descobriu-se um modo de detectar o vírus por meio de um teste *in vitro*, concretizando a possibilidade de diagnóstico da peste suína africana e a diferenciação de sua variante clássica (Malmquist; Hay, 1960). Data de 1961 a primeira reunião da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) inteiramente dedicada à questão, algo que se tornou recorrente na forma de congressos anuais sobre o tema, reunindo diferentes especialistas e agentes de governo e resultando em publicações e resoluções a serem seguidas por países afetados. Se, como mostra Bruno Latour (1988, p. 123, tradução minha, grifo original removido), com as descobertas de Pasteur sobre germes e seres infecciosos na França do final do século XIX, uma “doença não era mais um infortúnio privado, mas uma ofensa à ordem pública”, para o caso da peste suína africana, a doença ganhava dimensões mais amplas e tornava-se uma ofensa à ordem global.

Em pouco tempo, a enfermidade passou a ser definida simplesmente como “peste suína africana” (PSA) ou, em uma homenagem àquele que primeiro a descreveu, “doença de Montgomery”. Pelo que se tem documentado, a partir de 1960, o vírus se espalhou pela Europa, indo de Portugal à Espanha, chegando aos Pirineus e à Bretanha e, posteriormente, em 1967, aos arredores de Roma (Destruction of pigs..., 1967). Os surtos eram na maioria dos casos respondidos com programas drásticos de erradicação dos porcos infectados, mas notava-se uma diminuição da patogenia do vírus e as reações das populações de porcos já não eram tão marcantes como nas primeiras observações (Sánchez Botija; Polo Jover, 1964). Mesmo assim, a mera presença do vírus causava alarde em autoridades, temendo a resiliência ou readaptabilidade do patógeno ou de seus vetores. Como nota o microbiologista William R. Hess, em 1971, apesar das mortes pontuais que ocorreram até aquela data, “a PSA está ainda presente em Portugal e na Espanha e foi mais uma vez relatada na Itália” (Hess, 1971, p. 2, tradução minha).

Hess tornou-se o maior especialista na peste suína africana nos EUA e seu pequeno estudo monográfico é um dos mais detalhados trabalhos sobre o assunto. O texto traz um debate bibliográfico sobre a doença, compilando pesquisas feitas até finais da década de 1960. Desde as investigações iniciais, o modo de transmissão da doença havia sido o principal enigma com o qual se confrontavam os cientistas e permanecia sendo, como nota o microbiologista, “o ponto mais fraco em nosso conhecimento da epidemiologia veterinária da PSA” (Hess, 1971, p. 27, tradução minha). O vírus apresentava grande estabilidade no sangue, nas excreções

e nas vísceras dos porcos contaminados e era, por isso, altamente contagioso entre os espécimes domésticos em razão da prática de se administrar carne de porcos a animais da mesma espécie. Ademais, já desde meados da década de 1960, pesquisadores apontavam para a possibilidade de que “portadores inaparentes”, sobretudo carrapatos, pudessem ser os responsáveis pela difusão da infecção em zonas de contato entre espécies selvagens e domésticas e em fazendas de criação extensiva. No entanto, exatamente por essas incertezas, surgiram um conjunto de controvérsias tais como as diferentes teorias sobre o contágio, além de hipóteses sobre possíveis relações com outras doenças animais ou humanas.

Nessa guerra ao vírus da peste suína africana, a ideia de erradicação dos espécimes doentes (*stamp out*) passou a ser algo prescrito:

Since satisfactory immunizing agent for ASF is not available, rapid detection and elimination of infected and exposed animals is the procedure employed to halt the spread of the disease. The effectiveness of this “stamping out” method depends to a large extent upon the speed with which it is initiated. Rapid diagnosis is therefore essential. (Hess, 1971, p. 25).

Mais importante do que certezas com relação ao que era a doença, as respostas ao seu avanço foram dando-lhe o contorno de uma enfermidade global a ser contida a todo custo. No caso da febre aftosa na Inglaterra, discutido com rigor pela historiadora Abigail Woods (2004), não foi um conjunto estabelecido de conhecimentos que levou a uma série de ações globais para conter sua propagação, mas exatamente a existência de diversas teorias sobre a doença que, à medida que se difundiam, “manufaturaram”, como diz Woods, a própria doença. Quanto à PSA, por sua vez, a produção da doença e as medidas de contenção acabaram resultando também na criação de uma representação específica sobre o que eram os animais e de como deveriam se portar os criadores.

Na década de 1970, a doença se espalhava pelo Caribe e chegava também a países da América do Sul. Ao ser diagnosticada em Cuba, em 1971, aplicou-se o método de eliminação seletiva.¹¹ Em 1978, surtos foram reportados na

11 A peça de teatro *Manteca* do dramaturgo cubano Alberto Pedro Torriente (2005), que estreou em Havana em 1993, é um retrato notável do “período especial” e traz uma reflexão poética sobre o lugar dos porcos.

República Dominicana e no Brasil, separados por uma diferença de alguns meses. Comum entre esses dois casos era o fato de o contágio ter sido associado à proximidade com aeroportos e ao consequente acesso de porcos a dejetos contaminados vindos de países estrangeiros.¹² Além disso, as práticas de criação nos dois países eram bastante descentralizadas e desenvolvidas, sobretudo, em pequenas propriedades na zona rural ou em periferias urbanas, favelas e bairros pobres (ver Sánchez Díaz, 1980, p. 55).¹³ Entendia-se que essas práticas de criação eram retrógradas e insalubres, favorecendo a justificativa de que o extermínio dos porcos serviria também para a modernização das fazendas e das formas de interação com os animais. Exatamente por essa liberdade na criação e pelo fato de que o vírus se mantinha ativo no sangue e nos tecidos dos porcos mesmo após a morte, ganhou corpo a hipótese da contaminação por ingestão de produtos e fragmentos de origem animal oriundos dos depósitos de lixo de aeroportos. Mas muitas ainda eram as incertezas.

Enquanto o vírus da peste suína avançava por criações em todo o globo, multiplicavam-se também as pesquisas e a circulação internacional de especialistas, resultando em uma inflação de hipóteses sobre a doença e o comportamento do vírus. Das coletas de materiais em campo, passava-se às pesquisas em laboratórios para, então, em seguida, publicar os resultados em periódicos da área e participar de seminários e reuniões internacionais, muitas delas registradas em atas e colocadas à disposição de ministérios e institutos nacionais e internacionais.¹⁴ Multiplicavam-se também as notícias de jornal com relatos de veterinários e biólogos, tornando públicos e difundindo os resultados e as hipóteses das pesquisas.

12 Ver Mendes Serrão (1980, p. 43), Orlando Sánchez Díaz (1980, p. 56) e Moura et al. (2010). A tese de doutoramento de Francisco Viana (2004) mostra por meio de uma análise de diferentes materiais, de artigos especializados a depoimentos, que o aparecimento da doença no Brasil foi acompanhado por uma série de mal-entendidos e ações descoordenadas, gerando desconfianças e rumores e afetando particularmente os pobres e as criações de fundo de quintal. Diferentes versões sobre a entrada da doença no país são apresentadas e discutidas pelo autor.

13 É provável que os sistemas descritos por Sánchez Díaz (1980) fossem comuns também às criações em algumas regiões do Haiti, como pude inferir a partir dos relatos de camponeses da região norte. Pode-se consultar ainda a descrição das práticas de criação em Groupe de Recherche pour le Développement (1981).

14 Entre as reuniões da FAO mencionadas acima, são exemplares as publicações aqui referidas, como Hess (1971) e Callis (1980), passando também por diversos artigos publicados em revistas especializadas como o “Boletim do Escritório Internacional de Epizootias” (*Bulletin de l'Office international des épizooties*).

Muitas dessas notícias vinham ainda acompanhadas por descrições de surtos e pela difusão de imagens de porcos doentes ou mortos.¹⁵ Similar ao que ocorria no final do século XIX na França, não era a partir da ignorância que os cientistas formulavam suas opiniões, mas de um excesso difuso de conhecimento. A incerteza implicava, de fato, que tudo era plausível. Assim, tal como no momento de constituição da saúde pública na Europa, “se qualquer coisa pode causar uma enfermidade, nada pode ser ignorado; é necessário estar apto a agir de uma só vez contra tudo e em todos os lugares” (Latour, 1988, p. 20, tradução minha). Entre as décadas de 1970 e 1980, esse parece ter sido o princípio que resultou nas diversas frentes de ação contra a peste suína africana nas Américas e no Caribe.¹⁶

Teorias alternativas do contágio

Voltando ao norte do Haiti, poucas pessoas com quem conversei lembram-se de terem seus animais afetados por alguma doença similar àquela que veterinários afirmavam se espalhar pelo Caribe. Foi em uma notícia publicada em 27 de fevereiro de 1981, no importante jornal haitiano *Le Nouvelliste*, que encontrei a informação de que a peste avançava sobre os porcos, “sendo poucas as regiões onde os camponeses não se queixam de ter perdido uma parte ou a totalidade de sua criação de porcos” (Groupe de Recherche pour le Développement, 1981, tradução minha). Entretanto, em razão da sua origem, das práticas de criação e do longo tempo de adaptação ao lugar, é possível que os porcos crioulos fossem – diferentemente das espécies hiperselecionadas dos contextos industriais

15 Ver os relatos e as imagens que circularam na imprensa brasileira entre fins de 1970 e começo de 1980 recolhidos por Viana (2004). Algumas dessas publicações tinham ainda o claro objetivo de convencer a população sobre o perigo da doença e a importância do extermínio dos animais, como a publicação da USDA em conjunto com a USAID e a FAO lançada na República Dominicana (Mark; Chain; Ellis, 1981).

16 Um outro tema que dividia a atenção da opinião pública na região, particularmente nos EUA, era a chegada de migrantes haitianos aos Estados Unidos. Por economia de espaço, não pude tratar disso com atenção neste texto, mas em minha tese de doutoramento (Bulamah, 2018, cap. 3) discuto alguns documentos que apontam para a hipótese de uma zoonose por meio de uma aproximação entre a peste suína africana e as discussões iniciais sobre a AIDS, doença à qual a população haitiana foi injustamente considerada como um grupo de risco e que, junto com hemofílicos, homossexuais e heroinômanos, formavam o que os Centros de Controle de Doenças dos EUA (CDC) nomeou “4 H-s”.

– imunes ao vírus, tais como os porcos selvagens e os javalis-africanos descritos por Montgomery (1921). Observações distintas apontam exatamente para isso.

Já na década de 1950, Alfred Métraux (1951, p. 95, tradução minha) faz a seguinte observação ao tratar dos porcos na região de Jacmel, no sudeste do país: “Os porcos que vemos soltos perto das casas possuem o dorso espinhoso, a pele cheia de carapaças e longas pernas, o que os faz parecer javalis, como muitos viajantes notaram.” Em 1978, quando os porcos do Vale do Artibonite, região central do país, foram diagnosticados com a infecção, destaca o antropólogo Paul Farmer (1992, p. 37, tradução minha) que, “curiosamente, [...] poucos porcos haitianos morreram. Alguns veterinários acreditaram que a razão poderia ser o fato de que os *kochon planch*, como eram denominados os porcos haitianos, se tornaram particularmente resistentes à doença.”¹⁷ É possível considerar ainda a hipótese de que as linhagens virais que chegaram ao país tivessem um potencial patogênico menor, produzindo um impacto reduzido e favorecendo o desenvolvimento da imunidade e inclusive a recuperação de animais doentes em um curto ou médio prazo – algo observado, por exemplo, nos surtos que ocorreram no Brasil (Viana, 2004, p. 147).

Em Milot, para muitos interlocutores, havia outras razões por trás do extermínio dos porcos. Para alguns, o massacre foi motivado tanto pela razão imperialista dos Estados Unidos, que buscava lucros com a exportação de seus próprios espécimes ao Haiti, quanto pela ganância e pela falta de solidariedade de Jean-Claude Duvalier para com a população. “Mataram os nossos [porcos], os da gente desafortunada [*malere*]” – contou-me um senhor de Milot, enfatizando também uma tensão de classe – “para venderem os deles aqui. Mas nós não conseguimos encontrar os porcos estrangeiros. Trouxeram alguns, mas só os grandes senhores [*gwo nèt*] é que tiveram acesso.”¹⁸

17 Bernard Diederich (1985, p. 16) nota ainda que, “among villagers discussing the pig eradication program, some said it was unnecessary, that there had been no disease, that it was all a plot. After all, their black pigs had lived for 500 years under extremely poor conditions and had become immune to most diseases”. Um dos poucos pesquisadores que parece discordar dessas observações é o antropólogo Gerald Murray, que afirma, em um verbete sobre o massacre, que 600 mil porcos morreram da peste suína em todo o país entre o final da década de 1970 e começo de 1980. Contudo, o autor não fornece nenhuma referência etnográfica ou documental e discorda de visões que questionam o potencial nocivo do vírus e a própria necessidade do massacre. Ver Gerald Murray ([2016]).

18 Algo similar foi relatado a Farmer (1992, p. 37), que destaca: “Some peasants were sure there had been no swine fever, that the entire epidemic was a sham tagged so that the North ‘Americans could make money selling their pigs.”

A essas explicações soma-se outra que não nega a existência de uma doença, mas identifica nela uma origem distinta. A doença que alguns interlocutores me relataram havia se propagado por aviões e helicópteros que sobrevoavam o país e dispersavam uma substância em pó sobre as parcelas e povoados rurais, atingindo particularmente os porcos, deixando-os doentes. Aviões e helicópteros foram, de fato, utilizados por autoridades envolvidas no PEPPADEP, sobretudo para localizar porcos ferais e espécimes que porventura houvessem sido escondidos por criadores.¹⁹ O massacre seria a consequência inevitável desse envenenamento em massa. Com efeito, o emprego de pós é algo comum entre as práticas mágicas populares na região, conhecido como *kout poud* (lit. “golpe de pó”), e tais artefatos podem ser facilmente encontrados em mercados especializados, como lojas ou pequenas tendas em mercados mais amplos, como é o caso do Grand Marché, em Cabo Haitiano. Confeccionado com materiais distintos, como animais silvestres, raízes, frutos ou alguma combinação de elementos, o pó é sobretudo um veículo mágico que, dependendo da intencionalidade, afeta a pessoa ou o animal por meio de um efeito de contágio, causando alteração de humor, infortúnio, doença, azar ou morte.

Em meio a esse conjunto distinto de explicações, o massacre tomou proporções gigantescas e, segundo o jornalista e agrônomo haitiano Fritz Deshommes (2006, p. 65, tradução minha), que acompanhou de perto o PEPPADEP, “não acreditávamos que o Estado haitiano era capaz de tamanha determinação e de tamanha eficácia”. “Lamentamos mesmo”, continua ele, “que elas não tenham sido aplicadas a programas mais construtivos.” A efetiva ação do Estado haitiano, sob o comando de Jean-Claude Duvalier, ao lado da USAID e de outros grupos internacionais, demonstrou, nesse caso, uma coordenação prática e eficaz que em si nada teve de disfuncional ou falida, mas revela um modo histórico de ação do *Estado contra a sociedade* (Trouillot, 1990). “De fato”, conclui Deshommes (2006, p. 65, tradução minha) em seu comentário, “se os responsáveis pelo projeto foram verdadeiramente eficazes quanto ao plano de ‘Erradicação da Peste Suína’, eles foram muito menos dedicados à parte de ‘Repovoamento’.” Ti Tonton, um lavrador da região norte que entrevistei, comenta que pessoas “tentaram até esconder os porcos quando vieram matá-los. Mas depois o Estado

19 Ver o relato de Abdul Wahab, funcionário da USAID, no documentário *A pig's tale* (1997, 01min06s), de Leah Gordon e Anne Parisio.

colocou pessoas para supervisionar se havia gente que ainda tivesse porcos crioulos. E mataram todos.”

Foi voluntária a decisão de não levar à frente uma política de extermínio pontual. Enquanto alguns veterinários e sanitaristas, como os especialistas William Hess (1971, p. 25) e Jerry J. Callis (1980, p. 41), recomendavam a erradicação de grupos de porcos doentes ou expostos, o que de fato ocorreu foi um extermínio preventivo. Alguns meses depois do massacre teve início a etapa de repovoamento. Novas espécies de porcos chegavam aos povoados rurais haitianos vindos do Canadá e sobretudo dos EUA. Brancos, imensos e de difícil cuidado, em pouco tempo os animais estrangeiros ganharam o apelido de “príncipes de quatro patas” (Aristide, 2000, p. 14). Manufaturando não só uma doença, mas também os próprios animais, produziu-se também um novo *sistema*.

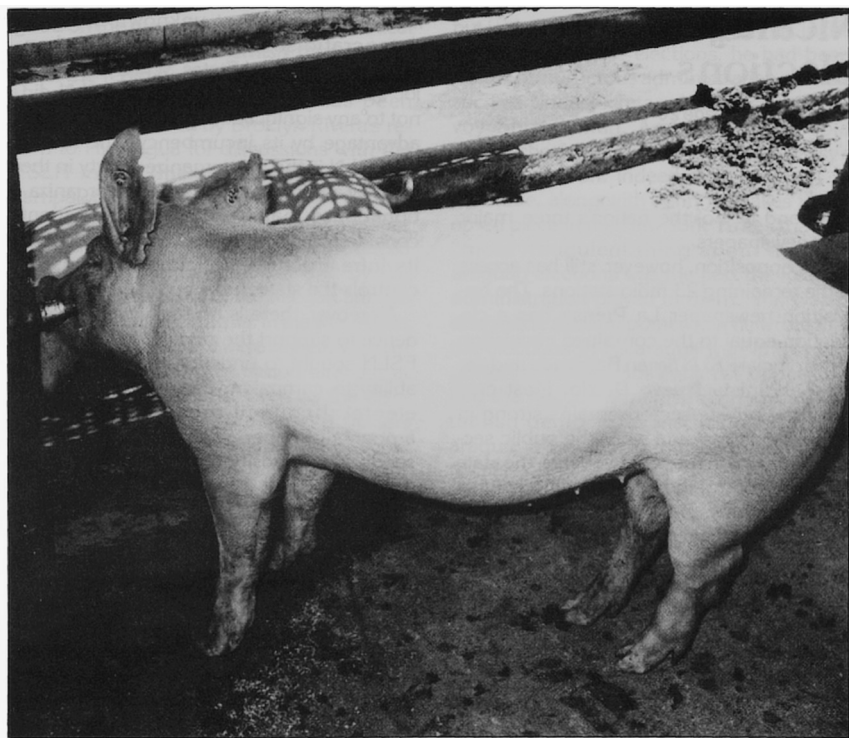


Figura 2. “Porco importado do estado de Iowa (EUA) bebendo água da torneira” (Diederich (1985, p. 17, tradução minha).

Sonhavam os especialistas com porcos assassinos?

Nos documentos oficiais sobre o massacre, à necessidade de contenção da peste suína soma-se outra justificativa, talvez tão importante quanto a sanitária. Se os porcos crioulos são constantemente descritos como afeitos à vida solta, os espécimes hiperselecionados, grandes e de pele clara eram pouco autônomos, não suportavam o excesso de sol e requeriam maior cuidado e atenção. Por isso, foi necessária a difusão de outras formas de criação, menos embasadas em uma garantia de liberdade aos porcos e em uma proximidade dos animais com seres humanos e suas casas, e mais voltadas à intensificação do processo de confinamento. Para tanto, a chegada dos novos animais foi acompanhada de novas técnicas e tecnologias de criação, entendidas como mais “aperfeiçoadas”, entre as quais a exigência de construção de chiqueiros especiais, cobertos e cimentados, e de uma alimentação especial baseada em rações importadas, tais como o farelo de trigo. Com efeito, o massacre ao buscar também a modernização das criações no país, por meio de um novo conjunto técnico, impunha uma nova representação sobre os animais.

Na região de Les Cayes, no sul do país, um relatório feito em 1987, sob encomenda da USAID (Grafton; Pognon; Robert, 1987), aponta para uma drástica queda no número de grupos domésticos que possuíam porcos, chegando a 7% em uma amostra de 81 casas, de um total de 603 presentes na região. Antes do massacre, aproximadamente 94% das casas mantinham criações.²⁰ O estudo foi feito cinco anos após o massacre, o que revela uma insuficiência dos esforços de repovoamento de porcos com variedades estrangeiras. Os pesquisadores apontam também para uma diminuição no número total de animais por grupo doméstico, sendo que antes somavam em média 10 por casa, chegando a 2 no momento da pesquisa (Grafton; Pognon; Robert, 1987, p. 4). Ademais, os autores trazem estatísticas que corroboram a ideia de que os porcos serviam como

20 Se compararmos com os dados coletados pela equipe que trabalhou com Métraux (1951), das 147 famílias vivendo na região do vale do Marbial, na década de 1940, 92 possuíam porcos, ou 62%. Desse total, 63 famílias eram católicas e 29 eram protestantes (Métraux, 1951, p. 186). O autor afirma, contudo, que, no período da pesquisa, as criações em geral estavam em número bastante reduzido devido à intensa seca que condenava a região (Métraux, 1951, p. 184), o que possivelmente levou muitas famílias a venderem seus animais num período anterior à chegada dos pesquisadores.

reserva para gastos eventuais ou emergências, como casamentos, funerais e pagamentos de taxas escolares, com quase 100% dos entrevistados afirmando que os porcos eram “bancos” e ao redor de 93% destacando sua importância como fonte de alimento e de renda. Quanto aos métodos de criação, o relatório traz a seguinte tabela (Grafton; Pognon; Robert, 1987, p. 9):

Tabela 1. Sistemas de criação (cf. Grafton, Pognon e Robert, 1987, p. 9, informações adicionais entre parênteses).

Sistemas de criação de porcos empregados antes e depois do PEPPADEP		
Tipo de sistema	Número de casas	% de porcos de criação
Antes do PEPPADEP		
Chiqueiro	1	1,3
Parque (sem cobertura)	29	38,2
Presos à corda	75	98,7
Savana (relativamente livres)	44	57,9
Outro	1	1,3
Presente		
Chiqueiro	6	100
Parque	0	0
Presos à corda	0	0
Savana	0	0
Outro	0	0

A falta de estatísticas para o mesmo período em Milot impede uma análise comparativa mais detalhada. No entanto, os dados de Les Cayes revelam o impacto que o massacre teve em uma localidade específica e nos possibilita entender o que norteava as preocupações de especialistas no despontar daquele evento. Na tabela, nota-se a incidência dos dois principais modos de criação dos porcos antes do massacre: “presos à corda” (*à la acorde*) e o “sistema de savana” (*savanne*), com os animais relativamente livres nos terreiros e espaços domésticos. Por vezes, esses dois modos de criação eram combinados com o “parque” (*parc* ou

chiqueiro sem cobertura). A necessidade de um novo sistema de criação é reiterada ao longo de todo o relatório, destacando que “muitas organizações do programa de repovoamento insistiram na construção de um sistema de criação aperfeiçoado [*improved raising/rearing system*] como pré-condição para que grupos domésticos ou associações recebessem os animais” (Grafton; Pognon; Robert, 1987, p. 8, tradução minha). Para um campesinato cujo capital era extremamente restrito e com uma de suas principais fontes de liquidez literalmente extinta, exigir que construíssem um chiqueiro aperfeiçoado como pré-condição para receberem novas espécies era, como definiu um morador de Milot, uma “verdadeira injustiça”.

Nesse sentido, do ponto de vista dos agentes do massacre, o que parece estar por trás dessa medida é, ao lado da contenção da peste suína, um princípio modernizador nos esforços de repovoamento, observável também em outros contextos onde o extermínio de animais teve lugar, particularmente, nas décadas de 1970 e 1980, como a República Dominicana (Mark; Chain; Ellis, 1981) e o Brasil (Viana, 2004). A construção de chiqueiros cobertos e cimentados, algo exigido pelas autoridades, propiciaria, acreditavam os especialistas, um “melhor ambiente de criação” para os animais e, conseqüentemente, um aumento no valor dos porcos brancos se comparados aos de antigamente, o que supostamente compensaria a grande quantidade de porcos de antes com um espécime de melhor qualidade (Grafton; Pognon; Robert, 1987). As exigências, contudo, não se restringiam somente a um chiqueiro moderno e a novas tecnologias de criação. Era necessário alimentar os novos animais com rações importadas e farelo de trigo, algo que implicava despesas que outrora inexistiam. Como nota madame Frank, durante a mesma conversa com Ti Tonton,

Os porcos que você está vendo, há pessoas que os têm, mas não é toda a gente. Porque, de fato, é preciso ter dinheiro para comprar farelo de trigo para dar aos animais. Mas com os outros porcos que tínhamos não havia isso. Você os amarrava, eles comiam ervas, coisas cruas, de tudo. Mas os que estão aí, é necessário ter dinheiro para comprar farelo de trigo [...] para fazê-los crescer.

Os porcos crioulos eram vistos como uma espécie de poupança e um retorno rápido poderia ser planejado a partir de uma alimentação dedicada à engorda ao longo de algumas semanas, conhecida como *angrase*, comumente feita por meio

de uma dieta concentrada em abacates, como ilustra bem a pintura de Charles Saül que abre este artigo. Quando havia a necessidade de se empregar uma grande soma de dinheiro, prevista ou não, como em despesas escolares, funerárias, matrimoniais ou em caso de doenças, engordava-se o animal e em algumas semanas era possível vendê-lo, obtendo, assim, um retorno monetário rápido. Conforme o relato de um antigo morador de Samson, Michelet: “Um porco crioulo, primeiramente, era uma poupança bancária para os desafortunados [*malere*].” “Era sobre os porcos”, continua Michelet, “que se assentava a economia da casa [*lekonomi lakay*].” Com a chegada dos porcos brancos, seu novo sistema de criação era extremamente desvantajoso, o que consequentemente levou a uma queda drástica nas possibilidades de existência das criações, tendo efeitos diversos na economia e na vida ritual dos camponeses. Havia ainda pessoas que encararam a medida como uma entre as tantas que, desde finais do século XIX, buscavam combater as práticas mágico-religiosas populares no país (Ramsey, 2011). Esse é, com efeito, um dos temas tratados pelo documentário *A pig's tale* (1997), de Leah Gordon e Anne Parisio, que segue a jornada de um rapaz em busca de um porco crioulo para um sacrifício exigido por um espírito herdado de sua família (*lwa*). Como mostra o filme, eliminando os porcos, animais-chave nos rituais de sacrifício e *serviços* (*sèvis*), avançava-se contra formas tradicionais de interação com entidades espirituais e outros seres mágicos do vodu.²¹

Nas palavras de madame Frank, uma interlocutora de campo que confirmava o argumento de outras pessoas com quem conversei, o problema era, de fato, o “sistema dos porcos crioulos”. Rememorando o momento da chegada dos agentes que vieram dar fim às criações, ela assim continua seu relato:

Pelos grandes, nos deram 40 dólares haitianos, 20, pelos médios, e 5, pelos pequenos.²² Eles matavam os porcos e nos davam dinheiro. Mas nos deixavam a

21 O que hoje conhecemos como vodu é um termo complexo que tenta abarcar uma série de fenômenos mágico-religiosos. Em meu trabalho de campo, e como frequentemente destacam outros pesquisadores, o termo apareceu poucas vezes para tratar dessa interação, sendo mais precisamente utilizado para definir batuques, danças e músicas. Sobre isso, ver ainda Richman (2005), Ramsey (2011), Bulamah (2015) e Bulamah e Dalmaso (2019).

22 Versões sobre os valores exatos variam, mas todas afirmam que o valor pago era significativamente menor do que se pagava em uma transação usual. Quanto à quantidade de porcos que havia no país na época do massacre, não há consenso entre estudiosos, com números variando entre 1 e 2 milhões.

carne para que fizéssemos o que a gente quisesse. Eles mesmos é que matavam os porcos com um golpe de bastão. *Eles não queriam o sistema desses porcos.* Foi para nos enviarem os outros porcos que mataram os nossos. Diziam que tinham uma doença, que comiam muita coisa, muita porcaria. *Foi o que os fez eliminar o nosso sistema para colocar o sistema deles.*

O novo *sistema* exigia, então, uma atenção maior com o espaço e com a alimentação dos porcos, objetificando-os conforme o universo das criações industriais (Ingold, 2000). A categoria *sistema* é aqui operada como indício da diferença, de algo que, conforme elaboraram alguns interlocutores, tem um *funcionamento*, um *jeito* ou um *modo* distinto e, sobretudo, que possui uma história específica. São técnicas, práticas e representações que constituem um conjunto de interações historicamente construídas. Isso nos aproxima da noção de “sistema domesticatório” proposta por Jean-Pierre Digard (1999). Para o autor, que toma inspiração nas discussões da escola francesa de antropologia e história da técnica e nos trabalhos de Lévi-Strauss, a técnica implica uma tensão com a matéria, no caso, com os próprios animais (Digard, 1988, p. 46). Em sua definição, um sistema domesticatório é “tudo o que o homem investe na produção e utilização de animais: em ação técnica, em organização social, em pensamento [...], em representações, etc.” (Digard, 1999, p. 14, tradução minha).

Nesse sentido, o sistema domesticatório é um fato social total, como aponta Jeremy Deturche (2017), pois recoloca a domesticação na sociedade, “não unicamente como simples prática provedora [...], mas nas suas dimensões de parentesco, política ou economia” (Deturche, 2017, p. 388). Porém, se a noção de sistema domesticatório avança ao olhar a domesticação como algo que não paira sobre a sociedade, e isso é um dos problemas da noção apontados por Deturche (2017, p. 397-398), ela supõe conjuntos mais ou menos estabelecidos entre, de um lado, humanos e, de outro, animais.

Na perspectiva dos moradores rurais do Haiti, por sua vez, o sistema dos porcos crioulos supunha exatamente um conjunto de interações no qual os animais não eram reduzidos a categorias coletivas, mas interagiam de modo criativo com humanos, espíritos e outros seres. Por isso, a substituição dos porcos crioulos pelos porcos brancos causou ruídos exatamente por não serem os *mesmos porcos*, como pode supor a noção de espécie propagada pelos veterinários e sanitaristas estrangeiros. A imposição do sistema dos porcos brancos

buscou, de fato, estabelecer essa homogeneização a partir de uma outra visão do que eram os animais e de um outro conjunto técnico. Assim, tentava-se propor novas interações entre humanos e animais substituindo a liberdade por formas intensivas de confinamento. Entre humanos também não foi diferente: em algumas regiões, a introdução dos porcos foi realizada a partir de comitês de criação privados, o que produziu hierarquias entre moradores rurais de uma mesma vizinhança, estimulando conflitos, inveja e acusações de feitiçaria.²³ Como resumiu um antigo criador de porcos de Milot, “os *desafortunados* não podem mais ter porcos, só gente rica”.

Com o tempo os porcos brancos foram se adaptando e passaram a comer aquilo que encontravam, do mesmo jeito que os antigos, exigindo uma ração especial somente nos períodos de engorda. Porém, mesmo com essa adaptação, havia ainda algo a mais que diferenciava porcos brancos e crioulos, particularmente com relação aos comportamentos e hábitos alimentares. Senhor André, em sua descrição do massacre, assim revela: “Mataram os nossos porcos, mas os que nos enviaram é só destruição. Ou seja, eles comem tudo o que é das pessoas. Quando veem um pé de fruta-pão, puxam-no e comem. Puxam para cá e para lá. É só destruição.” O descontrole da nova espécie de que fala senhor André diz respeito a esse outro *sistema*, pouco coordenado com a ecologia local, destruindo paisagens e plantas importantes para consumo, como a fruta-pão.

Há, ainda, uma diferença fundamental que configura a expressão maior do descontrole desse *sistema*: o fato de que os porcos brancos eram perigosos a outras criações e também às pessoas, particularmente às crianças. Se os porcos de antes viviam de modo mais livre, os brancos, “se você largá-los soltos”, nota Ti Tonton, “eles podem comer gente. Sim, eles comem gente. Se você largar um porco e uma criança estiver no chão, ele a come.”

23 Paul Farmer (1992, p. 14-15, grifo meu) relata o caso de Manno, um jovem recém-chegado ao vilarejo de Do Kay (nome fictício de uma localidade na região de Mirebalais), que, em 1982, começou a demonstrar sinais de uma nova doença: *sida*. Para muitas pessoas do vilarejo aquela, como tantas outras enfermidades, havia sido *enviada* (*voye*) por alguém motivado por *inveja* (*jalouzi*). Como descreve o antropólogo: “[Manno] was entrusted with a number of public – and remunerative – tasks, including taking care of the village’s new water pump and the *community pig project* [...]. That an outsider would be granted such favors was deeply resented by some of the villagers, as became clear after Manno fell ill.” Para uma descrição mais detalhada da chegada dos porcos brancos nessa mesma localidade, ver Farmer (1992, p. 38-41).

Relatos sobre ataques de porcos a galinhas, pintinhos e crianças chegaram também às emissoras de rádio locais e nacionais, como na descrição do agrônomo Jean-Jacques Honorat em uma emissão de novembro de 1986, na Rádio Haïti-Inter (Destruction du cochon créole..., 1986, tradução minha):

Os porcos americanos importados possuem um modo de vida que não permite sua adaptação ao país e os próprios criadores de porcos não conseguem se adaptar a esses animais. [...] É preciso que se faça um estábulo em cimento numa grande instalação física, que os camponeses não possuem nem para a própria família. [...] Em várias partes do país, como na região de Miragoâne, por exemplo, os camponeses se desdobraram para fazer um estábulo com troncos de palmeira para os porcos importados. Mas o que ocorreu foi que os porcos comeram os troncos. Os camponeses não conseguiam dar-lhes a ração especial que os porcos demandavam e porcos são bichos grandes, por isso, eles comeram as madeiras, fugiram e começaram a comer as galinhas dos camponeses e até mesmo os moradores rurais, até mesmo o povo, as crianças.²⁴

Tais observações sobre os porcos brancos fornecem uma dimensão ontológica importante relacionada à própria percepção do que é estrangeiro nesses povoados rurais: os porcos introduzidos se parecem com *brancos* (*blan*) e colocam em risco a vida das próprias crianças, tal como nas narrativas de sequestro e assalto que envolvem seres associados à *maldade* (*mechanste*), alguns deles sendo *moun vini*, pessoas vindas de outras regiões e, por isso, de fora do círculo familiar (Bastien, 1951, p. 55; Derby, 2015; Fiod, 2015; Marcelin, 2012; Thomaz, 2010). De fato, os *malveyan* (“figuras malignas”), particularmente os *lougawou* (lit. “lobisomens”), condensam um estado puro de *maldade* ao ponto de se assumirem como uma espécie de epítome do mal, sendo correntemente empregados em analogias cotidianas para se falar de algum desafeto ou inimigo. *Moun ki manje moun* (“pessoas que se alimentam de outras”), como definiu uma interlocutora, os *lougawou* são figuras metamorfas, seres meio-humano e meio-animal, que possuem uma fome predatória e desagregadora, circulando por povoados

24 Jennie Smith (2001, p. 30) afirma ter ouvido relatos similares na região de Grand’Anse durante seu trabalho de campo.

e vilarejos particularmente durante a noite.²⁵ Eles podem assumir a forma humana ou a de animais como cavalos, cachorros e sobretudo porcos, processo localmente conhecido como *dedouble*. Sua ação se dirige, particularmente, contra crianças ou mães que tiveram filhos recentemente, e consiste em adoecê-las, alimentando-se de seu sangue e consumindo-as até a morte. Que tais seres se metamorfoseiem e estejam a meio caminho entre natureza e cultura é um indício de seu poder.²⁶ A desordem causada pela introdução dos novos porcos teve, assim, um amplo impacto na ecologia e na vida dos camponeses, pois os animais importados possuíam novas exigências e agiam de um modo distinto dos porcos crioulos. Como destacou Honorat na emissão de rádio, os porcos

25 Outras denominações locais de seres malignos são *vijilans*, *chanpwèl* e *bizango*. Ver também Fiod (2015), para um trabalho mais detido sobre esse tema. Rémy Bastien (1951, p. 55) nota que há uma interação de fundo entre *lougawou* e a mãe da criança que passa pela aceitação de uma dádiva, descrita por uma interlocutora do antropólogo como um sonho em que ela aceitou um doce oferecido pela figura maligna, colocando-a em uma relação de dívida com aquele ser. O romance de Gary Victor, *Saison des porcs*, centra-se na história de um detetive que investiga uma rede internacional de tráfico de sangue da qual participa um velho amigo seu que, ao envolver-se com figuras de poder e magia, começa a se transformar em um porco. Recentemente, houve uma votação no senado haitiano em que se discutiam leis anti-LGBT – denominados(as) *masisi*, no caso dos homens, e *madivèz*, para as mulheres, ou simplesmente *masi-madi* – e após terem sido aprovadas, um dos senadores que apoiou a medida declarou em uma entrevista a uma rede nacional que a liberdade de pessoas LGBT se comparava aos excessos de liberdade dos *lougawou* e que, por isso, deveria ser restringida. Vídeos começaram a circular retratando os senadores que passaram a lei como “caçadores de *lougawou*”. Cf. vídeo publicado por Michel Degraff em sua página pessoal no Facebook: <https://www.facebook.com/michel.degraff/videos/10155644461748872/> (acesso em 27/04/2018).

26 Diversas são as técnicas de proteção contra os *lougawou*. Entre elas estão os banhos de folhas em crianças e a administração de café e outras bebidas amargas à mãe e ao bebê. Isso serve, como me explicaram em Samson, para “deixar o sangue amargo” (*fè san amè*), causando repulsa a esses seres. Também o uso de “apelidos” (*non gate*) tem sua eficácia, pois o nome verdadeiro dá acesso à pessoa e lhe deixa suscetível a ataques. Não há alarde quando uma mulher fica grávida e o nome só é revelado algumas semanas depois do nascimento e para pessoas próximas. Publicamente, a criança recebe um apelido, normalmente em referência a algum elemento doméstico ou divino. Uma pessoa pode ainda ter vários apelidos, sendo comum assumir o nome, ou uma variação aproximativa, de um padrinho ou madrinha, além de acumular outros ao longo da vida. Esbocei uma análise dos nomes e sua relação com a proteção em um texto anterior que pode ser consultado em Bulamah (2013). Ademais, durante meu primeiro trabalho de campo, ao tentar inicialmente fazer genealogias das diferentes famílias de Samson, notava que os nomes iam variando e alguns se recusavam a me fornecer os “nomes de batismo” (*non batistè*), o que pode ter alguma relação com as próprias formas de interação entre camponeses e o Estado e as tensões fundiárias ao longo da história, revelando uma recusa às formas de codificação burocráticas e uma aproximação entre Estado e *lougawou*.

brancos não se adaptaram ao país, assim como os criadores não se adaptaram a eles. O *sistema* era outro e, apesar das promessas e expectativas, as criações nunca retomaram a abundância dos tempos passados.

Para madame Frank, os porcos garantiam não só a possibilidade de reserva de liquidez, como também uma autonomia dos jovens com relação aos mais velhos. Como ela afirma,

se você tivesse um filho, como esses [apontando para os seus], poderia dar-lhe de presente alguns trocados. E ele poderia comprar um porquinho. E esse porco era quem colocava a criança na escola. Ele poderia vender o porco e, se fosse uma fêmea, quando tivesse filhotes, os venderia para comprar uniforme, sapatos, livro e mochila. A fêmea do porco tem sempre muitos filhotes. A criança poderia utilizá-los para pagar a escola, vendendo um ou dois porquinhos. Isso já não acontece mais. Com a ajuda dos porcos pequenos, as crianças poderiam adquirir coisas, dos avós, dos padrinhos, poderiam fazer de tudo. Os porcos ajudavam na escola e também na compra de um pedaço de terra. Você poderia ainda fazer um cartão do hospital. Se a criança ficasse doente e precisasse se tratar e você não tivesse dinheiro, você chamava alguém, venderia o porco e iria com a criança ao hospital. Mas agora, aqui, as crianças já não têm mais porcos. Esses porcos eram uma ajuda e tanto às pessoas.

O valor da autonomia para os camponeses e as tensões geracionais foram assuntos também tratados pelo antropólogo haitiano Rémy Bastien (1951), indo ao encontro do argumento de madame Frank. O autor nota, numa discussão sobre o lugar do individualismo na sociedade camponesa, que desde cedo cultiva-se uma responsabilidade econômica desenvolvida dentro de uma estrutura social na qual a hierarquia é reinante. A autoridade paterna é, naquele universo, algo incontestável. Nesse sentido, destaca Bastien (1951, p. 37, tradução minha), “a tirania na educação coexiste com um verdadeiro liberalismo no que concerne o cultivo das terras...”.

Se os porcos eram “bancos” ou “poupanças”, o massacre atirou os camponeses em uma situação frágil na qual, para arcar com as exigências de gastos com cerimônias, morte ou doença tiveram que reestruturar suas vidas. Sem mais poder contar com a renda dos porcos, mudou-se todo o *sistema*. Crianças e jovens perderam a possibilidade de autonomia associada aos porcos e o resultado

imediatamente foi o aumento da evasão escolar, que alcançou cifras entre 30% e 50%, segundo observadores da época (Aristide, 2000, p. 14-15; Deshommes, 2006, p. 68).²⁷ Com isso, alterou-se também a relação dos moradores rurais com as plantas, com outros animais, com os alimentos e com a própria terra. Era o fim de um mundo ou, como destacou Michelet, “a morte do próprio país”:

Foram os americanos que vieram com [os porcos estrangeiros]. Vieram com eles e disseram que nossos porcos transmitiam doença. Fizeram mesmo foi uma campanha depreciativa para jogar o país no abismo. Essa é uma campanha que temos que suportar enquanto haitianos e haitianas. Sabe? Isso é algo que nunca vai ter reparação. Pois do jeito que aqueles animais nos eram úteis, acreditávamos que [a substituição dos porcos] seria algo bom. Mas não há nada que seja bom. [...] Agora, os [porcos] que estão aqui não são iguais aos que possuíamos. Isso foi a morte do próprio país.

Sujeitando porcos, sujeitando pessoas: evento e desordem

“Os massacres se tornaram vitais” (Foucault, 1976, p. 180, tradução minha). É o que afirma Michel Foucault no último ensaio que compõe a *História da sexualidade I: a vontade de saber*. O tema dos massacres perpetrados por Estados modernos é, para o autor, uma das evidências da passagem de uma lógica de submissão a um poder soberano para uma lógica do biopoder, onde não mais somente o corpo, mas a vida de populações inteiras passa a ser o objeto das tecnologias e políticas de vigilância, sujeição e dominação. Interessava ao filósofo francês refletir sobre como formas liberais de governo incidem na gestão

27 Elizabeth Abbott (1988, p. 274-275) faz a seguinte observação sobre os efeitos da morte dos porcos: “School opening that October, the first after PEPPADEP’s final eradication of the nation’s pigs, revealed that [school] registration had plunged as much as 40 to 50 percent. Street vendors of cheap notebooks and pencils went hungry. The Lebanese and Syrian dry good merchants had unsold stockpiles of checkered cotton for the traditional Haitian school uniforms. Deschamps Printing Company’s orders for Creole and French textbooks plummeted. All over Haiti, children stayed at home, understanding that something was happening to them and that times were suddenly much harder.”

da saúde pública. É no ano da publicação de seu ensaio, 1976, que os primeiros casos de ebola começaram a colocar em alerta autoridades sanitárias internacionais (Keck, 2015, p. 227) e, apenas dois anos depois, tem início o massacre dos porcos na ilha de Espanhola.

Ali, a biopolítica se realizou também na gestão da vida animal e sua eliminação visava exatamente a garantia da existência de outra população. Se o poder soberano, para Foucault, se caracteriza pelo “fazer morrer e deixar viver”, a biopolítica do Estado moderno é marcada pela possibilidade de “fazer viver e deixar morrer”. No caso dos massacres, como nota o autor, “o círculo se fecha”, as duas possibilidades se confundem e confluem em um contínuo marcado pela anatomopolítica que dá lugar à biopolítica. Como agentes de uma patogenia que se espalhava pelo globo, era necessário eliminá-los por completo. A facilidade com que isso ocorreu pode ser explicada pela combinação entre a efetiva ação do Estado e a razão imperialista estadunidense que se assentava em uma percepção biomédica hegemônica de que porcos compunham uma única espécie: seres sem história ou historicidade, que poderiam ser substituídos por outros espécimes, mais adaptados aos esquemas industriais de criação e produção de carne. Meros animais de confinamento, sujeitos à ordem social humana, ao controle reprodutivo e à utilização intensiva em busca de lucro.

Por sua história, sua ecologia e seu papel na constituição de uma autonomia camponesa, em estreita cooperação com os humanos, bem como por um ritual que fundou a nação, os porcos crioulos tinham grande valor entre camponeses e criadores em geral (Bulamah, 2019). Na leitura das autoridades nacionais, os porcos foram submetidos a um sacrifício, justificado como um “pan-americanismo” exemplar do governo e dos haitianos em geral. A destruição desse *sistema* pode ser entendida como uma medida de biossegurança que serviu à imposição de novas formas de sujeição animal, impactando, por sua vez, as próprias formas de sujeição de camponeses e moradores rurais ao Estado e a forças externas, produzindo endividamentos, avanços sobre as florestas para a produção de carvão vegetal e adensando formas de dependência e de dominação, tanto animais quanto humanas. Isso foi acompanhado por uma espetacularização do sacrifício, com imagens de animais mortos, de laboratórios campais e de caçadas circulando em periódicos e publicações especiais por todo o globo, mobilizando exércitos e brigadas em uma imensa guerra contra os porcos.



Figura 3. À esquerda: imagem sem título (Mark; Chain; Ellis, 1981, p. 4); à direita: “Em setembro de 1980, todos os porcos domésticos da República Dominicana foram massacrados” (Mark; Chain; Ellis, 1981, p. 15, tradução minha).

Para os moradores rurais, com a morte de seus porcos, o resultado foi a passagem a um mundo em que veterinários e sanitaristas eram os intérpretes de um novo projeto de natureza, no qual os animais deveriam ser eliminados dos círculos domésticos e novos métodos e técnicas de criação se assumiriam como artifícios de uma modernização a partir de novas formas de governo e controle, definindo uma nova geografia social. Surgiram rumores de porcos escondidos no norte do Haiti e na Ilha da Tartaruga, onde outrora piratas caçavam porcos ferais. Houve ainda tentativa de reintrodução de espécies crioulas de outras partes do Caribe, como a Jamaica, sobretudo após pressão de uma importante associação de camponeses e de órgãos ligados à Igreja Católica. Algo que foi logo descartado ou não passou de um esforço pontual, devido, sobretudo, ao excesso de burocracia e aos testes exigidos pelo Ministério da Agricultura do Haiti (*Destruction du cochon créole...*, 1986). A autonomia e a liberdade de antes foram suspensas e um novo *sistema* foi então imposto.

Nessa vida multiespécie, os porcos crioulos passaram por um sofrimento que foi sentido por todos. Não só enquanto metáfora de um país que vai à ruína, mas também metonimicamente por serem eles mesmos partícipes de um *sistema* que dependia de sua vida e de sua cooperação, estabelecido por meio de uma coevolução marcada por formas de mutualidade (Kropotkin, 1902). Sua

ausência se fez e ainda se faz sentir por muitos. A história dos porcos ainda é contada e, mesmo em sua ausência, a vida camponesa em Milot é permeada pelos valores a que esses animais estavam associados e dos quais participaram ativamente na elaboração histórica. Mais do que isso, sua morte representou um passo a mais em direção à sujeição e ao controle das comunidades rurais por meio da demonstração efetiva do poder ditatorial e da espetacularização sacrificial do poder estadunidense, notável pela rápida circulação de imagens, de notícias e de discursos que celebravam o massacre. Com o passar dos anos, um novo *sistema* foi estabelecido, atingindo um equilíbrio, e hoje, em Milot, é possível ver pequenas criações, mas normalmente restritas a um ou dois animais. Contudo, as previsões de que a qualidade dos porcos compensaria a quantidade de antigamente não se cumpriram. Desafortunados (*malere*), como costumam referir-se coletivamente os moradores rurais haitianos, a morte dos porcos foi mais um entre os tantos episódios a que os pobres e camponeses do país tiveram de “suportar enquanto haitianos e haitianas”.

Referências

10th COORDINATING Committee meeting held at Peppadep-Delmas, 14-16 Nov. 1983. Relatório de reunião. Port-au-Prince: [s.n.], 1983.

ABBOTT, E. *Haiti: the Duvaliers and their legacy*. London: Hale, 1988.

ANDRIOLLI, C. S. *Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais: “Mexer com criação”* no Sertão do IBAMA. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ARISTIDE, J.-B. *Eyes of the heart: seeking a path for the poor in the age of globalization*. Monroe: Common Courage Press, 2000.

BALASSA, B. *Bibliography of African swine fever, 1921-1965*. Greenport: U.S. Dept. of Agriculture, Agricultural Research Service, Animal Disease and Parasite Research Division: Plum Island Animal Disease Laboratory, 1966.

BASTIEN, R. *La familia rural haitiana, Valle de Marbial*. México: Libra, 1951.

BULAMAH, R. C. *O cultivo dos comuns: parentesco e práticas sociais em Milot, Haiti*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BULAMAH, R. C. Um lugar para os espíritos: os sentidos do movimento desde um povoado haitiano. *Cadernos Pagu*, n. 45, p. 79-110, 2015.

BULAMAH, R. C. *Ruínas circulares: vida e história no norte do Haiti*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

BULAMAH, R. C. De *marrons* a *kreyòl*: a chegada dos porcos ao Caribe e a gênese do campesinato haitiano (1492-1804). In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 7., 2019, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. p. 1-27.

BULAMAH, R. C.; DALMASO, F. Revisitando o vodu: interações e movimentos entre humanos e espíritos em dois contextos haitianos. *Campos*, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2019.

CALLIS, J. J. African swine fever: a review. In: INTER-AMERICAN MEETING AT THE MINISTERIAL LEVEL ON FOOT-AND-MOUTH DISEASE AND ZONOSSES CONTROL, 12., 17-10 April 1979, Willemstead, Curacao. *Animal health in the Americas*, 1979: African swine fever: animal health laboratories and their support of health care programs in rural areas: proceedings... Washington, D.C.: Pan American Health Organization: Pan American Sanitary Bureau: Regional Office of the World Health Organization, 1980. p. 39-42.

CASSIDY, R.; MULLIN, M. (ed.). *Where the wild things are now: domestication reconsidered*. Oxford: Berg, 2007.

CROSBY, A. W. *Ecological imperialism: the biological expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

DERBY, L. Imperial idols: French and United States revenants in Haitian Vodou. *History of Religions*, v. 54, n. 4, p. 394-422, 2015.

DESHOMMES, F. *Haïti la nation écartelée: entre “plan américain” et projet national*. Port-au-Prince: Cahiers Universitaires, 2006.

DESTRUCTION DU COCHON CRÉOLE: les efforts de Caritas pour remplacer le cochon créole. *Radio Haiti*, nov. 1986. Disponível em: <http://radiohaitilives.com/fr/enregistrements/destruction-du-cochon-creole-les-efforts-de-caritas-pour-remplacer-le-cochon-creole-novembre-1986/>. Acesso em: 28 mar. 2017.

DESTRUCTION OF PIGS urged to halt fever in Rome area. *The New York Times*, New York, p. 28, 12 abr. 1967.

DETURCHE, J. A “genética” do cotidiano: seleção e reprodução na criação de vacas Montbéliarde (França). In: SAUTCHUK, C. (org.). *Técnica e transformação: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017. p. 379-400.

DIEDERICH, B. Swine fever ironies: the slaughter of the Haitian black pig. *Caribbean Review*, v. 14, n. 1, p. 16-17, 1985.

DIGARD, J.-P. Jalons pour une anthropologie de la domestication animale. *L'Homme*, v. 28, n. 108, p. 27-58, 1988.

DIGARD, J.-P. *Les français et leurs animaux*. Paris: Fayard, 1999.

EDITORIAL: bon appétit, messieurs!. *Radio Haiti*, 20 oct. 1980. Disponível em: <http://radiohaitilives.com/fr/enregistrements/editorial-bon-appetit-messieurs-20-octobre-1980>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FARAGE, N. De ratos e outros homens: resistência biopolítica no Brasil moderno. In: LÉPINE, C.; SCHWARCZ, L.; HOFBAUER, A. (ed.). *Manuela Carneiro da Cunha: o lugar da cultura e o papel da antropologia*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011. p. 279-309.

FARMER, P. *AIDS and accusation: Haiti and the geography of blame*. Berkeley: University of California Press, 1992.

FEW, M.; TORTORICI, Z. (ed.). *Centering animals in Latin American history*. Durham: Duke University Press, 2013.

FIOD, A. *Lougawou: feitiços, famílias e crianças em Siwvle, Haiti*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité*. Paris: Gallimard, 1976.

GARCIA, U. *Karawara: a caça e o mundo dos Awá-Guajá*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GRAFTON, R.; POGNON, H.; ROBERT, L. *The raising of pigs before and after PEPPADEP*. Les Cayes: USAID: University of Arkansas: Winrock International: Ministère de l'Agriculture d'Haïti, 1987. Disponível em: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNABC219.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

GROUPE DE RECHERCHE POUR LE DÉVELOPPEMENT. Peste porcine africaine, cochons et paysans en Haïti. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 27 fev. 1981.

HESS, W. R. *African swine fever virus*. New York: Springer-Verlag, 1971.

HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. Porto Alegre, ano 23, n. 48, maio/ago. 2017.

INGOLD, T. From trust to domination: an alternative history of human-animal relations. In: INGOLD, T. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000. p. 61-76.

- KECK, F. Liberating sick birds: poststructuralist perspectives on the biopolitics of Avian influenza. *Cultural Anthropology*, v. 30, n. 2, p. 224–235, 2015.
- KELLY, J. D.; KAPLAN, M. *Represented communities: Fiji and world decolonization*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- KROPOTKIN, P. *Mutual aid: a factor of evolution*. New York: McClure Phillips & Co., 1902.
- LATOUR, B. *The pasteurization of France*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- LÉVI-STRAUSS, C. Somos todos canibais. *Verve*, v. 9, p. 13-21, 2006.
- MALMQUIST, W. A.; HAY, D. Hemadsorption and cytopathic effect produced by African Swine Fever virus in swine bone marrow and buffy coat cultures. *American Journal of Veterinary Research*, v. 21, p. 104-108, 1960.
- MANSO RIBEIRO, J. et al. Peste porcine provoquée par une souche différente (Souche L) de la souche classique. *Bulletin de l'Office international des épizooties*, v. 50, p. 516-534, 1958.
- MARCELIN, L. H. In the name of the nation: blood symbolism and the political habitus of violence in Haiti. *American Anthropologist*, v. 114, n. 2, p. 253-266, June 2012.
- MARK, L.; CHAIN, P.; ELLIS, K. *African swine fever*. Washington, D.C.: U.S. Dept. of Agriculture, Animal and Plant Health Inspection Service (USDA): Agency for International Development (USAID): Food and Agriculture Organization (FAO), 1981.
- MENDES SERRÃO, U. African swine fever in Brazil. In: INTER-AMERICAN MEETING AT THE MINISTERIAL LEVEL ON FOOT-AND-MOUTH DISEASE AND ZOONOSSES CONTROL, 12., 17-10 April 1979, Willemstead, Curacao. *Animal health in the Americas, 1979: African swine fever: animal health laboratories and their support of health care programs in rural areas: proceedings...* Washington, D.C.: Pan American Health Organization: Pan American Sanitary Bureau: Regional Office of the World Health Organization, 1980. p. 43-54.
- MÉTRAUX, A. *Making a living in the Marbial valley (Haiti)*. Paris: Unesco, 1951.
- MINTZ, S. W. *Sweetness and power: the place of sugar in modern history*. New York: Penguin, 1985.
- MITCHELL, T. *Rule of experts: Egypt, techno-politics, modernity*. Berkeley: University of California Press, 2012.
- MONTGOMERY, R. E. On a form of swine fever occurring in British East Africa (Kenya Colony). *Journal of Comparative Pathology and Therapeutics*, v. 34, p. 159-191, 1921.
- MOURA, J. et al. An analysis of the 1978 African swine fever outbreak in Brazil and its eradication. *Bulletin de l'Office international des épizooties*, v. 29, n. 3, p. 549-563, 2010.

MURRAY, G. The Haitian pig slaughter. *An Island Luminous*, [2016]. Disponível em: <http://islandluminous.fiu.edu/part10-slide12.html>. Acesso em: 10 mar. 2017.

NEIBURG, F. A true coin of their dreams: imaginary monies in Haiti. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 6, n. 1, p. 75-93, 2016.

PALMIÉ, S.; SCARANO, F. *The Caribbean: a history of the region and its peoples*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

PEREIRA, L. P. Os sacrifícios da carne: a morte do gado e a produção dos banquetes nas folias de Urucuia, MG. *Religião e Sociedade*, v. 32, n. 1, p. 71-96, 2012.

A PIG'S TALE. Direção e produção: Leah Gordon e Anne Parisio. [S.l.]: Parisio Production, 1997. color. 52 min.

PLUMMER, B. G. The golden age of tourism: US influence in Haitian cultural and economic affairs, 1934-1971. *Cimarrón: New Perspectives on the Caribbean*, v. 2, n. 3, p. 49-63, 1990.

R@U: REVISTA DE ANTROPOLOGIA DA UFSCAR. São Carlos, v. 7, n. 1, jan./jun. 2015.

RAMSEY, K. *The spirits and the law: Vodou and power in Haiti*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

RICHMAN, K. E. *Migration and Vodou*. Gainesville: University Press of Florida, 2005.

SÁNCHEZ BOTIJA, C.; POLO JOVER, F. Informe sobre algunos aspectos de la peste porcina africana en España en 1964. *Bulletin de l'Office international des épizooties*, v. 62, p. 945-952, 1964.

SÁNCHEZ DÍAZ, O. Report on the status of African swine fever in the Dominican Republic. In: INTER-AMERICAN MEETING AT THE MINISTERIAL LEVEL ON FOOT-AND-MOUTH DISEASE AND ZOONOSSES CONTROL, 12., 17-10 April 1979, Willemstead, Curacao. *Animal health in the Americas, 1979: African swine fever: animal health laboratories and their support of health care programs in rural areas: proceedings...* Washington, D.C.: Pan American Health Organization: Pan American Sanitary Bureau: Regional Office of the World Health Organization, 1980. p. 55-59.

SAUTCHUK, C. E. Os antropólogos e a domesticação: derivações e ressurgências de um conceito. In: SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (org.). *Políticas etnográficas no campo da ciência e das tecnologias da vida*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2018. p. 85-108.

SCOTT, D. *Omens of adversity: tragedy, time, memory, justice*. Durham: Duke University Press, 2014.

SEVERO, R. Impoverished Haitians sell plasma for use in the U.S. *The New York Times*, New York, p. 2, 28 jan. 1972. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1972/01/28/archives/impoverished-haitians-sell-plasma-for-use-in-the-us.html>. Acesso em: 15 jan. 2017.

- SMITH, J. M. *When the hands are many: community organization and social change in rural Haiti*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.
- SORDI, C. Guerra ao javali: invasão biológica, feralização e domesticação nos campos sulinos. *R@U: Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 59-77, jan./jun. 2015.
- SORDI, C.; LEWGOY, B. Javalis no Pampa: invasões biológicas, abigeato e transformações da paisagem na fronteira brasileiro-uruguaia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 75-98, maio/ago. 2017.
- THOMAS, K. *Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- THOMAZ, O. R. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 86, p. 23-39, 2010.
- TORRIENTE, A. P. *Mar nuestro / Manteca*. San Juan: Fragmento Imán Editores, 2005.
- TROUILLOT, M.-R. *Haiti, state against nation: the origins and legacy of Duvalierism*. New York: Monthly Review, 1990.
- VANDER VELDEN, F. F. *Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana*. São Paulo: Alameda, 2012.
- VIANA, F. C. *História e memória da peste suína africana no Brasil, 1978-1984: passos e descompassos*. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- VIBRANT. Brasília, v. 13, n. 2, July./Dec. 2016.
- WOLF, E. *A Europa e os povos sem história*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes. São Paulo: Edusp, 2002.
- WOODS, A. *A manufactured plague?: the history of foot and mouth disease in Britain*. London: Earthscan, 2004.

Recebido: 19/05/2019 Aceito: 14/11/2019 | Received: 5/19/2019 Accepted: 11/14/2019



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Biosecurity and the ecologies of conservation. An anthropology of collecting practices among virus hunters and birdwatchers

**Biossegurança e ecologias da conservação:
uma antropologia das práticas de coleção entre
caçadores de vírus e observadores de pássaros**

Frédéric Keck*

*Laboratoire d'anthropologie sociale – Paris, France

keck.fred@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7711-7288>

Abstract

This article describes prevention and preparedness as different techniques to conserve the past in order to anticipate the future. It relates the emergence of virology and ornithology to the places where samples are accumulated and classified. It then traces the role of anthropology in museums where cultural artifacts are conserved, to reflect on the possible interactions between microbiologists, birdwatchers and anthropologists in the field. It also asks questions about the position of China as a lack or an empty space in the global collections of museums.

Keywords: preparedness; conservation; museums; biosecurity.

Resumo

Este artigo descreve a prevenção e a preparação como diferentes técnicas para conservar o passado e antecipar o futuro. Ele relaciona o surgimento da virologia e da ornitologia com os locais onde as amostras são acumuladas e classificadas. Em seguida, o artigo traça o papel da antropologia em museus, onde artefatos culturais são conservados, para refletir sobre as possíveis interações entre microbiologistas, observadores de pássaros e antropólogos em campo. Por fim, o artigo também faz perguntas sobre a posição da China como ausência ou espaço vazio nas coleções globais dos museus.

Palavras-chave: preparação; conservação; museus; biossegurança.

In the last ten years, I have been investigating the research led by microbiologists on avian influenza in south China, and particularly in Hong Kong where the H5N1 virus has emerged in 1997, killing two thirds of the persons it infects, and considered as one of the candidates for the next pandemic. To understand this research, I have argued with a group of anthropologists that we need to distinguish between the rationality of prevention, which calculates risks on a territory based on the series of numbers built by statistics, and the rationality of preparedness, which mitigates an unpredictable yet catastrophic event through the enactive imagination of its effects in vital infrastructures (Collier; Lakoff; Rabinow, 2004; Lakoff, 2017). While most of my colleagues working on pandemic preparedness have looked at how microbiologists ally with public health authorities and pharmaceutical industries to produce what Carlo Caduff (2014) has called “pandemic prophecy”, I have focused on the alliance between microbiologists and birdwatchers to follow pathogens as they mutate between species. There were at least three reasons for such a shift in focus.

The first was ethnographic. I found it easier and more fun to spend time with birdwatchers than with hospital managers, because they would take a day off to lead me to bird reserves and teach me the names of birds while talking about the environmental struggles in which they were engaged, whereas public health officials had a lot to hide (despite official transparency) and no time to lose talking to an anthropologist.

My second reason was political. Coming from biosecurity studies that show how a public problem is framed through standardized techniques of preparedness (simulating epidemics and stockpiling masks drugs and vaccines following the model of a terrorist attack), I found it interesting to link the short temporality of emergency and crisis with the long temporality of ecological damage and rescue. In other words, working with birdwatchers allowed me to shift from biosecurity to biodiversity as a public problem that engages me as an observer and as a thinker.

The third reason was theoretical, which means, borrowing the term to Louis Althusser, a political choice I made within the academic field. Looking at the alliance between microbiologists and birdwatchers with the methods of an anthropology of the contemporary I learnt from Paul Rabinow (1999, 2003), I became sensitive to the analogies between their modes of reasoning and acting in their natural environment and those of hunters as described by more classical

anthropologists such as Philippe Descola (2013). I then decided to follow the “ontological turn” because it allowed me to take seriously what microbiologists and birdwatchers told me about birds. They follow them, they catch them and transform them into specimens, they see invisible entities which provide meaning to their flight, they gain authority by solving public problems through their knowledge about birds. In short, I decided to take seriously the metaphor of “virus hunters” often applied to microbiologists, and to delve into the complex relation birdwatchers have with bird hunters. What if we consider problems of biosecurity and pandemic preparedness from the perspectives of hunters?

The problem of pandemic preparedness has been mostly raised, in the words of Michel Foucault (2000, 2007), as a pastoral problem. Given the fact that modern states want to increase the health of their population through infrastructures of care and statistical knowledge, how can we do to avoid them acting too much? What is the good combination between a power to “make live” and a power to “make die”, particularly visible in the massive cullings of birds that gave modern states the opportunity to reaffirm their sovereignty at a time of uncontrolled circulation of living beings? I suggest, following the inspiration of Claude Lévi-Strauss (1966, 2016), to frame it as a cynegetic problem. Given that humans and birds share the same pathogens, what are the good conditions of communication between humans and birds to avoid infection and contagion? How can humans kill and eat birds without being infected by them as a revenge? I have argued that microbiologists and birdwatchers act as shamans in charge of solving or at least attenuating the contradictions faced by humans when they transform living beings into commodities in order to eat them.

This hypothesis has led me to emphasize the concept of sentinel that was used by microbiologists to describe their specific relation with birds in Hong Kong. The three main actors of my ethnography, Kennedy Shortridge, Malik Peiris and Guan Yi (2003, p. 70), declared just after the success of the battle against SARS when they had identified and contained a new virus in its animal reservoir: “The studies on the ecology of influenza led in Hong Kong in the 1970s, in which Hong Kong acted as a sentinel post for influenza, indicated that it was possible, for the first time, to do preparedness for flu on the avian level.” The concept of sentinel defines here a territory where signs of future pandemics are captured on animals so that the alarm is raised for humans – much as the canary in the coalmine used during the 19th century in Europe and the US.

But it also designates unvaccinated chickens at the entrance of the farm signaling the presence of flu viruses in the farm by dying or by seroconverting (Keck; Lakoff, 2013). Finally, according to microbiologists versed in immunology, we all have sentinel cells in our organisms which come to encounter new microbes to check if they are dangerous or not (that is, known or unknown) and raise alert to the rest of the immune system so that an adequate response is found (Steinman; Cohn, 1973). At these three levels, sentinels act as catalysts of relations between self and other.

In my research I have asked how living beings become sentinels for other living beings, be it at the level of a political territory, of a poultry farm or of a living organism. I have asked what kind of signals are produced on this threshold between living beings, and how they can produce a peaceful communication between beings rather than a crisis communication. This doesn't mean that I endorse an enchanted view of the work of microbiologists as contemporary shamans: rather, I develop their own critics of the excesses of pandemic preparedness, showing that they borrow traits to the critics addressed by hunters to pastoralist societies. In short, I consider the distinction between virus hunters and those Carlo Caduff (2015) has called microbe farmers as a critical site to make a diagnostic of the failures and potentialities of pandemic preparedness.

This hypothesis has been enforced by the last five years I spent as a participant observer at the musée du quai Branly in Paris. Thinking about museums through the concepts of science studies and material culture, I became more and more sensitive to the fact that the microbiologists and birdwatchers I had worked with in Hong Kong were not only hunting birds but also collecting them. To borrow the terms of Australian historians of science Warwick Anderson (2008) and Tom Griffiths (1996), microbiologists act as contemporary hunter-gatherers when they accumulate samples from the past to imagine the future, and they act as curators when they organize these samples as information available to the public in order to share their imaginary of the future. This has led me to focus my reflection on the notion of "avian reservoir" defined as the ecosystem in which influenza mutate asymptotically before transmitting to humans, sometimes using the mixing vessel of pigs. A pastoralist view of this notion would criticize the fact that Asian populations are described by public health authorities as living in too much proximity with their chickens and pigs; and indeed, "avian reservoirs" sounds like a stigmatization of "Asian people"

as a “reservoir for viruses”, in a new version of what Lévi-Strauss (1955) called “les tropiques bondés” by contrast with the “tropiques vides” of Amazonian forests. But I want to take a cynegetic view of avian reservoirs to conceive them precisely as an Amazonian forest, that is, as a space where human and non-human animals are connected by invisible entities called microbes, which can be captured, classified and mapped.

To do that, I want to show that avian reservoirs have been conceived in Asia as the equivalent of bird reserves and museums, and that this equivalence can be conceived by anthropologists precisely because anthropologists also spent time collecting and classifying human and non-human specimens. I argue, therefore, that cynegetic reasonings and practices are common to microbiologists, birdwatchers and anthropologists when they build natural reserves as museums for the conservation of the past and the imagination of the future, and that this explains the encounter between microbiologists, birdwatchers and an anthropologist on a Chinese sentinel post at the beginning of the 21st century. I will thus consider in this article a parallel genealogy of virology, ornithology and anthropology from the perspective of museums considered as avian reservoirs.

Museums of virology

The framework of the museum was applied to the research on influenza by the World Health Organization after the Second World War. This research had burgeoned in the interwar period, connecting microbiologists and epidemiologists to understand the mechanisms of the 1918 “Spanish flu” and the cyclical character of flu pandemics. The first isolation of a flu virus in a British laboratory in 1933, by inoculating ferrets with human mucus, was deemed successful because, by contrast with other experimental models, ferrets sneeze as humans, their temperature rises and their nose runs when they have the flu. Transferring influenza viruses from the clinic to the lab through animal models allowed microbiologists to compare them and organize their visibility, thus shifting from symptoms of a current disease to signs of future pandemics.

The US Army set up a Commission on Influenza in 1941 headed by Thomas Francis, who had confirmed the British isolation of the influenza virus with the

support of the Rockefeller Foundation. Among this team was a young virologist named George Hirst, who had discovered a technique to identify whether a flu virus was present in a human sample. Hirst (1941) had exposed a chicken egg containing a living eleven-day embryo with a flu virus, and observed that the red blood cells of the embryo were sticking together as if to defend themselves against the virus, a reaction he called agglutination and which was later reframed as hemagglutination. This discovery allowed Hirst to design a test (called HI assay), which combined the injection of flu viruses with the injection of human serum containing antibodies in a chicken embryo, and measured the antigenic differences between viral strains. The experimental model in the lab thus made visible and explained the obstacle faced by clinicians and epidemiologists: influenza viruses were constantly mutating, which made it difficult to design a vaccine for the next strains of influenza based on existing strains. If the difference between human strains was visible in chicken embryos in the lab, it became possible to prevent future pandemics by adapting vaccines to the distance between strains. Flu viruses were consequently classified by the surface protein that commanded the hemagglutination when the virus enters the cell, called H, before another surface protein called neuraminidase (N) was identified in the 1960's as playing a major role in the release of the virus from the cell, and then became a target for antivirals such as Relenza. Hence the names given to influenza viruses: H1N1, H2N2, H3N2, H5N1...

The World Health Organization benefited from these discoveries to proclaim after the war that influenza viruses from all over the world should be compared to adapt vaccines and prevent the next pandemic. In 1948, the Centre for Influenza Research of the WHO defined itself as a "museum" for flu virus strains, and asked laboratories to send them in a dessicated form. Notice the difference between a repository and a museum: while a repository contents itself with storing and conserving materials, a museum has to classify and inventory this material, but also to make its differences visible by displaying them to the public.

The dessicated viruses received by the Centre, will, as far as possible, be tested to determine their activity and, where appropriate, passaged to form a larger stock of dessicated material. It will thus constitute a sort of "museum" of dessicated strains of influenza. All laboratories that conduct research on the antigenic

relations between strains may request the Centre to be kept informed of available strains and obtain the sending of a particular strain. We will periodically submit the museum strains – or at least those which seem to be important and representative – to passages in eggs or others to maintain stocks and avoid losses. (quoted in Aranzazu, 2015, p. 46).

The technique of egg passaging designed by George Hirst was thus applied by the WHO Centre for Influenza to dessicated strains they received from labs, and in return laboratories from all over the world could compare the strains they received from clinics to reference strains. Just as art museums were being redefined by the International Council of Museums of UNESCO in 1945 as places where works of art were conserved and should circulate through temporary exhibitions, virology laboratories were redefined by WHO as places where flu viruses should safely circulate after major outbreaks before being compared at a central level. Virologists became the managers of a global circulation of viral strains, while a massive industry of chicken eggs, killing billions of chicken embryos, made possible this global production of knowledge, as the invisible working force underlying the visibility of the museum.

A major shift occurred at the end of the 1970's in influenza research, revealing the flaws of this dream of a universal museum of flu strains set up by WHO. The emergence of an H1N1 “swine flu” virus in the US – possibly from a “Spanish flu” virus released from a Soviet lab – triggered a massive campaign of vaccination after the death of a soldier in Fort Dix from this new virus in 1976. This campaign, known as “Swine Flu Fiasco” (Neustadt; Feinberg, 1983), was interrupted when 10% of the population had received the vaccine and more than 500 cases of Guillain-Barré syndromes were declared. This event showed the difficulties of preventing the next pandemic with vaccines based on the differences between strains. It also revealed that circulating flu viruses between labs was not neutral since virus strains, when they are alive, can escape from the labs and replicate in the population to cause new pandemics, which led to increasing concerns about bioterrorism after the end of the Cold War.

Another parallel event changed the strategy of the museum of viral strains. In 1976, the WHO opened an Expert Committee on the Ecology of Infectious Diseases under the leadership of its Chief Veterinary Officer, Martin Kaplan (Vagneron, 2015). The role of this committee was to anticipate the emergence

of new pathogens from animal reservoirs where they mutate. Among the key members of this committee were Graeme Laver and Robert Webster, who had set up a bank of influenza virus strains by collecting bird feces all over the world with the support of Martin Kaplan, but also Kennedy Shortridge, who had just opened the Department of microbiology at the Faculty of Medicine of the University of Hong Kong. Shortridge's idea was that since China was not part of WHO, and although major flu pandemics originated from south China which he considered an "influenza epicentre" (Shortridge; Stuart-Harris, 1982), there was very little knowledge on the flu strains circulating in China. Hence Hong Kong should become a sentinel where flu strains could be collected, compared and sent to WHO to contribute to the global museum.

These two events can be described as operating a shift from prevention to preparedness in the strategy of WHO as a museum of flu strains. The first event showed that the circulation and comparison of flu strains raise safety issues, as viruses have a life of their own which cannot be reduced to the distances between antigenic forms: they mutate, reassort, escape, trigger unexpected immune responses... The second event revealed that a large part of the global circulation of flu viruses remained unknown, because nation-States such as China refused to provide them, or simply because they didn't have the means to collect them. As Luc Boltanski and Arnaud Esquerre (2016) recently showed, when there are gaps in a collection, strategies must be found to cover these gaps. The invention of stockpiling vaccines was a response to the first event, and the implementation of sentinel devices was a response to the second. If the next flu pandemic could not be prevented based on the comparison between existing flu strains, it became necessary to prepare for it by capturing early warning signals to mitigate the consequences of the outbreak.

Simulation of pandemics thus became the major technique of influenza management at WHO. This became possible through Genbank, which has allowed virologists to compare in real-time a new strain to existing strains based on their genetic sequences, and to imagine through bioinformatics softwares where this new virus comes from and how it could evolve. Bruno Strasser (2019) has showed how Genbank has changed what he calls "the moral economies of biomedicine". Rather than replacing 18th century natural history, Strasser argues, experimental biology has rearticulated its method of building collections in a centre reflecting the diversity of the world. While natural

history collections displayed the power and wealth of those who accumulated them, Strasser argues that contemporary databases have reorganized this modern dream of the collection through a new moral economy of science, around the participation of all citizens to the production of science. The organizer of the database should not be the owner of the collection, but the manager of a collective effort in which every individual initiative is valorized. This idea of participative science through the use of databases is also very strong in ornithology, to which I now turn.

Museums of ornithology

The emergence of ornithology as a science of collecting and classifying birds has two causes: the Industrial Revolution, which led British naturalists to return to the countryside with a new gaze on ordinary birds (such as Gilbert White in his famous *Natural History and Antiquities of Selborne* published in 1789), and the travels around the world, which led to the accumulation in England of specimens of exotic birds (Bargheer, 2018). Joseph Banks, a botanist who later succeeded Isaac Newton as the head of the Royal Society, took part to the first travel of captain Cook in the Pacific Ocean between 1768 and 1771, and brought back 500 bird specimens and 32 drawings which he sent to the British Museum. The founder of British ornithology, John Latham, trained in anatomy and member of the Royal Society after 1775, consulted the bird collections sent by Joseph Banks at the British Museum as well as the cabinet of curiosities of Ashton Lever, which also contained specimens from the Cook voyages. He published *A General Synopsis of Birds* between 1781 and 1785, applying Linnaeus' systematic classifications as well as the division between land and water birds proposed by John Ray. As the specimens from Cook's travels rapidly turned into decay, particularly in Lever's cabinet, the handbook published by Latham secured the knowledge about bird diversity. While the cabinet of curiosities displayed birds for their extraordinary aspects, without much care for their materiality, ornithology museums defined the rarity of a bird species in relation to the whole collection, and conserved its materiality accordingly.

For ornithology museums, the vulnerability of bird materialities (not only the fragility of their skeletons, the organicity of their skins but also the colours

of their feathers) was a major problem, faced by the new profession of taxidermy. Since museums were conceived as repositories of knowledge about bird diversity, this rapid decaying reminded ornithologists of the ambivalence of killing birds. American ornithologists were particularly sensitive to this ambivalence, because they were first animated by a feeling of abundance of wildlife in the territory of their young nation, before discovering that many bird species became extinct after massive hunting campaigns (Barrow, 2009). The first curator in ornithology at the Smithsonian Institution, Robert Ridgway, was passionate of reading books as well as of hunting birds. His biographer, Daniel Lewis, writes that his “study of birds (was) largely initiated by sighting carefully down the barrel of a gun.” John Muir described him as having “wonderful bird eyes, all the birds in America in them.” (Lewis, 2012, p. 54, 63) By contrast with Audubon, who was mostly concerned with observing and drawing the birds of North America in their habitat, Ridgway was obsessed with classifying, conserving and exchanging bird specimens in the museum.

The dream of a complete classification of living beings following Linnaeus and Darwin’s principles is expressed in this definition of science by the *American Naturalist* in 1882: “a rationally established system of facts and ideas, which, over a given range of objects, confers certainty, assurance, probability, or even a doubt that knows why it doubts.” (Lewis, 2012, p. 85) The museum then became a place to foresee the future evolution of life by considering series of past cases. The evolutionary theory was a criteria to give value to the materiality of bird samples. It allowed curators to hierarchize their stocks of specimens following lines of supposed descent, and thus to select among all the specimens available those who had more value than others. Small birds were consequently preferred to big birds by curators, not only because they were less difficult to store, but also because they often filled the gaps in collections and were easier to exchange with private collectors who didn’t valorize them.

Yet the materiality of birds’ life and death returned in this system of ideas through the challenges of their decay. Lewis (2012, p. 135) notes that naturalists of the museum constantly expressed depression in the summer months, which he explains by the fact that arsenic was used in this month to prevent rotting of the skins and insects infestation. A new preventative against insects and skin deterioration, Maynard’s Dermal Preservative, became popular in

ornithology museums in the 1880's because it also protected the hands of curators from arsenic poisoning. Curators who took care of bird specimens through the ideal hierarchy of evolutionary systems thus suffered from the same troubles that affected the materialities of bird skins, and could take the perspectives of birds on their own decay. This led to a crisis of the natural history museum when awareness grew in the 1930's that birds collected in their environment became extinct. Caring for dead birds in museums was not enough: they needed to be protected in their natural habitat.

The global politics of ornithology after the Second World War was in many ways a reaction to the failures of national projects of bird conservation. Under the supervision of the International Union for the Conservation of Nature (IUCN), lists of endangered species were written to rule the exchanges of natural specimens between natural history museums and wildlife reserves. While it seems that wildlife reserves replaced natural history museums as sites to practice ornithology, it may be argued that these reserves were managed as museums, that is, as sites where the diversity of living forms should be monitored (Vidal; Dias, 2016). In 1946, Peter Scott opened the Wildfowls and Wetland Trust in Slimbridge to shelter all wildfowl species of the world in Britain. He founded the World Wildlife Fund in 1961 to provide money for conservation projects, and particularly to the IUCN, and set up the red list of endangered species. Birds were not valued any more as specimens filling gaps in a collection, but as "indicator species" in a trend to extinction (Moore, 1973). Ornithology museums and wildlife reserves have thus gradually shifted from a paradigm of prevention, with a theory of evolution that made series of bird species meaningful, to a paradigm of preparedness, with scenarios of extinction in which the fate of humans and non-humans is imagined through indicator species.

IUCN has thus played a role in natural history comparable to that of WHO in public health, by redefining the meaning and value of birds and viruses globally with a new challenge to prepare for future threats. It must be stressed that, as in the research on influenza, China has taken a central position in this new economy of knowledge. If the most colorful birds were collected in Amazonia and Polynesia in the 18th century, China appeared in the 19th century as a reservoir of new species, with around 1000 bird species over 8000 known globally. Robert Swinhoe, a British diplomat, observed birds in Fujian

and Taiwan, while Armand David, a French missionary, was traveling in Central China. Both used local hunters to collect specimens they sent to museums of natural history in London and Paris (Boutan, 1993; Fan, 2004). They also trained Chinese curators to prepare specimens and display them in museums, thus challenging what they thought was the Chinese tradition of looking at a bird only for its flesh or its song. When members of the Factory of Canton thus proposed to create a British Museum in China at the end of the 1820's, they argued: "Considering the taste of the Chinese for live Birds and Fishes, we may hope that the richer Classes may acquire a taste for the same Animals when prepared for the Cabinet." (quoted in Peckham, 2014, p. 132). Indeed, Wang Shu-hang, who had worked with Father Armand David to collect specimens in Central China, became the taxidermist at the Shanghai Museum founded in 1874.

In 1957, British officers created the Hong Kong Birdwatching Society. They practiced birdwatching with binoculars while overseeing the border between Hong Kong and mainland China to prepare for a potential attack from the People's Liberation Army. Between 1963 and 1971, they took part to the Migratory Animal Pathological Survey, a program launched by American ornithologist Elliot McClure (1974) to study migratory birds and their migrations between Japan and Thailand, training birdwatchers how to catch and release a bird after collecting samples and putting a ring on its legs, and the centre for sending the informations gathered through this program was Hong Kong. In 1997, when Hong Kong returned under Chinese sovereignty, the Hong Kong Birdwatching Society became predominantly Chinese, under the leadership of the head of the Hong Kong Observatory Chiu Ying Lam, and the main association for nature protection in Hong Kong with 2000 members. It became a model for birdwatching societies that were created all over mainland China, teaching them how to observe and classify birds, but also how to mobilize to defend a natural habitat threatened by a construction project (Keck, 2015).

Hong Kong and China thus played a central role in the repositioning of ornithology from a predictive science, illustrating the laws of Darwinian evolutionism, to techniques of preparedness, anticipating future extinction by caring for bird specimens in museums and live birds in natural reserves. If anthropology can diagnose this shift, it is because it has met it in its own practices of collecting in ethnographic museums.

Museums of anthropology

While debates about preparedness often turned around its capacity to predict an event that never happens, I focus in this article on the vital infrastructures of collecting that made these predictions possible. Working in a museum has allowed me to question the value of prophetic claims on bird flu not by focusing on the future events that they predicted but by looking at the living beings they transformed in the present. Anthropologists can work with microbiologists and ornithologists on the same footing when dealing with avian influenza because they share the same genealogy of museums, that is, a form of accumulation which produces knowledge by connecting a center with its peripheries (Alpers, 1991; Rabinow, 2012). Tracing the history of past accumulations that have made knowledge possible to anticipate the future allows these professions to understand how they can curate the present, that is, display their objects in a critical way that is both meaningful and careful. I now want to describe how the shift from prevention to preparedness affects the museums in which anthropologists think and work.

The musée du quai Branly was created in 1996 by President Jacques Chirac merging two different types of collections: those of the former Museum of Man and those of the Museum of Arts from Africa, America and Oceania. The genealogy of these two collections must be drawn separately to understand the problems raised by their fusion.

The Museum of Man was created in 1938 by Paul Rivet and Georges-Henri Rivière with the former collections of the Musée d'Ethnographie du Trocadéro. It contained artifacts coming from gifts to the royal cabinets (mostly from America), bounties of imperial expeditions (mostly from the Pacific) as well as skulls for republican phrenology (mostly from Africa). Specialized in south American cultures and languages, co-founder of the Institute of Ethnology of the University of Paris with Lucien Lévy-Bruhl and Marcel Mauss in 1928, Rivet promoted ethnographic missions through which objects would be collected, documented and stored, such as the famous mission Dakar-Djibouti organized by Marcel Griaule between 1931 and 1933, or Claude Lévi-Strauss' expeditions in Amazonia in 1935 and 1938. The Musée de l'Homme presented itself as a repository where all cultures of the world could be studied through the ethnographic artifacts conserved in Paris. It was both a laboratory for the

information contained in the artifacts and a space of exhibition for the aesthetic values of these objects.

Rivet allied with Rivière to display his collections following the new taste for “primitive art” developed by Surrealist artists. Both of them were key actors of the International Council of Museums (ICOM), a section of the UNESCO which played after 1945 a similar role for anthropology to that of WHO for virology and IUCN for ornithology. Rivière was appointed director of ICOM between 1948 and 1965, and between 1937 and 1967 he became the head of the museum of European folklore named *Musée des Arts et Traditions Populaires*. Rivet was one of the strongest supporters of the role of museums in public education and scientific research at the ICOM, although his socialist commitment and his faith in human progress were tarnished at the end of his life by his refusal of the independence of Algeria (Gorgus, 2003; Laurière, 2008).

The Museum of Arts from Africa, America and Oceania was created in 1969 by André Malraux, who thus concluded his ten-year support of General de Gaulle after the communist anti-colonial engagement of his youth. Under the presidency of De Gaulle in 1959, Malraux had created a Minister of Culture separated from the Minister of Education, arguing that education was addressed to the minds while culture was addressed to the hearts. He promoted the idea of an imaginary museum (Malraux, 1947) whereby all cultures of the world would communicate affectively, in rupture with the structuralist conception of cultures developed at the same time by Claude Lévi-Strauss at the Collège de France. The ethnographic collections displayed at the Porte Dorée, on the site of the former Museum of Colonies, were supposed to trigger universal feelings in the visitor, such as the fear of the sacred or the desire for human origins.

Placed under the double sponsorship of the Minister of Culture and the Minister of Research, the musée du quai Branly results from the conflict between these two perspectives on ethnographic artifacts. With its 300 000 objects and 500 000 documents, it is one of the biggest museums of “non-Western art” or “world cultures”, but it escapes the framework of all other museums of anthropology. Most anthropologists, following the prominent voice of Louis Dumont, criticized the creation of the musée du quai Branly, because Jacques Chirac claimed that the idea of a “museum of primitive art” had been inspired to him by a collector and merchant of African art, Jacques Kerchache (Price, 2007). Claude Lévi-Strauss gave his support to this project because, he

argued, the Museum of Man has not secured properly the conservation of ethnographic collections, and many artifacts had been stolen and sold on the art market. He declared: "I have always said and thought that museums are made first for objects and then only for visitors, even if I go against trendy ideas. The first function of museums is conservation." (Chiva, 1992, p. 159).

To fulfill this function in a contemporary way, the musée du quai Branly invested in two major technological innovations: securitization and digitalization. Architect Jean Nouvel conceived an open storage at the entrance of the museum for musical instruments and a closed storage underneath the museum for all the other artifacts. The closed storage is accessible to only two of the 400 persons working at the museum, who use digital recognition to open its doors. All the artifacts that have been acquired or that have been lent for temporary exhibitions enter the reserves through a room where oxygen is removed by a technique called anoxia, in such a way that the insects they contain die in a few days. The reserves are surrounded by a clay shell which is supposed to protect the artifacts from a flood of the river Seine. The digitalization of collections reverses this politics of restricted access. All artifacts of the collection are available on the Internet through a software called TMS (The Museum System), with documents on their origins and composition. Visitors who want to have access to the objects themselves have to require curators a few weeks in advance, and receive an appointment at the museum library. Virtual images of objects thus compensate for the difficulty to access the real objects themselves (Beltrame, 2012; Roustan, 2016).

The exhibitions displayed by the museum reflect this ambivalent politics of access. In the permanent exhibition, the masterworks of the collection are displayed in the dark with little information on labels or screens, to let the visitor experiment the mystery of these intriguing objects. Temporary exhibitions then shed light on some aspects of these collections by associating them with historical, aesthetic or philosophical arguments. If visitors have indirect access to the objects under a glass box in the exhibitions, these exhibitions play on different forms of lighting – in the material and intellectual sense – to trigger reflections on the diversity of cultures. While the permanent exhibition is organized as a "tour du monde", no general narrative is proposed that would bring definitive coherence to the diversity of artifacts. The musée du quai Branly presents itself as a polyphonous expression of globalization.

This staunch refusal of the evolutionary narrative that was shared by anthropologists of the Museum of Man, and this assumed aesthetic of darkness inherited from the Museum of Arts from Africa, America and Oceania mark, in my view, a shift from prevention to preparedness. Ethnographic artifacts are not displayed in a narrative of progress where they would become meaningful as rare documents of the human species. They are considered as vulnerable materialities whose value has increased on the art market, and that must be conserved for their scientific, aesthetic and financial value. The musée du quai Branly faces not the threat of disappearance of the societies these objects come from, as the former Museum of Man based on a scenario of evolution from primitive to civilized societies, but the threat of destruction of the objects themselves and of the different values they contain, based on the scenario of extinction of the ecologies in which they are conserved.

Ethnographic artifacts are mostly composed with organic materials (wood, skin, skulls, feathers, saliva...) that can easily be degraded by their exposure to bacteria or to insects. Preventive conservation, which has been designed to calculate the time of degradation for the materials of classical European art such as wood or stone, thus needs to adapt to materials that were not conceived for storage in a museum. If ethnographic artifacts have been preserved beyond their expectancy of life by technologies of conversation, discussions on the duration of preservation involve political choices on the value of artifacts considered as national heritage and benefiting from these costly technologies. This is one of the main arguments in the debate on restitution of ethnographic artefacts to the societies they come from: they should be presented to a large number of visitors to justify the investment in their conservation. As artifacts are lent to other museums, an assessment of their state of preservation is made prior to the lending, to calculate the insurance cost of the lending. But insurance cannot cover catastrophic events such as their massive destruction by a natural disaster. As contested and vulnerable objects, ethnographic artifacts need to be displayed and secured at the same time to continue their social life as things. While James Clifford (1997) defined museums as “contact zones” to characterize their openness to fluxes of persons and goods in a post-modern world, they tend to be redefined as “spaces of contagion” by their circulation in the world of biosecurity.

Techniques of preparedness such as sentinels, simulations and stockpiling have thus been applied at the same time at the musée du quai Branly. The

open storage of musical instruments at the entrance of the museum has been defined as a “hotspot” of infestation (Brown; Kelly, 2014) after a map of the presence of insects was built using a technology to record the ultrasounds they make when they crunch the wood, called “Requiem for xylophages”. This map showed that the musical instruments near the cloakroom were more exposed to fleas carried by visitors. Musical instruments, with their low value on the market of tribal art, can thus be defined as sentinels for the threats that affect all the artifacts of the museum.

If infestation is a constant and minor threat, as it slowly erodes wooden objects, flood is an exceptional threat that is much more dreaded, as it could damage all objects composed of organic material as well as documents. Since a major flood of the river Seine is expected every century, exercises of evacuation of the collections happen every year, once for documents and once for artifacts. The staff of the museum is keen to participate to these exercises because it is one of the only opportunities for them to have direct access to the artifacts, which they move to the exhibition spaces as potential victims of disaster in need of care and support. Aside from these real-ground exercises of natural disaster, the musée du quai Branly also creates scenarios for digital applications enabling visitors to interact with objects: through enhanced reality, objects tell their stories from their creation to their arrival in collections, as if to exorcize the potentiality of their restitution.

In its program of contingency planning, the musée du quai Branly has classified its artifacts by order of priority for evacuation in case of a flood. Surprisingly, this order is not determined by the vulnerability of the materials to water exposure, but by the value of the artifacts on the art market. Thus, an expensive wooden statue from Africa would be ranked first for evacuation although it could certainly resist flood for a few hours, while a series of botanical herbs from Vietnam or sugar skulls from Mexico would be ranked third because they have a lower value on the art market. In that sense, we can describe the reserves as a form of stockpiling, and compare objects to vaccines depending on the strength of the immune response they trigger in those who observe them.

To conclude, I have argued in this article for a shift in the reflection on preparedness from the short temporality of emergencies to the long temporality of ecologies. While most genealogies of preparedness start with the emergence of H5N1 in 1997 in the global context of the war on terror and the turn

to biosecurity in life science, I have developed three alternative genealogies on longer scales of temporality: first, the emergence of the H1N1 virus causing “Spanish flu” at the end of the First World War, giving rise to virology and epidemiology in the attempt to anticipate the next pandemic; second, the Industrial Revolution linked to the colonial expansion of Europe to the rest of the World, giving rise to ornithology and other natural sciences under the framework of Darwinism; third, the encounter between the first European explorers and the New World depicted as an abundance of wildlife in the 16th century, giving rise to social anthropology as an attempt to encompass the most diverse forms of humanity. In these three scales of temporality, preparedness takes different meanings, as it doesn’t involve only preparing for the next terrorist attack or the next natural disaster, but preparing for the destruction of the environments in which humans have co-evolved with other animals and with microbes, using birds as sentinel species announcing the next extinction and bird artifacts as stocks where signatures of the past and signs of the future are accumulated. While prevention now appears as a dream of presenting all the information about diverse ecologies in a general framework where the past and the future follow the same patterns, characterized by Philippe Descola (2013) as analogism and particularly illustrated by the post-war institutions such as WHO, IUCN and ICOM, we may have to turn to the resources of animistic rationalities inscribed in cynegetic practices of virus hunters to anticipate an unpredictable future by communicating with birds through data bases in which their signs become meaningful.

References

- ALPERS, S. The museum as a way of seeing. In: KARP, I.; LAVINE, S. (ed.). *Exhibiting cultures: the poetics and politics of museum display*. Washington: Smithsonian Books, 1991. p. 25-32.
- ANDERSON, W. *The collectors of lost souls: kuru, moral peril, and the creation of value in science*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.
- ARANZAZU, A. I. *Le réseau de surveillance de la grippe de l'OMS: circulation, innovation et santé publique*. 2015. Thèse (Doctorat en Histoire) – Université Paris 13, Paris, 2015.

BARGHEER, S. *Moral entanglements: conserving birds in Great Britain and Germany*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.

BARROW, M. V. *Nature's ghosts: confronting extinction from the age of Jefferson to the age of ecology*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

BELTRAME, T. N. Un travail de Pénélope au musée. Décomposer et recomposer une base de données. *Revue d'anthropologie des connaissances*, v. 6, n. 1, p. 217-237, 2012.

BOLTANSKI, L.; ESQUERRE, A. *Enrichissement: une critique de la marchandise*. Paris: Gallimard, 2016.

BOUTAN, E. *Le nuage et la vitrine: une vie de monsieur David*. Biarritz: Atlantica, 1993.

BROWN, H.; KELLY, A. Material proximities and hotspots: towards an anthropology of viral hemorrhagic fevers. *Medical Anthropology Quarterly*, v. 28, n. 2, p. 80-303, June 2014.

CADUFF, C. Pandemic prophecy: or how to have faith in reason. *Current Anthropology*, v. 55, n. 3, p. 96-315, June 2014.

CADUFF, C. *The pandemic perhaps: dramatic events in a public culture of danger*. Oakland: University of California Press, 2015.

CHIVA, I. Qu'est-ce qu'un musée des arts et traditions populaires? Entretien avec Claude Lévi-Strauss. *Le Débat*, v. 3, n. 70, p. 156-163, 1992.

CLIFFORD, J. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

COLLIER, S. J.; LAKOFF, A.; RABINOW, P. Biosecurity: towards an anthropology of the contemporary. *Anthropology Today*, v. 20, n. 5, p. 3-7, October 2004.

DESCOLA, P. *Beyond nature and culture*. Translated by Janet Lloyd. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

FAN, F.-T. *British naturalists in Qing China: science, empire, and cultural encounter*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

FOUCAULT, M. Omnes et singulatum: towards a criticism of political reason. In: FAUBION, J. D. (ed.). *Power: essential works of Michel Foucault 1954-1984: vol. 3*. New York: The New Press, 2000. p. 298-325.

FOUCAULT, M. *Security, territory, population: lectures at the Collège de France 1977-1978*. Translated by Graham Burchell. London: Palgrave Macmillan, 2007.

GORGUS, N. *Le magicien des vitrines: le muséologue Georges Henri Rivière*. Paris: MSH, 2003.

GRIFFITHS, T. *Hunters and collectors: the antiquarian imagination in Australia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HIRST, G. The agglutination of red cells by allantoic fluid of chick embryos infected with influenza virus. *Science*, v. 94, n. 2427, p. 22-23, 1941.

KECK, F. Sentinels for the environment: birdwatchers in Taiwan and Hong Kong. *China Perspectives*, n. 2, p. 41-50, 2015.

KECK, F.; LAKOFF, A. Sentinel devices. *Limn*, n. 3, 2013. Available at: <https://limn.it/articles/preface-sentinel-devices-2/>. Access: 15 May 2019.

LAKOFF, A. *Unprepared: global health in a time of emergency*. Oakland: University of California Press, 2017.

LAURIÈRE, C. *Paul Rivet: le savant et le politique*. Paris: Publications scientifiques du Muséum national d'histoire naturelle, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955.

LÉVI-STRAUSS, C. *Savage mind*. Translated by Julian Pitt-Rivers. London: Weidenfeld and Nicolson, 1966.

LÉVI-STRAUSS, C. *We are all cannibals: and other essays*. Translated by Jane Marie Todd. New York: Columbia University Press, 2016.

LEWIS, D. *The feathery tribe: Robert Rigdway and the modern study of birds*. New Haven: Yale University Press, 2012.

MALRAUX, A. *Le musée imaginaire*. Paris: Gallimard, 1947.

MCCLURE, E. *Migration and survival of the birds of Asia*. Bangkok: White Lotus Press, 1974.

MOORE, N. W. Indicator species. *Nature in Focus*, n. 14, p. 3-6, 1973.

NEUSTADT, R.; FEINBERG, H. *The epidemic that never was: policy making and the swine flu scare*. New York: Vintage Books, 1983.

PECKHAM, R. Game of empires: hunting in treaty-port China. In: BEATTIE, J.; MELILLO, E.; O'GORMAN, E. (ed.). *Eco-cultural networks and the British Empire*. New York: Bloomsbury, 2014. p. 202-232.

PRICE, S. *Paris primitive: Jacques Chirac's museum on the Quai Branly*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

RABINOW, P. *French DNA: trouble in the Purgatory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

RABINOW, P. *Anthropos today: reflections on modern equipment*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

RABINOW, P. A contemporary museum. In: DELISS, C. (ed.). *Object atlas: fieldwork in the museum*. Kerber: Bielefeld, 2012. p. 7-8.

ROUSTAN, M. Des clefs des réserves aux mots-clefs des bases de données. Mutations du rapport aux objets pour les conservateurs du MAAO au musée du quai Branly. In: HOTTIN, C.; VOISENAT, C. (dir.). *Le tournant patrimonial: mutations contemporaines des métiers du patrimoine*. Paris: MSH, 2016. p. 117-139.

SHORTRIDGE, K.; PEIRIS, M.; GUAN, Y. The next influenza pandemic: lessons from Hong Kong. *Journal of Applied Microbiology*, n. 94, p. 70-79, 2003.

SHORTRIDGE, K. F.; STUART-HARRIS, C. H. An influenza epicentre?. *The Lancet*, v. 320, n. 8302, p. 812-813, 1982.

STEINMAN, R. M.; COHN, Z. Identification of a novel cell type in peripheral lymphoid organs of mice. *Journal of Experimental Medicine*, New York, v. 137, p. 1142-1162, 1973.

STRASSER, B. *Collecting experiments: making big data biology*. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

VAGNERON, F. Surveiller et s'unir? Le rôle de l'OMS dans les premières mobilisations internationales autour d'un réservoir animal de la grippe. *Revue d'anthropologie des connaissances*, v. 9, n. 2, p. 139-162, 2015.

VIDAL, F.; DIAS, N. Introduction: the endangerment sensibility. In: VIDAL, F.; DIAS, N. (ed.). *Endangerment, biodiversity and culture*. London: Routledge, 2016. p. 1-40.

Recebido: 12/12/2019 Aceito: 10/01/2020 | Received: 12/12/2019 Accepted: 1/10/2020



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Quando biólogos olham para os bichos: caatinga, ecologia e zoologia entre vida, trabalho e morte

**When biologists look at the animals: caatinga, ecology
and zoology between life, work and death**

Elizeu Pinheiro da Cruz*

*Universidade do Estado da Bahia – Caetité, BA, Brasil

elizeuprof@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1454-6832>

Resumo

Em diálogo com análises etnográficas sobre as relações humano-animal, este texto apresenta desdobramentos de um estudo que, por meio da observação da rotina de laboratórios de ciências biológicas e de entrevistas com biólogos, rastreou trabalhos de descrição da biodiversidade permeados por tensões relacionadas à vida e à morte de animais de pesquisa do bioma caatinga. Argumenta-se que o jogo entre vida e morte que marca as relações que vinculam animais e os seus biólogos produz carreiras científicas em pesquisas que tomam como objeto os contornos do bioma caatinga como exclusivamente brasileiro, rico em diversidade biológica e ameaçado de extinção. Como desdobramento, as disciplinas científicas ecologia e zoologia são posicionadas como saberes de caatinga que versam sobre indicadores ambientais necessários à segurança dos não humanos em seus habitats.

Palavras-chave: animalidade; ciências biológicas; humanidade; laboratórios.

Abstract

Dialoguing with ethnographic analyzes on human-animal relations, this text presents developments from a study that tracked works of description of biodiversity which are permeated by tensions related to life and death of research animals of the caatinga biome, through observing the routine of life science labs and interviewing biologists. It is argued that the game between life and death that marks the relationships that bind animals and their biologists produces scientific careers in researches that take as their object the contours of the biome caatinga as exclusively Brazilian, rich in biological diversity and threatened with extinction. As unfolding, the scientific disciplines ecology and zoology are positioned as caatinga knowledge that deal with environmental indicators that are necessary for the safety of non-humans in their habitats.

Keywords: animality; biological sciences; humanization; laboratory.

Introdução

Quando biólogos e animais encontram-se na caatinga em contextos de pesquisa, surgem descrições de *diversidade* e *ocorrência*¹ de animais que passam a circular em comunidades de prática das ciências biológicas. Essas descrições, como produtos de modos de relação transespecíficas – aquelas nas quais “[...] mediante um encontro entre espécies distintas (um evento interespecífico), as próprias condições de existência e seus limites de contorno entram em relação” (Sá, 2013, p. 249) – sustentam a formulação da caatinga como bioma exclusivamente brasileiro (Nascimento; Ferreira; Moura, 2012/2013; Schober, 2002), contribuindo para marcar também o Brasil como *diferença natural*. Biólogos buscam conhecer animais, plantas e outros entes e, após relações de enredamentos múltiplos, os descrevem como espécies circunscritas e circunscritivas de áreas, podendo ser únicas, espécies jamais encontradas em outros lugares, as chamadas espécies endêmicas; ou espécies já catalogadas e que, após as suas descrições, são também nelas identificadas. Eles seguem os rastros dos não humanos: pegadas, cheiros, registros jornalísticos, relatos de humanos, marcas de hábitos alimentares e outros sinais deixados pelos animais nos diversos territórios em que transitam. Tais sinais permitem que biólogos encontrem e recrutem animais para participarem de pesquisas com a possibilidade de serem deslocados para laboratórios, onde são submetidos a protocolos específicos desses espaços.

Nesse cenário, enredamentos zoólogo-animal e ecólogo-animal, focos deste artigo, circunscrevem lugares, como *distinções*, em carreiras de biólogo em uma determinada instituição de ensino e/ou pesquisa. Durante o trabalho de campo que transita por este texto, realizado entre os anos de 2011 e 2016 em laboratórios de ciências biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), segui biólogos em suas práticas de pesquisa e os identifiquei relacionados a uma determinada ciência das ciências biológicas (botânica, ecologia e zoologia, por exemplo) e a um determinado animal, uma determinada planta ou outro ser vivo não humano de um determinado território ou de um

1 Biólogos diferenciam *diversidade*, que estaria relacionada às diferentes espécies, de *ocorrência*, que seria um marcador do registro de distribuição de espécies. Os registros de *ocorrência* de diferentes espécies, em um território, indicariam a sua *diversidade*.

conjunto de territórios. Ao se referirem aos seus pares, os meus interlocutores mobilizavam enunciados que relacionavam biólogo, animal e território.

Antropólogos têm também se interessado por seguir animais (Osório, 2016; Sá, 2005, 2010; Segata, 2016, 2017; Souza, 2017a, 2017b; Süsssekind, 2012), reconhecendo-os como agentes ativos que participam de enredos que os enlaçam aos humanos em experiências concretas e situantes de biotério, biomas, área de reserva e prevenção da dengue, entre outras. Animais e demais não humanos são agentes ativos que permitem, estimulam, interrompem e bloqueiam interações (Latour, 2012) para além da destreza intelectual e do que dizem sociólogos, antropólogos, epistemólogos (Sá, 2013), biólogos e outros humanos. Amparado nesse modo de compreender a agência dos animais não humanos, acompanhei trabalhos de biólogos para descrever experiências que os enlaçam aos animais da caatinga. A etnografia multiespécie (Kirksey; Helmreich, 2010; Süsssekind, 2018; Segata, 2016, 2017; Tsing, 2015, 2019), modo de pesquisar (e escrever) escolhido para realização do estudo a que este texto faz referência, permitiu elaborar alguma intersecção de formas similares de trabalho de campo, do biólogo e do etnógrafo, ambas com muita observação, e das descrições delas resultantes.

Em muitos momentos da pesquisa, observei observadores de animais em seus ofícios, análogo ao que fez Sá (2005, 2010), para, nos termos da proposição de Vander Velden (2009), construir um diálogo comum entre distintos conjuntos de saberes sem hierarquização de narrativas, sejam elas das ciências biológicas ou das ciências sociais. Seguir biólogos em pesquisas nas quais caminhar e observar o entorno era condição indispensável ajudou-me a problematizar algumas equivalências entre os animais da caatinga e os seus biólogos. Nesse movimento, proponho, como objetivo deste texto, rastrear relações entre animais e biólogos em contextos de pesquisa ecológica e zoológica situados entre a vida e a morte, para descrever enredamentos humano-animal capazes de produzir carreiras científicas nas ciências biológicas que tomam como objeto de trabalho o bioma caatinga como exclusivamente brasileiro e elaboram saberes nas disciplinas científicas ecologia e zoologia como *saberes de caatinga*.²

2 A morte dos animais permite que os pesquisadores estudem os vivos e, nesse jogo ético de vida e morte, elaborem saberes que compõem os agenciamentos produtores das suas carreiras em um movimento situado, portanto circunscrito e circunscritivo, no escopo dos seus projetos que, →

Os laboratórios de zoologia e ecologia

Para esboçar as tramas dos espaços descritos neste texto, mobilizo entrevistas (abertas e biográficas) e observações realizadas em três laboratórios, dois de zoologia e um de ecologia. As narrativas apresentadas pelos biólogos tematizaram os percursos de formação e trabalho que os vincularam aos animais de pesquisa. Frente a isso, e atento às reflexões de Merleau-Ponty (2012), tento aqui não explicar o trabalho do biólogo a partir da sua vida, mas entender que o seu labor diário define modos de ver e fazer especializados e constantemente elaborados, que retomam momentos anteriores da sua carreira e escolarização. Dessa forma, entendi que, ao falarem de si, os biólogos fariam aparecer os laboratórios a eles relacionados e os dispositivos que os vincularam aos animais não humanos.

Em um período significativo da pesquisa, observei e entrevistei biólogos que pesquisavam animais invertebrados e biólogos que pesquisavam plantas. Sentia-me reiteradamente provocado a negociar com os zoólogos curadores das coleções de animais constituídos de vértebras e medula espinhal do Laboratório de Zoologia II uma possibilidade de, ao menos, descrever aquela composição. Uma bióloga-zoóloga que hesitou em participar da pesquisa, mas com quem conversei em um momento de “pausa” no campo, de gravador desligado, recomendou-me outros zoólogos para entrevistar e, como coordenadora do espaço, me autorizou a descrever as suas coleções. Com o passar do tempo, tive a oportunidade de conversar algumas vezes com um biólogo sobre o porquê de ele aceitar participar da pesquisa e o porquê de possíveis recusas, suas e dos seus pares. Segundo ele, as recusas estariam relacionadas à exposição a pesquisas que poderiam julgá-los em critérios “frouxos”, pouco ou nada “científicos” ou que, mesmo “rígidos” e “científicos”, poderiam fazer recortes das suas falas

-
- sistematicamente, dialogam com os saberes já consolidados das suas disciplinas, ecologia e zoologia nesse caso. Portanto, não tenho aqui a pretensão de tratar do bioma caatinga fora do recorte dos meus interlocutores. Com isso, não estou necessariamente identificando-me com o ponto de vista “nativo”, mas buscando, como sujeito formado também em ciências biológicas, um modo de reatualizar afetações (Favret-Saada, 2005) em cenas das ciências biológicas urdidas pela circularidade de saberes (sobre o bioma caatinga e sobre o matar e o morrer que tornam possível a formulação de enunciados que sustentam a sua exclusividade brasileira) que permitiam aos biólogos a elaboração de pesquisas, partindo de pressuposições ancoradas nas literaturas consolidadas das suas disciplinas.

e das suas histórias que eles não tinham interesse em tonar públicas. Como os “nativos” de Sá (2005), os meus interlocutores não estavam acostumados a serem pesquisados, mas a pesquisar. Eu estava realmente me importando com isso e comecei a hesitar diante de critérios mobilizados por mim em momentos iniciais da pesquisa. No início do trabalho de campo, dizia aos interlocutores que fazia uma história da ciência do tempo presente. Após alguns anos, passei a chamar (e fazer) o trabalho de etnografia, o que me deixou mais confortável com o tipo de engajamento que eu desejava. No entanto, passei a vivenciar um mal-estar: não queria ocultar o nome dos meus interlocutores, conforme identificava em algumas etnografias, e eles concordaram. A partir da reflexão de Despret (2011d, p. 16), entendi, retrospectivamente, que a rejeição do anonimato dos biólogos estaria ancorada na negação da instauração de um segredo – “o efeito sem nome”, que deixa as pessoas desinteressantes e pouco interessadas. Nesse deslocamento, para ser mais cuidadoso com as demandas dos interlocutores e com as minhas, propus aos biólogos o envio dos manuscritos dos textos a serem publicados após a conclusão da tese. Decidi mantê-los por perto e tive devolutivas interessantes do “efeito com nome”.

Monitores, estagiários e pesquisadores de iniciação científica do Laboratório de Zoologia II apresentaram-me os animais e as suas coleções, situando *quem seriam os seus biólogos* e, quando possível, *como* (condição) e *onde* (lugar) foram recrutados. Eles reafirmavam sistematicamente que a morte de um animal só acontece em situações de extrema necessidade. Biólogos matam animais e os transformam em peças de coleções, chamadas de *coleções de referência*, com vistas a utilizá-los em pesquisas, aulas e exposições. Naquele espaço, identifiquei uma grande quantidade de animais, dentre os quais se destacavam exuberantes pássaros taxidermizados³ e fixados sobre bases como fragmentos de tronco de árvores e placas de isopor. Tentava-se ali encenar um pouco do *habitat natural* dos animais, indicar a suas naturezas/animalidades e, quando oportuno, compará-los com a animalidade dos humanos.

No Laboratório de Zoologia I, situado no mesmo corredor, observei espécimes de invertebrados e vertebrados. As correspondências entre *animais para aula* e *animais para pesquisa* não eram necessariamente equivalentes nos

3 Taxidermia é uma técnica de tratamento da pele de animais que garante a preservação de algumas características do animal vivo no animal morto.

dois laboratórios. No Laboratório de Zoologia I, por exemplo, espaço onde se desenvolviam aulas práticas relacionadas aos grupos de animais invertebrados, havia zoólogos pesquisando vertebrados (peixes e roedores). Os professores daquele espaço foram recrutados pela Uesb para lecionar componentes curriculares relacionados a um determinado grupo de animais, mas, devido às suas trajetórias, pesquisavam, na ocasião, animais de outros grupos taxonômicos. No laboratório, conversei com uma bióloga que trabalhava com peixes, que também atuava no Laboratório de Zoologia II, e um biólogo que trabalhava com roedores. Quando perguntei a um deles sobre qual era atuação daquele laboratório na conjuntura das ciências biológicas locais, ele disse que, para responder a minha questão, *“olhava para os bichos”*⁴ e concluía ser um laboratório de invertebrados apenas *“no sentido da didática”*, pois os roedores e os peixes inventariados em suas coleções sinalizavam para as investidas em pesquisas sobre/com animais vertebrados.

Ao sair do Laboratório de Zoologia I, atravessar um módulo de aula teórica e a prefeitura do campus, é possível visualizar o Módulo Eugênio Borges de Jesus,⁵ onde está situado o Laboratório de Biodiversidade do Semiárido (o Labisa). Professores que atuavam nos dois laboratórios de zoologia e em outros laboratórios de botânica e ecologia também desenvolviam ações relacionadas ao Labisa.

A setorização em duas seções era algo comum em todos os laboratórios: uma delas era destinada à execução de aulas e protocolos de pesquisa e a outra era subdividida em pequenos gabinetes de trabalho dos pesquisadores. O espaço de atividades práticas ocupava uma porção maior do laboratório e, eventualmente, comportava gabinetes de estudantes e pesquisadores. Adentremos aos laboratórios!

4 Os biólogos usaram, frequentemente, a palavra “bicho” para fazer referência aos animais não humanos.

5 Eugênio Borges de Jesus foi um docente que integrou o grupo de fundadores do Curso de Licenciatura Curta em Ciências da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista (FFP/VCA) na década de 1970. A FFP/VCA foi agrupada com outras faculdades/escolas das cidades de Jequié e Itapetinga para dar origem à Universidade do Sudoeste (US) em 1980, posteriormente, na segunda metade da década de 1980, reformulada em Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

Roedores-com-biólogos

Em uma bancada no centro do Laboratório de Zoologia I, o biólogo-zoólogo Gilson Evaristo Iack Ximenes dispôs alguns roedores oriundos de distintos territórios baianos, descrevendo as pesquisas a eles relacionadas e as questões que poderiam interrogá-los. Em todo o seu percurso formativo e profissional, Gilson tem atuado em pesquisas relacionadas à taxonomia e sistemática de mamíferos. Ele se define como um “vertebradólogo” identificado com museus de zoologia, locais onde se trabalha com coleções de animais, examinando ossos, musculatura e morfologia externa para elaborar compreensões acerca dos vínculos evolutivos entre os animais. Pesquisadores que atuam em museus necessitam também ir a campo para aumentar a amostra da diversidade dos grupos de animais que pesquisam.

Após a conclusão do seu doutorado, Gilson se mudou de São Paulo para a Bahia, onde passou a desenvolver projetos em áreas⁶ de caatinga.⁷ Segundo Gilson, coletar mamífero exige condições específicas como a montagem de um laboratório em campo para matar os bichos e iniciar o trabalho de taxidermia, ações que exigem um tempo de, no mínimo, oito dias para serem realizadas. No primeiro dia, colocam-se as armadilhas; no segundo, raramente os bichos entram nas armadilhas, porque elas ainda não se “aclimataram” (elas precisam perder o cheiro); nos terceiro, quarto e quinto dias, os bichos visitam as armadilhas; e, no sexto dia, retiram-se as armadilhas e demais equipamentos para retornar ao laboratório no sétimo dia.

Os espaços do Laboratório de Zoologia I são ocupados por coleções e equipamentos, sem oferecer condições adequadas para que as coleções de pesquisa possam ser utilizadas sem prejuízo dos usos dos espaços ou dos materiais. Conheci parte da coleção de roedores do laboratório. Aqueles animais, coletados em ações do Programa de Pesquisa em Biodiversidade do Semiárido⁸

6 Estudos em territórios como florestas e parques foram chamados pelos meus interlocutores de “estudos de área”.

7 As categorias “semiárido”, “sertão”, “caatinga” e “região sudoeste” apareceram sobrepostas nas entrevistas, sem assumirem, necessariamente, relações de sinonímia.

8 O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) foi criado pelo governo federal em 2004, e se estrutura em três componentes: inventários, coleções e temáticas da biodiversidade brasileira.

e transformados em peça de coleção esperavam por espaços adequados para os fins de pesquisa, ausentes na instituição à ocasião. As condições adequadas, indicadas pelos biólogos, estariam relacionadas à existência de espaços exclusivos e isolados para fins de tratamento de materiais biológicos como carcaças e peles. A falta de espaço dificultava o adequado acondicionamento e o uso do material consoantes com um museu de zoologia. Entretanto, a manutenção daqueles roedores no Laboratório de Zoologia I oferecia possibilidades de pesquisas a professores e estudantes.

Para matar um roedor em campo, os biólogos e seus orientandos colocam o animal sobre uma “cama” de algodão encharcada de clorofórmio,⁹ usado para causar morte súbita como diminuição do sofrimento do animal devido à sua propriedade anestésica. Após essa primeira etapa, inicia-se um momento de pausa para auscultar os batimentos cardíacos do bicho, pois há sempre a possibilidade de reanimação. Passado esse tempo, caso ressurgam os batimentos cardíacos, o trabalho não segue para a próxima etapa; ou, quando a morte é confirmada, abre-se o corpo do animal com um bisturi na altura da região abdominal para a retirada das vísceras. As carcaças resultantes, com ossos e resíduos da musculatura, são colocadas em um recipiente, onde Gilson e seus orientandos acrescentam larvas de besouros, que, após a eclosão, tornam-se animais capazes de comer a musculatura dos roedores; eles “fazem a limpeza dos ossos” para a sequência ao trabalho de pesquisa. A retirada da musculatura dos ossos pode gerar danos, sendo necessária uma cuidadosa perícia (*mãos e besouros habilidosos*) para a manutenção do esqueleto do animal. Procedimentos que envolvem a utilização de produtos químicos podem enfraquecer os ossos, elementos indispensáveis ao trabalho de taxonomia. “Os besouros comem tudo e fica limpinho. Se as vísceras não forem logo retiradas, a carcaça apodrece e se torna inviável”, disse Gilson. O processo de transformação do animal vivo em peça de coleção,¹⁰ chamado pelos biólogos de “tratamento da carcaça”, habilitam-no a integrar

9 O uso do clorofórmio é controverso entre pesquisadores. Segundo Gilson, há profissionais de saúde que não aprovam o uso do clorofórmio porque esta substância causaria sufocação nos animais, aumentando o sofrimento. Para enfrentar a argumentação dos que se posicionam contrários ao uso do clorofórmio, ele dialogou com uma anestesiologista, que se mostrou favorável ao seu uso.

10 Entidade distinta em relação ao animal vivo, sem, no entanto, ser menos real.

uma coleção. Cumpridas as etapas de coleta e limpeza do material, uma *coleção de referência* é montada e as descrições dos animais são iniciadas.

Descola (1998, p. 29) apresenta uma imagem sobre a morte de animais entre povos amazônicos que parece estabelecer alguma regularidade de sentido com a morte entre os biólogos:

A morte dos animais e sua preparação não é dissimulada em recintos afastados da visão dos profanos, como ocorre entre nós atualmente, e todo mundo na Amazônia é familiarizado desde a mais tenra idade com aqueles corpos ainda quentes que se vão esfolar, estripar e cortar para cozinhar. Graças às intermináveis histórias de caça que os homens gostam de contar, todo mundo também sabe qual foi o comportamento do animal antes de morrer, o medo, a tentativa de fuga abortada, o sofrimento, as manifestações de aflição dos seus companheiros. Em suma, ninguém pode ignorar de que maneira um ser vivo se torna comida.

Biólogos iniciam as suas formações em cursos de ciências biológicas assistindo à morte de animais e progridem, caso decidam pesquisar (com) animais em suas carreiras, para assumir o ato de matar justamente aqueles animais sobre os quais estudam sistematicamente o comportamento, a fisiologia e a morfologia dos seus corpos. Também entre eles não há espaço para dissimulação. Áreas de coleta e espaços físicos de laboratórios encontram-se em práticas dos seus atores nas situações de morte e ninguém ignora como um animal se torna parte de uma coleção.

Para os biólogos, as áreas são definidas a partir das diversidades de vida animal e vegetal que as constitui. Eles descrevem os seres vivos não humanos que as habitam e as definem comparando-as com outros territórios, próximos ou distantes. Em áreas bem amostradas, onde muitas pesquisas já foram realizadas, as chances de encontrar novas espécies são menores e o esforço é direcionado para registros de *ocorrência* das espécies. Quando um biólogo vai a um ambiente nada ou pouco amostrado, as chances de encontrar “espécies novas” aumentam. A depender do que se define como objeto de pesquisa, tomando como referência apontamentos pré-construídos sobre um determinado território, as possibilidades de encontrar novas espécies são maiores ou menores, o que justifica a retomada das coleções dos museus de zoologia e dos textos das comunidades de prática da taxonomia biológica, que reúnem descrições

de espécimes e espécies de diversos territórios. Há, ainda, a possibilidade de investigar territórios e redescrever seus não humanos, inclusive como modo de identificar os equívocos das descrições anteriores.

Gilson trabalhou com uma linhagem de roedores de maior incidência na Amazônia, mas que também teve registradas *ocorrências* de seus espécimes em Minas Gerais e Bahia. Dentro da linhagem, no entanto, há um gênero considerado eminentemente baiano, o gênero *Callistomys* (descrito por Emmons e Vucetich em 1998). Nesse gênero, há uma espécie que foi encontrada apenas na Bahia, a espécie *Callistomys pictus*, entre os anos 1943-1946, ficando “desaparecida” do olhar humano por 50 anos, até ser reencontrada na década de 1980 em uma cena de atropelamento entre as cidades de Ilhéus e Itabuna, Bahia. “Bicho lindíssimo, ele é o urso panda dos ratos”, asseverou Gilson sobre a espécie, que é popularmente conhecida como saruê-beiju ou rato-do-cacau. Desde então, *Callistomys pictus* apareceu algumas vezes. Antes de ser incluída no gênero *Callistomys*, os indivíduos que hoje compõem a espécie *Callistomys pictus* foram incluídos em outros gêneros e, por isso, a distância temporal entre o registro em Minas Gerais, em 1938, e a descrição do gênero *Callistomys*, em 1998. O trabalho de Gilson e de outros biólogos com a espécie resultou em sua inclusão no *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção* (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018).

Peixes-com-biólogos

Os peixes que habitam os laboratórios de zoologia da Uesb atuam vinculados à bióloga Flávia Borges Santos em trabalhos de descrição da ictiofauna de territórios da Bahia. Flávia especializou seu modo de ver a biodiversidade nos seus cursos de graduação, mestrado e doutorado para perceber peixes do mar, tornando-se bióloga-zoóloga-ictióloga. Como Gilson, Flávia mudou-se de São Paulo, onde realizou a sua formação universitária, para a Bahia e integrou ao corpo docente da Uesb. Era, na ocasião da minha pesquisa, a única pesquisadora de peixes do coletivo de zoólogos de que fazia parte. Seu deslocamento regional, do sudeste para uma cidade do interior do nordeste do Brasil, distanciou-a da costa brasileira, do mar, o que provocou a diversificação dos seus interesses de pesquisa para incluir neles os grupos de peixes que vivem em

ecossistemas de rios, barragens, riachos e outros corpos d'água da região onde passou a atuar. Uma porção dos peixes coletados é levada para o laboratório e organizada em *coleções de referência*, aquelas constituídas por animais mortos.

Para ela, o trabalho de identificação dos peixes descreve a “abundante biodiversidade” destes não humanos em uma corrida contra a constante ameaça de destruição de “uma biodiversidade que ainda não conhece”. Uma das ações que ilustra a ameaça à biodiversidade regional foi a introdução de espécies de peixes alóctones (que não são originárias da região, que vêm de fora) na Barragem de Anagé, Bahia, município que dista cerca de 50 quilômetros de Vitória da Conquista, onde situa-se um dos campi da Uesb. Na barragem, foram introduzidas, não se sabe por quem, espécies de piranha e tucunaré provenientes de Minas Gerais e do Pantanal, que apresentaram comportamento classificado pelos biólogos como “agressivo”. Essas piranhas passaram a competir com as espécies autóctones (aquelas que habitam o seu local de origem), que, segundo os biólogos, podem deixar de existir antes mesmo do seu “descobrimento” pelas ciências biológicas. “A descrição de espécies novas que ocorrem aqui [na região] é muito importante, porque é um ambiente, esses riachos do semiárido, muito pouco conhecido”, destacou Flávia. Piranhas e tucunarés agressivos têm potencial para produzir desaparecimentos de determinados peixes (*ocorrência*) ou mesmo o total desaparecimento de espécies nativas (*diversidade*) ainda não descritas pelos biólogos. Devido à existência de poucos ictiólogos na Bahia, haveria muitas possibilidades para descrições de espécies novas e registro de ocorrência das espécies já catalogadas, mas desconhecidas em territórios baianos:

Vira e mexe, na Bahia, você joga uma tarrafa e tira uma piaba ou um bagre novo. Essa história de que caatinga não tem diversidade é o maior papo furado. É papo do pessoal que não conhece a caatinga, porque tem muita coisa para estudar, muita, muita.

As redes das (e de) pesquisas de Flávia negam a ligação entre caatinga e pobreza por meio de registro de *diversidade* e *ocorrência* de peixes. A bióloga-zoóloga-ictióloga indica (e se contrapõe a) a existência de descrições produzidas por biólogos de instituições de pesquisa de outros estados brasileiros, *biólogos de fora*, que tomam como referência indicadores de *diversidade* e *ocorrência*

produzidos para reafirmar a caatinga como bioma pobre em biodiversidade. Dispositivos de pesquisa que poderiam indicar a riqueza da caatinga seriam mobilizados pelos biólogos que se deslocam para habitar nas áreas investigados ou em suas cercanias. Em seu trabalho, territórios se tornam caatinga em laboratórios (Latour, 2017) como práticas que conectam os locais onde os animais são coletados e os espaços físicos institucionais da Uesb por meio de um trabalho rotineiro que exige um constante deslocamento dos biólogos, um incessante *ir e vir*.

Morcegos-com-biólogos

Calendário lunar, GPS, lanternas, redes e outros objetos acompanham o biólogo-ecólogo Raymundo José Sá Neto e estudantes de graduação relacionados ao Labisa em expedições por territórios da Bahia, onde é possível recrutar morcegos para a realização de pesquisas. As coletas de morcegos acontecem preferencialmente em noites de lua nova. Nelas, os morcegos reduzem o uso de espaços abertos e restringem as atividades de busca de alimento (o forrageio), tornando-se disponíveis para o encontro com os biólogos. Para não comprometer as aulas dos cursos de graduação, as expedições acontecem aos finais de semana. Cada expedição é composta por, no mínimo, duas pessoas para viabilizar a montagem da rede de coleta. O trabalho dos pesquisadores depende do trabalho dos animais (do forrageio). Os animais capturados pelas redes são marcados com um colar e devolvidos para o trabalho noturno de forrageio. Porém, alguns deles são mortos, tratados e depositados em coleções. Segundo Raymundo, estudantes em processo de iniciação em coletas matam muitos animais porque não sabem identificá-los vivos em campo. Os bichos precisam morrer para o trabalho de taxonomia acontecer no laboratório, para onde são levados.

Como Gilson, Raymundo também se recusou a chamar a morte dos animais de sacrifício e destacou o seu esforço de pesquisa para matar o mínimo possível. Segata (2016), ao acompanhar o caso da cachorra Belinha em um *pet shop*, foi reprovado por um veterinário quando chamou a morte dos animais de sacrifício, seu interlocutor preferia o termo “eutanásia” para distanciar daquilo que ele entendia como morte inútil (gratuita e banalizada), que seria o “sacrifício”,

situando-a no campo da técnica.¹¹ Entre os biólogos, há também a tentativa de situar a morte dos animais no campo da técnica, sem, no entanto, adjetivar o sacrifício de animais em religiões com marcadores que remetem a inutilidade.

Sacrifício em religiões e morte em pesquisa de biólogos assumiram diferentes sentidos no campo, cada um desses modos de matar foi reconhecido como importante, ainda que envolvesse sofrimento animal. Então, passei a prestar atenção no entendimento que os meus interlocutores tinham sobre o sofrimento dos animais de pesquisa e como o mobilizam para compreender a morte dos animais. Nesse sentido, faço coro com Osório (2016, p. 51): “Embora crueldade, violência, sofrimento e maus-tratos não sejam sinônimos, são categorias que permitem a introdução a um universo de significados concernente a certas relações humano-animal e ao campo ocidental moderno de reflexões sobre elas.” Entre os biólogos, a morte de animais é entendida como um sofrimento *útil* e *necessário*, não apenas para os humanos que dependem da morte para trabalhar (e fazer ciências), mas sobretudo para proteger as vidas dos demais espécimes da espécie que o animal morto representa e os seus entornos.

Em sua pesquisa de doutorado, Raymundo descreveu distribuição e abundância das espécies de morcegos e as suas comunidades (ecologia de comunidades) em uma grande área de caatinga, na planície do rio São Francisco. Ele disse que trabalhava com ecologia de comunidades utilizando morcegos devido à alta diversidade e facilidade na identificação do animal, o que lhe permitia conhecer a riqueza de espécies de uma determinada área de estudo e compará-las com outras áreas. Destruição e fragmentação de um território podem afetar as comunidades de morcegos, interferem na diversidade de espécies. Quando o indaguei sobre *endemismo* entre os morcegos, ele afirmou:

Eu brinco que tudo que era endêmico na época da minha graduação caiu, todas as espécies de morcegos que eram endêmicas na época de minha graduação caíram, porque, na verdade, você não tinha endemismo, você tinha era falta de

11 Isso parece não ser um consenso em outros contextos de pesquisa: Souza (2017a) e seus interlocutores de um biotério, por exemplo, usaram os termos “sacrifício” e “eutanásia” para fazer referência à morte dos camundongos que participavam de uma pesquisa sobre doença de Chagas. Gaspar (2018), em sua pesquisa em contextos de cuidados veterinários, identificou o uso do termo “eutanásia” entre veterinários e proprietários de animais, ainda que, para alguns destes últimos, houvesse uma reticência em usar o termo “eutanásia”.

estudo. Então você tinha várias espécies que eram do Sudeste, porque em São Paulo se estudava mais. Aí, quando se começou a se trabalhar mais na região Nordeste, você descobria [aqui] várias dessas espécies chamadas endêmicas.

Para Raymundo, as espécies exclusivas de um território seriam aquelas recentemente descritas; estudos posteriores poderiam indicar suas *ocorrências* em outros locais, abrindo um campo de investigação. Essa formulação faz ressoar falas ditas por outros biólogos durante todo o período da minha estadia no campo. Elas problematizavam os significados sobre a correspondência entre *endemismos* e *territórios isolados geograficamente*, com condições climáticas e geológicas específicas que participam dos processos de seleção natural das espécies e oferecem condições para surgimento de espécies exclusivas, no que concerne às suas ações de pesquisa e às descrições de plantas, animais e outros seres dos diversos territórios delas resultantes. Esses territórios seriam, para os meus interlocutores, isolados também dos olhares e das ações dos biólogos, das ciências biológicas e das suas taxonomias. Neles, os taxonomistas têm mais chances de encontrar endemismos, inclusive em contextos marcados por riscos e desastres. Tal isolamento apareceu no campo como apontamento do saber local (ecologias e zoologias locais) produzido por meus interlocutores que se contrapõe às narrativas sobre biodiversidade brasileira que fazem aparecer o bioma caatinga como pobre em biodiversidade na construção da ideia de *nação rica em biodiversidade*. Descrições apressadas, resultados de trabalhos pontuais em territórios da caatinga, ao produzir constructos teóricos como um molde narrativo (Despret, 2016) que oculta a riqueza desse bioma e atualiza preconceitos fundacionais do Brasil, são também desastrosas.

Insetos-com-biólogos

Biólogos e insetos do Labisa foram pioneiros em pesquisas de territórios da caatinga. As investigações surgiram em resposta a demandas de elaboração de políticas de manejo da biodiversidade apresentadas por municípios baianos. Os biólogos conhecem as áreas de pesquisa caminhando por florestas e outras matas em aulas de campo para turmas de graduação e pós-graduação. Uma delas foi à Cachoeira do Buracão, localizada no Parque Natural Municipal do

Espalhado, Unidade de Conservação (UC)¹² do município de Ibicoara, Bahia. A prefeitura de Ibicoara buscou, junto ao Curso de Ciências Biológicas da Uesb, uma parceria para a elaboração de um plano de manejo para o parque que estabelecesse o seu zoneamento e as normas de uso da sua biodiversidade, um tipo de dossiê com as necessárias descrições do território em termos da sua geologia, da sua fauna e da sua flora. Os planos de manejo reúnem apontamentos produzidos por uma equipe multidisciplinar, nas quais biólogos, plantas, animais e outros não humanos são importantes atores do processo de elaboração dos indicadores ambientais para uso sustentável de áreas a serem manejadas. Os biólogos aceitaram a proposta e as instituições envolvidas, prefeitura de Ibicoara e Uesb, firmaram um convênio, tendo a professora Raquel Perez Maluf como a representante da Uesb, dos biólogos. Ao referir-se ao local, Raquel considerou:

É um patrimônio que o município percebeu que ele tinha que ser preservado. [...] eles queriam criar uma regulamentação para visitação do parque. Como é que você estabelece isso? Tentando conhecer o parque para ver o que haveria de importante para ser preservado e o que poderia ser diagnosticado em termos de paisagem com importância de preservação.

Com o convênio, o Curso de Ciências Biológicas da Uesb de Vitória da Conquista “ganhou” uma área de estudo que se tornou “carro-chefe do Labisa”, onde os estudantes experimentaram o trabalho de pesquisa de campo orientados por seus professores. Os envolvidos nas pesquisas que contribuíram para a elaboração do plano de manejo decidiram fazer quatro “campanhas”¹³ para a produção do diagnóstico ambiental: duas na estação seca e duas na estação chuvosa. As expedições da equipe do Labisa acontecem, geralmente, durante os sete dias de uma semana: são necessários dois dias para a viagem (ida e volta), em que são realizadas montagem e desmontagem dos equipamentos, e cinco dias para realização das coletas, a fim de contemplar

12 As unidades de conservação são regulamentadas pela lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Brasil, 2000).

13 Os biólogos usavam, nas entrevistas, as palavras “campanhas”, “coletas” e “expedições” como sinônimas.

diferentes métodos de pesquisa. A Floresta Nacional Contendas do Sincorá ofereceu “uma base de dados”, conforme definiu Raquel, e teve seu plano de manejo finalizado em 2006.

Durante as minhas observações e diálogos no Labisa, retomei as questões relacionadas aos endemismos de caatinga para descrever uma diferença entre os trabalhos nele desenvolvidos e os trabalhos de taxonomia desenvolvidos no Laboratório de Zoologia I. Eles sinalizam distintos modos de ver e fazer, que, longe de se antagonizarem, diversificam as compreensões sobre a biodiversidade local. Raquel, que é de origem espanhola e residente no Brasil desde criança, atua em questões relacionadas a comportamento animal, inventário faunístico, aprendizagem olfativa e complexo planta-animal-hospedeiros-inimigos naturais. Essas temáticas refletem a sua formação em entomologia e em biologia do comportamento, mestrado (desenvolvido em Minas Gerais) e doutorado (desenvolvido em Paris), respectivamente. Ainda que questões de taxonomias sejam importantes para o seu trabalho, ela é interessada em *comportamentos* de abelhas e vespas como possibilidades de compreensão dos animais que participam das suas pesquisas, e não apenas nos atributos morfológicos definidores de táxons. Ao situar os animais em campos de relações específicos (*nichos* e *habitats*), pesquisas sobre comportamento dos animais contribuem para sustentar que qualquer espécime pode ser assumido como inovação em campos de relações específicos (Ingold, 1995, 2015).

Raquel relatou, de maneira recorrente, o seu interesse em atuar na divulgação da ciência para as pessoas dos territórios onde realiza os trabalhos de pesquisa. Em sua opinião, atividades como congressos de pesquisadores promovidos pela universidade não alcançam o público que vive nas áreas descritas, pois são pouco efetivos para que os seus moradores tenham acesso a um conjunto de saberes sobre os animais que permite “uma apropriação do território”. Ela encoraja os seus orientandos a enviarem os trabalhos realizados para as prefeituras e outras instituições das respectivas áreas, visando aos possíveis usos dos resultados das pesquisas na elaboração das políticas locais. No entanto, a sua rotina de trabalho em cursos de graduação e de pós-graduação dificulta o desenvolvimento das ações de divulgação. Para se manterem como docentes de pós-graduação, os biólogos necessitam produzir textos (preferencialmente em inglês) que são direcionados às revistas especializadas. Esse tipo de exigência drena esforços e tempo, o que dificulta ações de divulgação para as

comunidades locais, onde as pesquisas são realizadas. Sugiro que esse conhecimento retorna, em um grande lapso temporal, nos livros didáticos escolares, depois de circular, ser traduzido e legitimado pelas comunidades dos biólogos e dos elaboradores de tais compêndios.

Como seus pares, Raquel denunciou as descrições pontuais produzidas por pesquisadores *de fora* da região acerca de territórios de caatinga. Para ela, trata-se de resultados de trabalhos que focam em áreas mais degradadas, “com mais intervenção humana”, e não investigam as áreas preservadas em períodos de seca e chuva para demonstrar as drásticas alterações da paisagem. Seriam, assim, descrições parciais e interessadas em reafirmar apontamentos prévios e equivocados sobre a caatinga e o semiárido como áreas de pouca água e pobres em biodiversidade. Em contraposição, pesquisadores no local, fazendo um trabalho rotineiro e permanente, contribuiriam para a elaboração de descrições que contemplariam as diferentes áreas, preservadas e não preservadas, e as mudanças na paisagem em períodos de chuva e seca. Raquel considerou que “a diversidade da caatinga chuvosa pouca gente conhece, porque ela é muito efêmera. *Se você está ali todo dia, você convive com isso e tem oportunidade de ampliar esse conhecimento da caatinga.*”

Esses apontamentos permitiram interrogar a própria formulação do conceito de biodiversidade, *olhando* mais atentamente ao comportamento de animais e plantas.

Você tem uma flexibilidade comportamental, fisiológica, que é incomparável. Uma espécie que consegue sobreviver na caatinga, ela vai ter uma flexibilidade comportamental, uma estratégia fisiológica muito mais diversa. Então diversidade é o quê? [Pausa]. Quando você começa a conhecer essa estrutura da caatinga, ela começa a ficar diferenciada e a paisagem da caatinga não é só essa paisagem de seca, que é a mais disseminada, porque, claro, é a que mais persevera. Mas quando chove na caatinga, aí a vida está ali pulsante. Há espécies que conseguem tolerar essa falta de água, elas ficam ali em stand-by, esperando as condições melhorarem. Você tem uma explosão de vida na caatinga quando você tem água na caatinga. Então eu acho que a gente contribui pra isso e para saber assim: *não é por que tem menos espécies que ela é pobre*. Na verdade, você tem uma riqueza fisiológica de estratégias de adaptações que não tem paralelo com o que você encontra na mata atlântica ou nas florestas mais úmidas.

O entendimento da biodiversidade da caatinga, e de outros biomas, abarcaria questões de *adaptação*, que envolvem distribuição e permanência dos animais, os seus contextos de relação, e não apenas endemismos. Biólogos da Uesb ampliariam o conhecimento sobre o local (a caatinga) porque o habitam, fazendo aparecer dispositivos de pesquisa que ativam as alteridades animais locais que, por sua vez, se revelam diversas em comportamentos, em estratégias de adaptação, que fazem aparecer o bioma caatinga como riqueza natural.

Morte-vida em afetos-trabalhos

Se, por um lado, deslocamentos de animais de uma região para outra podem ser compreendidos pelos biólogos como condição de possibilidade de conflitos entres os espécimes introduzidos e os espécimes dos locais receptores devido ao surgimento de relações ecológicas que propiciam a atuação agressiva dos alóctones ou dos autóctones nos ecossistemas receptores, com consequência no desaparecimento de espécies, por outro lado, deslocamentos dos biólogos, nos casos relacionados ao campo de pesquisa retomado por este texto, deslocam foco e escopo dos seus interesses (Gilson-com-roedores), orientam na redefinição de questões de pesquisa e contribuem para: produzir saberes que reelaboram os entendimentos pré-construídos sobre os biomas brasileiros (Flávia-com-peixes), derrubar os exclusivismos espécies-territórios marcados por endemismos (Raymundo-com-morcegos) e elaborar políticas de uso da biodiversidade a partir de indicadores que consideram também o comportamento dos bichos (Raquel-com-insetos). Estaríamos diante de uma contradição que entende o animal nos confinamentos dos seus locais de origem e os humanos autorizados a se deslocarem pelos diversos territórios? Uma resposta apressada a essa questão seria menos interessante do que pensar sobre o que são as espécies, não em um fechamento – os biólogos com quem estabeleci interlocução afirmavam constantemente que uma espécie pode ser reinterpretada, podendo, inclusive, ser deslocada de um táxon para outro (a exemplo de *Callistomys pictus*) –, mas como dimensão categorial instável; sei que Donna Haraway é engajada neste trabalho (Gane; Haraway, 2010).

Biólogos e outros pesquisadores que contribuem com a circulação de discursos que indicam a pobreza da caatinga também devem ser contidos

segundo meus interlocutores, porque esses “alóctones” (a ironia aqui é minha, e não dos biólogos da Uesb) não prestam atenção às especificidades do bioma e engendram artefatos para confirmar ideias pré-construídas e equivocadas sobre a caatinga. Falta-lhes a convivência duradora e atenta à sazonalidade necessária aos registros de indicadores da biodiversidade local. Esses biólogos não estariam envolvidos em processos para se tornarem “biólogos autóctones”. Seria esse um dos problemas dos modelos explicativos da biodiversidade da caatinga que a tomam como bioma pobre em biodiversidade. Gostaria, ainda neste ponto, de deslocar a ideia de *origem* para a de *adaptação*, dispositivo que aprendi entre os biólogos, porque entendi que há um constante *tornar-se biólogos* quando esses profissionais operam deslocamentos territoriais e *olham* para animais dos lugares onde chegam, e não estou (nem os biólogos) negando esse *tornar-se* para os bichos, que também se deslocam, no mundo e na taxonomia, mas para as exigências espaçotemporais para *tornar-se biólogos autóctones*, que passam necessariamente por apreender algo que é oferecido pelos animais, quando estão em sintonia com eles (Despret, 2004, 2018) coabitando um mundo multiespécie (Haraway, 2011), nomeado de caatinga neste texto. Estou aqui *olhando* para a constituição dos biólogos na vinculação com animais dos territórios onde atuam. Para tentar contribuir com o debate e complexificar a tradução das pesquisas que envolvem animais, problematizo, nas próximas linhas, a localização do trabalho do biólogo entre a proteção da vida das espécies que seus apontamentos preservacionistas reivindicam e as mortes necessárias para produzir tais apontamentos, as circunstâncias nas quais biólogos e animais aliam-se em situações de morte (Despret, 2016), que são também produtoras de carreiras científicas e disciplinas científicas (ecologia e zoologia) situadas; o jogo ético de vida e morte é fundante desse movimento inventivo.

Um dia vi vários animais mortos em um tanque de um laboratório de zoologia e senti o cheiro do sangue misturado a cheiro de álcool. Durante a pesquisa, vi animais mortos de forma recorrente, mas nunca tinha ficado tão próximo do sangue como naquele dia. Eu já havia trabalhado com a morte quando fui servidor público em uma polícia científica, onde sentia o *mesmo* cheiro de sangue sistematicamente. Para alguns funcionários do setor em que me vinculava na polícia, o trabalho só acontecia se corpo sem vida aparecesse para ser interrogado.

Os biólogos precisam também de um corpo sem vida para trabalhar, para interrogá-lo. Nas entrevistas, eles falavam da morte sem hesitar, evidenciando os detalhes dos seus modos de matar e rejeitando a ideia de sacrifício, enquanto os seus orientandos evitavam dizer a palavra “morte”, deixando frases preenchidas por silêncios. Em uma determinada situação, um biólogo afirmou: “Eu mato! É claro que eu vou matar o bicho da melhor maneira. *Eu não tenho o menor interesse que bicho nenhum sofra.*” Organizando animais mortos em uma coleção sobre a bancada do Labisa, uma estudante ponderou: “*Infelizmente nós precisamos... [matar]*”, e um silêncio ocupou a cena e nos deixou desconcertados.

Entre os biólogos, (1) matam-se animais para tornar possível a aprendizagem do pesquisador iniciante, morte lamentada pelo iniciante, mas entendida como *útil e necessária*; e (2) matam-se animais para montagem de *coleção de referência* de laboratórios ou museus, morte nada ou pouco lamentada pelos pesquisadores experientes. As coleções de animais mortos (*coleções de referência*) são sistematicamente interrogadas pelos pesquisadores, que um dia também foram iniciantes e, portanto, mataram para aprender. O animal transformado em peça de coleção, o animal morto, é produto do encontro da morte lamentada e da morte nada ou pouco lamentada. Esses significados se encontram no recorrente retorno do animal, após a sua morte, em uma coleção. Ele, o defunto, atualiza a presença de um animal que, vinculado aos seus biólogos, vindica o direito de existir como parte da biodiversidade do planeta, circulando pelas diversas comunidades de prática das ciências biológicas. Trata-se de um encontro de sentidos sobre a morte e o matar para atualizar, senão eternizar, uma presença inquietante e questionadora. A morte, diria Despret (2016), torna os defuntos presentes de modos criativos, mobilizando os vivos a fazerem coisas (a agência não se encerra na morte). No contexto de trabalho dos biólogos, os animais mortos mobilizam, dentre outras coisas, os humanos a proteger as existências das suas espécies em tempos de extinção. Diferentemente de pesquisa no campo da saúde, em que se matam animais com a justificativa de produzir dados que colaborem com a saúde dos humanos, conforme têm demonstrado trabalhos como os de Souza (2017a; 2017b), nas ciências biológicas, mata-se para descrever indicadores que possam circular em discursos que têm como cerne a preservação de animais não humanos com preocupações éticas que refletem os vínculos afetivos entre biólogos e animais de pesquisa. Vidas de roedores, peixes, abelhas e vespas importam e a morte é um necessário

caminho para investir em ações de descrição e proteção de espécies. Mata-se, gerando um sofrimento mínimo e necessário, para não tornar matável,¹⁴ tendo como consequência um possível manejo da biodiversidade que supere a objetificação e opressão dos animais, reconhecendo-os como trabalhadores de pesquisa, que respondem e não apenas reagem em interações com humanos (Derrida, 2011; Haraway, 2011; Souza, 2017b). É possível sintetizar o que ouvi e observei sobre morte na seguinte formulação: *espécimes a matar para espécies proteger*. É um trabalho com a morte para preservar vidas; aqui, para tornar os animais da caatinga não matáveis.

Ainda que qualquer vida tenha importância para os biólogos da caatinga, a empatia é seletiva e hierarquizada por meio de “parâmetros da biodiversidade”, definindo as alteridades a serem preservadas. A empatia seletiva e hierarquizada apareceu no campo relacionada à ideia de “bicho com valor para biodiversidade”, apresentada por Gilson. Coleções que apresentam animais mortos, que são melhor entendidos situando-os em seus *habitats*, seriam materiais que atestam o valor dos seus espécimes para biodiversidade, elas indicam registros de *diversidade* e *ocorrência* de animais que merecem proteção em políticas de preservação e manejo nos diversos territórios. Ratos e outros animais produzidos para fins de experimentação não têm a mesma sorte, seus *nichos* e *habitats* estariam circunscritos aos confinamentos físicos institucionais dos laboratórios.

Em consonância com Latour (2017), é possível afirmar que as *coleções de referência*, como inventários da morte, são partes das mediações que conectam a caatinga às comunidades de prática textual dos biólogos, dentre as quais circulam os planos de manejo. Seus animais (deslocados, separados, classificados e etiquetados) permitem que biólogos interroguem uma fatia de um imenso universo de possibilidade composto por todos os seres de uma determinada área investigada. A distinção do biólogo se dá na seleção e transporte de traços característicos da biodiversidade e depende dos seus animais, das suas ciências (ecologia e zoologia, por exemplo) e das suas instituições (aqui, a Uesb).

14 Em Haraway (2011), o termo “matável” permite problematizar questões como indignidade moral e extermínio. Para ela, no entanto, grande parte da ciência animal não está interessada na espécie humana, mas está preocupada com a vida dos próprios animais. Assim, não é o matar (parte importante do trabalho dos biólogos) que leva ao “exterminismo”, mas tonar os animais matáveis.

Marcadas pelos coletivos da caatinga, ecologia e zoologia locais se deslocam nas redes das ciências biológicas. Para a caatinga se tornar reconhecível, precisa transformar-se em laboratórios (Latour, 2017) de ecologia e zoologia, em práticas situantes dos seus atores permeadas por tensões relacionadas a vida e morte. O trabalho produzido entre humanos e bichos faz emergir os entes da relação através da partilha de uma materialidade semiótica que inclui o sofrimento e o afeto, inerentes às relações instrumentais múltiplas e desiguais, que implicam, necessariamente, assimetrias (Haraway, 2011).

Entre vida e morte, situa-se também o trabalho do biólogo quando as suas pesquisas são alvos de contingenciamento ou corte de recursos, situações frequentes desde a fundação da Uesb na década de 1980 e tema recorrente nas entrevistas concedidas pelos biólogos. Impedidos de aparecerem como *diferenças* em indicadores ambientais, animais, biólogos e territórios ficam à mercê dos projetos desenvolvimentistas, a exemplo da extração de minério que identifiquei em distintos territórios da caatinga durante o trabalho de campo. Com poucos recursos financeiros para produzir apontamentos com potencial de preservação, os biólogos pesquisam usando reagentes (alguns deles com datas de validade expiradas) em laboratórios e matas, em situações de insalubridade e periculosidade,¹⁵ convivendo em um mesmo espaço com animais (vivos e mortos), aulas, protocolos de pesquisa e burocracias institucionais. Também os estudantes são expostos à insalubridade e à periculosidade desses espaços mistos e precisam aprender com seus professores, com seus pares e com os animais modos de existir e de se tornar biólogos. Em todo o período da pesquisa, não observei ações institucionais que promovessem formação de pesquisadores, iniciantes ou não, em biossegurança. Há exigências de comitês de ética em pesquisa, disciplinadas por legislações específicas sobre a matéria, mas há também pouca disponibilização de recursos financeiros e materiais que torne possível pesquisar os(com) animais da caatinga e, ao mesmo tempo, cuidar dos

15 No ordenamento jurídico do estado da Bahia, por força da lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994 (Bahia, 1994), há a previsão de recebimento de gratificações aos servidores que têm contato permanente com substâncias tóxicas ou em situações de risco de vida. Para receber as gratificações, os biólogos, professores das universidades estaduais que trabalham em condições perigosas e/ou penosas nos termos da referida lei, precisam protocolar requerimentos que, inicialmente, tramitam em suas instituições de lotação e, posteriormente, são remetidos ao serviço médico do estado para avaliação dos pleitos. A tramitação pode demorar anos. Identifiquei um processo que tramitou pelo período de quatro anos para receber, finalmente, o deferimento.

corpos dos biólogos e mitigar o sofrimento dos animais durante as suas mortes. As pesquisas que têm como alvo final a saúde dos humanos parecem receber, inclusive em situações de contingenciamento financeiro, mais recursos do que a pesquisa dos biólogos que visam à preservação das vidas dos não humanos, sejam eles endêmicos ou não. Configura-se assim o seguinte cenário: biólogos, mesmo em situações de insalubridade e periculosidade pouco assistidas pelas instituições em que trabalham, atuam para que os animais tenham chances de viver em mundos (*worlding*) menos ameaçadores para os não humanos, orientados por critérios da biodiversidade.

Significando em vínculos

Aqui, emoções são entendidas como parte dos agenciamentos que constroem relações, não como oposto da objetividade (Despret, 2004, 2011c, 2011d). Nessa direção, fiquei especialmente interessado pelas definições usadas pelos biólogos para marcar as suas vinculações aos animais: “amor”, “amizade”, “paixão” e “aprendizagem”. Elas apareceram no campo de modo recorrente e apontavam para a subjetivação de espécimes e espécies de animais de pesquisa.

No Laboratório de Zoologia I, além da narrativa de paixão entre um besouro e um vertebradólogo (Gilson), ouvi: “Amo os peixes, adoro. Não consigo me imaginar trabalhando com outra coisa” (Flávia). No Labisa, o biólogo-ecólogo (Raymundo) que trabalha com morcegos disse que, toda vez que está em campo, abre a rede e captura um morcego, sente que reencontrou “um velho amigo”. E acrescentou: “O morcego, ele é quase um filho.” Raquel destacou ainda a possibilidade de aprender com os bichos:

[...] quanto mais você estuda biologia comportamental desses bichos, dos insetos, e você vê como eles exploram os recursos, como eles dependem dos recursos naturais para a sobrevivência, como eles fazem escolhas que sempre focam o sucesso do indivíduo e da espécie, da reprodução, para que todo mundo se dê bem, você aprende, na verdade, a simplificar as suas decisões. Então, muitas vezes, em vez de complicar, eu simplifico. Eu digo: “Gente, eu estou em busca de recursos, os recursos têm que ser utilizados da maneira mais eficiente possível e as minhas escolhas, elas devem refletir uma eficiência biológica.” Eu

simplifiquei muito a minha vida quando eu comecei a pensar desse jeito. [...] O inseto não desperdiça recurso, ele não desperdiça tempo. A gente aprende, fica um pouquinho mais generoso com relação ao outro, mais honesto e mais simples! Isso foi o que eu aprendi com as abelhas e as vespas.

Como no enredamento de primatas com humanos descrito por Sá (2010), animais, aqui abelhas, vespas, roedores, peixes e morcegos, promoveram a humanidade dos biólogos. Portanto, não se trata de metaforizar comportamentos dos não humanos ou de projetar a humanidade dos biólogos sobre os animais de pesquisa, mas de promover as alteridades (humanas ou não) agregadas nos coletivos relacionais de pesquisa, explicitando o caráter híbrido dos coletivos dos laboratórios de ecologia e zoologia, que, diria Haraway (2011), vão além de hierarquias taxonômicas e exigem forte sensibilidade não antropomórfica, atenta a diferenças irredutíveis, fazendo aparecer o florescimento multiespécie.

Para Despret (2004, 2016), a empatia transforma o sujeito empático, mas não habilita o outro com o qual ele se relaciona como sujeito, pois, para que este assim apareça, o seu ponto de vista precisa ser ativado, e isso só acontece quando os atores da relação sintonizam, criando laços que permitem contar histórias e estabelecer vínculos. Vínculos que, nos contextos observados no trabalho de campo que transitam por este texto, permitiram que os biólogos se tornassem – tornar-se com, nos tempos de Despret (2016) – vertebradólogos, ictiólogos, ecólogos e entomólogos com animais aliados, que se tornaram (tornar-se juntos) roedores, peixes, morcegos, abelhas e vespas. Ao olharem entre si, animais (os espécimes e a sua generalização em espécies, animais generalizados) e biólogos sintonizam-se em práticas experimentais e são transformados em relações de afetos-trabalhos. As *coleções de referências* seriam ainda inventários desses vínculos, como nossos cadernos de campo que também inventariam as relações que tecemos com nossos interlocutores, muitas vezes silenciadas nos textos publicados.

Não nos esqueçamos que a adesão dos animais a uma pesquisa tem a ver com os dispositivos experimentais mobilizados (Despret, 2011a). Nesses termos, os laboratórios de ecologia e zoologia deste texto, onde trabalham animais não humanos e biólogos, só podem ser entendidos como *práticas situantes* que produzem saberes sobre a caatinga que se deslocam por redes

constituídas pelas comunidades de prática das ciências biológicas, conectando local e global (Latour, 2017). Esses saberes locais permitem contar outras histórias (Despret, 2016), como aquelas dos animais que participam da formulação do nacional, *nação rica em biodiversidade*. Por isso, é sempre muito chocante, e contraditório, quando humanos que se dizem “patriotas” agem para apagar as materialidades dos biomas brasileiros como potenciais latentes para sustentar a ideia de nação, autorizando a exploração de florestas compostas por espécies exclusivas, *por ora*. As histórias contadas pelos biólogos propõem outros engajamentos, focados em políticas de preservação que propõem prestar atenção nos bichos, ativando os seus pontos de vista e apostando que eles têm, como os seus humanos, intenção e elaboram significações (Despret, 2016); são Outros significantes (Haraway, 2011) que merecem viver, sem terem que comprovar capacidade de sentir (senciência) ou superioridade em relação aos demais viventes, e não recursos a serem apropriados, explorados e ou dizimados. Práticas científicas na caatinga vinculam biólogos e animais em coexistências, transformando as relações que os articulam, são relações de “antropo-zoo-gênese” (Despret, 2004).

Talvez, ao nomear as relações com bichos (mortos ou vivos) com marcadores que explicitam afeto e aprendizagem, os biólogos estejam agindo também para ampliar os carismas dos animais, mesmo aqueles como sapos e morcegos, que têm a dignidade negada pelos militantes dos movimentos de liberação animal (Descola, 1998), distantes filogeneticamente dos humanos e pouco carismáticos entre os humanos não biólogos, para redes de conservação da biodiversidade com chances de tornar concretas as diretrizes dos planos de manejo. Biossegurança, se quisermos levar adiante o apelo preservacionista das pesquisas dos biólogos, apontam para ações que buscam garantir a proteção das existências das diversas espécies de animais às quais se vinculam em coletivos multiespécies e a segurança ambiental dos seus entornos.

Na esteira de Haraway (2011), entendo que, ao comungarem das condições de trabalho e sofrimento com os animais de pesquisa, biólogos, mesmo tendo conhecimento das negligências institucionais para mitigar danos aos atores envolvidos, assumem as solidariedades e os riscos implicados, compartilham cuidado e dor no cotidiano prosaico e consequente das suas práticas através das quais passam a existir como parte da caatinga nas disciplinas ecologia e zoologia.

Considerações finais

Eu trabalho com inseto, com abelha e com vespa, eu encontro evidências biológicas que me fazem refletir sobre a espécie humana, se nós estamos fazendo o melhor uso dos nossos recursos como fazem os insetos. (Raquel).

Os apontamentos do trabalho de campo e as análises etnográficas mobilizados neste texto tornam possível afirmar que animais não humanos são bons para trabalhar juntos como parceiros de descrições da biodiversidade, pois colaboraram com a elaboração da caatinga em indicadores de *diversidade* e *ocorrência* nas disciplinas científicas ecologia e zoologia. Traduzidos em laboratórios e museus, animais e biólogos circulam como *diferenças* em comunidades de prática (textuais e outras), informando a composição dos territórios que pesquisam e se firmando como testemunhas de um mundo sempre ameaçado pelos humanos.

Nessa chave analítica, animal, território e biólogos (singularidades compostas por multidões de outros entes) podem ser sempre outras coisas quando estão atuando em um mesmo coletivo multiespécie, em um mesmo campo de relação na caatinga no qual as equivalências entre humanos e não humanos fazem aparecer relações de aprendizagem, amor, amizade e paixão. Roedores, peixes, morcegos, abelhas, vespas e seus biólogos, ao cruzarem seus olhares em contextos de pesquisa, tornam-se agentes que fazem a caatinga como bioma exclusivamente brasileiro a ser preservado e, com isso, fazem também a ecologia e a zoologia locais como *saberes de caatinga* que sustentam a necessidade das ciências biológicas e dos seus atores em territórios da Bahia. As descrições produzidas nesses cruzamentos humano-animal circulam internacionalmente em comunidades de prática das ciências biológicas e, com elas, a caatinga (e as caatingas) e os animais que a(s) habitam. Em síntese, poderíamos dizer que animais e biólogos vinculam-se em formas híbridas de existência.

Ao problematizar estudos conduzidos com animais, Despret (2011b, p. 71) questiona se os animais seriam um bom modelo para os seres humanos. Sua resposta é positiva: sim, seriam em certas condições. Ratos, macacos e outros animais, aqui roedores, peixes, morcegos, abelhas e vespas, nos ensinariam, segundo ela, “uma grande quantidade de coisas sobre nós mesmos”. Para isso, os humanos pesquisadores, como os biólogos, não devem negligenciar o que respondem os animais em contextos de pesquisas.

Não posso concluir sem antes fazer referência aos conflitos de interesse entre poder público, biólogos, ativistas ambientais, ruralistas e outros humanos em torno das disputas pelas políticas de manejo da caatinga, bioma loteado por propriedades de ruralistas que estão também nas assembleias legislativas compondo as “bancadas do boi”. Nesses conflitos, os “donos do boi” parecem sair sempre ganhando e talvez isso explique por que a caatinga não tenha sido até hoje reconhecida como patrimônio nacional pela Constituição Federal (Brasil, 1988).

Referências

BAHIA. Casa Civil. *Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994*. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das autarquias e das fundações públicas estaduais. Salvador, 1994. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-6677-de-26-de-setembro-de-1994>. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 10 maio 2019.

DERRIDA, J. *O animal que logo sou*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

DESCOLA, P. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 23-45, abr. 1998.

DESPRET, V. The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis. *Body & Society*, v. 10, n. 2-3, p. 111-134, June 2004.

DESPRET, V. Os dispositivos experimentais. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 43-58, apr. 2011a.

DESPRET, V. O que as ciências da etologia e da primatologia nos ensinam sobre as práticas científicas?. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 59-72, abr. 2011b.

DESPRET, V. As ciências da emoção estão impregnadas de política? Catherine Lutz e a questão do gênero das emoções. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 29-42, abr. 2011c.

DESPRET, V. Leitura etnopsicológica do segredo. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 5-28, abr. 2011d.

DESPRET, V. *O que diriam os animais se...* Belo Horizonte: Chão de Feira, 2016. (Cadernos de Leituras n. 45).

DESPRET, V. *¿Qué dirían los animales... si les hiciéramos las preguntas correctas?*. Buenos Aires: Cactus, 2018.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Tradução de Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, v. 13, n. 13, p. 155-161, 30 mar. 2005.

GANE, N.; HARAWAY, D. Se nós nunca fomos humanos, o que fazer?. *PontoUrbe*, v. 4, n. 6, p. 1-22, jul. 2010.

GASPAR, S. dos S. *Cães e gatos como pacientes: uma etnografia de um hospital veterinário*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

HARAWAY, D. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 27-64, jan./jun. 2011.

INGOLD, T. Humanidade e animalidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 28, p. 39-53, 1995.

INGOLD, T. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção: volume I/1*. Brasília, 2018.

KIRKSEY, S. E.; HELMREICH, S. The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, v. 25, n. 4, p. 545-576, 2010.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba: Edusc, 2012.

LATOUR, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

MERLEAU-PONTY, M. A linguagem indireta. In: MERLEAU-PONTY, M. *A prosa do mundo*. São Paulo: Cosac Naif, 2012. p. 93-121.

NASCIMENTO, A. L. da C. P.; FERREIRA, J. D. C.; MOURA, G. J. B. de. Marsupiais de uma área de caatinga (Pernambuco, Brasil) com registro de nova localidade para *Caluromys philander* (Linnaeus, 1758). *Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, Aquidabã, v. 4, n. 1, dez. 2012/maio 2013.

OSÓRIO, A. Compaixão, moral e sofrimento animal entre protetores de gatos de rua. *Iluminuras*, v. 17, n. 42, p. 51-82, 2016.

SÁ, G. J. S. e. “Meus macacos são vocês”: um antropólogo seguindo primatólogos em campo. *Revista AntHropológicas*, v. 16, n. 2, p. 41-66, 2005.

SÁ, G. J. S. e. “Abraços de mono”: elos perdidos e encontros intersubjetivos em etnografia com primatólogos no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 179-211, abr. 2010.

SÁ, G. J. S. e. “Afinal, você é um homem ou é um rato?”. *Campos: Revista de Antropologia*, v. 14, n. 1/2, dez. 2013.

SCHOBER, J. Preservação e uso racional do único bioma exclusivamente nacional. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 6-7, out. 2002.

SEGATA, J. Quando o animal dura mais que a estimação. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 831-856, dez. 2016.

SEGATA, J. O *Aedes aegypti* e o digital. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 19-48, maio/ago. 2017.

SOUZA, I. M. de A. Corpos comensuráveis: produção de modelos animais nas ciências biomédicas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 275-302, maio/ago. 2017a.

SOUZA, I. M. de A. Afeto entre humanos e animais não humanos no biotério. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, e329407, 2017b.

SÜSSEKIND, F. A onça pintada e o gado branco. *Anuário Antropológico 2011/II*, p. 111-134, 2012.

SÜSSEKIND, F. Sobre a vida multiespécie. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 159-178, abr. 2018.

TSING, A. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. Tradução Pedro Castelo Branco Silveira. *Ilha: Revista de Antropologia*, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.

TSING, A. *Viver nas ruínas*: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VANDER VELDEN, F. F. V. Sobre cães e índios: domesticidade, classificação zoológica e relação humano-animal entre os Karitiana. *Avá: Revista de Antropologia*, n. 15, p. 125-143, jul. 2009.

Recebido: 30/06/2019 Aceito: 14/11/2019 | Received: 6/30/2019 Accepted: 11/14/2019



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Tanatopolítica e biossegurança: dois regimes de governo da vida para a leishmaniose visceral canina no Brasil

**Thanatopolitics and biosecurity: two regimes
of governing life in Canine Visceral Leishmaniasis
in Brazil**

Bernardo Lewgoy*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
mlewgoy.bernardo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7455-6050>

Andrea Mastrangelo**

** Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas /
Universidad Nacional de San Martín – Buenos Aires, Argentina
andreaveronicamastrangelo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2844-6883>

Luiza Beck***

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
Mestranda em Antropologia Social
luizabeck@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6835-8370>

Resumo

Apesar de ter sua legitimidade contestada nas últimas décadas por defensores de animais, juristas e veterinários que defendem o direito à vida e ao tratamento, assim como por pesquisadores da área da saúde que duvidam de sua eficácia, a “eutanásia profilática” massiva de cães testados como soropositivos para leishmaniose visceral mantém-se firme como política sanitária no Brasil. A partir da análise de documentos oficiais, revisão da literatura, comentários sobre processos judiciais colhidos na imprensa e da etnografia dos impactos do surto de leishmaniose visceral em Porto Alegre, este artigo visa compreender o que está em jogo nessa controvérsia, considerando seus aspectos discursivos na construção de moralidades e práticas biopolíticas. Sugere-se a existência de dois regimes de governo da vida na gestão dos reservatórios caninos da leishmaniose visceral: um tanatopolítico, ligado ao poder público; o outro, um dispositivo emergente de biossegurança, ligado ao mercado farmacêutico e acessível apenas para tratamento privado.

Palavras-chave: leishmaniose; zoonoses; direitos dos animais; biossegurança.

Abstract

Despite having its legitimacy contested during the last decades by animal rights activists, legal experts, and veterinarians who defend the right to life and to treatment, as well as by researchers in health and social care who point out its inefficacy and even its perverse effects as a public policy, the massive “prophylactic euthanasia” of dogs seropositive for Visceral Leishmaniasis (dog culling) is still persistent in Brazil. Based on the analysis of official documents and of the media coverage of certain lawsuits, literature review, and an ethnography of the impact of the outbreak of Visceral Leishmaniasis in Porto Alegre, this paper aims to understand what is at stake in this controversy, considering the discursive aspects of the construction of morals and of biopolitical practices. The existence of two regimes of government of life in the management of canine reservoirs of Visceral Leishmaniasis is suggested: one is thanatopolitical, connected to the public authorities; the second one is an emerging biosecurity apparatus, associated with the pharmaceutical market, and only available for private treatment.

Keywords: Leishmaniasis; zoonosis; animal rights; biosecurity.

As pandemias e endemias provocadas por doenças transmitidas por animais aos humanos, ou zoonoses, são temas de interesse mundial, sendo muito importantes, ao lado do bioterrorismo e da segurança dos laboratórios biológicos, na definição de políticas de biossegurança global e regional (Collier; Lakoff; Rabinow, 2004; Keck, 2010; Keck; Lynteris, 2018; Keck; Ticktin, 2015). As zoonoses têm seu interesse ampliado à medida que lançam luz, tal como o problema das “invasões biológicas” (Lewgoy; Sordi, 2017; Sordi; Lewgoy, 2017), sobre os “novos regimes da vida” (Keil; Ali, 2007), as “novas formas de controle e governo da vida” (Foucault, 1999; Segata, 2017), que desafiam e saltam as barreiras entre as espécies. Dependendo de sua natureza, escala, letalidade e capacidade de propagação, as zoonoses, ao ultrapassarem essas barreiras, criam uma situação percebida como “impureza” e “risco” à saúde pública, despertando a inquietação das autoridades sanitárias com a face animal da biossegurança (Caduff, 2014; Collier; Lakoff; Rabinow, 2004; Hinchliffe; Bingham, 2008; Keck, 2010; Keck; Lynteris, 2018; Keck; Ticktin, 2015).

O Brasil é o líder em casos de leishmaniose visceral nas Américas. Tida e vista como doença negligenciada pela Organização Mundial da Saúde, trata-se de grave zoonose vetorial que predomina em zonas pobres e periferias urbanas de países tropicais. A leishmaniose visceral envolve uma complexa cadeia epidemiológica, cujos entrelaçamentos multiespecíficos envolvem humanos, cães, flebotomíneos e protozoários. Pela condição de reservatório do patógeno e por íntima relação com a espécie humana, o cão doméstico é considerado um dos principais riscos para o alastramento da epidemia. A política brasileira de eutanásia profilática de cães infectados com o parasita *Leishmania infantum* (*syn L. chagasi*) colocou, nas últimas décadas, o estatuto sanitário, ontológico e moral desta espécie no epicentro de forte controvérsia entre saúde pública e proteção animal. “Reservatório canino do parasita” para os sanitaristas e “pet” ou sujeito de direitos para a defesa animal, o cão infectado tem sido atravessado pela ambivalência entre as representações de “pária” – “cachorro de rua”, “animal errante” – e de “pet” – animal de estimação – (Antunes, 2011), evidenciando forte polarização e conflito entre sistemas de valores biopolíticos.

A política pública brasileira de eutanásia de cães é parte de um repertório tradicional de práticas de gestão de populações de animais indesejáveis, certamente biopolítica, mas dificilmente comparável em concepção e escala aos aparatos e tecnologias globais de biossegurança. Aplicado à leishmaniose,

o conceito de biossegurança tem sido associado à perspectiva de integração da saúde humana e animal, conhecida como One Health. Um sensível exemplo de dispositivo de biossegurança aplicado à doença é discutido por Palatnik-de-Sousa e Day (2011). Os autores mencionam o caso africano como o mais robusto investimento de criação de aparatos de vigilância de leishmaniose em tempo real, com o uso das tecnologias de rastreamento e sensoriamento remoto apoiadas pelos sistemas de informação e infraestrutura da OMS e NASA.

No caso brasileiro, o complexo semântico da biossegurança não se constituiu em aparato ou política pública para previsão e controle da leishmaniose visceral zoonótica, servindo, no máximo, como um horizonte intelectual de atualização científico para justificar a permanência da eutanásia profilática de cães sororreagentes, diante da resistência à medida de alguns donos de cães e às crescentes críticas da sociedade civil organizada a respeito de sua eficácia, pertinência ou moralidade. Nesse sentido, a recomendação de eutanásia profilática dos cães nem sempre se coaduna com as políticas públicas de posse responsável de animais de estimação, as quais, acompanhadas de programas de esterilização e vacinação de animais pertencentes às populações mais pobres, têm contrariedades de princípio às eutanásias praticadas em centros de controle de zoonoses.¹ Após discutir as linhas gerais dessa controvérsia, sustentaremos que a entrada em cena de novos atores – com especial destaque ao fármaco miltefosina – é o mecanismo central de introdução de um dispositivo de biossegurança, que não apenas privatiza o direito à vida, mas também estabelece redes sociotécnicas (Latour, 2008) inovadoras e controles cruzados entre Estado, mercado, veterinários e tutores para a vigilância estreita de cães e seus patógenos, redefinindo tanto a ideia de “posse responsável” quanto a percepção da leishmaniose visceral canina – de doença *perigosa e fatal* para *doença crônica e tratável*.

1 A criação da Secretaria Especial de Direitos dos Animais de Porto Alegre coincidiu com a descoberta dos primeiros casos de leishmaniose visceral em cães por volta de 2010. Segundo entrevista com gestores da secretaria à época, a prefeitura, então governada por José Fortunatti (PDT), acolheu o pleito da nova secretaria de não eutanasiar os cães, ao contrário da disposição da Secretaria da Saúde, que só veio a ser implementada a partir de 2017 no governo de Nelson Marchezan Jr. (PSDB).

A bela ciência e o estado bestial: controvérsias em torno da eutanásia de cães com leishmaniose visceral no Brasil

A leishmaniose visceral, também conhecida como calazar, é uma doença causada por protozoários do gênero *Leishmania*, transmitida por um vetor da subfamília *Plhebotominae*, gênero *Lutzomyia*, popularmente conhecido como mosquito-palha. A enfermidade se apresenta em duas formas: a antroponótica, encontrada na Índia e África Central; e a zoonótica, que atinge regiões da Ásia, África, sul da Europa e Américas, afetando de 400.000 a 600.000 pessoas por ano em 90 países. Mesmo quando corretamente diagnosticada e tratada, a leishmaniose visceral pode ser letal em 10% dos casos; se não tratada, atinge 95% de letalidade (Brasil, 2014). Considerada pela ONU uma doença tropical negligenciada, ela vem sendo associada a fatores como pobreza, desnutrição, desmatamento e urbanização.² Em sua forma zoonótica, outros animais são implicados como reservatórios em seu ciclo epidemiológico, sendo que o cão doméstico é tido como o principal fator de risco para a transmissão humana. O Brasil concentra 90% dos casos de leishmaniose visceral das Américas, sendo considerado um grave problema de saúde pública atingindo todas as regiões do país.³

O primeiro caso humano de leishmaniose visceral no Brasil foi registrado em 1913 (Costa, C., 2008). Encarada por longo tempo como uma endemia rural (Werneck, 2014), a década de 1980 marcou o início da urbanização da doença no país (Costa, C., 2008; Werneck, 2014).

Nos anos seguintes, a doença disseminou-se Brasil afora. As cidades mais afetadas foram Fortaleza, Belo Horizonte, Campo Grande e Andradina (SP). A partir de 2008, começam a ser reportados casos nos dois lados da fronteira com a Argentina,⁴ na região de São Borja (RS) e em municípios vizinhos,

2 “A doença afeta algumas das pessoas mais pobres da Terra e está associada à desnutrição, deslocamento populacional, moradia precária, sistema imunológico fraco e falta de recursos financeiros. A leishmaniose está ligada às mudanças ambientais, como desmatamento, construção de represas, esquemas de irrigação e urbanização” (World Health Organization, 2019, tradução nossa).

3 Segundo dados do Ministério da Saúde, “de 1990 a 2016, 84.922 casos de LV foram confirmados no Brasil, com a taxa de letalidade atingindo 7,4% em 2016” (Bezerra et al., 2018, tradução nossa).

4 Os casos de leishmaniose visceral na província argentina de Misiones foram pesquisados por Andrea Mastrangelo (2017), que os relacionou aos dinâmicos fluxos de pessoas e animais pelos espaços transfronteiriços entre Argentina, Brasil e Paraguai.

espalhando-se, nos anos seguintes, para outras cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Diversos métodos têm sido empregados para o controle da leishmaniose visceral: fumigação de inseticida para controle de vetores, medicamentos leishmanicidas e imunomoduladores, como anfotericina B, antimoniato de meglumina, alopurinol, coleiras repelentes, mosquiteiros e – o mais polêmico de todos – a eutanásia sistemática de cães testados como soropositivos para a doença, sintomáticos ou assintomáticos.⁵

Werneck (2014), Palatnik-de-Sousa e Day (2011) e Machado, Silva e Vilani (2016) concordam em que, na base das políticas de controle voltadas aos cachorros, está um entendimento generalizado de que os casos caninos anunciam o risco da infecção humana porque aumentam a oferta ambiental do parasita.⁶

Muitos cães infectados apresentam um alto parasitismo cutâneo, ou seja, uma grande quantidade de parasitas nos tecidos da pele. Isso facilita a infecção do mosquito-palha pelo parasita durante a picada (Lima; Grisotti, 2018; Palatnik-de-Sousa; Day, 2011). Todos os surtos de leishmaniose visceral registrados no Brasil envolveram a presença de cachorros infectados (Oliveira; Moraes; Machado-Coelho, 2008), e “uma alta taxa de infecção entre cães costuma ser registrada logo antes do começo de uma epidemia humana, especialmente em áreas empobrecidas” (Palatnik-de-Sousa; Day, 2011, p. 2, tradução nossa).

A morte induzida de cães domésticos para finalidades religiosas, veterinárias, sanitárias e de controle populacional é tão antiga quanto a história de convívio humano com essa espécie, desde as primeiras domesticações. As transformações nos modos de relação com os animais na modernidade definiram duas grandes tendências em face dessa espécie companheira, elevando-a ao estatuto excepcional de uma *hiperespécie*. A primeira tendência é a regulação biopolítica por dispositivos sanitários cujo primado intelectual é naturalista, objetivante e coletivista. Seu lócus privilegiado de realização é o controle pelo biopoder no espaço público urbano – em suas ruas e praças.

5 Para uma um histórico mais detalhado, ver Carlos Henrique Nery Costa (2011) e Palatnik-de-Sousa e Day (2011).

6 Carlos Henrique Nery Costa (2011, p. 236, tradução nossa), ao contrário, é categórico ao afirmar que “nem o papel dos cachorros na transmissão do *Leishmania infantum*, nem a eficácia de eutanasiar cães chegaram a ter algum consenso na literatura científica”.

A segunda segue os avatares da sensibilidade romântica, ora em disputa, ora em ambivalente composição ética com o utilitarismo filosófico. Afirmar-se uma progressiva incorporação dos cães à condição moral e subjetiva de membros não humanos da família conjugal, cujo primado relacional centra-se na individualização subjetivante, sendo o espaço privado da casa o seu *locus* ideal de realização. A nova disposição sensível comove-se com a situação dos animais de rua nas cidades – especialmente cavalos e cães –, cuja defesa contra a *crueldade* encontra guarida nos movimentos de proteção dos animais desde o século XIX (Baldin, 2014).

A eutanásia de cães pelo poder público é atravessada por tensões e dilemas entre a imposição higienista de uma ordem espacial-sanitária urbana e a crescente antropomorfização dos animais de companhia, os quais têm inspirado as modernas políticas de proteção de animais (Osório, 2015). Instigados por epidemias de raiva e inquietações quanto à higiene e comportamento disruptivo de cães nas vias públicas, os centros de controle de zoonoses encarnaram historicamente o ideal higienista de polícia sanitária interespecífica, constituindo espaços de segregação, experimentação e extermínio de populações animais indesejáveis ou inadequadas para a ordem urbana burguesa – abandonados, doentes ou simplesmente desprovidos de laços familiares com seres humanos (Osório, 2015; Urich, 2015).

As “políticas expulsivas de animais” (Osório, 2015) – após um breve período de ascensão de políticas de proteção animal nas últimas décadas – voltaram a ser consideradas em situações de emergência sanitária, agora com a justificativa da proteção da saúde humana de zoonoses. Os centros de controle de zoonoses voltaram a ocupar um lugar central nesse contexto, aplicando dispositivos de normalização de uma biopolítica de exceção para a segregação/eliminação sanitária de vidas animais indesejáveis.⁷

Como mostra Susan Jones (2003), a partir do século XX, a ética veterinária enfatizou a preocupação de evitar o sofrimento e a crueldade nos protocolos e métodos clínicos de sacrifício de animais, sendo progressivamente afetada pelas transformações científicas e éticas da biomedicina e pelas reivindicações éticas e legais do valor intrínseco da vida animal pelo movimento protecionista.

7 Inspiramo-nos aqui na reflexão de Giorgio Agamben (2015) sobre o papel biopolítico dos campos de concentração no regime nazista.

Matar um animal situado no alto da escala de proximidade com o ser humano, como o cão doméstico, tornou-se um importante problema moral e passou a exigir justificação científica, epidemiológica e regulação ética.

O sacrifício profilático de cães com leishmaniose visceral como medida sanitária foi proposto em 1946 na antiga Palestina (Adler; Tchernomoretz, 1946 apud Costa, C. H. N., 2011). No entanto, seu uso mais dramático foi registrado nos anos 1950, na China, onde, ao lado do massivo emprego de DDT para o controle do vetor, milhões de cães foram sacrificados em diversos centros urbanos regiões do país asiático (Costa, C. H. N., 2011). A partir de então, embora a recomendação de eutanásia esteja presente em todos os documentos da OMS e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), apenas o Brasil adotou-a como diretriz de política pública para o controle de reservatórios caninos de leishmaniose.

De matriz higienista, a lei (Brasil, 1963) que regula o combate às leishmanioses no Brasil remonta a 1963. Numa época em que a doença era apenas uma endemia rural confinada ao interior do Nordeste, seu principal objetivo era interromper a transmissão humana da leishmaniose a partir dos cães, para os quais o texto reservava uma atenção muito maior do que aos demais fatores, como as condições sanitárias e os próprios vetores. A lei determinava a busca ativa por cães infectados (Brasil, 1963, art. 4º), campanhas contra os vetores nas áreas endêmicas, tratamento dos casos humanos e a “eliminação dos animais domésticos doentes” (Brasil, 1963, art. 3º, c), que deveria ser feita “evitando a crueldade” (Brasil, 1963, art. 9º). O termo “eutanásia” não era ainda utilizado para a morte induzida de animais. Prevvia-se ainda o livre acesso das autoridades a quaisquer locais considerados de interesse para o combate à enfermidade, tornando compulsória a notificação às autoridades sanitárias de todos os casos suspeitos ou confirmados, sendo obrigatório o exame dos cães de áreas endêmicas. Desde então, os programas de controle da doença recomendados pelo Ministério da Saúde incorporaram novos critérios e tecnologias, mas mantiveram a eutanásia de cães como um de seus pilares centrais.

O controle da leishmaniose visceral consiste, a partir do diagnóstico de um primeiro caso humano em determinada região, em medidas articuladas em três eixos: ações referentes aos casos humanos, controle dos vetores e controle dos reservatórios (Werneck, 2014). Com base nessas premissas, são elaborados os protocolos, recomendações e políticas de vigilância/control e voltados aos

vetores e reservatórios da doença. Além do uso de inseticidas, as recomendações que encontramos para o manejo do vetor implicam medidas individuais e domésticas, como remoção de resíduos orgânicos como folhas caídas, poda de árvores frutíferas, isolamento de galinheiros, uso de coleiras repelentes, colocação de telas milimétricas em portas e janelas e o confinamento dos cães no interior do domicílio a fim de evitar a exposição ao amanhecer e crepúsculo (horários em que o flebótomo está mais ativo).⁸

Para Alex Nading (2013), as políticas de eliminação de vetores, especialmente de insetos, ocupam historicamente um lugar central nas narrativas sobre o combate de epidemias. Peste negra, malária, leishmaniose, dengue e zika são exemplos de graves enfermidades vetoriais – doenças de consequências econômicas e sociais muito importantes – transmitidas por insetos, considerados alteridades radicais ou simplesmente inimigos a serem erradicados.

O tropo do mosquito-palha como *vetor inimigo*, já utilizado no combate à dengue, foi ostensivamente apropriado pela proteção animal de Porto Alegre em sua luta contra a decisão da prefeitura de eutanasiar cães com leishmaniose visceral, confinados no canil municipal, em 2017. Em manifestações de rua, reuniões públicas e campanhas na internet, eram exibidos cartazes com imagens de mosquitos ameaçadores, acompanhados das frases: “Leishmaniose: o mosquito é vilão” e “Não mate o cão, mate o mosquito”. Em outras imagens, cães eram mostrados com destaque para a fragilidade e a inocência estampada em seus rostos, consignadas nas frases “O cão é meu amigo”, “Não mate, trate” e “Leishmaniose tem tratamento”.

A eficácia das ações de combate ao vetor – muitas vezes realizadas de forma ocasional, enfrentando uma série de dificuldades operacionais – também foi alvo de questionamentos por parte de agentes sanitários e de acadêmicos. Em face desses problemas, Werneck (2014) ponderou que, no caso da leishmaniose visceral, a opção de manejo dos reservatórios caninos pode ter sido uma opção mais viável aos olhos do poder público.

8 O *Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral* do Ministério da Saúde, de 2014, recomenda ainda ações de manejo ambiental mesmo que sem a centralidade das medidas anteriormente descritas: saneamento, retirada de lixo e de matéria orgânica, ambientes propícios à proliferação do vetor (cf. Brasil, 2014).

Nas cidades onde a doença é endêmica, estima-se que, anualmente, milhares de cães testados como sororreagentes para leishmaniose visceral sejam mortos nos centros de controle de zoonoses.⁹ Isso não apenas tem ocasionado acerbas discussões sobre a eficácia dessa política pública, como também demonstrou a emergência de um maior poder de pressão dos ativistas dos direitos dos animais sobre os tomadores de decisão (Lima, 2015; Machado; Silva; Vilani, 2016).

Entre 2008 e 2016, na rede pública de atenção à saúde, o tratamento de leishmaniose visceral esteve somente acessível aos humanos, como consequência da portaria interministerial nº 1.426, de 11 julho de 2008, que proibiu o tratamento de animais com produtos de uso humano (anfotericina B, anfotericina lipossomal e antimoniato de meglumina), assim como outros produtos não registrados para essa finalidade (Brasil, 2008). A polêmica proibição, cuja consequência direta é a eutanásia profilática de cães soropositivos (mesmo os clinicamente saudáveis), fundamentou-se no temor de que, mesmo sendo tratados, os cães poderiam continuar infectivos, e no receio pelo desenvolvimento de cepas resistentes do protozoário, caso houvesse o uso indiscriminado de medicamentos humanos em animais.¹⁰

A proibição foi decidida a partir do I Fórum de Discussão sobre o Tratamento da Leishmaniose Visceral Canina, realizado em 2007, sob os auspícios do Ministério da Saúde. O fórum concluiu pela contraindicação do tratamento de leishmaniose visceral em cães, “tendo em vista o risco para a saúde humana que tal conduta pode acarretar” (Brasil, 2009).

A primeira resposta da sociedade civil à portaria nº 1.426/2008 (Brasil, 2008) veio por meio de manifestação em “Carta da Associação Nacional de Clínica de Pequenos Animais (Anclivepa) à População do Brasil”, assinada por seu presidente, Paulo Carvalho de Castilho. A carta criticava a ineficácia da medida,

9 Não encontramos informações consistentes ou sistemáticas sobre o número efetivo de eutanásias realizadas nos animais com suspeita de leishmaniose sob guarda dos centros de controle de zoonoses no Brasil, sendo antes vocalizados por críticos, o que dificulta o aprofundamento do debate em bases mais sólidas. Alguns de nossos interlocutores mencionaram dezenas de milhares por ano.

10 Desde 2003 as políticas de enfrentamento à leishmaniose visceral no Brasil têm sido descentralizadas e municipalizadas (Pinto; Vargas, 2017). Na verdade nunca houve tratamento público de animais doentes, apenas a não proibição do uso de medicamentos humanos em cachorros.

defendia o direito de tratamento dos cães e apelava para “a concentração das ações em controle do vetor, desfocadas da eliminação de cães” (Rockenbach, 2011). A Anclivepa logo recebeu uma resposta oficial no II Fórum de Discussão sobre o Tratamento de Leishmaniose Visceral Canina, realizado em 2 de dezembro de 2009. Reunindo pesquisadores de áreas diversas, como epidemiologia, imunologia, entomologia e parasitologia, o fórum reproduziu os principais argumentos favoráveis à manutenção da eutanásia profilática: a relação matemática do surto canino com o surto humano, a possibilidade de desenvolvimento de cepas resistentes do protozoário e a potencial infectividade de animais sob tratamento (mesmo aqueles sem sinais clínicos da doença), contestando ainda as críticas à efetividade dos testes diagnósticos.¹¹ Baseado na cobrança da evidência científica, subjaz ao documento produzido pelo fórum¹² um ceticismo de natureza precaucionária em relação ao tratamento de cães sororreagentes aos testes. A espera da *evidência robusta*, da demonstração científica cabal, da minimização absoluta do *risco*, que perpassam o documento, é o grande fio condutor dos discursos pró-eutanásia no Brasil. O ônus da prova ficaria, como sempre, com os segmentos críticos à política oficial.

A Sociedade Brasileira de Medicina Tropical tem sido uma das principais entidades médicas críticas à política de eutanásia. Para seu ex-presidente Carlos Henrique Nery Costa (2011, p. 239, tradução nossa), “entre questões políticas, éticas e econômicas e falta de consenso científico, a tendência do governo brasileiro vem desconsiderando ou mal interpretando a ciência disponível”, o que, segundo o autor, “revela uma sistemática perda de neutralidade científica na recomendação de uma medida de saúde (eutanásia profilática) altamente discutível”. O artigo assinala ainda que os participantes do fórum de 2009 foram escolhidos por critérios que não se tornaram públicos, incluindo uma grande quantidade de participantes notoriamente favoráveis à eutanásia e excluindo a presença de

11 Os testes de diagnóstico disponíveis para cães ainda têm uma margem de erro que é periodicamente revisada pelas autoridades nacionais de saúde. O diagnóstico recomendado pelo Ministério da Saúde é feito com o teste rápido DPP-LVC® para triagem – tem resultado em vinte minutos – e o ELISA para confirmação. Trabalhos demonstram que o DPP-LVC® não é capaz de detectar uma parcela da população de cães infectados com o parasita, o que pode contribuir para a perpetuação da doença nessas áreas (Queiroz de Oliveira, 2013). A insuficiente sensibilidade e especificidade dos exames pode levar a resultados falsos positivos, falsos negativos, além de apresentar reações cruzadas com outras doenças, e ser incapaz de detectar a infectividade dos animais.

12 Foram realizados fóruns em 2007, 2009 e 2015, com reiteração das mesmas premissas.

profissionais de opiniões divergentes. Além disso, é enfatizado que a literatura consultada pelos participantes omitia publicações cujos resultados poderiam levar a conclusões divergentes da posição pró-eutanásia (Costa, C. H. N., 2011).

Para o autor, o encontro expôs a não aderência às evidências científicas originadas em uma falta de “cultura institucional de fomento à integridade científica” (Costa, C. H. N., 2011, p. 239, tradução nossa). Várias motivações possíveis são conjecturadas: uma mudança de política poderia ser interpretada como sinal de erros passados, o que diminuiria a credibilidade de instituições e governos; a presença de lobbies farmacêuticos e conflitos de interesses; a ausência de alternativas à eutanásia com efeitos reconhecidos; a tomada de decisões irracionais por parte dos legisladores em tempos de crise; o apego às tradições e a resistência às mudanças no pano de fundo de uma doença considerada negligenciada, que afeta as populações mais pobres e “cujo controle e pesquisa dependem quase que exclusivamente da burocracia do Estado” (Costa, C. H. N., 2011, p. 239, tradução nossa).

As controvérsias enfatizam diversos aspectos do problema: foi observada a reposição de cães encaminhados para a eutanásia por filhotes com o sistema imunológico mais suscetível, ou seja, criando o efeito perverso de incrementar a epidemia em vez de combatê-la; a dificuldade de padronização e acurácia dos diagnósticos; o desafio dos fatores ambientais envolvidos na ecologia e controle do vetor (Mastrangelo et al., 2018) e a eficácia relativa do uso de coleiras impregnadas de inseticida¹³ (Troncarelli et al., 2009). Além disso, é crescente a importância de discursos e sensibilidades protecionistas na controvérsia, que apelam às políticas públicas de distribuição de coleiras repelentes, vacinação para os cães, políticas de castração/adoção – ligadas aos programas educativos de posse responsável –, introdução de boas práticas de manejo ambiental, assim como o deslocamento de foco da política pública do reservatório para o vetor (Machado; Silva; Vilani, 2016; Nunes et al., 2008; Otranto, 2010; Otranto; Dantas-Torres, 2013; Slappendel; Teske, 1999).

As dificuldades de execução de políticas públicas foram analisadas por Zuben e Donalísio (2016). As autoras aplicaram questionários a seis coordenadores

13 O problema das coleiras, em que pese ser reconhecido como o mais eficaz método de controle, repousa na questão de logística e monitoramento: elas são caras, são perdidas ou roubadas e precisam ser trocadas em intervalos de 3 a 8 meses para se manter efetivas.

municipais de vigilância sanitária, visando entender as diferenças entre as diretrizes federais e as realidades encontradas nos municípios. Foram constatadas dificuldades de todo o tipo, orçamentárias, políticas, recusa dos moradores de entregarem seus cães, “interferências indesejadas” dos veterinários, busca de tratamentos alternativos e discordâncias sobre o valor dos testes.¹⁴

As intervenções bioéticas sobre a polêmica da eutanásia não apenas manejam argumentos sobre a incerteza de sua eficácia como medida profilática para a contenção da leishmaniose, como também apontam para o reconhecimento dos cães como *sujeitos de direito*, dotados de *senciência* e *valor moral* (Chalfun; Cosenza, 2018). É nesse nicho semântico, atento aos direitos dos animais, que a individualização, subjetivação e vínculos interespecíficos – que envolvem o sofrimento social pela perda da guarda do animal (Lima; Grisotti, 2018) – passam a ser objeto de pesquisas e manifestos amparados na filosofia e nas ciências sociais, os quais vêm fornecendo novos subsídios para firmar a jurisprudência contrária à política brasileira de eutanásia preventiva.

Ao avaliarem os aspectos biológicos, epidemiológicos, ambientais e jurídicos da eutanásia profilática, Machado, Silva e Vilani (2016, p. 1) são incisivos em condená-la:

Conclui-se pela imediata suspensão e revisão da prática de extermínio animal em um Estado Constitucional de Direito, e a adoção de métodos preventivos e mais eficazes que garantam a saúde pública sem proporcionar elevados custos emocionais aos proprietários de cães e financeiros aos cofres públicos.

Como em outros textos críticos à eutanásia, termos como *extermínio*, *holocausto* ou *assassinato* entram em circulação na retórica de cientistas e operadores de direito, transbordando dos pequenos círculos de defensores dos direitos dos

14 “Todos os coordenadores relataram terem tido dificuldades na condução das diretrizes do PVCLV também por interferências de clínicos veterinários. Disseram que é comum os clínicos orientarem os proprietários de animais a recusarem as medidas de controle da LV, citando como justificativas: a falta de credibilidade dos exames realizados pela Secretaria de Saúde; a discordância do programa brasileiro com o resto do mundo; medidas alternativas, como o tratamento canino, a vacinação contra LV e o uso de coleira em detrimento da eutanásia. Portanto, alguns clínicos veterinários colaboraram para aumentar ainda mais a desconfiança em relação ao controle de LV nos municípios, segundo os entrevistados” (Zuben; Donalísio, 2016, p. 7). Um estudo similar foi publicado sobre o caso argentino por Mastrangelo (2019).

animais para a academia, a imprensa e os tribunais, introduzindo uma nova gramática moral para a controvérsia. A transição da consideração do animal no Código Civil, como mera propriedade para a ênfase na proteção da fauna, e a menção aos países onde os animais são considerados sujeitos de direito sinalizaram uma tomada de posição contrária ao sacrifício de cães, com base no direito individual da vida, lado a lado com o argumento dos efeitos perversos da medida. Com a entrada do discurso animalista nos textos científicos, o escândalo moral da eutanásia, tida por desnecessária, passa a frequentar com força o nível mais interno da controvérsia epidemiológica sobre as políticas de controle da leishmaniose visceral no Brasil.

A leishmaniose chega aos tribunais

A disputa em torno da eutanásia de cães sororreagentes para leishmaniose não foi a primeira provocação feita à Justiça brasileira quando estiveram em causa os direitos dos animais. Os casos mais emblemáticos envolveram disputas em torno do habeas corpus de chimpanzés (Bevilaqua, 2011; Lewgoy; Sordi, 2017), colocando em questão os limites culturalmente estabelecidos entre animalidade e humanidade, pessoas e coisas, natureza e cultura. O Brasil conta com legislação ambiental própria e uma parte do sistema judiciário (promotores, juízes, delegacias de meio ambiente, Ibama, ICMBio) é especializada na proteção de fauna nativa, lidando com casos de caça e pesca proibidas, maus-tratos e tráfico de animais silvestres. No entanto, é só com muita dificuldade que essa legislação protege animais de criação, sujeitos às regulações setoriais e sanitárias de inspiração mercadológica e bem-estarista. Para os animais de companhia, como cães e gatos, a legislação prevê punições muito brandas para abusos e maus-tratos, geralmente multas e detenções, que raramente são aplicadas. A atenção para com o controle e a responsabilização de cães de raças tidas como perigosas, como pit bulls e rottweilers, têm sido objeto de maior atenção legislativa, como mostrou Bevilaqua (2016). As transformações maiores na relação com os animais de companhia emergem das mudanças nas sensibilidades, na difusão da economia moral de proteção animal (Lewgoy; Sordi; Pinto, 2015), na eclosão de políticas municipais de proteção animal em grandes cidades brasileiras, no crescimento do mercado de produtos e serviços *pets* e na

grande ampliação das clínicas veterinárias de pequenos animais, com toda sua plêiade de aproximações pedagógicas, bioéticas e tecnológicas com a biomedicina humana (Segata, 2012).

Não se trata aqui de fazer um levantamento exaustivo dos processos judiciais envolvendo a leishmaniose, mas de chamar a atenção, por meio de alguns exemplos mais significativos, para a crescente judicialização dos conflitos relativos ao direito à vida e ao tratamento dos cães com leishmaniose visceral canina. Nesse sentido, as recentes contendas jurídicas envolvendo a eutanásia de cães testados como soropositivos para a presença do protozoário *Leishmania infantum* condensam o dilema contemporâneo entre saúde humana e vida animal em surtos de zoonoses: de um lado, o Estado opera no registro de uma biopolítica que assimila o cão infectado a uma praga, um risco objetivo à saúde pública, reduzido à condição de vida nua (*zoé* no sentido de Agamben, 2015) a ser controlada pela eliminação física. De outra parte, cresce a legitimidade dos clamores animalistas *pro-life*, que buscam atribuir aos cães direito individual à vida e à dignidade simétrica a alguns seres humanos (Carman, 2017).

A partir da vigência da portaria interministerial nº 1.426/2008 (Brasil, 2008), uma gama de atores heterogêneos passam a demandar juridicamente o reconhecimento do direito à vida para os cães e à devida proteção legal de veterinários e tutores. Se os cães sororreagentes são incriminados pelo Estado como *risco sanitário*, eles, por seu turno, passam a ser hipersubjetivados pela imprensa, mercado veterinário, defensores de animais como *pets*. Na medida em que a transformação do animal doméstico num *pet* envolve altos níveis de consumo dos donos (banho e tosa, roupas, sapatos, seguro de saúde, hospedagem nas férias, passeios), os cães, sejam de raça ou vira-latas, adquirem uma nova visibilidade e representação social em face de sua inclusão como membros da classe social de seus proprietários.

Bevilacqua et al. (2000) analisaram como se construiu o discurso midiático e jornalístico sobre o surto da leishmaniose visceral em Belo Horizonte, entre 1993 e 1996. As primeiras reportagens analisadas já sugeriam uma preocupação com o avanço da doença do campo para a cidade. Importa destacar que os cães só ganham centralidade e simpatia na mídia quando muda o perfil de classe social da epidemia, atingindo os bairros nobres da cidade. A nova imagética do sofrimento e atribuição de “nome, amizade e rosto” (Mastrangelo, 2017) aos cães foi progressivamente assimilada ao repertório dos grupos de defesa animal

para reivindicar a “dignidade de todos os cães perante a epidemia”, independentemente de sua classe social, lado a lado com a mobilização do tropo do “mosquito vilão”.

O período compreendido entre março de 2008 e setembro de 2016 (ano de licenciamento da Milteforan® para o tratamento da leishmaniose visceral canina no Brasil) registrou vários processos judiciais com inéditas decisões suspendendo eutanásias, cujo principal foco esteve no reconhecimento do direito à vida e ao tratamento de cães – baseando-se em questões constitucionais, sem refutar os argumentos de risco à saúde da população humana com quem vivem. Os artigos 5º e 225 da Constituição Federal do Brasil têm sido invocados como fundamentos de decisões jurídicas contrárias à prática de eutanásia de cães com leishmaniose. O artigo 5º articula os direitos à vida, à propriedade (que pode ser usada para contestar a retirada de posse do animal de estimação de seu tutor) e ao exercício profissional, servindo como fundamento doutrinário para assegurar o direito ao tratamento veterinário de animais com leishmaniose. O artigo 225, que dispõe sobre proteção da fauna, foi considerado por Machado, Silva e Vilani (2016) ao mesmo tempo “antropocêntrico” e “biocêntrico”. Para os autores, os cães urbanos, de estatuto ambíguo perante a noção idealizada de “fauna”, feita a partir da catalogação de animais nativos em ambiente silvestre, deveriam ser protegidos por uma compreensão mais garantista e individualizante na posição de “sujeitos de direito”.¹⁵ No contexto de nossa argumentação neste artigo, o fato de as regulamentações federais poderem ser consideradas “antropocêntricas” e “biocêntricas” estabelece as margens da biopolítica: permite ao Estado administrar conflitos sociais relacionados à epidemia com base nessa ambivalência (sem propriamente resolver suas contradições).

Os casos judiciais mais célebres ocorreram em Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul. Em 2008, logo após a entrada em vigor da portaria nº 1426/2008, a entidade Abrigo dos Bichos ingressou com uma ação, na Justiça Estadual, reivindicando sua ilegalidade. O processo tramitou até o Tribunal

15 Zuben e Donalísio (2016, p. 6) mencionam a resolução nº 1000, de 11 de maio de 2012, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (2012), em que se afirma que a eutanásia apenas deve ser aplicada quando o bem-estar do animal está comprometido ou quando ele constitui ameaça à saúde pública. Para as autoras essa resolução é ambivalente, “dando margem tanto para a defesa da vida animal quanto para respaldar a ação da saúde pública” (Zuben; Donalísio, 2016, p. 6).

Federal da 3ª Região, que decidiu pela ilegalidade da portaria. No acórdão prevaleceu o entendimento da inconstitucionalidade da proibição do tratamento canino por atentar contra o artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, que garante o livre exercício profissional do veterinário. O acórdão citava ainda as leis protetivas ao meio ambiente, especialmente no capítulo dos crimes contra a fauna e seu fundamento na Declaração Universal dos Direitos dos Animais, da qual o Brasil foi signatário.¹⁶ No entanto, ao contrário de outras decisões favoráveis ou contrárias à eutanásia, a controvérsia científica sobre o *risco* não foi ali mencionada, tendo o seu escopo argumentativo restrito a questões constitucionais, doutrinárias e éticas.

Outro caso exemplar envolveu, em 2012, o cão Scooby, que foi resgatado em Campo Grande. Quando descobriu a doença de seu animal, o dono conduziu-o arrastado por uma motocicleta ao centro de controle de zoonoses, mas Scooby conseguiu sobreviver. O caso teve repercussão nacional, despertando grande comoção na opinião pública, sendo objeto de várias reportagens nos maiores veículos de comunicação do país, nas quais circulavam imagens do cão já sadio.

Scooby foi visto como vítima de duas tentativas de assassinato: uma, com extrema crueldade, por seu tutor; outra, pela frieza impessoal do Estado, que assumiu sua tutela apenas para eutanasiá-lo a seguir. Sua morte foi sustada por ação judicial impetrada pela ONG Sociedade de Proteção e Bem Estar Animal. Após interposição de recurso pelo município, o processo foi julgado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em 28 de maio de 2015, que acolheu o agravo de instrumento, suspendendo a eutanásia de Scooby (Justiça..., 2015).

16 Na parte final do acórdão é invocada uma concepção biocêntrica como um dos fundamentos da decisão: “Os seres vivos, de maneira geral, e os animais em particular, juntamente com os demais elementos que compõem a ecosfera constituem o planeta Terra. Nada mais é que um organismo vivo, que depende para sua existência da relação equilibrada da fauna, da flora, das águas dos mares e dos rios e do ar. Somente tal compreensão pode garantir a existência das gerações futuras. Disso decorre a responsabilidade que cada um tem com o meio-ambiente. Pouco apreço pela vida ou por aquilo que a pressupõe descomprometimento com o futuro. Sabemos como reproduzir a vida, não como a criar efetivamente. Aquele que desmerece os seres com os quais tudo tem sentido atinge nossa identidade e perdeu ou não adquiriu a essência do que se chama humano. Por isso, é muito grave a edição da portaria de que se cuida nos autos. Produz a concepção de que os seres humanos desconsideram o cuidado necessário ecológico pelo qual somos responsáveis” (Brasil, 2013).

Inspirado pela antropomorfização midiática de Scooby, a decisão condena a política de eutanásia, comparando-a a um *holocausto*:

Não tem o menor sentido humanitário a má conduta do município em submeter a holocausto os cães acometidos de leishmaniose visceral, sem qualquer preocupação com a tentativa de tratar dos animais doentes e menos preocupação ainda com os laços afetivos que existem entre humanos e cães, pretendendo violar o domicílio dos cidadãos sem ordem judicial para, despoticamente, apreender os animais para matá-los (Eutanásia..., 2015).¹⁷

Adotado em 2012 pela veterinária Sibeles Cação, que havia sido destituída de seu posto no Conselho Regional de Veterinária de Mato Grosso do Sul justamente por defender o tratamento para leishmaniose (Pavão, 2015), Scooby se tornou o símbolo nacional da luta contra a “matança desnecessária de cães” no Brasil. Como na etnografia de Mastrangelo (2017), com Scooby os cães testados como soropositivos para a doença passaram a ter *rostos*.

Em direção oposta, decisões favoráveis à eutanásia baseiam-se na premissa de que os direitos individuais – sejam de cães, sejam de veterinários e tutores – não podem sobrepor-se à proteção de saúde pública.¹⁸ Excluindo-se elaborações mais formalistas, as alegações precaucionárias sobre “risco de transmissão humana” e a “necessidade de mais estudos científicos”, invocadas nos documentos oficiais do Ministério da Saúde, geralmente acompanham as decisões jurídicas favoráveis à manutenção da política de eutanásia.

Esse foi o caso da ação judicial movida, em maio de 2017, pela deputada Regina Becker (Partido Trabalhista Brasileiro, RS), ativista da causa animal, contra a decisão da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre de eutanasiar 14 cães com suspeita de leishmaniose visceral, confinados no canil da Secretaria Especial de Direitos dos Animais (Seda). Em 2 de maio de 2017, a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre publicou no *Diário Oficial* uma

17 Em decisão monocrática sobre recurso extraordinário impetrado pelo Estado contra a decisão do TRF, exarada em 12/12/2018, o ministro Luís Roberto Barroso, de inspiração constitucional garantista, manteve a proibição das eutanásias (Brasil, 2018).

18 Esta posição fica muito clara no artigo “Dono não pode recusar eutanásia de cães doentes”, publicado no site do Conjur (Dono..., 2010).

dispensa de licitação para contratar serviços veterinários, a fim de realizar a eutanásia de até 300 cães considerados sororreagentes¹⁹ para a leishmaniose visceral canina, licitação que foi vencida pela clínica Animed. A informação, tornada denúncia pela mencionada deputada estadual – criadora, em 2011 da hoje extinta Secretaria Especial de Proteção dos Animais de Porto Alegre –, repercutiu com força nas redes sociais, suscitando uma imediata mobilização das protetoras de animais. No mesmo dia da denúncia, foi protocolado pedido de liminar no Foro Central de Porto Alegre para suspender as eutanásias, deferida pela Justiça. Na liminar foi enfatizado que não se contrariava a portaria nº 1.426/2008 (Brasil, 2008), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mas que se acolhia o argumento da inconclusividade dos testes aplicados para a constatação da doença nos cães examinados.²⁰

A liminar foi revogada em dezembro por decisão do Superior Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. O novo julgamento não foi nada auspicioso para os cães. Alegando riscos à saúde pública, especialmente em relação à transmissão humana, a desembargadora Denise Cezar, relatora do caso, autorizou a eutanásia dos cães. Segundo seu parecer: “Os casos da doença ocorreram em áreas de baixa renda, nas quais os proprietários dos animais não assumiram o compromisso de tratar os animais com a medicação que poderia bloquear a carga parasitária” (Risco..., 2017). Ou seja, a presumida incapacidade financeira dos tutores em custear o tratamento da doença foi tratada como *opção*. Nessa compreensão ter ou não dinheiro hierarquiza o direito à vida dos conviventes: quem puder custear o tratamento pode escolher morar com cão doente e com o risco potencial de transmissão de doença para seus filhos humanos, enquanto os pobres devem escolher entre a vida de seus cães e de seus filhos.

É importante ressaltar que, tal como na controvérsia científica, há jurisprudência e argumentos para respaldar as diferentes teses em disputa. De qualquer modo, o aumento de demandas judiciais parece estar ligado à difusão das informações e meios alternativos de tratamento da doença – dificilmente

19 Como Mastrangelo (2019) aponta no caso do massacre de cães no canil da Gendarmería Nacional em Iguazú, na Argentina, mesmo quando defende os direitos individuais dos cães, a visibilidade social e legal alega a quantidade (50 animais no caso analisado na Argentina, 300 no brasileiro).

20 Tratava-se aqui da polêmica em torno dos falsos positivos e dos falsos negativos nos testes diagnósticos detalhada na nota rodapé 11.

controláveis pela autoridade sanitária –, ao crescimento da sensibilidade e ativismo animalista, e, por último mas não menos importante, ao salto de classe social do patógeno para a infecção de cães pertencentes a classes sociais com maior poder aquisitivo, capazes de mobilizar argumentos e representantes com poder e influência na esfera pública, ter acesso aos recursos judiciais e suscitar empatia mediante os meios de comunicação.

“O remédio salvador”: mercado farmacêutico e biossegurança

Pouco tempo depois de iniciado o conflito em torno dos cães da Seda, realizou-se em 2017, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o seminário “Leishmaniose: a Vida é o Bem Maior”, sob os auspícios da deputada Regina Becker. Na plateia, majoritariamente feminina, apoiadoras da causa animal e veterinárias assistiam ao evento. Na mesa reuniram-se, além de membros da rede de proteção animal do Rio Grande do Sul, uma representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária, o gerente regional da multinacional farmacêutica Virbac e três veterinários do grupo de pesquisa Brasileish, responsável pelos ensaios clínicos que levaram ao licenciamento do Milteforan® no Brasil, no final do ano anterior. O ambiente estava decorado por cartazes de “Não aceitamos assassinatos”, “Cães têm sentimentos” e “Leishmaniose tem tratamento”. Num dos cantos do palco, encontrava-se um vistoso anúncio do remédio Milteforan®, comercializado pela Virbac, com o texto: “Decisões sobre a vida exigem conhecimento.”

Em outro seminário, realizado em julho desse ano, no auditório da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reuniram-se especialistas em diferentes aspectos da leishmaniose visceral: parasitologia, epidemiologia, clínica veterinária, medicina humana e representantes da Vigilância Sanitária de Porto Alegre. Entre uma apresentação e outra, em que se discutia o estado da arte no conhecimento da doença, representantes de empresas fabricantes de telas protetoras, coleiras repelentes e do Milteforan® faziam breves apresentações de seus produtos, transitando com bastante naturalidade no ambiente. Para quem desejasse obter informações complementares sobre os produtos, havia estandes das firmas montados no hall de entrada do auditório. Em determinado momento daquela fria tarde de

inverno, um generoso *coffee break* foi gentilmente oferecido aos participantes do evento pelos funcionários das empresas.

No comovente relato autobiográfico “Até depois do fim. Uma história de amor e luta pela vida de um cão portador de leishmaniose” (Bezerra, 2018), acompanhamos as peripécias do autor, Felipe Bezerra, em busca do tratamento de seu cão da raça amstaff, Hércules Quasímodo, diagnosticado com leishmaniose poucos anos antes do licenciamento da miltefosina no Brasil. Depois de muitos esforços e enorme endividamento para o tratamento de seu cão com serviços veterinários e medicamentos, o narrador – já desiludido diante da piora do quadro clínico do animal – enche-se de esperança ao ouvir falar de uma droga fabulosa que poderia salvar a vida de seu amado animal de estimação: o leishmanicida Milteforan®, na época, não aprovado pela Anvisa e disponível apenas por meio de importação.

A portaria nº 1.426/2008 (Brasil, 2008), que proibiu o uso de medicamentos humanos para leishmaniose visceral, praticamente impossibilitou o tratamento veterinário de qualquer cão sororreagente, sob o risco de cassação do registro profissional. A portaria é clara ao ser norteadada pelo conceito de “risco de transmissão humana”, pela “inexistência de cura da doença” e pelo “potencial de infectividade dos reservatórios”, mesmo os assintomáticos e os que estão em tratamento. Ela ainda regulamentava critérios para a incorporação de novos medicamentos de uso veterinário, condicionando-os a ensaios clínicos aprovados pelo Ministério da Saúde e registrados no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Já havia vacinas disponíveis no mercado como a Leishmune® – laboratório Fort Dodge –, a LeishTec® – do Ceva – e coleiras repelentes de várias marcas, mas estas não eram suficientes como controle preventivo da infecção. As entrevistas feitas com protetoras que cuidam de cães com leishmaniose mostram que, diante das possibilidades e informações presentes nas redes sociais, houve bastante uso de fármacos proibidos, assim como importação não controlada do Milteforan®, o que despertou a preocupação de autoridades sanitárias.²¹

21 Trata-se de alopurinol, cetoconazol, levamizol, vitamina A, zinco, aspartato de L-arginina e prednisona, usados por alguns veterinários como tratamento alternativo à proibição, ainda vigente, do uso de antimoníato de meglumina e anfotericina B e de aquisição informal destes últimos (Fonseca, [2008]).

Em 1º de setembro de 2016 foi assinada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com o Ministério da Saúde, a nota técnica conjunta nº 001/2016 (Brasil, 2016), autorizando pela primeira vez um medicamento para o tratamento da leishmaniose visceral canina. O fármaco aprovado é a miltefosina, registrada com o nome Milteforan® pela empresa Virbac Saúde Animal. A nota técnica informa que o uso da substância é autorizado porque ela não é utilizada no tratamento de pessoas, e enfatiza que a portaria de 2008, que proíbe o uso simultâneo de fármacos de tratamento humano em cães, continua em vigência. Também destaca que o tratamento dos cães “não se configura como uma medida de saúde pública para controle da doença e, portanto, trata-se única e exclusivamente de uma escolha do proprietário do animal, de caráter individual” (Brasil, 2016).

O medicamento, grande esperança para o tratamento da doença, é de alto custo: uma caixa custa cerca de R\$ 1.000,00 (US\$ 267,00, o equivalente a um salário mínimo em junho de 2019) para um animal de até dez quilos, devendo ser ministrado via oral em ciclos de 28 dias, monitorando-se a condição clínica e a carga parasitária do animal pelo resto de sua vida. Os custos de medicação, exames e atendimento veterinário do animal são suportados pelo dono.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária já havia, por intermédio de seu site, manifestado preocupação com a prescrição indevida e as estratégias de controle do uso do medicamento, além de sua rastreabilidade e mapeamento de todas as fases de comercialização e tratamento dos animais.

Não se trata apenas de uma licença privada entre veterinário, tutor e paciente, mas da inserção de um novo dispositivo biopolítico de controle que se inicia com um teste positivo para leishmaniose visceral canina. É ilustrativo nesse sentido o exemplo do guia de orientação para a vigilância da leishmaniose visceral canina de Santa Catarina (2018), elaborado pela Secretaria Estadual de Saúde. As especificações para o tratamento envolvem a assinatura de “Termo de responsabilidade para a recusa da eutanásia”, “Termo de responsabilidade médico-veterinária” e “Termo de compromisso para tratamento de cão com leishmaniose visceral”.

O “Termo de responsabilidade para a recusa da eutanásia” responsabiliza o tutor pela execução de um conjunto de medidas de segregação e controle vitalício do animal no domicílio: colocação subcutânea de microchip, castração, uso permanente de coleira repelente, restrição do movimento do cão ao perímetro da

casa (exceto nos momentos de passeio com guia), assim como a manutenção da limpeza e restrição à criação de outros animais (Santa Catarina, 2018, p. 35).²²

No “Termo de compromisso para tratamento de cão com leishmaniose visceral”, exige-se que o animal tratado com Milteforan® também receba um microchip, que sofra avaliação clínica periódica para comprovar a redução da carga parasitária, que o tutor apresente à autoridade sanitária atestados de saúde e cópias de uma bateria de exames realizados a cada seis meses.

As medidas que visam prevenir que a doença se espalhe são sentidas nos corpos dos animais: o cão tratado precisa ter sua mobilidade restrita ao pátio de casa, ele não pode acasalar, é identificado e individualizado pelo microchip e precisa ser constantemente monitorado. Sua vida é sujeita ao escrutínio de rígida gestão veterinária, do Estado e de seu tutor – que também precisa garantir que todas as orientações sejam cumpridas.

O termo ainda ordena que o tutor “apresente atestado assinado pelo médico veterinário responsável pelo tratamento, confirmando que este foi realizado com Milteforan®, *“acompanhado do código de barras com o número existente na etiqueta do produto que possibilita a rastreabilidade do medicamento”*, o que reforça as redes sociotécnicas Estado-laboratório multinacional (Santa Catarina, 2018, p. 36, grifo nosso).

Os novos termos de compromisso para tutores que não aceitam a eutanásia e optam pelo tratamento com o Milteforan® são consistentes com as conclusões de Fortané e Keck (2015, p. I-II) quanto à constituição de novos dispositivos de biossegurança na vigilância animal no século XXI:

Asimismo, contrariamente a las formas de gestión de riesgos como la vacunación, la cuarentena o el sacrificio animal, la bioseguridad no pretende edificar fronteras herméticas entre sano e insano, si no que busca desarrollar formas de control del patógeno al interior de lo vivo (Hinchliffe et al., 2013; Hinchliffe et Ward, 2014), imitando así ciertas formas de la biopolítica, como es el caso de la rastreabilidad.

22 O texto é concluído com a seguinte declaração: “Estou ciente das consequências que esta decisão implica em termos de saúde pública e assumo os riscos das sanções legais que sobre mim possam ser impostas caso haja descumprimento” (Santa Catarina, 2018, p. 35).

Em palestra durante o seminário “Leishmaniose: a Vida é o Bem Maior”, um dos veterinários do grupo de pesquisa Brasileish explicou: “Para tratar o cão, o veterinário precisa casar-se com o animal, porque é um vínculo para a vida toda.” A imagem não poderia ser mais apropriada da passagem de uma concepção levemente consanguinizante de relação humano-animal – em que os cães são tratados como filhos metafóricos, não humanos (ou seja, membros da família e partícipes da humanidade como condição moral) –, para outra, contratual, simbolizada pelo ingresso permanente de um terceiro termo na relação: o médico veterinário. Trata-se de um novo dispositivo de aliança, em que o animal fica relacionado a uma empresa farmacêutica e ao Estado, ente garantidor virtual do cumprimento de todos os contratos (inclusive o de casamento). Tudo se passa como se a posse responsável fosse apenas a etapa inicial de um novo dispositivo de biossegurança, definido de forma contratual por critérios que envolvem compromissos e parcerias entre mercado farmacêutico, paciente e Estado.

Com a entrada do Milteforan® como único remédio leishmanicida para uso canino no Brasil, o tratamento privado do animal cria duas lógicas oficiais de governo da vida para os cães diagnosticados com leishmaniose visceral. A primeira lógica é a continuidade da tanatopolítica das eutanásias aplicáveis a cães de rua, errantes, comunitários e pertencentes aos tutores pobres; a segunda, o tratamento com fármacos e serviços veterinários, acessível apenas para as pessoas que podem bancar os altos custos do tratamento.²³

O proprietário que pode pagar pelo tratamento de seu cão não fica apenas assujeitado aos saberes, técnicas e controles definidos nos termos, mas também deve se comprometer com um novo modelo de posse responsável em que é convertido a gestor doméstico de uma rede de vigilância de reservatórios e patógenos. De doença fatal, cujo reservatório canino deveria ser sempre eliminado, a leishmaniose visceral canina passa a ser ressignificada como doença crônica, incurável, mas controlável para quem tenha recursos para acessar medicamentos, exames e cuidados veterinários.

23 O que difere não em natureza mas em grau de sistematização e controle das demais desigualdades no acesso à saúde no Brasil, em se considerando os serviços veterinários.

Considerações finais

Para Alex Nading (2013) o domínio da saúde, inerente às zoonoses, é o âmbito por excelência do “entrelaçamento” entre humanos, animais e ambiente, sendo um dos principais vetores de operação do biopoder no mundo contemporâneo. Pelo status cultural ambíguo e refratário às classificações, os cães de rua (e, por extensão, os cães comunitários e os pertencentes às famílias de classes subalternas da periferia) dificilmente são reconhecidos como portadores dos mesmos direitos e regulações da fauna nativa, dos animais de criação e dos *pets*. Na ótica bio(tanato)política, os cães errantes são no máximo distorções numa paisagem não higienizada. Trata-se de frutos colaterais da deterioração de ambientes sociais e urbanos periféricos nos quais os cruzamentos multiespecíficos borram perigosamente os tênues limites entre natureza e cultura, rural e urbano, doméstico e selvagem, sadios e enfermos. A ótica urbana biopolítica desenha as periferias como zonas de fricções incertas e perigosas entre humanos, animais, hospedeiros, vetores, patógenos e doenças em contextos frequentemente estigmatizados pelas representações negativas de violência, desemprego, consumo de drogas, baixo grau de educação formal, desagregação familiar e ambiental e incapacidade de cumprir normas civilizatórias. Aplicada a essas regiões, a vigilância sanitária busca criar, além de fronteiras seguras contra ameaças biológicas, zonas de exclusão social devidamente mapeadas por meio de estratégias de purificação. Essas separam aqueles dignos de viver dos demais, os que se deixam ou fazem morrer. Misturados a um ambiente de “fricções” (Tsing, 2005), numa perambulação nômade incessante nas vias públicas, os cães errantes de periferias pobres, abandonados ou não, comunitários, semidomiciliados – e mesmo os domiciliados –, misturados à criação de animais, circulam livremente em zonas de lixo e de mata; não castrados, proliferam sem controle. Sem ter quem os cuide adequadamente, não são vacinados nem vermifugados. Além disso, sujeitos à fome e às doenças – também agressores potenciais dos seres humanos, são frequentemente considerados pela ótica de autoridades sanitárias como uma alteridade incontrolável do ponto de vista civilizatório, um obstáculo à saúde que deve ser removido e segregado em zonas de exceção e centros de eliminação.

A sensibilidade animalista, que empresta rosto e personalidade aos cães, é engendrada não apenas pela economia moral da proteção animal ou pelo

mercado *pet* (Lewgoy; Sordi; Pinto, 2015; Mastrangelo, 2017), mas também pelo papel crescente desempenhado por outros atores de uma rede sociotécnica, especialmente os veterinários (Segata, 2012). À medida que os animais são incluídos como *pets* na ordem moral da família eles vão se convertendo em alvo de saberes, técnicas e relações de poder que lhes inscrevem na ordem biopolítica como sujeitos de discurso e objetos de regulação e normatização. A separação entre os animais *sacer*, para adaptar o termo de Agamben (2015), sujeitos à tanatopolítica dos centros de controle de zoonoses e aqueles que têm a sorte de serem salvos por ações de vacinação, resgate e adoção – assim como os *pets*, merecedores de uma boa vida e cuidados veterinários – é o embrião da criação dos dois regimes de governo da vida nos cães com leishmaniose visceral canina.

A política brasileira de controle dos reservatórios caninos via eutanásia profilática tem sido questionada entre as camadas sociais com maior renda e acesso à instrução formal, o que se expressa nas decisões judiciais que se acumulam autorizando o tratamento veterinário, assim como na literatura científica e bioética sobre os efeitos morais e epidemiológicos perversos da política de eutanásia. Do lado da política sanitária, os argumentos pró-eutanásia sustentam-se nas mesmas incertezas que levam ao questionamento de sua legitimidade. Por ser uma doença instável, de difícil diagnóstico, de tratamento caro e complexo e de cura incerta, com possibilidade de infectividade de animais assintomáticos e, finalmente, com sérias dificuldades de coordenação entre as políticas locais, é justamente a alegação precaucionária de um “risco onipresente”, emanada do contexto intelectual da biossegurança, que fundamentará a sua permanência. Para essa ótica, a leishmaniose visceral canina é doença fatal de alto risco de transmissão, uma autêntica sentença de morte, seja quando a doença não é tratada, seja quando o Estado toma posse do animal.

Como vimos, a aprovação de fármacos exclusivos para tratamento individual de cães, ainda que vetada como medida de saúde pública, introduziu um dispositivo de biossegurança no controle da leishmaniose visceral canina que tem o mercado como princípio de inteligibilidade e agente de manejo, constituindo redes de corresponsabilidade entre Estado, empresas, veterinários e tutores. O licenciamento do Milteforan®, em 2016, consagrou o direito à vida e ao tratamento de cães socialmente incluídos: integrados, subjetivados, monitorados e individualizados, pertencentes às famílias das classes médias

e superiores que podem pagar o caro tratamento e até arcar com custas judiciais, quando for o caso. Se, num primeiro nível, o acesso ao medicamento (e não apenas a ele, mas a todo um conjunto de serviços e produtos veterinários: vacinas, rações *premium*, microchipagens, consultas, exames, remédios extras) inscreve-se numa dicotomia de longa duração entre incluídos e excluídos na sociedade brasileira, a introdução de um dispositivo emergente de biossegurança privada propõe uma releitura da “posse responsável”, agora entendida na gramática neoliberal dos contratos, em que se conjugam biopoder e autogoverno, no sentido de Foucault (2008). Ao lado da manutenção da antiga tanatopolítica, que tem se exercido eliminando os corpos de hospedeiros caninos, esse novo dispositivo exige não apenas capacidade econômica e compromisso subjetivo como também gestão técnica do espaço doméstico e interiorização de normas biomédicas, a partir de uma lógica de vigilância permanente, que entrelaça cães, patógenos, tutores, veterinários, corporações farmacêuticas e autoridades sanitárias numa mesma rede sociotécnica

Referências

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção: Homo sacer*, II, I. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANTUNES, G. *Sobre pets e “párias”: pensando natureza e sociedade através de ontologias caninas*. 2011. Trabalho apresentado. Jornadas de Antropologia da Unicamp, Campinas, 2011.
- BALDIN, D. *Histoire des animaux domestiques: XIXe-XXe siècle*. Paris: Le Seuil, 2014.
- BEVILACQUA, P. et al. Leishmaniose visceral: história jornalística de uma epidemia em Belo Horizonte, Brasil. *Interface*, Botucatu, v. 4, n. 7, p. 83-102, 2000.
- BEVILAQUA, C. B. Chimpanzés em juízo: pessoas, coisas e diferenças. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 65-102, jan./jun. 2011.
- BEVILAQUA, C. B. Direito(s) e agências não humanas: como julgar os atos de um animal?. In: BEVILAQUA, C. B.; VANDER VELDEN, F. *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais*. Curitiba: Ed. UFPR; São Carlos: Ed. UFSCar, 2016. p. 375-405.
- BEZERRA, F. *Até depois do fim: uma história de amor e luta pela vida de um cão portador de leishmaniose*. São Paulo: Offset, 2018.

BEZERRA, J. et al. Burden of leishmaniasis in Brazil and federated units, 1990-2016: findings from Global Burden of Disease Study 2016. *PLOS Neglected Tropical Diseases*, v. 12, n. 9, 2018. DOI: 10.1371/journal.pntd.0006697.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto n. 51.838, de 14 de mar 1963*. Baixa normas técnicas especiais para o combate às leishmanioses. Brasília, 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D51838.htm. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria interministerial nº 1.426, de 11 de julho de 2008*. Proíbe o tratamento de leishmaniose visceral canina com produtos de uso humano ou não registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saude-legis/gm/2008/pril426_11_07_2008.html. Acesso em: 19 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *II Fórum de Discussão sobre o Tratamento da Leishmaniose Visceral Canina (LVC)*. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&alias=319-ii-forum-discussao-sobre-o-tratamento-da-leishmaniose-visceral-canina-lvc-9&category_slug=leishmaniose-visceral-canina-118&Itemid=965. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (3. Região). Acórdão 8268/2013. *Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região*, São Paulo, n. 11/2013, 16 jan. 2013. Disponível em: <http://web.trf3.jus.br/diario/Consulta/VisualizarDocumentosProcesso?numerosPrcesso=200860000120313&data=2013-01-16>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral*. Brasília, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_controle_leishmaniose_viscerale_dica.pdf. Acesso em: 11 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários. *Nota técnica nº 11/2016/CPV/DFIP/SDA/GM/MAPA*. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.sbmt.org.br/portal/wp-content/uploads/2016/09/nota-tecnica.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso extraordinário 1.004.876*. Origem: Mato Grosso do Sul. Relator: Min. Roberto Barroso. Brasília, 12 dez. 2018. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339253539&ext=.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

CADUFF, C. On the verge of death: visions of biological vulnerability. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, p. 105-121, 2014.

CARMAN, M. *Las fronteras de lo humano: cuando la vida humana pierde valor y la vida animal se dignifica*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

CHALFUN, M.; COSENZA, F. Direitos dos animais e controle da leishmaniose: novas perspectivas. *Revista de Biodireito e Direito dos Animais*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 22-41, 2018.

COLLIER, S. J.; LAKOFF, A.; RABINOW, P. Biosecurity: towards an anthropology of the contemporary. *Anthropology Today*, v. 20, n. 5, p. 3-7, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. *Resolução nº 1000, de 11 de maio de 2012*. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/lei/download-arquivo/id/319>. Acesso em: 20 maio 2019.

COSTA, C. Caracterização e especulações acerca da urbanização da leishmaniose visceral no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 2959-2963, dez. 2008.

COSTA, C. H. N. How effective is dog culling in controlling zoonotic visceral leishmaniasis? A critical evaluation of the science, politics and ethics behind this public health policy. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Uberaba, v. 44, n. 2, p. 232-242, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822011000200021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 maio 2019.

DONO não pode recusar eutanásia de cães doentes. *Consultor Jurídico*, 7 out. 2010. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2010-out-07/donos-nao-podem-impe-dir-eutanasia-caes-leishmaniose>. Acesso em: 20 maio 2019.

EUTANÁSIA de cães com leishmaniose é inconstitucional, diz TRF-3. *Consultor Jurídico*, 6 jun. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jun-06/eutanasia-caes-leishmaniose-inconstitucional>. Acesso em: 20 maio 2019.

FONSECA, A. L. S. da. *Abordagens atuais no tratamento da leishmaniose visceral canina*. [2008]. Disponível em: <http://www.fielamigo.com.br/trata/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FORTANÉ, N.; KECK, F. Cómo la bioseguridad redefine la vigilancia de los animales. *Revue d'anthropologie des connaissances*, v. 9, n. 2, p. I-XX, 2015.

FOUCAULT, M. El nacimiento de la medicina social – conferencia en la Universidad del Estado de Rio de Janeiro, octubre de 1974. In: FOUCAULT, M. *Estrategias de poder: obras esenciales*, volumen II. Barcelona: Paidós, 1999. p. 363-384.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*: resumo dos cursos do Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HINCHLIFFE, S.; BINGHAM, N. Securing life: the emerging practices of biosecurity. *Environment and Planning A*, v. 40, n. 7, p. 1534-1551, 2008.

JONES, S. D. *Valuing animals: veterinarians and their patients in modern America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

JUSTIÇA proíbe eutanásia de cães com leishmaniose em Campo Grande. *GL*, 5 jun. 2015. Disponível em: <http://gl.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/06/justica-proibe-eutanasia-de-caes-com-leishmaniose-em-campo-grande.html>. Acesso em: 20 maio 2019.

KECK, F. *Un monde grippé*. Paris: Flammarion, 2010.

KECK, F.; LYNTERIS, C. Zoonosis: prospects and challenges for medical anthropology. *Medicine Anthropology Theory*, v. 5, n. 3, p. 1-14, 2018.

KECK, F.; TICKTIN, M. La souffrance animale à distance: des vétérinaires dans l'action humanitaire. *Anthropologie et Sociétés*, v. 39, n. 1-2, p. 145-163, 2015.

KEIL, R.; ALI, H. Governing the sick city: urban governance in the age of emerging infectious disease. *Antipode*, v. 39, n. 5, p. 846-873, 2007.

LATOUR, B. *Reensamblar lo social: uma introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEWGOY, B.; SORDI, C. Cosmologia emergente ou humanismo em expansão? Anímais e cidadania no Brasil contemporâneo. *Etnografias contemporâneas: Revista de Antropologia Social y Cultural*, año 3, n. 4, p. 156-173, 2017.

LEWGOY, B.; SORDI, C.; PINTO, L. Domesticando o humano: para uma antropologia moral da proteção animal. *Ilha: Revista de Antropologia*, v. 17, n. 2, p. 75-100, 2015.

LIMA, C. C. M. *Entre a estima pelo animal e o risco à saúde: os saberes e as experiências dos proprietários de cães com leishmaniose*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LIMA, C.; GRISOTTI, M. Relação humano-animal e leishmaniose: repercussões no cotidiano de indivíduos inseridos em região endêmica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1261-1269, 2018.

MACHADO, C.; SILVA, E.; VILANI, R. O uso de um instrumento de política de saúde pública controverso: a eutanásia de cães contaminados por leishmaniose no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 247-258, 2016.

MASTRANGELO, A. Rosto, amizade e parentesco: dimensões da relação intersubjetiva humanos-cães em uma área com leishmaniose visceral emergente, (Dpto. Iguazu). *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, v. 1, n. 49, p. 97-120, 2017.

MASTRANGELO, A. *Amor y enfermedad, etnografía de una zoonosis*. San Martín: UNSAM Edita, 2019.

MASTRANGELO, A. et al. Respuesta doméstica a las recomendaciones sanitarias de intervención sobre ambiente y perros en una localidad con transmisión de leishmaniasis visceral (Pto. Iguazú, Argentina, 2014-2016). *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, v. 6, n. 3, p. 64-73, 2018.

NADING, A. Humans, animals, and health: from ecology to entanglement. *Environment and Society*, v. 4, n. 1, p. 60-78, 2013.

NUNES, C. M. et al. Dog culling and replacement in an area endemic for visceral leishmaniasis in Brazil. *Veterinary Parasitology*, v. 153, n. 1-2, p. 19-23, 2008.

OLIVEIRA, C.; MORAIS, M.; MACHADO-COELHO, G. Visceral leishmaniasis in large Brazilian cities: challenges for control. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 2953-2958, dez. 2008.

OSÓRIO, A. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. *Teoria e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 143-176, 2015.

OTRANTO, D. Guidelines for prevention of leishmaniasis in dogs. *Journal of the American Veterinary Medical Association*, v. 236, n. 11, p. 1200-1206, 2010.

OTRANTO, D.; DANTAS-TORRES, F. The prevention of canine leishmaniasis and its impact on public health. *Trends in Parasitology*, v. 29, n. 7, p. 339-345, 2013.

PALATNIK-DE-SOUSA, C.; DAY, M. One health: the global challenge of epidemic and endemic leishmaniasis. *Parasites & Vectors*, v. 4, n. 1, art. 197, 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3214158/pdf/1756-3305-4-197.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

PAVÃO, G. Condenado à morte, cão Scooby vive bem após tratar leishmaniose em MS. *GL*, 6 jun. 2015. Disponível em: <http://gl.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/06/condenado-morte-cao-scooby-vive-bem-apos-tratar-leishmaniose-em-ms.html>. Acesso em: 20 maio 2019.

PINTO, L.; VARGAS, E. “Leishmania”: reflexões sobre o manejo do mundo em contextos de risco sanitário. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, v. 1, n. 49, p. 121-134, 2017.

QUEIROZ DE OLIVEIRA, I. Triagem dos antígenos recombinantes de *Leishmania infantum* utilizando a técnica de multi-antígenos impressos (MAPIA) no desenvolvimento de imunodiagnóstico para leishmaniose visceral canina. 2013. Dissertação (Mestrado em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa) – Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz, Fundação Oswaldo Cruz, Salvador, 2013.

RISCO à saúde humana permite sacrifício de 12 cães com leishmaniose visceral. *Consultor Jurídico*, 17 dez. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-17/risco-saude-humana-permite-sacrificio-12-caes-leishmaniose>. Acesso em: 20 maio 2019.

ROCKENBACH, L. Carta da Anclivepa Brasil à população. *Leishmaniose: Matar Animais Resolve?*, 1 fev. 2011. Disponível em: <http://matarnaioresolve.blogspot.com/2011/02/carta-da-anclivepa-brasil-populacao.html>. Acesso em: 19 maio 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Saúde. Diretoria de Vigilância Epidemiológica. *Guia de orientação para a vigilância da leishmaniose visceral canina (LVC)*. Florianópolis, 2018. Disponível em: http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/zoonoses/publicacoes/Guia_Basico_de_Orientacao_LVC_2018.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

SEGATA, J. Os cães com depressão e os seus humanos de estimação. *Anuário Antropológico 2011/II*, p. 177-204, 2012.

SEGATA, J. O *Aedes aegypti* e o digital. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 19-48, maio/ago. 2017.

SLAPPENDEL, R. J.; TESKE, E. A review of canine leishmaniasis presenting outside endemic areas. In: KILLICK-KENDRICK, R. *Canine leishmaniasis: an update*. Barcelona: Hoechst Rousse, 1999. p. 54-59.

SORDI, C.; LEWGOY, B. Javalis no Pampa: invasões biológicas, abigeato e transformações da paisagem na fronteira brasileiro-uruguaia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 75-98, maio/ago. 2017.

TRONCARELLI, M. Z. et al. Leishmania spp and/or Trypanosoma cruzi diagnosis in dogs from endemic and non endemic areas for canine visceral Leishmaniasis. *Veterinary Parasitology*, v. 164, n. 2, p. 118-123, 2009.

TSING, A. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

URICH, S. *Los perritos bandidos: la protección de los animales de la Ley Sarmiento a la Ley Perón*. Buenos Aires: Tren en Movimiento, 2015.

WERNECK, G. Visceral leishmaniasis in Brazil: rationale and concerns related to reservoir control. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 48, n. 5, p. 851-855, out. 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Leishmaniasis*. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/leishmaniasis>. Acesso em: 17 maio 2019.

ZUBEN, A. P. B.; DONALÍSIO, M. R. Dificuldades na execução das diretrizes do Programa de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral em grandes municípios brasileiros. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, e00087415, 2016.

Recebido: 28/06/2019 Aceito: 05/09/2019 | Received: 6/28/2019 Accepted: 9/5/2019



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

As vicissitudes do matar. Conflitos ontológicos em um estudo sobre leishmaniose tegumentar americana na TI Wajãpi

Reflections on killing. Ontological conflicts over Cutaneous Leshimaniasis in Wajãpi Indigenous Land

Joana Cabral de Oliveira*

*Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil

jcdo@unicamp.br

<https://orcid.org/0000-0002-4308-8562>

Resumo

A partir de uma pesquisa sobre os padrões epidemiológicos de leishmaniose tegumentar americana na Terra Indígena Wajãpi (AP), tomo como ponto de partida as perspectivas de alguns Wajãpi e de cientistas para explorar aspectos das ontologias em disputas nesse contexto. Oscilando entre os diferentes sujeitos dessa pesquisa, pretendo refletir e descrever como cada um deles compreende questões comuns como: a matabilidade de alguns seres, as relações com diferentes níveis de alteridade e as perspectivas das relações interespecíficas.

Palavras-chave: etnologia; antropologia da ciência; relações interespecíficas; comparação.

Abstract

During an epidemiological research of cutaneous leishmaniasis in Wajãpi Indigenous Land, several ontological perspectives between scientific team and Wajãpi people happened. These ontological issues are the main material analyzed by this paper. Switching between different subjects, the paper aims to describe the perspectives of each subject answering what is possible or not to kill, the moral implications around the death of different beings and how interspecific relations are conceived.

Keywords: Amerindian ethnology; anthropology of science; interspecific relations; comparison.

Pertencemos ao filo dos Chordata, dos animais dependurados sobre um cabide interno. Isto se manifesta existencialmente em todo o encontro nosso com outro animal: quando esmagamos sob nosso pé qualquer vida que contenha ossos que se partem, identificamo-nos com tal vida. Quando a vida esmagada é mole, sentimos nojo.

Vilém Flusser e Louis Bec (2011, p. 21)

Provocações metodológicas¹

Um dos pilares da antropologia, que marca a constituição da disciplina e pode ser considerado mesmo sua identidade epistemológica, é a comparação. Para fins heurísticos apenas, Candea (2016) distingue duas modalidades dela: a comparação lateral e a frontal. A lateral seria aquela entre grupos não familiares ao antropólogo, que são justapostos em uma descrição com o objetivo de criar adensamentos que permitam afirmações para além do caso particular. A frontal é a comparação entre o grupo ao qual pertence o antropólogo e aquele por ele estudado.

Há tempos a comparação frontal é pauta de grandes elucubrações e críticas, um de seus pontos mais atacados é a consequente criação de um fosso entre Nós e Eles. A separação abissal entre Modernos e Não Modernos ou Ocidentais e Não Ocidentais. Um dos problemas notado por Candea, e de modo pioneiro por Strathern (2006), é que as etnografias de povos não familiares costumam apresentar o Ocidente Moderno como um bloco homogêneo que serve de fundo à entidade etnográfica, tornada figura por suas diferenças. Nesse procedimento, a posição ocupada pelo Nós (da qual faz parte o antropólogo e sua audiência) não precisa ser explicitada, já que é compartilhada e compreendida como óbvia. Já a posição do Eles é necessariamente esmiuçada, afinal é o polo que jaz nas sombras do desconhecimento.

1 Versões deste artigo foram apresentadas em dois eventos: “Quartas Indomáveis”, da UFSCar, e “Quartas de Antropologia”, da Unicamp. Agradeço aos colegas presentes por seus comentários e intervenções nessas ocasiões. Além disso, o artigo é resultado de uma pesquisa de pós-doutorado realizada no Instituto de Biociências da USP sob supervisão de Rui Murrieta, a quem sou grata. Agradeço imensamente, ainda, à Fapesp, que financiou a pesquisa (processo 2014/13089-2); aos Wajãpi, que me recebem em suas aldeias desde 2004; e aos meus colegas de pesquisa coletiva sobre padrões de transmissão de leishmaniose, que optaram por manter o anonimato.

Contudo, a antropologia e outras ciências do social já demonstraram que ao aproximarmos-nos do bloco intitulado Ocidente ele rapidamente se fragmenta. Com uma mudança escalar da investigação, o que era monolítico se torna multivocal e repleto de matizes. Mas a comparação parece exigir alguma estabilização. Por isso uma das saídas, inaugurada por Strathern (2006), é realizar a comparação frontal alertando o leitor de que se trata de um dispositivo recursivo e momentâneo que visa criar contraste. Mas e se a diferença não é produzida? Segundo Candea (2016, p. 11) a comparação frontal falha ao resultar em similaridade. Ela falha ao gerar um efeito de reconhecimento entre entidades etnográficas radicalmente distintas, pois fundo e figura se tornam um.

Enfim, a grande questão sobre como proceder à comparação entre Nós e Eles paira. Se o problema está posto desde a fundação disciplinar, sua versão atualizada é como comparar sem reificar posições que são pronominais. Como comparar de modo a embaralhar fronteiras. Em suma, como comparar de maneira que nossas divisões sejam complicadas, uma vez que elas não se sustentam mais sobre sólidos solos.

Partindo do componente etnográfico que fomenta o presente artigo, muitas das línguas ameríndias e especificamente o wajãpi fazem uma diferenciação entre dois tipos de *nós*: um *inclusivo* (um *nós* que inclui a mim, meus convíveres e a quem eu falo – vocês que me leem) e um *exclusivo* (um *nós* que se refere apenas a mim e meus convíveres, excluindo, no caso, os leitores). Transpondo essa diferenciação ao problema da comparação antropológica que Candea nos desenha, o que farei a seguir é uma reflexão etnográfica a partir de um *nós exclusivo*. Trata-se de um *nós* que não inclui a audiência do texto e que, por isso, exige uma aproximação e um desmonte do dado a cada vez. A aposta é que o uso de um *nós exclusivo* permita o esfacelamento do monobloco Ocidente Moderno, possibilitando, às vezes, que o Nós e Eles se tornem similares diferindo daqueles que aqui nos leem, amalgamando nós e eles (por meio de um *nós exclusivo*) sem perder o efeito de produção de sentido que é dado pela diferença.

O uso do *nós exclusivo* possibilita aqui um relato sobre uma equipe de pesquisadores da qual faço parte e em que estou plenamente implicada. O que se segue portanto é uma descrição etnográfica complicada, ou melhor, co-implicada e por isso cheia de instabilidades e co-fusões (ou confusões) entre *nós inclusivo* e eles, e entre *nós exclusivo* e vocês. Por uma descrição complicada entendendo, seguindo uma das definições do adjetivo, uma descrição “composta de

elementos que entretêm relações numerosas, diversificadas e difíceis de aprender” (Houaiss, 2001, p. 777). Um título novo (talvez mais adequado à tarefa que se pretende enfrentar) para um gênero clássico – a etnografia.

Por outro lado, remeter aos dois nós de línguas ameríndias permite reverberar o caráter múltiplo de nosso pronome coletivo de primeira pessoa. Um nós conformado por diferentes eus, eles e vocês e que por isso pode e deve, a cada instante, ser desdobrado em suas diferenças internas. O leitor encontrará, assim, posições dissonantes desse nós compósito, as quais são pontuadas em nota de rodapé ou no corpo do texto; dissonâncias que são referidas por estratégia textual à formação majoritária de cada um dos membros dessa pesquisa.

Um primeiro conflito ontológico

O contexto dessa reflexão é o projeto multidisciplinar sobre os padrões epidemiológicos da leishmaniose tegumentar americana (LTA) na Terra Indígena Wajãpi (TIW), localizada no Amapá. O objetivo da equipe era estudar os determinantes² socioambientais relacionados à doença, fornecendo subsídios para melhorar a prevenção e controle executados pelo serviço público de saúde indígena.

Antes de focar em alguns acontecimentos desenrolados no processo de pesquisa coletiva, irei recuperar um episódio de disputa ontológica que permite uma porta de entrada ao problema.

A equipe do projeto tinha como núcleo central uma entomóloga, uma veterinária, um epidemiologista à época trabalhando na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e eu como antropóloga. A presença de um membro ligado a uma agência federal de atuação na saúde fazia com que, por vezes, nos envolvessemos em outras atividades que não aquelas exclusivas à pesquisa, e foi numa dessas ocasiões que ocorreu o acontecimento que servirá de primeiro mote.

2 Todo o artigo foi escrito em intenso diálogo e negociação com meus colegas cientistas de pesquisa. Por isso, muitas vezes se opta pelo uso de jargões de outras disciplinas, como ocorre com “determinantes”, que é amplamente empregado na epidemiologia. A noção de que “determinantes” refere-se aos fatores ambientais, sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população (Galvão; Finkelman; Henao, 2011). Constantemente meus colegas de pesquisa apontaram para a necessidade de usar os seus termos e conceitos, como o uso de “determinantes” em vez de fatores, como havia optado em uma primeira versão.

Entre os anos de 2013 e 2014 uma série de ataques de morcegos hematófagos a crianças e a animais domésticos tomaram lugar em algumas aldeias wajãpi, fazendo com que as famílias levassem o problema à Sesai. Sendo um importante hospedeiro do vírus da raiva, os morcegos alarmavam a todos. Acompanhei uma das empreitadas que visava coletar informações³ sobre o problema. Segui para uma das aldeias com o epidemiologista⁴ e um especialista em *Microchiroptera* (subordem que inclui morcegos). Lá passamos duas noites capturando os mamíferos voadores e identificando os indivíduos pertencentes à espécie hematófaga, os quais eram untados com uma pasta vampíricida⁵ e soltos. Animais que possuem o hábito de dormirem em bando, em seu regresso após as saídas noturnas para alimentação, os morcegos se lambem uns aos outros. O uso dessa técnica permite, portanto, acabar com as colônias vampíricas.

Dezenas de morcegos foram capturados por longas “redes de neblina”.⁶ Cada um deles era identificado, pesado e tinha amostra de sangue retirada (seriam

3 Sempre muito cuidadosa com as expectativas criadas em torno da eficácia dos trabalhos científicos e ações de saúde pública pautadas no conhecimento científico, bem como assumindo uma postura crítica sobre a abrangência do conhecimento e dos modos investigativos, a veterinária me alertou que tal procedimento só poderia ter como objetivo “trazer evidências sobre a circulação ou não do vírus da raiva e informações sobre composição da fauna de quirópteros, além de controle de morcegos hematófagos (segundo protocolo da Funasa) que poderiam ou não funcionar”.

4 Cuja formação é em veterinária.

5 Uma das sugestões de meus parceiros de pesquisa foi utilizar o termo técnico, “pasta vampíricida”, em vez de “veneno”. Segundo se argumentou: “É uma hipocrisia, mas veneno é uma palavra que traz um efeito amador à história, não uma ação profissional, como foi.” O método empregado segue as diretrizes legais estabelecidas pelo Ministério da Saúde e do Meio Ambiente, sendo a pasta vampíricida usada de modo seletivo na espécie vetor (*Desmodus rotundus*). A substância empregada é um anticoagulante que causa hemorragia generalizada levando à morte uma colônia desses animais. A solicitação de meus colegas demonstra uma preocupação com o modo como falamos da morte desses animais. Me parece que essa questão enunciativa aponta para os desdobramentos éticos envolvidos nessas mortes. Ainda que a morte seja quimicamente violenta, ela ocorre longe dos olhos e da ação imediata dos profissionais que atuam no controle de zoonoses, assim como a preferência por termos técnicos parece distanciar e amenizar a ação. Mesmo sendo perpetrada com vista à preservação de vidas humanas, parece existir um ônus ético e moral em matar os morcegos, daí a necessidade de uma morte controlada (“seletiva” à espécie vetor), protocolar (seguindo padrões federais de conduta) e enunciada de maneira barroca (uso de jargão técnico que afastam o sentido da ação).

6 Redes usadas para captura de morcegos, que se assemelham às redes de pesca, mas são feitas de náilon preto.

testados para raiva). Alguns dos hematófagos eram emplastrados com a pasta vampiricida e soltos, enquanto outros foram mortos e coletados para fins taxonômicos e de detecção de vírus. Alguns moradores do local observaram nossa atividade, mas logo se cansaram e foram deitar-se. No dia seguinte, o chefe da aldeia indagou ao epidemiologista porque eles soltavam os animais ao invés de matá-los. Arguia que nós deveríamos acabar com todos de uma só vez – em wajãpi dizia que era preciso *wapisipa* (“exterminá-los”).⁷ O epidemiologista explicou a técnica do veneno e, sobretudo, argumentou que a grande maioria dos morcegos capturados não eram hematófagos, alimentavam-se de frutas e eram importantes polinizadores; matá-los acarretaria um problema de ordem ecológica.

Várias famílias pediam para deixarmos o veneno e as malhas de captura, assim eles mesmos poderiam exterminar (*wapisipa*) todos os morcegos. A reação da equipe era sempre refratária. Temerosos com essa possibilidade, disparavam um discurso sobre a importância de um equilíbrio ecológico e da função desses animais em uma cadeia mais extensa de relações interespecíficas.

Demanda similar foi enfrentada no âmbito da pesquisa sobre leishmaniose. Uma das atividades centrais da pesquisa era a coleta de vetores – os flebotomíneos (mosquito-palha, na linguagem popular e *mypiri* em wajãpi). As fêmeas de flebotomos picam animais vertebrados que podem⁸ funcionar como reservatórios⁹ do protozoário (a leishmânia) que opera no ciclo da doença. Note-se que é essa compreensão científica sobre a LTA que é tomada como ponto inicial,

7 É importante ter mente que o extermínio, aqui, está inserido em uma ontologia onde a condição de sujeito é amplamente distribuída, compartilhada por diferentes tipos de humanidade e entre não humanos. Isso significa que o extermínio é uma ação estabelecida entre sujeitos em disputas, sendo passível de retaliação. Isso se contrasta a uma concepção de extermínio tal qual em uma ontologia moderna, pautada na cisão entre sujeito e objeto, onde aqueles que são exterminados são objetificados, o que constitui um processo de violência unilateral.

8 O cuidado com a linguagem e a expressão das cadeias causais é algo importante e sobre o qual os meus colegas de pesquisa me chamaram atenção. Nem todo vertebrado funcionará como reservatório e é possível inclusive pensar que as características individuais de um organismo, cuja espécie é correntemente um reservatório, podem fazer com que um indivíduo não opere como hospedeiro. Daí a afirmação incorporar o verbo “poder”, modalizando a proposição.

9 O conceito de reservatório é tanto individual, de características intrínsecas ao organismo, quanto ecológico, que inclui: densidades populacionais, sazonalidade, comportamentos, etc.

a partir do qual os desdobramentos e interações aqui descritos são gerados, sem que, em certa medida, se altere ou questione ao longo dos encontros com as famílias wajãpi essa teoria biológica do ciclo da doença.¹⁰ A principal técnica de captura de vetores foi o uso de armadilhas luminosas, que atraem os insetos noturnos com uma fonte de luz e os suga para um pote coletor por um sistema de ventilação. Tais armadilhas foram postas em locais amostrais tidos como estratégicos: no meio, na borda e fora da aldeia, e nos caminhos para igarapés, roças ou trilhas de caça.

Mais de uma vez nos foi solicitado pelos moradores que deixássemos as armadilhas nas aldeias, assim poderiam matar todos os *mypiri* e *jãsi'ũ* – os hematófagos transmissores dos agentes causadores de leishmaniose e malária. A resposta fornecida nesse caso era que algumas armadilhas não resolveriam o problema.¹¹ Tais insetos são abundantes e estão por toda parte.

Se o desejo wajãpi era pelo extermínio completo desses seres outros, parte de nós¹² apontava para uma ética da moderação¹³ e da necessidade de convivência via equilíbrio ecológico.

10 É interessante comentar que alguns Wajãpi apontaram um pequeno besouro como uma espécie relacionada à LTA, cuja mordida, segundo eles, leva ao aparecimento de feridas que o sistema médico diagnosticava como LTA. Contudo, esse aspecto nunca foi investigado, uma vez que os flebotomíneos são, segundo a ciência, comprovadamente os vetores da doença.

11 Segundo a veterinária o fato de não conseguirmos prever ou imaginar possíveis problemas ecológicos advindos do extermínio dos flebotomíneos não anula a existência desse efeito. Ainda assim, um artigo que explora essa possibilidade com diferentes pesquisadores (Fang, 2010) aponta que parte da comunidade científica não imagina que haveria grandes efeitos na maioria dos ecossistemas se os mosquitos fossem extintos. No caso dos flebotomíneos, que são muito pequenos (menor biomassa), os efeitos seriam ainda menores. Nossa veterinária, cautelosa, aponta para a complexidade dos sistemas ecológicos e sua consequente imprevisibilidade; distanciando-se de modelos mecânicos e fechados que parecem estar por trás da posição assumida por alguns pesquisadores no artigo de Fang.

12 Aqui enfrentamos uma controvérsia interna ao “nós”. Um de nós lembra que boa parte da comunidade científica e atores da saúde pública insiste e almeja a erradicação da doença, defendendo que o extermínio do protozoário e dos vetores não traria qualquer tipo de consequência às comunidades humanas (legitimando-se em Fang, 2010). Contudo, outra parte de nós se acautela e aponta para os possíveis efeitos sistêmicos da extinção de flebotomos, dirigindo-se a uma ideia de equilíbrio ecológico que ecoa a possibilidade de convivência, posição também reconhecida por outros pesquisadores e lembrada com menor ênfase no mesmo artigo de Fang (2010).

13 Expressão que Gallois (1988) usa para falar da relação wajãpi com a caça, e que tomo de empréstimo para tratar a nossa posição nesse contexto.

Sobre inimigos wajãpi

O termo usado em língua wajãpi para expressar o desejo de matar todos os morcegos e insetos hematófagos foi o verbo em sua forma conjugada *owapisipa*. Sua raiz *-pisi* significa guerra e o uso do completivo *-pa* indica sua ação finalizada, completa, a qual opto por traduzir como “extermínio”.

Gallois (1988, p. 84, 89), ao tratar das categorias de alteridade wajãpi, destaca um conjunto de inimigos denominados genericamente de *ãpã*, onde figuram grupos nominados (Warikenã, Karanã, Kariponã, Tapãã, etc.) cuja marca máxima de alteridade é o canibalismo (*-poro'u* e/ou *-porosu'u*):

Todos os inimigos são considerados canibais (*-poro'u*, quem nos come). De acordo com as narrativas e relatos, os *apã* roubavam crianças, mulheres ou rapazes que eram mortos e devorados, inteiros ou em pedaços. [...] A posição de alteridade máxima ocupada pelos inimigos no imaginário wajãpi é dada pela sua origem: via de regra, nascem de um – ou de uma série – de atos sexuais proibidos. A descrição de seu comportamento repugnante segue logicamente o mesmo fio: das preferências sexuais às alimentares, os inimigos distanciam-se da conduta humana pois, como faziam os Karipono, comem carne crua, bebem sangue de cobra, se deliciam com os órgãos sexuais dos homens capturados em guerra. [...] Se são tão temidos, é justamente porque praticam as duas formas de agressão canibal concebidas pelos Wajãpi: tanto devoram nossa carne (*-poro'u*), como bebem nosso sangue (*-porosu'u*).

Os relatos wajãpi de conflito com tais inimigos remetem a uma série de guerras (*-pisi*) que foram vencidas por eles, resultando no extermínio dos inimigos canibais. Segundo Gallois (1988, p. 84): “São todos relatos de guerra, em que os Wajãpi saem vencedores, após eliminarem seus inimigos, usando técnicas características da área das Guianas: fumaças tóxicas (folhas de palmeira e pimenta), fogo e ataques com bordunas (*kaparu*).”¹⁴ Adiante a autora remete a versões em que os Wajãpi, visando vingança, planejaram comer os inimigos:

14 Borduna é um arma, um porrete de madeira dura e pesada, feito para bater na cabeça de inimigos.

Algumas narrativas indicam que os Waiãpi pretendiam revidar os atos canibais a que tinham sido submetidos: despedaçavam os corpos dos inimigos para moqueá-los e comê-los, mas terminaram preferindo jogar fora os pedaços de carne, que se transformaram em morcegos e mosquitos. Os restos desses inimigos, agora transformados, permanecem canibais, pois continuam nos mordendo e bebendo nosso sangue. (Gallois, 1988, p. 85).

Aqui chego ao ponto de conexão dessas narrativas sobre os inimigos e o conflito ontológico com o qual me deparei em 2014. O que os Wajãpi pareciam desejar fazer com os seres hematófagos (ou seja, os morcegos e os flebótomos) era replicar a ação de extermínio tal qual empreendida em tempos anteriores com alguns inimigos. Enquanto uma versão transformada dos inimigos canibais, os hematófagos exigem e são passíveis de uma ação de mesma ordem: *owapisipa*.

Algumas outras conexões parciais podem reforçar essa hipótese: em wajãpi se diz que morcegos e insetos hematófagos *-porosu'u* (“mordem”, “chupam sangue”), ou seja, executam uma ação agressiva de canibalismo, o que os conecta à série de agressões xamânicas atuais, bem como às antigas guerras, e com os *ãpã* de maneira geral. Outra similaridade é modo de afastar e evitar os incômodos *mypiri* (os flebótomos): como nos contaram alguns velhos, eles usam fumaça, por vezes queimando pimenta, uma ação semelhante ao ato de vingança xamânica que pode atingir inimigos a quilômetros de distância.

Em suma, como extensões metamorfoseadas de inimigos canibais (*ãpã porosu'u*), morcegos e insetos hematófagos figuram em um nível de hiperalteridade no universo wajãpi, podendo sofrer uma matança desmedida – o extermínio. Algo que remete à forma social que a relação assume entre os Wajãpi, assim como no caso awa-guajá descrito por Garcia (2015, p. 106):

Quando os Awá dizem que os carrapatos e as baratas só vivem a partir desses *jaras* [donos cosmológicos], de forma diversa da nossa, estão enfatizando que aquilo que nós chamamos de “praga” é para eles um descontrole de outra ordem, de uma ordem sociológica, na qual a relação entre não humanos pode ser pensada como são pensadas as relações entre pessoas, e não como um desequilíbrio ambiental.

A noção de inimigo e a agressão violenta como uma forma da relação com entes que ocupam essa posição, tal como formulada pelos wajãpi e outros grupos ameríndios, será aqui tomada de modo reverso para delinear que a distância pode ser um marcador importante na gestão das relações mortíferas que nós (exclusivo) perpetramos com alguns seres. Algo que guiará as descrições e a análise que se seguem, intuindo a possibilidade de pensar e fazer render uma noção de espécie inimiga.

O dilema da boa morte

A distância, como marca de alteridade, é uma relação fundamental na constituição do homicídio. Isso entre grupos tupi, em especial, rendeu grandes análises antropológicas sobre a posição ontológica do outro na relação matador-vítima. Basta lembrar a célebre cena descrita por Hans Staden em que o líder tupinambá, Cunhanbebe, se apresenta como onça no ritual antropofágico, estabelecendo diferença e distância em relação à vítima humana. Tal proposição vem desde o marcante trabalho de Florestan Fernandes (2006), passando por Manuela Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro (1985) e recentemente pelo trabalho etnográfico de Camila de Caux (2015) que demonstra a atualidade e a transformação do problema do homicídio entre os Araweté.

Se minha hipótese está correta, de que o que imputa a possibilidade de extermínio¹⁵ para os Wajãpi é a condição de hiperalteridade dos morcegos e mosquitos hematófagos por decorrência de sua origem e do comportamento canibal atual, gostaria de refletir de modo reverso sobre como um gradiente e uma questão de alteridade podem ter operado também nas coletas e comportamentos de nossa equipe de pesquisa.

15 Me parece aqui que ainda que o desejo de matar animais incômodos aos humanos possa ser amplamente difundido, há duas especificidades nesse caso: 1) falar de uma morte absoluta desses entes, extermínio; 2) que os próprios Wajãpi explicitam e enfatizam a ação canibal desses animais, o que lhes causa uma repulsa específica e acentuada, de forma que minha leitura e análise estão fundadas nessa correlação que, por sua vez, pode ser compreendida em narrativas, ainda que elas não tenham sido diretamente evocadas por meus interlocutores para formular uma explicação.

As coletas de flebotomíneos foram feitas em sucessivas idas a campo, tanto em aldeias em que os casos da doença eram presentes como naquelas em que eram ausentes. Ao todo são conhecidas mais de mil espécies de flebotomíneos e aproximadamente 30 espécies ou subespécies são vetores comprovados de parasitas do gênero *Leishmania* (Rangel; Lainson, 2009). Buscava-se com a coleta verificar onde a presença de vetores era mais significativa e, assim, tentar desenhar um modelo de como e onde alguns Wajãpi poderiam estar se expondo ao ciclo de transmissão da doença.¹⁶ Após capturados, os flebotomíneos eram separados em machos e fêmeas, e acondicionados em solução que preserva a integridade do DNA ou em álcool para seguirem ao laboratório, onde seriam identificados ao nível de espécie. A maior parte das fêmeas (por serem elas que se alimentam de sangue) foram testadas para a presença de *Leishmania* através de um ensaio com marcador molecular que reconhece fragmentos de DNA do protozoário. Quando houve sangue no trato digestivo, tentaram também fazer análises moleculares para definir quais animais estavam sendo preferidos pelas fêmeas dos insetos; buscávamos uma pista de quais mamíferos poderiam estar atuando como reservatórios mais significativos no ciclo local de transmissão.

Ao todo foram coletados cerca de 5000 espécimes (indivíduos) de flebotomíneos, sendo que as armadilhas também capturavam outros artrópodes atraídos pela luz, os quais eram separados nas triagens diárias. Durante tal processo jamais houve qualquer reflexão ou questionamento sobre a matança (sempre feita com éter)¹⁷ dos insetos.

Devido à complexidade do ciclo da doença, que tem como reservatório do parasita a fauna de mamíferos (mastofauna), o projeto previu e destacou a necessidade de investigar a presença de leishmânia em animais que

16 O epidemiologista chama atenção de que o modelo foi desenhado também com a participação de alguns Wajãpi. Há um reconhecimento do projeto e da equipe de que os Wajãpi detêm um conhecimento refinado sobre o ambiente em que vivem e acerca das relações ecológicas que travam com uma miríade de seres. Assim, foram amostrados locais que os Wajãpi identificavam como espaços com maior potencial de transmissão.

17 A morte aqui também segue regras protocolares que, nesse caso, preocupa-se com a integridade corporal do inseto (importante para fins taxonômicos), mas que também pode passar por uma questão ética de pensar o que seria uma boa morte para tais animais.

poderiam operar como reservatórios. Para tanto, era preciso fazer um levantamento da mastofauna em cada local e realizar coleta de tecidos para a análise molecular.

Tal procedimento necessitaria a captura dos animais, sedação, coleta de material e posterior soltura dos mesmos. Atividade que se mostrava inviável, não só pela quantidade de trabalho e especialistas a serem envolvidos, mas igualmente pela difícil captura de animais silvestres em um ambiente tão vasto e com tantos recursos alimentares disponíveis. Em uma experiência anterior na TIW um veterinário tentou capturar cutias para um projeto fomentado por algumas famílias que desejavam criá-las como alternativa à escassez de caça. Durante meses a fio nenhuma única cutia (*Dasyprocta leporina*) foi pega nas armadilhas espalhadas pelas roças mais devastadas por esses roedores. A baixa taxa de captura de animais na Amazônia é algo amplamente documentado entre biólogos (Lacher Jr. e Claber, 2001) e hoje motivo de piada na TIW.

Frente a esse quadro chegamos a algumas alternativas. Uma delas foi aproveitar a caça abatida pelos Wajãpi para retirar amostras de tecido, procedimento que só pode ser realizado após uma ampla conversa e participação da comunidade. Esse aspecto da pesquisa foi tratado com todo cuidado devido à rígida legislação que envolve pesquisa com amostras biológicas, de um lado, e, de outro, as atividades em terra indígena. O cuidado para que as coisas fossem feitas de forma legal e consentida por todos os envolvidos foi uma constante e por isso muitas conversas e explicações foram realizadas com os nossos principais interlocutores – os agentes de saúde indígena que realizaram majoritariamente essa entre outras ações.

Chegando-se a um acordo e entendimento sobre a relevância dessas amostras, alguns desses jovens wajãpi se engajaram na coleta. Junto com eles foi elaborado um pequeno questionário de identificação de amostras, bem como um rápido treinamento de como fazer o procedimento seguindo protocolos que visavam minimizar o risco de contaminação do tecido animal com células do coletor. Os pequenos frascos com pele eram armazenados na geladeira do laboratório do posto de saúde do polo-base, para serem enviados, juntamente com amostras de sangue fixadas em papel filtro, ao laboratório.

Outra alternativa encontrada para amostrar a fauna em sua diversidade e quantidade foram armadilhas fotográficas – máquinas que possuem um sensor e capturam imagem quando algo se movimenta dentro do seu raio de visão. Em

seu primeiro uso, os equipamentos foram colocados em alguns dos pontos de coleta de flebotomíneos. Pretendíamos verificar quais animais frequentavam o local, sendo possíveis reservatórios de parasita, uma vez que poderíamos ligar espécies de mamíferos à espécies de flebotomíneos.¹⁸

Na literatura sobre leishmaniose há referências (Arias et. al., 1981) sobre pequenos roedores e marsupiais operando como relevantes reservatórios do parasita. Havia, por isso, a necessidade de tentar amostrar indivíduos desses grupos com especial atenção. Por tal motivo foi planejada a realização de um campo onde tentaríamos capturar roedores em uma das aldeias em que trabalhamos.

Utilizando armadilhas de tipo Sherman, 50 delas foram espalhadas na aldeia Boa Vista e, contrariando as expectativas de baixa taxa de captura, logo na primeira tentativa foram pegos quatro indivíduos de espécies distintas de *Rodentia*. Cada um deles foi sedado para a retirada de amostras de tecido e sangue, conforme protocolo aprovado por licença emitida pelo Sisbio/ICMBio. Em seguida eles foram mortos (por overdose de anestésico, seguindo padrões e protocolos de abate). Armazenados em álcool, seriam levados para serem identificados por uma taxonomista.

O primeiro espécime de cada espécie coletada em uma pesquisa, como me explicaram, deve ser abatido e guardado, não só por finalidade de identificação taxonômica, mas como provas do procedimento. Tais amostras são, por isso, designadas em uma coleção como “espécime testemunho”. Assim, não havia outro destino a não ser a morte para aqueles primeiros roedores capturados. Contudo, uma série de dificuldades surgiu.

Quem estava responsável por anestesiá-los e administrar a overdose aos animais era a veterinária. Sedava-se primeiro para que os animais não ficassem estressados com a manipulação; uma forma de minimizar o sofrimento. Devido às decorrências que tomaram parte nesse dia, creio que a diminuição do sofrimento não diz respeito apenas aos ratos, mas àqueles que se envolvem

18 O epidemiologista chama atenção para o objetivo do método, que vai além daquele resumido aqui: “A ideia do uso das armadilhas fotográficas era, também, tentar caracterizar ambientes e cenários de risco para transmissão da doença, com base em indicadores de diversidade de mamíferos e flebotomíneos de forma conjunta. Isso aliado a formas wajãpi de descrever o ambiente poderia ser útil para abordagens de controle e prevenção tanto científicas quanto nativas.”

no abate; o ônus ético e moral da morte causa sofrimento também aos executores. Após retiradas as amostras, era aplicada a dose letal. Confirmada a morte, o animal era colocado em um saco plástico para ser conduzido ao local onde estava o recipiente de armazenamento cheio de álcool. Esperou-se realizar o procedimento nos quatro espécimes para levá-los ao recipiente, que por seu peso e conteúdo havia sido guardado no posto de saúde que ficava acerca de uma hora de caminhada da aldeia onde trabalhávamos. Mas um imprevisto apareceu.

O segundo indivíduo a ser manipulado, após receber a dose letal, não morreu. De acordo com a veterinária, talvez pelo seu tamanho – ele era bem maior que os outros¹⁹ –, mas sem dúvida por sua singularidade. Como me foi explicado em conversas posteriores e é corroborado por estudos veterinários, a reação a sedativos e anestésicos pode ter variação individual segundo características próprias e únicas de cada organismo, tais como quantidade de gordura no corpo, a velocidade metabólica e outras características ainda não definidas.

Após vários minutos o roedor se encontrava desacordado, mas vivo. Passou-se a execução dos procedimentos nos outros dois capturados. Finalizados, passada quase uma hora, o tal indivíduo insistia em respirar. Esperava-se pacientemente a morte. Os dedos envoltos em látex verificavam a cada instante os batimentos cardíacos – índices da resistência e da vida. A impaciência irrompeu. Havia urgência para preservar os demais animais em álcool. A angústia promoveu um veredito: “Vamos matar logo e acabar com essa agonia.” Ao que se reagiu: “Calma, deixa a anestesia matar!”

A tensão e o aperto no peito aumentaram. Quem agonizava agora era a equipe humana. O dia nublado e úmido deixava o ar pesado. O silêncio se fazia

19 Ao ler essa explicação, inspirada nas conversas que tivemos sobre o caso, a veterinária insistiu que não se trata exatamente de uma diferença de tamanho, mas que estamos diante de uma cadeia de variáveis mais extensas. Cada indivíduo é único e singular, por isso a reação à substância injetada pode variar de modo não previsto e por condições que não podem ser determinadas de modo simples. O epidemiologista, que também é veterinário, apontou para um sentido similar, mas explorou em sua explicação o procedimento de generalização da ciência que visa tornar protocolos factíveis em qualquer lugar. Segundo o epidemiologista, as próprias características da espécie podem determinar uma maior resistência a um determinado fármaco, mas como é impossível ter um protocolo específico para cada espécie de roedor, esse tipo de situação é comum. Em suma, me parece que estamos diante de fenômenos complexos, com variáveis múltiplas que não podem ser controladas como intentam os procedimentos realizados em laboratório – o recinto, para usar a expressão precisa de Marras (2009).

à espera da morte. Ela afastava os insetos pacientemente e verificava o pulso, que se tornava cada vez mais lento. Eles se aprontaram para ir ao posto de saúde e já carregavam nos sacos plásticos os outros três roedores mortos. Mas aquele teimava em retardar. Impunha seu tempo de morte. Persistia na vida. Insistiu-se: “Vamos acabar com essa agonia.” O outro lado foi taxativo: “Eu vou esperar ele morrer e se não morrer eu vou deixar ele ir...” “Mas ele vai voltar todo detonado dessa anestesia.” “Ele vai voltar que nem a gente volta... vai ficar meio lento, mas depois volta ao normal...” Parte de nós nada disse ou interferiu, dando sua sentença. Eu me abstive, concordando com a decisão que fosse tomada, mas minha cabeça de etnóloga que convive com os Wajãpi há mais de uma década pensava: “Nossa, o que esse bicho vai contar se voltar para casa dele...” Silêncio, espera, angústia, discordância, e a morte foi feita. Os espécimes foram então levados e acondicionados, transformando-se de vez em amostras, em testemunhos.

Baixada a tensão, conseguimos conversar. Havia um ponto pacífico: não seria mais possível proceder daquela maneira. Não estávamos, em muitos sentidos, preparados para aquele tipo de procedimento. Concordamos que nos dias que se seguissem os animais capturados seriam anestesiados para coleta de tecido e sangue, mas não seriam sacrificados, e, sim, soltos. Todavia, nos cinco dias de trabalho subsequente apenas no último capturamos um único rato, que durante a manipulação conseguiu empreender fuga.

Se os milhares de insetos capturados ao longo dos diversos campos não suscitaram nenhum debate sobre morte e sacrifício (modo como foi referido o óbito desses mamíferos capturados), eu me perguntava por que a situação com os roedores causou tamanho imbróglcio. Qual era a diferença que estava em jogo? Coloquei a questão à equipe, que prontamente me respondeu que os insetos não possuíam um sistema nervoso central e, sem consciência da morte, não sentiriam dor ou expressariam sofrimento, por isso matá-los não exigia procedimentos morais. Já roedores e mamíferos de modo geral, muito pelo contrário, sentem dor, expressam sofrimento e medo, o que implicava a necessidade de um sacrifício – uma morte mediada por anestésico.

Traduzindo nos termos de Donna Haraway (2011), poderíamos entender que a capacidade de resposta (que em um jogo de palavras ela designa como *responsabilidade*) do roedor foi amplamente reconhecida por nós. Não se tratava de pena ou partilha de sofrimento por meio de uma imaginativa troca de lugares com aquele animal, mas de perceber ações que se davam à revelia do controle

previsto nos protocolos de pesquisa. Estávamos imersos em uma densa rede de relações, era necessário negociar e reagir de forma não prevista, seguindo uma dinâmica imposta por aquele sujeito roedor repleto de *responsabilidade* e que exigia de nós *responsabilidade*.

Primeiro movimento de reversibilidade: a hiperalteridade e sua matabilidade

Alguns antropólogos têm se debruçado sobre as relações humanos-insetos, e segundo uma das referências nesse campo, Hugh Raffles (2010, p. 3260, tradução minha), os insetos são uma alteridade extrema: “O pesadelo do conhecimento e o pesadelo do não reconhecimento.” Nas palavras Uli Beisel, que vem estudando projetos sobre a malária: “Insetos são inextricável e intimamente completamente outros” (Beisel; Kelly; Tousignant, 2013, p. 3, tradução minha). Seres rastejantes, larvas fervilhantes, entes munidos de exoesqueletos que esmagados liberam entranhas viscosas, vetores de patógenos, repleto de olhos, atraídos por cheiros pútridos, hematófagos, zunidores... Em suma, seres que costumam despertar, de um modo geral, asco e desejo de distância. Em nosso jargão aqui empregado, podem ser considerados uma hiperalteridade, como sugere a epígrafe de Vilém Flusser e Louis Bec.

Aqui, a equipe de pesquisa parece aproximar-se dos Wajãpi. Nós (exclusivo) nos assemelhamos a eles. A matabilidade de um ser é diretamente proporcional à sua distância, ao seu grau de alteridade e não reconhecimento de semelhança. Matar insetos não nos levou a crises de consciência e dilemas morais, já roedores... Nossos parentes evolutivamente mais próximos, que coocupam a classe *Mammalia*, compartilham não só fisiologia e morfologia similares às do *Homo sapiens*, como também reconhecemos neles comportamentos típicos da posição de sujeito: medo, dor e sofrimento. Tudo gera identificação. Olhar nos olhos de outro ser e matá-lo tem implicações, não se pode fazê-lo de qualquer forma. Por isso há metodologias e protocolos científicos rígidos, meios técnicos para tentar negociar e resolver o ônus moral advindo de tal ato.

Se no mundo wajãpi não há problemas no extermínio de entes como os inimigos canibais, morcegos e insetos hematófagos, resolvendo-se o conflito pelo extermínio, em relação a outros seres há uma série de implicações no matar,

exigindo igualmente protocolos e cuidados, algo que Gallois (1988) chamou de “ética da moderação”. Uma caça alvejada deve ser implacavelmente perseguida até a morte. Se uma anta, um veado ou qualquer *mijarã* (“caça”) é atingido e escapa, o caçador regressa apavorado, assombrado pela vingança de *mijarajarã*, o dono cosmológico da caça que zela por sua gente-anta, gente-veado, etc. Bravo por ver sua cria machucada, sangrando e sofrendo, o dono envia doenças e outras sortes de agressões que recaem sobre o caçador descuidado. Alguns seres e donos são ainda por demais perigosos para serem ou terem suas criações mortas. Matar uma sucuri (*Eunectes ssp.*) é um problema grave. Identificada ao dono das águas (*yyjarã*), sendo ela própria uma manifestação corpórea de *yyjarã*, a sucuri é um dos mais agressivos e temidos donos e por isso se evita ao máximo matá-la. Quanto aos frondosos angelins (*Dinizia excelsa*), há restrições em derrubá-los. Essa portentosa árvore é morada de donos bravos e raivosos, por isso ao fazer uma roça seus exemplares podem ser deixados intactos no meio dos roçados.

Se todo o procedimento com os roedores não chamou a atenção ou incomodou os moradores da aldeia, isso não foi por conta de achar que eles poderiam ser manipulados daquela maneira, mas porque a agressão vingativa dos donos recairia sobre aqueles que executavam a ação – nós exclusivo. Qualquer improprio cometido no procedimento seria devidamente resolvido com *anujajarã* (“dono dos ratos”). Mantendo distância, não haveria qualquer consequência para eles. Talvez por essa razão preferiram ignorar completamente o que fazíamos. Não demonstraram curiosidade, à exceção das crianças, que foram rapidamente afastadas.

Ao fim de nossa estada nessa aldeia, a entomóloga contou ao anfitrião um sonho que havia tido: “Essa noite sonhei que estava num restaurante e que o garçom trazia um prato só de calabresa, como as calabresas que usamos de isca nas armadilhas dos roedores.” Ao que o velho wajãpi concluiu: “É... *anujajarã* está te pegando, tá te transformando... Você já tá pegando o jeito dele [de roedor].”

O sonho, *kerãpe* – literalmente o “caminho do sono” –, é um dos meios de acesso e comunicação com o universo paralelo dos donos, onde e quando eles aparecem em sua forma e socialidade humanas. Agressões, negociações, relações sexuais, conhecimentos e outras formas de relação com os *ijarã* ocorrem pela via onírica, momento em que o princípio vital -’ã se descola do invólucro corporal e passeia por outros mundos. Uma das agressões dos *ijarã* é o roubo-sedução do princípio vital -’ã, ação que pode gerar vários sintomas e que, em

seu estágio final (se não houver uma intervenção xamânica de recuperação do -'ã), acarreta a transformação completa em gente-rato, gente-sucuri, e assim por diante, dependendo de quem profere o roubo. Completar a transformação e habitar o mundo de uma gente-bicho implica morte para seus parentes. O velho wajãpi anunciava a possível consequência do trabalho com os roedores: transformar-se em gente-rato.

Mas as consequências do empreendimento científico de coleta dos ratos não eram apenas de ordem moral. Como fiquei sabendo durante todo o procedimento, eu, assim como as crianças curiosas, fomos orientadas a ficarmos distantes do local onde realizavam o manuseio dos animais. Os roedores são hospedeiros de diversos patógenos, alguns deles podendo ser transmitidos por via aérea. Por essa razão, todos que participam da atividade devem estar munidos de máscara, luvas e ter todo cuidado, seguindo protocolos rígidos para evitar contaminação. Ainda que de modo distinto, assim como entre os Wajãpi, as implicações de coleta também perpassam por ônus corporais e físicos no nosso mundo, podendo implicar doença e morte.

Segundo movimento de reversibilidade: armadilhas e metamorfose

Voltando ao problema metafísico anunciado por nosso anfitrião – a possível metamorfose em rato da entomóloga –, outro caminho para pensar essa questão é o dispositivo da armadilha e a ação de captura.

Ao buscar repensar o conceito de arte a partir de exemplos etnográficos de armadilhas de caça, Alfred Gell (1996) apresenta ideias interessantes acerca desses potentes objetos. Segundo o autor as armadilhas não são apenas instrumentos tecnológicos, mas modelos. São modelos de ação de seus construtores, uma vez que emulam uma série de atos do caçador (como o disparo de uma arma de fogo, o flechar, o enlaçar, etc.), e são modelos do ambiente e comportamento das vítimas, já que imitam a *Umwelt* (para falar com Von Uexküll, 1934) da presa. Gell nos alerta: obviamente a emulação da *Umwelt* não é algo intrínseco ao objeto, mas é um conhecimento do caçador sobre o comportamento-ambiente da presa, que ele traduz em uma materialidade cheia de artimanhas. As armadilhas sedimentam e condensam as complexas relações entre caçador, presa e ambiente.

Ann Kelly (2012), ao acompanhar um estudo sobre malária na África, leva adiante esse argumento, pontuando que na coleta-captura do vetor da doença – os *Anopheles* – por meio de abrigos-armadilhas, os pesquisadores lançam mão de um conhecimento refinado sobre comportamentos e ambientes dos mosquitos. Ao conhecerem de modo íntimo a *Umwelt* dos anofelinos, ela sugere que tais pesquisadores acabam por tornar-se um pouco mosquitos.

Outros antropólogos (Beisel, 2010; Beisel; Boëte, 2013; Hird, 2010) que trabalham com doenças zoonóticas têm apontado para como a captura de vetores e o estudo dessas hiperalteridades, os mosquitos transmissores de patógenos, envolvem um conhecimento que advém de uma relação íntima com animais que, normalmente, as pessoas fazem de tudo para evitar, e com os quais a única relação é a morte: seja pela transmissão de doenças deles para nós, seja pelo nosso desejo de matá-los a tapas ou com inseticidas. Os entomólogos são alguns daqueles que estabelecem outras relações com insetos, e alcançam nesse processo um devir-inseto.

Hugh Raffles (2010) e Uli Beisel (2010) são enfáticos nesse aspecto da metamorfose que o conhecimento entomológico exige. Ao abordar a intimidade de Henry Bates perseguindo insetos floresta afora, Raffles afirma que o famoso naturalista era dotado de “olhos de inseto”, pois para conseguir coletar e capturá-los era necessário percorrer e ver o mundo através da corporalidade de besouros, libélulas, mariposas... Beisel nos traz como ilustração do devir-inseto uma bela passagem do diário de Walter Benjamin sobre sua infância, época em que ele colecionava borboletas:

Entre nós, agora, a velha lei da caçada tomava lugar: quanto mais eu batalhava para me adaptar em todas as fibras de meu ser ao animal, mais como-borboleta eu me tornava em minha alma e coração; quanto mais essa borboleta era ela mesma em tudo que fazia, ela aceitava as cores da volição humana; e, no final, era como se sua captura fosse o preço que eu tinha que pagar para retomar minha existência humana. (Benjamin, 2006, p. 51 apud Beisel; Kelly; Tousignant, 2013, p. 2, tradução minha).

O trecho de Benjamin permite perceber como a captura, via armadilha ou caçada, efetua um momento de junção de *Umwelten*. A captura exige um entendimento minucioso do comportamento-mundo da presa que pode ser

entendido como uma entrada do algoz na *Umwelt* da vítima, imersão que é rompida apenas com a morte.

Em nossa pesquisa foram usados dois tipos de armadilhas para coletar flebotomíneos: luminosa e Shannon. Ainda trata-se de um tema controverso, mas a teoria mais aceita é que os flebotomos, assim como outros insetos noturnos, orientam seu voo pela luz da lua e das estrelas. Os astros seriam uma referência para tais seres, que mantêm o voo em um certo ângulo em relação ao céu e ao solo. Tais animais não distinguiriam a luz dos astros das fontes de luminosidade artificial, confundindo-as especialmente em noites de lua nova, quando não há a competição de raios lunares e por isso as taxas de coleta são maiores. Outra hipótese é que a fonte de luz indica um caminho desobstruído fazendo com que o mosquito traçasse a rota de voo em sua direção. Ainda que não haja um conhecimento consolidado sobre a razão dessa atração, o fato é que o interesse de mosquitos por luzes é amplamente reconhecido e usado para pegá-los. A outra armadilha usada foi a barraca de Shannon que, além de luz, atrai insetos hematófagos pelo calor e CO₂ dos coletores humanos que funcionam como iscas.²⁰ No caso, fomos eu e a entomóloga que ficamos sob a armadilha, que se caracteriza como uma tenda de tecido branco. Ao pousarem contra o fundo branco, os flebotomos eram reconhecidos e sugados um a um para um tubo coletor. A entomóloga os reconhecia por uma série de características, e tentando ensinar-me mencionou algumas delas: eles têm um voo característico (curto), ao pousarem no tecido deslocavam-se por pequenos saltos, as asas ficam em posição aberta (formando um pequeno V), e há ainda o tamanho pequeno e a cor clara.

Se a barraca de Shannon nos leva de forma mais evidente a um domínio do conhecimento da *Umwelt* dos flebotomíneos (que são atraídos pelo CO₂), no caso das armadilhas luminosas isso apareceu em especial no modo de distribuí-las e nos locais escolhidos para amostragem. Alguns lugares são preferidos pelos flebotomos. Insetos diminutos, sensíveis ao sol e a locais abertos onde secariam até a morte, eles nutrem um gosto por espaços repletos de matéria orgânica e umidade, tais como: troncos caídos em estágio de decomposição; árvores

20 Segundo me aconselhou e informou a entomóloga, o termo “isca” não deve mais ser usados nos artigos científicos de entomologia. Todavia, optei por mantê-lo, pois ele explicita uma relação de assimetria invertida, uma vez que os humanos se tornam objetos de atração e assumem um risco (lugar comumente ocupado por animais nos experimentos).

de casca grossa e rugosa, como os angelins; e buracos de tatu (*Dasypus ssp.*). Poderíamos dizer, aliás, que os flebótomos são espécies companheiras dos tatus, conhecimento compartilhado tanto pela equipe científica como pelos Wajãpi, que também designam os flebótomos de *tatukyy*, que poderíamos traduzir como “piolho de tatu” ou “parasita companheiro de tatu”. Assim, as armadilhas eram colocadas nos locais de preferência²¹ dos flebotomíneos.

Mas o interesse da entomóloga não se restringia a essa subfamília da ordem *Diptera*. Em todos os nossos deslocamentos pela TI, ela observava insistentemente os mais diversos invertebrados que cruzavam nosso caminho. Às vezes saía com seu inseparável puçá e capturava mariposas, mosquitos, abelhas e besouros. Olhava-os de perto e depois os soltava. Seu encantamento era contagiante e aos poucos, quando me deparava com algum inseto, chamava-lhe atenção e aprendia algo sobre seu nome e comportamento. Esse interesse, que eu aprendi a nutrir acompanhando-a, possibilitou mais uma conexão entre nós. Foi numa de nossas viagens de barco (quando uma série de aranhas, formigas e besouros costumam cair sobre os tripulantes, devido à proximidade da mata ciliar que abraça os pequenos igarapés da TIW) momentos em que apertávamos os olhos, tentando focar e observar formas, cores e modos de locomoção daqueles pequeninos seres, que ela me disse: “Sabe, Joana, os insetos são um outro mundo!” Enfatizando a questão da diferença de escala espaçotemporal

21 A entomóloga também me alertou sobre a inadequação desse termo: “Para insetos não usamos ‘preferência’, mas ‘ocorrência’.” Essa controvérsia me parece estar assentada justamente na distância ontológica entre humanos e insetos, e por sua vez entre mamíferos e insetos, sendo os últimos colocados em um lugar da ausência de volição, consciência ou cognição. Insetos não preferem nada, apenas ocorrem em um lugar ou outro, assim como os acidentes geográficos ocorrem em uma paisagem. O que está em jogo segundo ela são processos evolutivos de seleção natural e adaptação, em que não há agência alguma: “Existem mecanismos que atuam no tempo e no espaço que levam ao surgimento de acidentes geográficos e também de adaptação dos organismos a determinadas condições. Não há agência nem nos insetos, nem em nós, assim, não é que quero me distanciar dos insetos, mas acho que somos todos fruto de um determinismo que não permite escolhas no sentido de ter livre-arbítrio.” O epidemiologista por sua vez pareceu ficar em dúvida quanto a essa discussão, observando o seguinte: “Entendo que existe preferencia, sim, mosquitos têm preferencia por picarem determinadas espécies em vez de outras, por exemplo. Além disso, todos os seres têm um mínimo de consciência, isso pode ser visto ao observarmos que mosquitos podem ser agressivos pela busca do repasto, e muitos insetos nitidamente percebem o perigo quando tentamos mata-los.” Optei por deixar essa formulação, bem como outras nesse parágrafo, que buscam uma narrativa que coloca os flebótomos na posição de sujeitos, uma inspiração na filosofia wajãpi que permite evidenciar uma fragmentação do nosso nós, proliferando divergências internas.

entre nós (inclusivo) e eles, ela me falava com entusiasmo sobre os microcosmos: “Tem insetos... gerações de insetos que nunca saem da mesma árvore! Esse microambiente é um mundo para ele!”

Em meio a uma discussão dentro da antropologia não preciso chamar a atenção para como as afirmações de minha colega ressoam com o perspectivismo (Lima, 1999; Viveiros de Castro, 2002). Todavia, estamos muito distantes de uma reflexão sobre a humanidade compartilhada. Trata-se apenas de um interesse vívido e legítimo em outras formas de vida. Interesse que conduz a um conhecimento minucioso capaz de gerar uma imaginação acerca das *Umwelten* desses outros outros, e de compreendê-los como dotados de um mundo próprio. Uma capacidade de imaginar distintos mundos que, ao contrário do modo de conhecer xamânico – que opera no universo wajãpi – não gera a possibilidade física de transformação em outro, em algum inseto, mas pressupõe um conhecimento que permite um deslocamento imaginativo entre universos. A atenção localizada e focada por um instante de observação ou captura pode significar uma metamorfose epistemológica, na medida em que permite um conhecimento e uma experiência imaginativa sobre outra *Umwelt*.

Note-se que Von Uexküll (1934), ao buscar dar expressão aos “mundos fenomenológicos” e aos “universos subjetivos” dos animais, desenvolve o conceito de *Umwelt* (ambiente-organismo/mundo-sujeito) – cujo exemplo mais afamado é o do carrapato (espécies da ordem *Ixodida*). O mundo do carrapato é composto por dois estímulos: a fragrância do suor e o calor dos animais de sangue quente. Na teoria de Uexküll só há mundo percebido por um sujeito, pressuposição que gera a nossa familiar proposição perspectivista da multiplicidade de naturezas. Mas, na teoria do naturalista, o conhecimento do mundo do outro é sempre opaco. Afinal a posição transespecífica do xamã não está presente. Talvez quem mais se aproxime da posição do xamã é o cientista, que por meio do estudo do comportamento animal infere os possíveis mundos habitados por tantas alteridades animais. Em minha leitura, na teoria de Uexküll não haveria um conhecimento pleno das *Umwelten*, apenas esboços inferidos por sinais e comportamentos sobre os quais voltamos uma atenção minuciosa.

O velho wajãpi teme e alerta para uma possibilidade de metamorfose plena; as armadilhas ao jogarem com a mimese e o engodo operam passagens entre mundos; e a entomóloga viaja pelos microcosmos dos insetos, assim como Benjamin ou qualquer outro fascinado por insetos faz na tentativa de capturar

borboletas. Todos esses episódios e técnicas tratam de momentos fugazes e de diferentes intensidades de conformação e comunicação entre *Umwelten* que são instantaneamente quebrados pela morte.

Sobre espécies inimigas

Trabalhar com doenças zoonóticas nos leva a uma reflexão sobre as relações interespecíficas em diferentes níveis. No caso em pauta, entre os protozoários e os mamíferos reservatórios, os flebotomíneos que transportam o patógeno e convivem com a mastofauna e com as famílias wajãpi. Falar de relações interespecíficas na antropologia remete de imediato a Donna Haraway (2003a, 2003b) e seu conceito de espécie companheira. A noção de espécie companheira é fundamental na constituição da vida de um modo geral e na gênese humana – espécie que tradicionalmente interessa aos antropólogos. Os exemplos elencados pela autora vão desde as bactérias que habitam nossos intestinos, possibilitado absorção de nutrientes, até animais de estimação, que fazem parte do convívio íntimo e afetuosos. Ainda que o conceito não se funde no amor e em relações mutualistas – e Haraway é clara quanto a isso – é nesse campo das relações afetuosas e de mútuo inter-esse com efeitos positivos que a discussão ganhou corpo.

Quem se dedica ao estudo antropológico de doenças vetoriais (Beisel; Kelly; Tousignant, 2013) se pergunta qual a possibilidade de estender a noção de espécie companheira para organismos que nos são nefastos. As autoras são relutantes sobre a possibilidade de “tornar-se com” (*becoming-with*) insetos e patógenos. “Tornar-se com” é uma das proposições que Haraway desenvolve a partir de casos de organismos que nos são benéficos e que nos tornam humanos; fazem parte de nossa ontogênese.

Mas, segundo a própria Haraway (2003a, p. 34, tradução minha), mesmo nossa principal espécie de companhia, o cachorro, não está inserida em um complexo de relações harmoniosas e amorosas: “A saga que se segue [O *manifesto da espécie companheira*] não é sobre amor incondicional, mas sobre buscar habitar um mundo intersubjetivo, é sobre encontrar a alteridade em todo detalhe visceral de um relacionamento mortal.”

O interesse e o desejo wajãpi de exterminar os morcegos; a vontade do epidemiologista de apenas controlar a população desses hematófagos; a controvérsia

envolvendo a morte do roedor; a preocupação do anfitrião wajãpi de que a pesquisadora estaria virando rato; e o interesse da entomóloga sobre insetos são todos eventos que remetem ao habitar um mundo intersubjetivo, mas de formas distintas e próprias. Seria o conceito de espécie companheira produtivo para compreender todas as narrativas apresentadas? Certamente ainda que nos sirva e possibilite uma forma de entendimento, a escolha por descrições complicadas, por um exercício comparativo que tenta suspender uma estabilização constante, não poderia render-se a um uso conceitual sobrecodificante. Inspirada pela fórmula stengeriana, não há solução geral, é preciso compreender os problemas e descrevê-los a cada vez (Stengers, 2017, 2018); em cada cenário comparativo se nuançam diferenças e semelhanças que produzem sentidos.

No caso de nosso projeto de pesquisa, diria que qualquer proposição e entendimento que a pesquisa coletiva resulte, visando o controle da doença na TIW (que hoje como política pública se restringe à aplicação de veneno para matar os vetores), trata-se de um esforço de negociar e de assumir nossa responsabilidade – enquanto habilidade em responder (Haraway, 2011) – em relação a essas diversas intersubjetividades, que fazem parte da complexa epidemiologia da leishmaniose. Mesmo que essa seja uma relação que se estabeleça via doença e morte, a reflexão fragmentada e quase fractal apresentada aqui aponta para a necessidade de encarar e refletir sobre possibilidades de relacionamento.

Podemos ir adiante com o rendimento da ideia de espécie companheira e mesmo transformá-la de maneira reversa. No caso em foco, devido ao efeito nefasto e do óbvio desejo de ruptura da relação com os insetos vetores e com o protozoário, poderíamos designar tais companhias como *espécies inimigas*. A inspiração vem do meio. De um lado a etnologia das Terras Baixas aponta em diversos trabalhos o rendimento da máxima lévi-straussiana de “abertura ao outro” (Lévi-Strauss, 1993) como uma marca do pensamento ameríndio de modo geral e tupi em específico. Como mostrou o velho mestre e tantos de seus seguidores, estamos diante de uma socialidade que se faz por relações centrípetas, onde a alteridade mais do que constituinte é necessária ao *socius*. Por outro lado, tomando o viés da coevolução (conceito central à Haraway), a relação entre distintos organismos é fundamental na gênese da vida e das espécies, as quais só podem ser pensadas em meio a um emaranhado de relações que evoluem (Thompson, 1994).

A gênese de nossas espécies inimigas passam por convivências íntimas e complexas com outros organismos (sendo o *Homo sapiens* uma espécie entre

outras). Convivências nem sempre benéficas aos envolvidos, mas que possibilitaram evolutivamente que a leishmânia percorresse esse longo caminho para infectar seu hospedeiro último – os humanos. Estudos recentes de coevolução holobionte – unidade evolutiva que engloba todos os tipos de associação simbiótica (Dheilly, 2014) – demonstram que hospedeiros e parasitas produzem alterações mútuas no fenótipo e genótipo dos organismos associados, que podem acarretar desde uma diminuição na virulência dos parasitas até a modificação de flora microbiótica do hospedeiro. Um constante processo de coevolução antagonística (Dheilly; Poulin; Thomas, 2015). Se estendemos a rede ecológica no tempo, podemos pressupor que foram longos processos de convivências, co-histórias e amálgamas entre leishmânia, flebótomos, mastofauna e humanos.

Outra possibilidade de interpretação complementar é, sem dúvida, pensar a relação de espécie companheira de modo perspectivista (Viveiros de Castro, 2002). Pensando no desejo wajãpi de extermínio dos morcegos em oposição à nossa equipe de pesquisa e sua preocupação com o equilíbrio das relações ecológicas, questioneei a entomóloga acerca das possíveis consequências de um extermínio completo dos flebótomos. Recebi a resposta em tom cômico: “Acho que o único grande impacto seria para as leishmânias. Os flebotomíneos, provavelmente, não são tão importantes de forma que o seu sumiço produzisse um efeito em cascata desastroso para outros organismos. Não são fonte importante de alimentação para outros organismos, suas larvas participam da ciclagem de nutrientes no solo como muitos outros organismos e ninguém ia sofrer se eles parassem de sugar sangue.”²² Se esses hematófagos são um estorvo para nós e

22 É preciso ter em vista que, como em qualquer trabalho de campo na antropologia, nossos interlocutores formulam respostas momentâneas para nossas questões. Quando o trabalho é posto à prova a esses interlocutores novas compreensões e respostas são formuladas. O epidemiologista chama atenção para que a resposta da entomóloga não está fundamentada em pesquisas sobre esse tema, pois elas não foram realizadas. Ele pondera que existem infinitas possibilidades de relações ecológicas complexas. O papel exercido pelos flebótomos como moduladores de infecção de parasitas entre diferentes espécies determina uma pressão de seleção. A supressão dos flebotomíneos poderia permitir um grande incremento de alguma espécie que antes era controlada pela infecção constante de um parasita. Ainda assim, me parece que a entomóloga em sua resposta joga com as possibilidades de diferentes perspectivas no que concerne aos desdobramentos ecológicos, o que aponta para a complexidade em jogo nesses sistemas. Além disso, a entomóloga ecoa a posição majoritária de outros pesquisadores, tal qual apresentada por Fang (2010). Note, como apontado na nota 12, que há um desacordo, uma controvérsia, que é interna ao nós (exclusivo), a qual não pude explorar de modo detido, mas fica aqui registrada.

nos fazem adoecer, são nossas espécies inimigas, conduzindo ao desejo de apenas cortar qualquer relação que podemos vir a ter com eles, os flebotomíneos são as espécies companheiras por excelência das leishmânias e quiçá de entes vegetais, uma vez que os machos se alimentam de sumos de plantas.

Referências

- ARIAS, J. R. et al. The opossum, *Didelphis marsupialis* (Marsupialia: Didelphidae), as a reservoir host of *Leishmania braziliensis guyanensis* in the Amazon Basin of Brazil. *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, v. 75, n. 4, p. 537-541, 1981.
- BEISEL, U. Jumping hurdles with mosquitoes?. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 28, p.46-49, 2010.
- BEISEL, U.; BOËTE, C. The flying public health tool: genetically modified mosquitoes and malaria control. *Science as Culture*, v. 22, n. 1, p. 38-60, 2013.
- BEISEL, U.; KELLY, A. H.; TOUSIGNANT, N. Knowing insects: hosts, vectors and companions of science. *Science as Culture*, v. 22, n. 1, p. 1-15, 2013.
- CANDEA, M. On two modalities of comparison in social anthropology. *L'Homme*, n. 218, p. 183-218, 2016.
- CARNEIRO DA CUNHA, M.; VIVEIROS DE CASTRO, E. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, v. 71, n. 1, p. 191-208, 1985.
- CAUX, C. de. *O riso indiscreto: couvade e abertura corporal entre os Araweté*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- DHEILLY, N. M. Holobiont-holobiont interactions: redefining host-parasite interactions. *Plos Pathogen*, v. 10, n. 7, e1004093, July 2014.
- DHEILLY, N. M.; POULIN, R.; THOMAS, F. Biological warfare: microorganisms as drivers of host–parasite interactions. *Infection, Genetics and Evolution*, v. 34, p. 251-259, Aug. 2015.
- FANG, J. A world without mosquitoes. *Nature*, v. 466, p. 432-434, 2010.
- FERNANDES, F. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2006.

- FLUSSER, V.; BEC, L. *Vampyroteuthis infernalis*. São Paulo: Annablume, 2011.
- GALVÃO, L. A. C.; FINKELMAN, J.; HENAO, S. *Determinantes ambientais e sociais da saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- GALLOIS, D. T. *O movimento na cosmologia Waiãpi: criação, expansão e transformação do universo*. 1988. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- GARCIA, U. Sobre o poder da criação: parentesco e outras relações Awá-Guajá. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 91-122, 2015.
- GELL, A. Vogel's net. Traps as artworks and artworks as traps. *Journal of Material Culture*, v. 1, n. 1, p. 15-38, 1996.
- HARAWAY, D. *The companion species manifesto: dogs people and significant otherness*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003a.
- HARAWAY, D. *When species meet (posthumanities)*. New York: Paperback, 2003b.
- HARAWAY, D. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 27-64, jan./jun. 2011.
- HIRD, M. J. Meeting with the microcosmos. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 28, p. 36-39, 2010.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KELLY, A. The experimental hut: hosting vectors. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 18, n. s1, p. S145-S160, 2012.
- LACHER Jr., T. E.; CLABER, J. R. A. Terrestrial small mammal richness and habitat associations in an Amazon forest-cerrado contact zone. *Biotropica*, v. 33, n. 1, p. 171-181, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, C. *História de lince*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- LIMA, T. S. Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia juruna. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 43-52, 1999.
- MARRAS, S. *Recintos e evolução: capítulos de antropologia da ciência e da modernidade*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- RAFFLES, H. *Isectopedia*. New York: First Vintage, 2010.
- RANGEL, E. F.; LAISON, R. Proven and putative vectors of American cutaneous leishmaniasis in Brazil: aspects of their biology and vectorial competence. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v. 104, n. 7, p. 937-954, 2009.

STENGERS, I. *Reativar o animismo*. Belo Horizonte: Chão de Feira, 2017. (Cadernos de Leituras n. 62).

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 442-462, abr. 2018.

STRATHERN, M. *O gênero da dádiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

THOMPSON, J. N. *The coevolutionary process*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VON UEXKÜLL, J. *A stroll through the worlds of animals and men*. New York: International Universities Press, 1934.

Recebido: 13/06/2019 Aceito: 14/11/2019 | Received: 6/13/2019 Accepted: 11/14/2019



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Mobilização e predação: a guerra contra espécies invasoras sob duas perspectivas

Mobilization and predation: the war against invasive species from two perspectives

Caetano Sordi*

*Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Porto Alegre, RS, Brasil

caetano.sordi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2334-8096>

Resumo

As lógicas de biossegurança contemporâneas se baseiam em um modelo de pensamento derivado da estratégia militar. Não obstante, que concepções sobre a natureza mesma da guerra perpassam as reações sociais à presença de ameaças biológicas, como espécies exóticas invasoras? A partir da etnografia do manejo de javalis asselvajados no sul do Brasil, argumento neste artigo que tanto os discursos sobre invasões biológicas quanto suas críticas se inspiram em um paradigma estratégico e exclusional do conflito militar, baseado, por sua vez, em um imaginário territorial das relações ecológicas. Alternativamente, em linha com a antropologia simétrica e algumas reflexões de Lévi-Strauss sobre o canibalismo, sugiro que outros modelos do que seja uma guerra podem ser mobilizados para se pensar o conflito entre sociedade e riscos biológicos, mais próximos da lógica de predação familiarizante que caracteriza a relação agonística com a alteridade perigosa nas cosmologias ameríndias.

Palavras-chave: biossegurança; espécies exóticas invasoras; guerra; javali.

Abstract

Contemporary biosecurity relies on a military mode of thinking. Notwithstanding, what ideas about the nature of war itself permeate social reactions to biological threats, such as invasive alien species? Drawing on an ethnography of wild boar management in Southern Brazil, I argue in this article that both the discourse on biological species and its criticism are inspired by a strategic, exclusional, paradigm of military conflict, which is in turn based on a territorial imagery of ecological relations. Alternatively, in line with symmetric anthropology and several Levi-Strauss' meditations on cannibalism, I suggest that other models of what a war is can be mobilized to think about the conflict between society and biological risks, closer to the logic of predation that characterizes the agonistic relation with the dangerous Other in Amerindian cosmologies.

Keywords: biosecurity; alien invasive species; war; wild boar.

Introdução

Em 2011, a Associação Gaúcha de Controle do Javali Asselvajado (Agaja), entidade sediada na cidade de Caxias do Sul (RS), enviou uma longa carta ao general de brigada então responsável pela Divisão de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Exército Brasileiro.¹ No documento, o presidente da associação descrevia os indivíduos da espécie *Sus scrofa* nos seguintes termos, bastante expressivos:

Estes animais têm presas longas e intercruzadas, o que mantém arestas afiadas e pontiagudas, tornando-as verdadeiras lâminas que o javali habitualmente usa para perfurar e dilacerar carne e ossos de oponentes em seus ataques. Além dessas presas, o javali é dotado de musculatura robusta, o que lhe confere expressiva resistência e força, bem como de uma couraça natural (sequência de camadas consolidadas e compactas de couro, cartilagem e gordura com espessura superior a 5 centímetros em machos adultos) que envolve a região anterior do tronco, recobrendo a coluna vertebral, pescoço e costelas até a região lateral do peito.

Verdadeiras máquinas de guerra, “capazes de percorrer distâncias de até cem metros mesmo alvejados por tiros de fuzil”, os javalis seriam animais cujo controle demandaria o acesso de seus “combatentes” a equipamento bélico capaz de fazer frente a tamanha ameaça. Estes, por sua vez, seriam “homens do campo, criadores, pequenos e grandes agricultores, seus parentes e amigos que moram nas cidades”, ciosos dos danos causados pelos suínos asselvajados ao meio ambiente e à produção rural. Conforme a solicitação do presidente, a “guerra” em curso contra o javali requereria revólveres com calibres mais potentes que aqueles ora liberados para caçadores no Brasil, tais como o .357, o .44, o .454, o .460 e o .500. O apelo específico pela liberação de armas curtas com maior poder de fogo derivaria do fato de a maior parte dos combates com o animal se dar por meio de “caça assessorada por matilhas de cães treinados”,

1 A DFPC é um órgão ligado ao Comando Logístico do Exército Brasileiro. Responsabiliza-se pela autorização e fiscalização da produção e comercialização de material bélico em território nacional. Cabe a ela a concessão de registro de tipo CAC (caçador, atirador e colecionador) por pessoas físicas.

em zonas de mata “com capoeira alta e densa, típica das paisagens gaúchas e preferidas pelo javali”. Nessas condições,

a aproximação segura do caçador nem sempre é possível. Ao notar que o caçador se aproxima, um javali, mesmo imobilizado, pode reunir forças ou imprimir movimentos distintos, o que pode ocasionar um rápido escape, atacando tudo que estiver na rota de fuga que ele selecionar. [...] Nestas situações, o uso de uma arma curta, que seja mais fácil de manusear, sem os problemas de movimentação de uma arma longa em áreas vegetadas, que possa fazer disparos com energia suficiente para parar a carga de um animal em fuga ou no embate, é de fundamental importância.

Até então autorizada somente no Rio Grande do Sul, e em caráter provisório, a captura e abate legal de javalis e suas cruzas com porcos domésticos para fins de controle ecológico viria se tornar política pública permanente e nacional apenas em janeiro de 2013, quando da decretação da sua nocividade por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2013), o Ibama. Posteriormente, uma instrução técnico-normativa do Exército (Brasil, 2014), datada de 30 abril de 2014, normatizaria o equipamento a ser utilizado no abate de suínos de vida livre, não admitindo calibres inferiores a 6 mm (.240) para armas longas, como fuzis e espingardas, e 8,9 mm (.357) para armas curtas, como revólveres e pistolas.

Todavia, como venho discutindo em trabalhos recentes (Sordi, 2015, 2017, 2018; Sordi; Lewgoy, 2017),² o acolhimento sistemático das demandas anti-javali por parte do Estado desde meados da década de 1990 não parece ter sido suficiente para pacificar as controvérsias em torno da espécie existentes no Brasil. Ao contrário, constituídos como animais da discórdia (Manceron; Roué, 2009) em diversas partes do mundo,³ os javalis e sua presença parecem servir

2 Este artigo é fruto do projeto de pesquisa “Antropologia e espécies animais exóticas: o caso do javali europeu asselvajado no Brasil” (CNPq – Edital Universal 14/2014-2017), coordenado por Bernardo Lewgoy.

3 O *Sus scrofa* está listado entre as “100 piores espécies invasoras do mundo” pelo painel sobre invasões biológicas da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) (Lowe et al., 2004). Trata-se de um animal com grande valência ecológica, o que é potencializado por sua milenar sinantropia (Barrios-García; Ballari, 2012).

cada vez mais como caixas de ressonância de outros conflitos que perpassam a sociedade brasileira como um todo, especialmente aqueles relacionados ao advento de uma nova hegemonia conservadora no país, simbolicamente sustentada sobre o “direito de autodefesa” e o ruralismo.

Assim, durante as eleições gerais de 2018, Ricardo Salles, então candidato a deputado federal pelo Partido Novo de São Paulo, fez do controle do javali asselvajado uma das suas principais bandeiras de campanha, comparando o combate à espécie exótica com a defesa armada da propriedade privada contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O número da sua candidatura, por sua vez, evocava diretamente um dos calibres mais utilizados pelos caçadores de suínos: .30.06. Em 2019, com Salles já ocupando o posto de ministro do Meio Ambiente do governo Jair Bolsonaro (PSL), o Ibama reformulou a instrução normativa de 2013 que autorizava o controle cinegético do javali no país. Entre as demandas de caçadores e proprietários rurais incorporadas no novo documento, enumera-se a recomendação da utilização de jaulas-currais “modelo pampa”,⁴ a criação de um Sistema Integrado de Manejo de Fauna (Simaf), bem como a liberação explícita do uso de armas brancas, cães de acoso e agarre por parte dos controladores⁵ (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2019). Em diversos veículos e páginas da internet ligados ao agronegócio, a mudança na legislação foi comemorada como um passo importante na “guerra contra o javali”, ao passo que redes ligadas à militância por direitos animais associaram a nova normativa a outros “retrocessos” levados a cabo pelo novo governo.

A gramática agonística empregada pelos inimigos dos javalis, assim como sua recorrente articulação com outras batalhas ideológicas hoje travadas na esfera pública brasileira, parecem reforçar, sob muitos aspectos, o que diversos trabalhos têm salientado há pelo menos duas décadas. Qual seja, a percepção

4 A jaula-curral “modelo pampa” é fruto da cooperação entre os gestores da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã (RS), ligados ao Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio), e a “Equipe Javali no Pampa”, formada por um agrônomo, um biólogo e um veterinário.

5 A instrução normativa nº 03/2013, de 31 de janeiro de 2013 (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2013) era omissa quanto ao uso de cães na captura de javalis, o que potencializou o embate entre caçadores e organizações defensoras dos direitos animais.

de que as políticas de biossegurança contemporâneas têm se baseado, em maior ou menor medida, em uma lógica prático-discursiva derivada da estratégia militar (Fortané; Keck, 2015). No caso da chamada biologia das invasões, campo da ecologia dedicado ao estudo das chamadas espécies exóticas invasoras e seu impacto sobre os ambientes receptores, esta tem sido uma tendência particularmente forte, o que pode ser atestado pela proliferação de metáforas marciais nos discursos sobre o tema, tanto os leigos quanto os especializados (Simberloff, 2003, 2011, 2013). Não por acaso, muitos biólogos reticentes quanto à objetividade dos conceitos de “exotismo” e “invasão” têm defendido a utilização de um vocabulário mais “neutro” para tratar da matéria (Colautti; MacIsaac, 2004; Larson, 2005), ao passo que diversos autores ligados às humanidades têm alertado para as conotações xenófobas e racistas dos discursos belicosos sobre espécies invasoras (Coates, 2011; Comaroff; Comaroff, 2001; Lidström et al., 2015; Potts, 2009; Sagoff, 2011).

No que se segue, mais do que reconstituir essa controvérsia, buscarei dar um passo atrás e investigar que concepções do que seja uma “guerra” animam o discurso sobre espécies exóticas invasoras e, ato contínuo, também as suas críticas. Nesse sentido, partirei de dois pressupostos, um teórico e outro metodológico. Teoricamente, partirei da ideia de que a guerra é um fenômeno que está longe de comportar uma definição unívoca, muito embora ofereça uma série de elementos importantes para se conceber a relação com a alteridade em distintos contextos (Leirner, 2005). Metodologicamente, inspirado pela antropologia simétrica (Goldman, 2003; Latour, 1994) e por reflexões de Lévi-Strauss (1996, 2009) sobre os sentidos do canibalismo e da devoração como forma de relação com alteridade perigosa,⁶ procurarei explorar as potencialidades do pensamento ameríndio para se analisar os impasses biopolíticos da modernidade desde um ponto de vista radicalmente outro, inclusive no que tange às questões colocadas pela contemporânea antropologia da biossegurança.

O argumento será estruturado da seguinte forma: primeiramente, tal como defendi em outra oportunidade (Sordi, 2018), procurarei demonstrar que as noções de guerra que subjazem aos discursos sobre invasões biológicas

6 Conforme Keck (2015a, p. 102): “O canibalismo é, na realidade, um conceito cada vez mais central no pensamento de Lévi-Strauss, mas ele aparece já no final dos anos de 1950, e justifica toda a releitura do totemismo que levará à abertura do caminho das *Mitológicas* nos anos de 1970.”

derivam de um imaginário ambiental moderno muito específico, que classificarei como vestfaliano e clausewitziano. Vestfaliano, porque, à imagem do sistema internacional erigido em finais do século XVII, coloca a questão da soberania nacional e do respeito às fronteiras territoriais em primeiro plano; clausewitziano, porque, como na obra do clássico polemologista prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831), considerado “o pai da guerra moderna”, situa a resposta violenta à ameaça externa a partir de um esforço de mobilização entre população e aparelho estatal.

Em seguida, explorarei a etnografia que realizei junto ao manejo do javali na fronteira brasileiro-uruguaia para sugerir que, em paralelo a esse paradigma moderno do conflito bélico, outros modelos do que seja uma guerra podem ser mobilizados para se pensar conflito entre sociedade e ameaças biológicas desde um ponto de vista antropológico, mais próximos da lógica de predação familiarizante que caracteriza a relação agonística com a alteridade nas cosmologias ameríndias (Fausto, 2001, 2002; Viveiros de Castro, 2011, 2015). Assim, se em um modelo mais convencional de guerra, salienta-se a aplicação de um pensamento estatal, territorial e exclusional, para se conceber o conflito com outras espécies, em outro, derivado do contraste com o paradigma inclusional presente no pensamento ameríndio, destaca-se a incorporação do inimigo e sua potência como forma de garantir a vitalidade do grupo.

Evidentemente, ao propor tal aproximação, não busco defender que haja quaisquer continuidades cosmológicas fortes entre meus interlocutores e os povos indígenas nas terras baixas sul-americanas. Ao contrário, busco recorrer a outro conjunto de coordenadas ontológicas, diferentes daquelas que constituem o imaginário moderno e ocidental sobre a guerra, para, através da comparação e do contraste, trazer à tona aspectos da relação com a ameaça não humana por vezes obscurecidos nas análises mais frequentes. Da mesma forma, entendo que a justaposição com o pensamento indígena, levado a sério como metafísica alternativa (Viveiros de Castro, 2015), nos permite superar certas armadilhas evolucionistas contidas na categoria de “guerra pré-moderna”, no que me filio a Leirner (2005) quando este apresenta a guerra ameríndia como um paradigma substantivo para se pensar antropológicamente o conflito bélico em geral. Por fim, o que proponho neste artigo não está muito distante do que Goldman (2003, p. 460) apresenta como o objetivo de uma teoria etnográfica, isto é, “elaborar um modelo de compreensão de um objeto social

qualquer (linguagem, magia, política) que, mesmo produzido em e para um contexto particular, seja capaz de funcionar como matriz de inteligibilidade em outros contextos”. Em outras palavras: de que maneira a guerra ameríndia pode auxiliar-nos a compreender a “guerra ao javali” e outras batalhas biossegurárias para além das concepções mais convencionais da guerra ocidental?

O imaginário ecológico vestfaliano e a guerra clausewitziana contra espécies invasoras

Ainda que a preocupação com o impacto de organismos exóticos sobre ambientes nativos possua antecedentes notórios na biologia, como John Henslow (1796-1861), Hewett Watson (1804-1881) e o próprio Charles Darwin (1809-1882), considera-se que a moderna biologia das invasões tenha sido fundada pelo ecólogo e zoólogo britânico Charles Sutherland Elton (1900-1991), com a publicação de seu clássico *The ecology of invasions by animals and plants* (1958). Nesse livro, fruto de duas conferências de rádio proferidas pelo autor para a BBC, a contenção de organismos invasores é qualificada como “uma das batalhas decisivas da história” (Elton, 1958 apud Pearce, 2015, p. 140, tradução minha), uma vez que, no conflagrado mundo de então, não seriam apenas “bombas nucleares e guerras que nos ameaçariam”, mas também “explosões biológicas” (Elton, 1958 apud Pearce, 2015, p. 140, tradução minha). Para Smout (2011, p. 60, tradução minha), em um contexto de crescentes preocupações relacionadas à segurança nacional derivadas do Pós-Guerra e do advento da Guerra Fria, Elton acreditava que a melhor defesa contra organismos exóticos deletérios seria um “robusto ecossistema nativo repleto de espécies autóctones”, preservado em seu equilíbrio coevolutivo.

Após algumas décadas de latência junto à comunidade científica, a preocupação com invasões biológicas ganhou tração a partir dos anos 1970-1980, com a consolidação da biodiversidade como principal valor do discurso ambiental internacional. Nesse contexto, firmou-se a identificação das espécies exóticas invasoras como a segunda maior ameaça aos ecossistemas nativos, perdendo apenas para a ação direta do ser humano sobre os ambientes naturais. A Convenção da Diversidade Biológica (CDB), publicada na Convenção das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 1992 (cf. Brasil, 2000), obriga os países

signatários a “impedir que se introduzam” e a “controlar ou erradicar espécies exóticas que ameacem os ecossistemas, habitats ou espécies” (Brasil, 2006, p. 5). Além disso, Jeffrey McNeely (2011) identifica a existência de mais de 40 convenções, acordos e protocolos sobre o tema internacionalmente, o que, segundo esse autor, evidencia uma tensão quase insolúvel entre a necessidade de conter invasões biológicas, de um lado, e a ideologia global da conectividade e do livre comércio, de outro.

Com efeito, é difícil dissociar o problema da invasão biológica de seu componente geopolítico e econômico, na medida em que, como recorda Crosby (2011), foi a expansão marítima do Ocidente entre os séculos XV e XIX que começou a “suturar as cicatrizes de Pangeia”, aproximando ecologias muito distintas umas das outras e segregadas por milênios de dispersão evolutiva. Nesse sentido, em analogia com o “pessimismo sentimental” (Sahlins, 1997) de muitos antropólogos quanto ao desaparecimento da diversidade cultural, os biólogos das invasões contemporâneas estão particularmente preocupados com o efeito das espécies introduzidas sobre comunidades ricas em espécies endêmicas, assim como com a consolidação do que têm chamado de “Homogeoceno” (Simberloff, 2013), isto é, a homogeneização da fauna e da flora globais causada pela ação do *Homo sapiens*.

Outros autores, entretanto, tecem críticas à biologia das invasões, seu discurso e seus pressupostos. Para o ecólogo Daniel Simberloff (2013),⁷ essas críticas podem ser classificadas em dois tipos: oposição científica, na qual os autores questionam a validade analítica de conceitos como “exótico”, “invasor”, “nativo” e “dano”, e acusações de xenofobia, nas quais se denuncia o caráter bélico das metáforas empregadas. Em defesa da subdisciplina, Simberloff (2013) pondera que as analogias militares empregadas no campo são, ao fim e ao cabo, as mesmas utilizadas nas políticas de saúde pública para declarar “guerra” a doenças infecciosas e seus vetores – como bem demonstram, aliás, as reações oficiais ao *Aedes aegypti* no Brasil (Segata, 2016). Da mesma forma, relembra que já Darwin e Wallace, nos primórdios da biologia evolutiva, falavam em plantas e animais

7 Daniel Simberloff (1942-) é um ecólogo e biólogo evolucionário norte-americano, professor na Universidade do Tennessee. Estudou e colaborou com Edward O. Wilson (1929-) no desenvolvimento de sua teoria sobre biogeografia insular. É considerado uma das principais autoridades contemporâneas no campo da biologia das invasões, sendo também editor-em-chefe do prestigioso periódico *Biological Invasions*.

invasores, em uma época na qual “os jornais eram cheios de mapas ilustrando a movimentação de tropas” (Simberloff, 2013, p. 249, tradução minha). Por fim, Simberloff alega que, paralelamente à “similaridade cartográfica” entre ameaças militares e biológicas, seria de fato estranho “se a imprensa e os agentes públicos não fizessem uso de metáforas militares para os mais diversos tipos de mobilizações”, como “guerra à pobreza”, “luta contra o câncer”, “batalha pelas mentes das crianças contra as drogas”, entre outros exemplos (Simberloff, 2013, p. 249, tradução minha).

Por outro lado, o geógrafo Chris Warren (2011, p. 70) argumenta que embora o discurso sobre espécies exóticas não seja inerentemente xenófobo, haveria um grande risco de ser interpretado dessa maneira, uma vez que a terminologia adotada pela biologia das invasões teria criado uma “linguagem híbrida”, que misturaria “julgamentos de valor com conceitos científicos”. Fred Pearce (2015, p. 140, tradução minha), por fim, defende que “ainda que seja insensato acusar os ambientalistas contemporâneos de serem fascistas ocultos”, o legado político dos discursos inflamados contra espécies exóticas seria, no mínimo, inquietante.⁸ Basta recordar, como faz o próprio Simberloff (2003, p. 181), da cruzada levada a cabo pelo Escritório de Mapeamento Vegetal do III Reich para “limpar a paisagem alemã de substâncias desarmônicas”, ou, no outro extremo do espectro político, das mobilizações contra ratos, moscas, mosquitos e pássaros conclamadas por Mao Zedong como parte do “Grande Salto Adiante” na China comunista (Dikötter, 2011).

Controvérsias terminológicas à parte, não deixa de chamar atenção o fato de que, em um cenário constituído por fluxos e linhas de mobilidade consideradas de risco por parte do Estado, como as migrações, o terrorismo, o tráfico internacional de drogas, armas, pessoas e animais silvestres, fluxos e mobilidades de outra natureza – justamente, provenientes do domínio ontológico que o discurso moderno classificará como *a* natureza (Latour, 1994) – evoquem consternações análogas em leigos e especialistas. Tudo se passa como se elementos externos a um determinado “regime de domesticidade” (Sordi, 2017) tivessem a

8 Fred Pearce (1951-) é um jornalista e divulgador ambiental britânico. Em seu livro *The new wild: why invasive species will be nature's salvation* (Pearce, 2015), remonta o desenvolvimento histórico da biologia das invasões e discute seus pressupostos, argumentando em favor de uma visão mais favorável ao papel das espécies exóticas no funcionamento dos ecossistemas.

capacidade de perturbar o equilíbrio interno a esse mesmo regime, seja ele um Estado nacional, um ambiente natural ou uma paisagem cultural, e, por conta disso, devessem ser contidos, controlados, erradicados ou excluídos por aqueles que nele exercem algum tipo de soberania ou ordenamento.

Mas quais seriam as origens desse modo específico de conceber tanto a ordem natural quanto a ordem civil ou social? Para responder a essa questão, creio ser útil retornarmos à ideia de uma “similaridade cartográfica” entre os dois tipos de ameaça, bélica (humana) e biológica (não humana), de que fala Simberloff (2013). Assim, se, como afirmou Lacoste (1989) em seu célebre ensaio sobre os usos políticos da geografia, ela serve, antes de tudo, para fazer a guerra, talvez seja desdobrando os sentidos inerentes a essa similaridade cartográfica que encontraremos os pressupostos que animam as concepções de “guerra” que aqui nos interessam.

De fato, em um ensaio denominado “Globes and spheres”, Ingold (2000) lança a tese de que o imaginário ambiental moderno está calcado em uma “mirada global” (*global outlook*) sobre a superfície da Terra, afim à geopolítica militar do Estado e do colonialismo.⁹ Segundo esse autor, tal como na cartografia de estado-maior, voltada para a guerra, a representação moderna sobre os ambientes naturais tenderia a ver a superfície terrestre como um tabuleiro, seccionado em áreas discretas, bem definidas e delimitadas, sobre as quais ocorre um jogo de ocupação e conquista. Como em um atlas, esses domínios podem ser tanto de ordem política, como países, estados e regiões, quanto física, como biomas, ecossistemas, províncias minerais, climáticas e hidrográficas. Nos termos de Ingold (2000, p. 214, tradução minha), a Terra, concebida como uma colcha de retalhos, seria assim fragmentada em “superfícies previamente dadas, esperando para serem ocupadas, para serem colonizadas, primeiramente por outros seres vivos e, logo em seguida, pela civilização humana”.

Entendo que esta forma de conceber o planeta remete a uma topologia verdadeiramente vestfaliana, que perpassaria tanto o imaginário político, quanto ecológico da modernidade. Em geopolítica e relações internacionais, o termo “vestfaliano” refere-se ao paradigma oriundo da Paz de Vestfália, isto é, da série de tratados estabelecidos no século XVII que deram fim à Guerra dos Trinta

9 Não por acaso, Helmreich (2005) nota que a chegada dos europeus ao Havaí é empregada como marco temporal pelos biólogos daquele arquipélago para definir espécies “exóticas” e espécies “nativas”.

Anos (1618-1648) e aos enfrentamentos entre católicos e protestantes na Europa do Norte e Central. Tal como concebido à época e, de certa forma, vigente até hoje, o sistema vestfaliano erigiu os Estados nacionais como os principais agentes das relações internacionais, impondo a questão da soberania e do respeito às fronteiras territoriais em primeiro plano. Logo, em uma topologia vestfaliana do planeta, cada unidade territorial corresponderia a um sistema fechado, ordenado, no qual, através de uma determinada economia doméstica, um poder soberano procuraria defender seu domínio contra as ameaças externas. Não por acaso, em outro ensaio a respeito do tema, Ingold (2015, p. 155, tradução minha) recorda a origem comum entre “ecologia” e “economia” na ideia de domesticidade como arranjo harmônico:

Ambos os termos partilham uma raiz comum, a palavra grega para “casa” (*oikos*). Economia é gestão doméstica [*house-holding*]. Na definição de ecologia – um termo cunhado pelo zoologista Ernst Haeckel em 1866 –, a própria natureza torna-se um domínio doméstico [*household*] no qual todo e cada organismo faz a sua parte.

De fato, a ideia de um balanço interno da natureza é uma metáfora fundacional da moderna ecologia, cuja história se confunde com a percepção de que o ser humano desencadeia distúrbios na natureza que perturbam seu equilíbrio original (Pearce, 2015). Há reminiscências escatológicas importantes nessa concepção da relação homem/natureza, uma vez que, como relembram os teólogos da tradição judaico-cristã, o pecado original não teria conduzido apenas a humanidade, mas a criação inteira a um estado de desgraça. Para Pearce (2015), o conceito de “clímax”, formulado por Frederic Clements (1874-1945) como o último estágio alcançado pelas comunidades bióticas no processo de sucessão ecológica (Clements, 1936), estaria na base da ortodoxia do equilíbrio interno imanente à biologia das invasões, assim como de seu infinito estoque de metáforas bélicas para se referir a espécies exóticas.

Mas de que maneira esse imaginário ecológico vestfaliano se associaria a uma ideia específica do que seja uma guerra contra outras espécies? Em sua revisão do conceito em antropologia, Leirner (2005) nota que o imaginário disciplinar sobre o fenômeno bélico, ao menos no ambiente anglo-saxônico, tem sido historicamente dominado pela identificação entre guerra e Estado, ou seja, entre conflito violento e a existência de instituições especializadas, separadas

da sociedade, responsáveis pelo exercício legítimo da violência, seja ela ofensiva ou defensiva, contra a ameaça externa. Por outro lado, a discussão francófona, calcada no “reciprocismo” do paradigma estruturalista, tenderia a encarar a guerra em termos de possibilidades formais, seja como o avesso da troca social, tal como aparece em Lévi-Strauss (2011), seja como sua anterioridade lógica, tal como na discussão travada com esse autor por Pierre Clastres (2004).

De certo modo, entendo que as metáforas bélicas que permeiam o discurso sobre espécies invasoras pertencem ao primeiro tipo de imaginário sobre a guerra, na medida em que se orientam por uma lógica de mobilização estratégica contra um inimigo externo. Como bem reconhece Simberloff (2013) nas passagens anteriormente citadas, a retórica de mobilização é útil para galvanizar a sociedade em torno de um inimigo comum, assim como para conferir suporte moral e material à instituição responsável pelo enfrentamento direto da ameaça. Esta instituição pode ser tanto o exército (literal) que combate a máquina de guerra estrangeira quanto o exército (metafórico) de especialistas, como cientistas e agentes de saúde, que combatem a proliferação de um mosquito exótico, por exemplo.

A guerra como mobilização estratégica, defesa e conquista territorial remete ao legado de Carl von Clausewitz (1780-1831), militar prussiano a quem se atribui o título de “pai da guerra moderna”. Atento espectador das Guerras Napoleônicas, Clausewitz deixou uma obra póstuma e incompleta, denominada *Da guerra* (1832), em que desenvolve uma verdadeira filosofia do conflito bélico, compreendido em continuidade com a política, donde a célebre máxima de que “a guerra é continuação da política por outros meios”. Na obra, Clausewitz também analisa o sucesso da investida bélica como produto da sinergia entre Estado, exército e população. Ora, as guerras do século XIX observadas, analisadas e, posteriormente, *influenciadas* por Clausewitz são as mesmas que, segundo Simberloff (2013, p. 249), enchiam os jornais lidos por Darwin, Wallace e outros precursores da ecologia moderna com “mapas ilustrando a movimentação de tropas”.

Outro aspecto importante do paradigma clausewitziano, diretamente relacionado à sua concepção de guerra como continuidade da política por outros meios, é a ideia de que a organização das forças armadas espelha o funcionamento da guerra em tempo de paz, permanecendo em estado latente de mobilização (Leirner, 2005). Nesse sentido, Fortané e Keck (2015) parecem estar corretos ao afirmarem que as contemporâneas políticas de biossegurança se

inspiram em um modelo militar de funcionamento. E com efeito, para esses e outros autores (Braun, 2013; Collier; Lakoff; Rabinow, 2004), a palavra de ordem das novas lógicas biossegurárias é *preparedness*, ou seja, prontidão e mobilização permanente tendo em vista a contenção do avanço externo, ou da propagação interna, de ameaças biológicas disruptivas. No entanto, seria o imaginário vestfaliano e clausewitziano de contenção territorial e mobilização estratégica o único modelo “bom para pensar” o conflito entre sociedade humana e espécies invasoras? Contemplaria ele todas as dimensões envolvidas em uma “guerra” como aquela travada entre meus interlocutores e os javalis?

Vingança e incorporação da ameaça na “guerra ao javali”

“Homem versus javali” (*Zero Hora*, Porto Alegre, 28/09/2014). “Produtores, técnicos e autoridades declaram guerra contra o javali” (*A Plateia*, Santana do Livramento, 13/12/2013). “Guerra total aos javalis na Fronteira Oeste” (*Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 19/08/2013). Não há dúvidas de que manchetes como essas, assim como os exemplos trazidos na introdução, atestam a vigência de uma gramática bélica para se referir aos suínos asselvajados no Rio Grande do Sul, especialmente na zona contígua à conurbação internacional Santana do Livramento (Brasil)–Rivera (Uruguai). Foi nessa região, culturalmente identificada com a pecuária extensiva, e na qual os javalis são odiados, primariamente, por seus ataques à ovinocultura, onde conduzi minha etnografia, entre maio de 2014 e maio de 2016.

Sob muitos aspectos, tratava-se de um local privilegiado para realizar uma etnografia das reações sociais à presença dos javalis no Brasil. Primeiramente, devido ao avançado estado da dispersão da espécie no bioma Pampa, tanto no Brasil quanto no Uruguai e Argentina.¹⁰ Em segundo lugar, pelo destaque que a

10 Casos de feralização do *Sus scrofa* a partir de lotes domésticos de porcos trazidos da Europa e posteriormente aclimatados são frequentes nos países do Cone Sul desde a época colonial. No entanto, a introdução de javalis “puros” em finais do século XIX e início do XX, para fins de caça, é considerado o marco inicial do processo de invasão atualmente em curso no Pampa. Na Argentina, os primeiros indivíduos foram introduzidos na província de La Pampa. No Uruguai, no departamento de Colônia pelo aristocrata Aarón de Anchorena. Conforme Debert e Scherer (2007), a migração espontânea dos animais, assomada ao contrabando com caminhões, fez com que os animais ingressassem em território brasileiro, a partir da década de 1980.

rede de manejo estruturada em torno da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, notadamente a “Equipe Javali no Pampa”,¹¹ tem exercido em nível regional e nacional. Essa rede envolve a cooperação entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), gestor da área, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), proprietários rurais e atiradores locais credenciados. Em terceiro lugar, a região se destaca por sua territorialização fronteiriça, em que regimes jurídicos e políticas de biossegurança bastante distintos entram em contato. Por fim, mas não menos importante, a proeminência das queixas de ataque à produção animal configura um cenário bastante contrastante com o panorama da invasão suína no resto do país e mesmo em outras regiões do Rio Grande do Sul, onde a destruição de lavouras é o principal problema associado à presença dos javalis.

No entanto, em que pese a territorialização fronteiriça do sítio de pesquisa e a presença de forte mobilização social contra o “inimigo”, chamou-me a atenção, desde o início da etnografia, a total ausência de metáforas xenófobas ou nacionalistas para se referir aos animais. Os suínos ferais não pareciam ser odiados por sua origem nacional – isto é, como se o território brasileiro estivesse sendo tomado por animais *castelhanos*¹² –, mas sim pela similaridade do seu comportamento com o dos ladrões de gado ou abigeatários, figuras emblemáticas do Pampa gaúcho e detestados com igual força moral e simbólica em ambos os lados da fronteira. Assim, em contraste com grande parte da literatura em humanidades sobre espécies exóticas invasoras, especialmente aquela produzida no mundo anglo-saxão (Coates, 2011; Comaroff; Comaroff, 2001; Lidström et al., 2015; Potts, 2009; Sagoff, 2011), a prevalência de um conjunto de metáforas militares e defensivas parecia estar descolada de qualquer componente nacional ou étnico. Por outro lado, a questão laboral e de classe indicava ser mais relevante na produção de analogias. Como já discuti em outro lugar (Sordi; Lewgoy, 2017), vigorava entre meus interlocutores a percepção de uma continuidade entre lidas pastoris lícitas e ilícitas no contexto fronteiriço, sobretudo entre aqueles pertencentes ao estrato patronal da pecuária local.

11 Ver nota de rodapé 4.

12 No Rio Grande do Sul, *castelhano* é um termo utilizado de forma por vezes pejorativa para se referir aos habitantes dos países platinos. Seu uso remete às guerras de fronteira e insurreições armadas vivenciadas na região ao longo dos séculos XVIII-XIX.

Em outras palavras, o respeito à propriedade e à honra parecia mais importante nas reações belicosas contra o javali do que quaisquer querelas sobre sua origem. Até porque, muitos interlocutores atribuíam a si próprios uma identidade binacional ou, em termos locais, *doble-chapa*.¹³ Proprietários rurais brasileiros e uruguaios, não raro ligados por profundos vínculos de parentesco e amizade, sentiam-se unidos em uma mesma “guerra” contra os javalis, na qual a questão da vingança e da desforra moral era mais importante que qualquer conotação nacionalista ou patriótica dessa “guerra”. Tal como no caso dos cães pastores que se rebelam, atacam o rebanho e são punidos exemplarmente pelo dono com seu abandono ou sacrifício (Barreto, 2015), a “guerra ao javali” de meus interlocutores parecia se dar muito mais em um registro de *razia*, de *feuding*, do que de guerra “propriamente moderna”, para empregar aqui as distinções de teor evolucionista estabelecidas pela antropologia da guerra anglo-saxônica (Leirner, 2005).

Não coincidentemente, a ideia de uma dinâmica de guerra “pré-moderna”, puramente predativa, em que as distinções entre caça, pastoreio e abigeato se apagam num mesmo continuum de engajamentos humano-animais de natureza agonística, permeia toda a literatura sobre a formação sociocultural da região platina. Da mesma forma, o modelo clausewitziano de guerra, centrado no Estado e na defesa territorial, não me parecia ser o mais adequado para dar conta de outro aspecto central da “guerra ao javali”. Com efeito, o suíno não é apenas perseguido, capturado e abatido pelos seus inimigos humanos – é *consumido* por eles. Repare-se, nesse sentido, no seguinte trecho do texto de apresentação da Agaja em sua página na internet: “O javali é o único entre os predadores nocivos e exóticos a compensar parcialmente suas perdas na agricultura e criação com o consumo de sua saborosa carne, quando este lhes retorna [a agricultores e criadores] o que surrupiou. Quitam-se.”

Em Livramento e região, as posições a respeito do consumo dos javalis abatidos se dividiam. Para alguns, tratava-se de um alimento perigoso, de origem incerta, que só poderia ser consumido após diversos procedimentos técnico-culinários destinados à purificação de seus riscos. Para outros, por outro lado, tratava-se de uma carne imensamente desejada, saborosa e fortificante,

13 Expressão oriunda do duplo emplacamento de automóveis, antes comum na zona fronteira.

justamente por advir de um bicho de vida livre (*alçado*) e, portanto, mais “natural”. Era bastante comum, nesse sentido, que o pessoal das estâncias¹⁴ consumisse com certa regularidade a carne dos javalis abatidos, mas dando a preferência a fêmeas e leitões capturados e engordados em gaiolas e jaulas-currais. A carne dos grandes machos solitários (*cachaços*) abatidos após expedições de *busca ativa*, por outro lado, era frequentemente consumida apenas pelos caçadores ou simplesmente descartada, por ser considerada muito forte, muito dura, muito escura e de digestão pesada.

Prevalencia, além disso, a ideia de que os *cachaços* carregavam mais riscos sanitários que o resto da espécie. Embora fosse comum ouvir que os machos solitários eram *rançosos*, compreendo que essas concepções evocam a categoria de *reima* no pensamento popular brasileiro, tal como definida por Klaas Woortmann (2008, p. 23):

Além de “quentes” ou “frios”, os alimentos podem ser “reimosos” ou “mansos”. A “reima” – possivelmente um termo derivado de *rheuma* e que também designa “mau-gênio” – é uma “qualidade” do alimento que o torna ofensivo para certos estados do organismo e em certos momentos da vida da pessoa. [...] Tal como ocorre com as qualidades de “quente” e “frio”, a “reima” também exprime uma relação entre o alimento e o organismo.

Dessa maneira, são considerados *reimosos* os bichos já maduros sexualmente, assim como os machos não castrados em contraste com os castrados (o touro em oposição ao boi, por exemplo).¹⁵ Em seguida, Woortmann (2008, p. 24) resalta a oposição selvagem/domesticado como diacrítico da *reima*, de modo que “um animal será tanto mais *reimoso* quanto mais se opõe ao homem”. Por fim, a ambiguidade é outro critério para se definir o caráter *reimoso* de um alimento, o

14 Atualmente, são poucos os proprietários que residem no meio rural, especialmente aqueles do grupo patronal, isto é, donos de grandes estâncias e cabanhas. Nesse sentido, entenda-se por “pessoal das fazendas” os empregados (peões, posteiros, caseiros, capatazes, etc.) que efetivamente residem nas propriedades, encarregando-se das lidas cotidianas. Entre estes, também devem ser incluídos os proprietários médios e pequenos, de corte familiar, em grande parte ainda residentes no campo.

15 Stoeckli (2015) assinala essa dimensão na diferenciação nativa entre a carne de bovinos e bubalinos.

que se aplica aos animais que “não se enquadram nos critérios selecionados por determinada cultura para elaborar suas taxonomias” (Woortmann, 2008, p. 24).¹⁶

Ora, o *cachaço* cumpre todas essas expectativas de *reimosidade*. Via de regra, entende-se que os machos solitários ou são porcos velhos¹⁷ expulsos de uma vara por indivíduos mais novos, ou são indivíduos jovens à espera desse momento. Em ambos os casos, portadores de traços que os qualificam como *reimosos* (idade e impetuosidade). Desnecessário recordar a esta altura, ademais, o quanto os javalis, e especialmente os *cachaços*, perturbam as fronteiras entre o mundo doméstico e o mundo selvagem. Nos encontros furtivos ou humanamente conduzidos entre suínos ferais e porcas domésticas, atribui-se aos primeiros a iniciativa sexual, e não ao contrário.

Em minha dissertação de mestrado (Sordi, 2016), argumentei que embora todas as partes comíveis dos animais sejam genericamente chamadas de “carne” no léxico culinário brasileiro, algumas carnes são consideradas mais próximas do ideal carnívoro que outras, notadamente as vermelhas e, dentre estas, a bovina. É frequente, nesse sentido, encontrarmos oposições como “carne ou frango”, e a sugestiva expressão “frutos do mar” para se referir aos mariscos e ao pescado. Nesse contexto, tudo se passa como se as carnes se dispusessem num espectro de maior e menor carnidade, estando o porco numa espécie de patamar intermediário entre os ruminantes e as aves.

Em seu clássico estudo sobre o churrasco gaúcho, Maria Eunice Maciel (1996) evoca o modelo do triângulo culinário de Lévi-Strauss (2013) para assinalar a diferença entre alimentos masculinos e femininos, cotidianos e excepcionais, a partir do modo com que são preparados e das circunstâncias sociais com que são servidos, apontando para uma exoculinária conspícua e masculina dos alimentos assados em oposição a uma endoculinária comedida e feminina dos alimentos cozidos. O churrasco, com efeito, é território eminentemente masculino no Rio Grande do Sul, cabendo aos homens, na expressiva maioria dos casos, officiar a liturgia da preparação. Nas propriedades rurais da Campanha, a marcação das reses culmina com um assado em que os homens consomem

16 Sobre a categoria *reima* e sua associação com o selvagem ou não doméstico, ver também Peirano (1975).

17 Era comum ouvir que os porcos eram *velhacos*, *diabos velhos*, *espertos por serem velhos*, entre outras expressões do tipo.

o *bago* (testículos) do animal castrado. Para os *campeiros* mais jovens, esse ato serve como ritual de iniciação na masculinidade adulta.

O consumo do javali, animal bravo cuja carne é obtida a partir de relações de captura violenta, insere-se nessa mesma exoculinária masculina. Entende-se que consumir a sua carne é um ato extracotidiano que envolve múltiplos riscos, corroborados tanto pelas lógicas locais de comestibilidade quanto pelos saberes veterinários. Ambos os códigos recomendam que se consuma o javali muito bem assado, e que se o faça por conta e risco dos comensais. Segundo a lógica das qualidades proposta por Lévi-Strauss (2013), o ato de assar os alimentos é compreendido por muitos povos como um compromisso entre o cru e o queimado, ao passo que o cozimento se associa em muitas culturas à dimensão do podre. Aplicando aqui essa interpretação, poderíamos argumentar que a recomendação de se bem assar o javali instaura sua comestibilidade a partir da evitação dos riscos envolvidos no consumo da sua carne crua ou mal preparada, de um lado, e do extremo representado pela inutilização sanitária das carcaças, de outro, muitas vezes operada a partir de sua incineração.¹⁸

Como interpretar, antropológicamente, uma guerra que se desdobra nesses termos, isto é, em que o espólio do vencedor é a carne do inimigo em si? É em relação a esse ponto, acredito, que a percepção da etnologia ameríndia sobre a guerra pode iluminar outros aspectos presentes na “guerra ao javali”. Se, no paradigma clausewitziano, a grande questão é gerenciar os tênues limites entre política e guerra, no caso amazônico, trata-se de administrar a cinzenta zona entre alimentação cotidiana e canibalismo cerimonial. Como bem nota Fausto (2001, 2002) em seus trabalhos sobre os Parakanã, em um contexto no qual animais também são pessoas, todo consumo carnívoro torna-se uma modalidade potencial de canibalismo, de maneira que inúmeros procedimentos rituais são empregados para distinguir o que é caça do que é guerra. No mundo indígena nas terras baixas sul-americanas, portanto, vigora uma concepção cosmológica e sociogênica da guerra, segundo a qual o consumo (literal ou metafórico) do inimigo visa a incorporação da sua potência para a produção e reprodução

18 Esse não é, contudo, o procedimento pregado pelas autoridades ambientais e sanitárias, que recomendam sua inutilização com creolina ou seu enterramento. No limite, que se deixe suas carcaças apodrecendo a campo, já que os patógenos presentes nas carcaças muito possivelmente são os mesmos já circulantes na vida silvestre local.

do próprio grupo. Em *Tristes trópicos*, Lévi-Strauss (1996, p. 366-367) sugere um contraste entre formas ocidentais e ameríndias de relação com a alteridade perigosa:

Penso em nossos costumes judiciários e penitenciários. Ao estudá-los de fora, seríamos tentados a opor dois tipos de sociedade: aquelas que praticam a antropofagia, isto é, que veem na absorção de certos indivíduos detentores de forças temíveis o único meio de neutralizá-las e mesmo de aproveitá-las; e aquelas que, como a nossa, adotam aquilo que poderíamos chamar de antropoemia (do grego *emein*, vomitar): postas diante do mesmo problema, elas escolhem a solução inversa, que consiste em expulsar estes seres temíveis para fora do corpo social, deixando-os, temporariamente ou definitivamente, isolados, sem contato com a humanidade, em estabelecimentos destinados a este fim. Na maioria das sociedades primitivas, este costume inspiraria um horror profundo; ele nos marcaria aos seus olhos da mesma barbárie que seríamos tentados a lhes imputar, em razão de seus costumes simétricos.

Assim considerada, a guerra moderna, clausewitziana, possui um inegável caráter antropoêmico, ou seja, em sua modalidade defensiva, visa expelir o inimigo de um determinado território, concebido como mancha bem delimitada em um tabuleiro vestfaliano. Ela é, portanto, *exclusional*. Em contraste, a guerra ameríndia, de caráter antropófago, tem por objetivo *incluir* a potência do inimigo, não só para metabolizar sua força negativa, como também para aumentar a vitalidade do próprio grupo através dos dispositivos predativos da comensalidade e do parentesco. Aplicando esse paradigma indígena à “guerra ao javali”, percebe-se o quanto o consumo de sua carne envolve uma dimensão de vingança e constituição de certa masculinidade venatória, sobretudo no que tange às carcaças dos *cachaços*. Por outro lado, a indução de cruzamentos entre porcas domésticas e machos ferais – prática proibida, porém frequentemente observada no campo gaúcho – revela o aspecto sexual dessa dinâmica inclusional, que visa a incorporação genética das virtudes selvagens atribuídas aos javalis (força, robustez, resistência, virilidade, naturalidade, etc.) aos rebanhos domésticos.

Até aqui, referi-me quase que exclusivamente aos meus interlocutores leigos, pecuaristas e *campeiros*, detentores de lógicas próprias a respeito de como

metabolizar prático-simbolicamente a ameaça colocada pelos javalis. Mas o que dizer dos agentes estatais e científicos encontrados em campo? Seria a sua “guerra” ao javali inteiramente concebível à luz do paradigma exclusional clausewitziano ou, ao contrário, identificaríamos, também entre eles, traços de uma guerra inclusional, como no caso dos proprietários rurais, *campeiros* e caçadores tematizados até o momento? A princípio, tudo levaria a crer que não, uma vez que as modalidades de consumo e incorporação dos suínos ferais levadas a cabo pelos atores leigos são encaradas com muito ceticismo e desconfiança por parte de veterinários, agentes sanitários e ambientais.

Com efeito, os gestores da APA do Ibirapuitã chegaram a desenvolver uma campanha de conscientização, denominada “Javali: não faça parte deste problema”, tendo por objetivo demover os habitantes da unidade de conservação da ideia de cruzar javalis com suas porcas, identificando na hibridização entre lotes ferais e domésticos um dos principais eixos de propagação do problema na região. O mesmo vale para a questão do consumo alimentício das carcaças, as quais recomendam que sejam inutilizadas via incineração ou aspersão de água sanitária. No entanto, uma fala bastante expressiva da veterinária responsável pelo projeto de vigilância sanitária conduzido pela Embrapa Suínos e Aves em parceria com a APA do Ibirapuitã sugere que a vigência de outras lógicas de relação com a alteridade perigosa pode estar em jogo na ação da ciência e do Estado.

Questionada sobre o que havia motivado o Estado brasileiro a autorizar, de forma definitiva, a captura e o abate de javalis após tanta hesitação nas duas décadas anteriores, a pesquisadora lembrou que tal decisão remetia às exigências colocadas pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) tendo em vista a manutenção do status de zona livre de peste suína clássica (PSC) no país, principalmente nos estados da região Sul:

Esse projeto com relação ao javali nasceu de uma demanda direta do Ministério da Agricultura para a Embrapa, porque nós já trabalhamos junto com o ministério em muitas ações de sanidade animal. O que foi que o ministério nos pediu? Bom, um projeto de pesquisa em saúde animal que envolvesse essas populações [asselvajadas], para dar subsídio às domésticas. Quando eu comecei a rascunhar a possibilidade de trabalhar com essa população, eu comecei a me deparar com as dificuldades institucionais. Porque, ainda naquela época, do ponto de vista

legal, no nosso país, ela [a espécie] não estava reconhecida como uma espécie exótica invasora, nociva. E por ser uma espécie de vida livre, era considerada, assim, no limbo. Ela estava quase considerada como qualquer outro animal da fauna nativa, silvestre. Em outras palavras, era crime ambiental colocar a mão no javali. Então, a primeira coisa que eu fiz foi: o que tem de informação sobre esse bicho? Aí, vai no Ibama, vai no ICMBio, e todos reconheciam, mas ninguém estava com o arcabouço legal para enfrentar o problema. E a questão ambiental tem um peso muito forte. Requer uma mobilização institucional, social, muito grande. Mas às vezes a gente não consegue só com o apelo ambiental, infelizmente. Mas quando o Ministério da Agricultura se manifestou em função dos riscos sanitários e tal, aí sim, houve uma aliança entre esses órgãos, que a gente teve o desafio – e o privilégio – de mediar via esse projeto. (Transcrição, julho de 2014).

Como se depreende dessa fala, o argumento biosseguritário foi o elemento determinante para a decretação da nocividade do javali no Brasil, haja vista a relevância da suinocultura para a produção agropecuária brasileira.¹⁹ No capítulo de seu Código de Animais Terrestres (World Organization for Animal Health, 2016) referente à PSC, a OIE trabalha com uma definição de “porco” (*pig*) que contempla tanto os lotes domésticos quanto os de vida livre do *Sus scrofa*. No entanto, a organização estabelece uma distinção entre porcos domésticos e selvagens confinados (*captive wild*), de um lado, e porcos selvagens e ferais, de outro, exigindo que todos sejam monitorados para fins de reconhecimento sanitário de seus países-membros ou de regiões específicas desses países, como é o caso do Brasil.

Entre os critérios estabelecidos pela organização para a obtenção do zoneamento livre para PSC, destacam-se a existência de um programa local de vigilância das populações de vida livre (*wild and feral pigs*), capaz de identificar sua distribuição territorial e garantir que essas populações se encontram fisicamente separadas dos suínos confinados, sejam eles domésticos ou selvagens (World Organization for Animal Health, 2016). Até aqui, tudo parece se orientar

19 Com 3,97 milhões de toneladas produzidas em 2018, o Brasil é o quarto maior produtor de carne suína do mundo, perdendo apenas para a China, a União Europeia e os Estados Unidos. É também o quarto maior exportador e o quinto maior consumidor, com uma taxa anual de 15,9 kg per capita. Os três estados da região Sul do país lideram o ranking nacional de produção e exportação (cf. Embrapa Suínos e Aves, 2019).

por uma clássica lógica de guerra exclusional, clausewitziana e vestfaliana, e que, como bem nota Hinchliffe (2013, p. 204), espelha a tendência biosseguritária contemporânea de se considerar a relação entre vida livre e vida confinada como intrinsecamente problemática, o que tem feito com que a ecologia dos criatórios se torne “cada vez mais distinta, simbólica e materialmente, do ambiente ao seu entorno”.²⁰

Por outro lado, garantir que suínos confinados e de vida livre não estejam em contato é apenas parte das exigências colocadas pela OIE aos Estados-membros. Em seu programa de vigilância para PSC, estes devem indicar à organização que possuem informações sobre a ecologia e a condição sanitária dos lotes selvagens e asselvajados, o que implica o acesso científico-experimental às suas carcaças. Nas eloquentes e reveladoras palavras da veterinária da Embrapa, frente às exigências da OIE, foi preciso que o Estado brasileiro encontrasse meios de “botar a mão no bicho”. Também foi nesse contexto, relata a profissional, que a parceria com os órgãos ambientais que regulam a caça no Brasil, Ibama e ICMBio, tornou-se imperativa para o Ministério da Agricultura, assim como a aproximação entre Estado e caçadores antes ilegais, convertidos pela instrução normativa 03/2013 em “controladores” ou “manejadores” (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2013). Mais do que isso, a veterinária classificou os indivíduos engajados no manejo como os “olhos e ouvidos do sistema veterinário oficial”, o que se assemelha ao papel análogo exercido pelos *birdwatchers* etnografados por Keck (2015b) em Taiwan e Hong Kong.

Ao contrário dos observadores de pássaros, no entanto, manejadores de javalis matam estes últimos, em um contexto de interações que meus interlocutores não hesitam em caracterizar como de guerra. Não menos importante, parte do espólio dessa guerra é cobrado pelo Estado e seu aparato técnico-científico, ao menos nas propriedades envolvidas no projeto com a Embrapa. Durante a etnografia, acompanhei algumas saídas de campo dos pesquisadores do projeto para coletas de amostra de sangue e tecido em algumas estâncias e fazendas, bem

20 Para o autor, isso gera uma configuração paradoxal, na medida em que quanto mais os animais da pecuária intensiva se isolam do seu entorno, mais e mais se tornam vulneráveis no caso de um contato accidental. Neste sentido, o atual sistema agroalimentar seria uma verdadeira “casa de máquinas” (Hinchliffe, 2013, p. 201) para crises como as do vírus H1N1 e a iminente falência da eficácia dos antibióticos atuais.

como para a realização de necropsias em alguns animais abatidos. Em uma dessas atividades, realizada em maio de 2016 na Estância Renascença, interior do município de Livramento, foram realizados exames em quatro leitões, presos em uma gaiola de madeira e abatidos na hora, e em dois indivíduos adultos, um macho e uma fêmea, capturados ao longo das noites anteriores.

Como em outras oportunidades, a liturgia das necropsias se compunha das seguintes etapas: primeiramente, extraíam-se as tonsilas e os linfonodos cervicais dos javalis. Logo em seguida, seccionavam-se partes de órgãos viscerais como fígado, baço, intestino delgado, pulmões e rins. Do estômago, perfurado com uma faca, extraía-se o bolo alimentar com a mão. Uma vez coletado, o conteúdo gástrico era depositado em pequenos potes de plástico, similares a embalagens de mel. Nestes, uma solução de formol e ácido acético fazia o trabalho de conservação. A abertura do estômago era considerada a parte mais desagradável de toda a necropsia, dado o forte odor exalado pela exposição do seu conteúdo ao ar. Por outro lado, era a mais imediatamente reveladora, já que, ao contrário das análises laboratoriais, um rápido exame a olho nu já conseguia identificar, de forma genérica, do que se compunha a dieta dos animais. Em seguida, as pesquisadoras extraíam os linfonodos mediastinos e mesentéricos, localizados entre os órgãos viscerais. Terminado um animal, passava-se para outro, e assim sucessivamente.

Depois de extraídas, as amostras eram colocadas em envelopes plásticos de tamanhos diferentes. Na lateral de cada um, escrevia-se o tipo de tecido coletado e o número designado para cada suíno, de um a sete. Lacrados, os envelopes eram depositados num saco maior, também transparente, que reunia todas as amostras de um mesmo bicho. Ao final do exame, acondicionava-se tudo em uma caixa refrigerada. De Livramento, essas partes do javali, consideradas as mais relevantes para a pesquisa ecológica e epidemiológica, seguiriam para Porto Alegre e Concórdia (SC), sede da Embrapa Suínos e Aves, onde alimentariam três projetos de pesquisa em três instituições diferentes. Associadas a instrumentos como anticoagulantes, reagentes, microscópios, centrífugas, etc., esperava-se que essas amostras revelassem algo de importante sobre o modo de vida e a condição sanitária dos javalis. Traduzidas em relatórios e artigos científicos, essas informações poderiam subsidiar novos protocolos de manejo da espécie, ampliando o conhecimento oficial a seu respeito e fornecendo aos agentes públicos novas estratégias de intervenção.

Entendo que a exploração experimental das carcaças dos suínos reproduz, em outro nível, a mesma dinâmica de consumo produtivo – ou de “predação familiarizante”, para empregar os termos de Fausto (2001, 2002) – que perpassa a “guerra ao javali” no plano pessoal dos proprietários rurais. Nos dois casos, tem-se como objetivo incorporar a potência do inimigo para melhor metabolizar sua ameaça: seja em um sentido moral e gastronômico, como empreendido pelos pecuaristas e caçadores locais, seja em um sentido cognitivo e biopolítico, como levado a cabo pelos veterinários e epidemiologistas do projeto de vigilância sanitária.

Considerações finais

De acordo com Goldman (2003, p. 460), “uma teoria etnográfica procede um pouco à moda do pensamento selvagem”, tal como conceituado por Lévi-Strauss. Ou seja, ela emprega “elementos muito concretos coletados no trabalho de campo e por outros meios a fim de articulá-los em proposições um pouco mais abstratas, capazes de conferir inteligibilidade aos acontecimentos e ao mundo”. Neste artigo, nada mais fiz do que procurar levar a sério as analogias traçadas pelos meus interlocutores em campo, e examinar que tipo de “guerra” seria essa travada entre homens e suínos nos campos do Sul.

Para isso, examinei os pressupostos que moldam o paradigma moderno do conflito bélico e sua extensão para o campo da ecologia e da biossegurança, assinalando seu imaginário eminentemente territorial (vestfaliano) e estatal (clausewitziano). Em seguida, a partir da insuficiência desse modelo para dar conta de alguns aspectos cruciais da “guerra ao javali” observada em campo, sugeri que outras formas de se conceber a guerra poderiam ser mobilizadas antropológicamente, abrindo espaço para que o pensamento indígena sobre a relação com o inimigo e a ameaça violenta nos dissesse algo sobre o conflito predativo estabelecido por meus interlocutores com os suínos ferais. Assim, se, como já defendi em outra oportunidade (Sordi; Lewgoy, 2017), o caráter dos javalis como abigeatários e *bichos bandidos* é mais do que uma metáfora para os criadores da região, também entendo que o seja a guerra oriunda dessa condição, travada e concebida a partir do arcabouço sociocosmológico resultante da constituição do Pampa como fronteira pastoril.

Nesse sentido, um terceiro imaginário bélico poderia ser evocado para dar sentido à guerra ao javali na fronteira brasileiro-uruguaia: o da “guerra justa” ou “pacificadora”, movida contra elementos internos considerados bárbaros, perigosos ou conflituosos, até hoje em voga, sob distintas formas, tanto na relação entre Estado e sociedade no Brasil (Souza et al., 2017) quanto na própria atuação externa das Forças Armadas brasileiras, vide o recente caso da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah).²¹ Com relação a esse ponto, é eloquente o fato de a ocupação fundiária da região de Livramento ter se iniciado com a distribuição de sesmarias aos combatentes do “Exército Pacificador” da Primeira Campanha da Cisplatina, enviado em 1811 pela Coroa Portuguesa para pacificar a Banda Oriental (atual Uruguai), a pedido do governador de Montevideú (Farinatti, 2007). Essas reverberações históricas, entretanto, já foram tratadas em pormenor em outros trabalhos (Sordi, 2017; Sordi; Lewgoy, 2017).

Como espero ter demonstrado, o imaginário vestfaliano e clausewitziano da guerra moderna é bastante útil para se pensar alguns aspectos dessa guerra, mas não todos. O recurso ao pensamento ameríndio e sua dinâmica canibal-inclusional permitiu-nos ir além do paradigma defensivo-exclusional que permeia a discussão sobre espécies exóticas invasoras e ameaças biológicas em geral, demonstrando que outras formas de se pensar o conflito bélico podem ser acionadas para compreendermos o que está em jogo quando nossos interlocutores afirmam estar “em guerra” contra coletivos não humanos. Logo, se é fato que os temas marciais da contenção e prontidão permeiam as lógicas contemporâneas de biossegurança, há motivos suficientes para se supor que outros mecanismos de imunização perante ameaça externa se fazem presentes. Mecanismos propriamente inclusionais e – por que não? – *canibais* de metabolização do risco, mais próximos da lógica de incorporação do inimigo vigente no pensamento ameríndio.

21 Agradeço aos pareceristas anônimos do artigo e a Rodrigo Charafeddine Bulamah por chamarem atenção a esse ponto.

Referências

- BARRETO, E. 'Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro': as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do Pampa brasileiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.
- BARRIOS-GARCÍA, M. N.; BALLARI, S. Impact of wild boar (*Sus scrofa*) in its introduced and native range: a review. *Biological Invasions*, n. 14, p. 2283-2300, 2012.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. *A convenção sobre diversidade biológica (CDB)*. Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. *Espécies exóticas invasoras: situação brasileira*. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. Comando Logístico. Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados. *Instrução técnico-administrativa n. 01 de 30 de abril de 2014*. Regula procedimentos relativos à expedição de Guia de Tráfego. Brasília, 2014.
- BRAUN, B. Power over life: biosecurity as biopolitics. In: DOBSON, K.; TAYLOR, S. L.; DOBSON, A. (ed.). *Biosecurity: the socio-politics of invasive species and infectious diseases*. London: Routledge, 2013. p. 45-58.
- CLASTRES, P. *Arqueologia da violência: ensaio de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- CLEMENTS, F. Nature and structure of the climax. *The Journal of Ecology*, v. 24, n. 1, p. 252-284, 1936.
- COATES, P. Over here: American animals in Britain. In: ROTHERHAM, I. D.; LAMBERT, R. A. (ed.). *Invasive and introduced plants & animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 39-54.
- COLAUTTI, R.; MacISAAC, H. A neutral terminology to define invasive species. *Diversity and Distributions*, n. 10, p. 135-141, 2004.
- COLLIER, S.; LAKOFF, A.; RABINOW, P. Biosecurity: towards an anthropology of the contemporary. *Anthropology Today*, v. 20, n. 5, p. 3-7, 2004.
- COMAROFF, J.; COMAROFF, J. L. Naturing the nation: aliens, apocalypse and the postcolonial state. *Journal of Southern African Studies*, v. 27, n. 3, p. 627-651, 2001.
- CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DEBERT, A. J.; SCHERER, S. O javali asselvajado: ocorrência e manejo da espécie no Brasil. *Natureza e Conservação*, v. 5, n. 2, p. 31-44, 2007.

DIKÖTTER, F. *Mao's great famine: the history of China's most devastating catastrophe*. London: Bloomsbury, 2011.

EMBRAPA SUÍNOS E AVES. *Estatísticas | Desempenho da produção*. 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FARINATTI, L. A. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FAUSTO, C. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp, 2001.

FAUSTO, C. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. *Mana*, v. 8, n. 2, p. 7-44, 2002.

FORTANÉ, N.; KECK, F. How biosecurity reframes animal surveillance. *Revue d'anthropologie des connaissances*, v. 9, n. 2, p. a-1, 2015.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 455-476, 2003.

HELMREICH, S. How scientists think; about 'natives', for example: a problem of taxonomy among biologists of alien species in Hawaii. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 11, n. 1, p. 107-128, 2005.

HINCHLIFFE, S. The insecurity of biosecurity: remaking emerging infectious diseases. In: DOBSON, K.; TAYLOR, S. L.; DOBSON, A. (ed.). *Biosecurity: the socio-politics of invasive species and infectious diseases*. London: Routledge, 2013. p. 199-214.

INGOLD, T. Globes and spheres: the topology of environmentalism. In: INGOLD, T. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000. p. 209-218.

INGOLD, T. *The life of lines*. London: Routledge, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Instrução normativa n. 03/2013, de 31 de janeiro de 2013*. Decreta a nocividade do javali e dispõe sobre o seu manejo e controle. Brasília, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Instrução normativa n. 12/2019, de 04 de janeiro de abril de 2019*. Institui o sistema de controle e manejo de javalis (*Sus scrofa*). Brasília, 2019.

KECK, F. As relações homens/animais em Lévi-Strauss. *R@U: Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 7, n. 1, p. 97-107, 2015a.

KECK, F. Sentinels for the environment. Birdwatchers in Taiwan and Hong Kong. *China Perspectives*, n. 2, p. 43-52, 2015b.

LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1989.

LARSON, B. M. H. The war of the roses: demilitarizing invasion biology. *Frontiers in Ecology and Environment*, v. 3, n. 9, p. 495-500, 2005.

LATOURET, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LEIRNER, P. Perspectivas antropológicas da guerra. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 60, p. 43-63, 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. A lição de sabedoria das vacas loucas. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 67, p. 211-216, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 2011.

LÉVI-STRAUSS, C. The culinary triangle. In: COUNIHAN, C.; VAN ESTERIK, P. (ed.). *Food and culture: a reader*. New York: Routledge, 2013. p. 40-47.

LIDSTRÖM, S. et al. Invasive narratives and the inverse of slow violence: alien species in science and society. *Environmental Humanities*, n. 7, p. 1-40, 2015.

LOWE, S. et al. *100 of the world's worst invasive alien species: a selection from the Global Invasive Species Database*. Auckland: ISSG, 2004.

MACIEL, M. E. Churrasco à gaúcha. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 34-48, 1996.

MANCERON, V.; ROUÉ, M. Les animaux de la discorde. *Ethnologie Française*, n. 39, p. 5-10, 2009.

MCNEELY, J. A. Xenophobia or conservation: some human dimensions of invasive alien species. In: ROTHERHAM, I. D.; LAMBERT, R. A. (ed.). *Invasive and introduced plants & animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 19-38.

PEARCE, F. *The new wild: why invasive species will be nature's salvation*. London: Icon Books, 2015.

PEIRANO, M. *Proibições alimentares numa comunidade de pescadores (Icaraí, Ceará)*. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 1975.

POTTS, A. Kiwis against possums: a critical analysis of anti-possum rhetoric in Aotearoa New Zealand. *Society and Animals*, n. 17, p. 1-20, 2009.

SAGOFF, M. Who is the invader? Alien species, property rights and the police power. In: ROTHERHAM, I. D.; LAMBERT, R. A. (ed.). *Invasive and introduced plants & animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 79-108.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em extinção. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SEGATA, J. A doença socialista e o mosquito dos pobres. *Iluminuras*, v. 17, n. 42, p. 372-389, 2016.

SIMBERLOFF, D. Confronting introduced species: a form of xenophobia?. *Biological Invasions*, n. 5, p. 179-192, 2003.

SIMBERLOFF, D. The rise of modern invasion biology and American attitudes towards introduced species. In: ROTHERHAM, I. D.; LAMBERT, R. A. (ed.). *Invasive and introduced plants & animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 121-135.

SIMBERLOFF, D. *Invasive species: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SMOUT, C. How the concept of alien species emerged and developed in 20th-Century Britain. In: ROTHERHAM, I. D.; LAMBERT, R. A. (ed.). *Invasive and introduced plants & animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 55-66.

SORDI, C. Guerra ao javali: invasão biológica, feralização e domesticação nos campos sulinos. *R@U: Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 7, n. 1, p. 59-77, 2015.

SORDI, C. *De carcaças e máquinas de quatro estômagos: controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SORDI, C. *Presenças ferais: invasão biológica, javalis asselvajados (Sus scrofa) e seus contextos no Brasil Meridional em perspectiva antropológica*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SORDI, C. Espécies exóticas, invasões biológicas e o imaginário biopolítico da modernidade: aproximações desde a antropologia ambiental. In: VEIGA, I. S.; CALEGARO, C.; MADARASZ, N. R. (org.). *Sociedade e ambiente: direito e estado de exceção*. Caxias do Sul: EducS, 2018. p. 66-81.

SORDI, C.; LEWGOY, B. Javalis no pampa: invasões biológicas, abigeato e transformações da paisagem na fronteira brasileiro-uruguaia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 75-98, 2017.

SOUZA, A. B. de et al. (org.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

STOECKLI, P. *Laços brutos: vaqueiros e búfalos no Baixo Araguaia – Amapá*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify: n-1 edições, 2015.

WARREN, C. Natives and nationhood: what species 'belong' to post-devolution Scotland?. In: ROTHERHAM, I. D.; LAMBERT, R. A. (ed.). *Invasive and introduced plants & animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 67-79.

WOORTMANN, K. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. *Caderno Espaço Feminino*, v. 19, n. 1, p. 17-30, 2008.

WORLD ORGANIZATION FOR ANIMAL HEALTH. *Terrestrial animal health code*. Paris, 2016.

Recebido: 27/06/2019 Aceito: 14/11/2019 | Received: 6/27/2019 Accepted: 11/14/2019



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Microbiopolítica e regulação sanitária: desacordos entre ciência e saberes locais na produção dos queijos minas artesanais

**Microbiopolitics and sanitary regulation:
disagreements between science and local knowledge
in the production of artisanal cheese in Minas Gerais**

Rosângela Pezza Cintrão*

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Pesquisadora associada ao Centro de Referência em Soberania e Segurança
Alimentar e Nutricional
bibicintrao@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4549-8549>

Leonardo Vilaça Dupin**

** Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil
Pesquisador associado ao Centro de Estudos Rurais
leodupin@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9013-187X>

Resumo

Este artigo analisa a relação da produção de queijos artesanais em Minas Gerais com imposições da regulação sanitária, configuradas em instrumentos e mecanismos de biossegurança, conformados em mercados internacionais, que constroem uma imagem da produção de queijos feitos nas roças, fortemente enraizados culturalmente, como “atrasada” e “anti-higiênica”. As normas sanitárias exigem a contratação de *responsáveis técnicos* (engenheiros de alimentos, veterinários, nutricionistas) e consideram a formação técnica e a produção em moldes industriais como intrinsecamente mais seguras. E, em sentido contrário, criam suspeitas que populações camponesas estejam produzindo alimentos contaminados e inseguros. Ao converterem seres microscópicos em ameaça à sociedade, tais normas se constroem com uma microbiopolítica, constituindo-se como fonte de poder que associa moralmente pobreza e risco. E criam barreiras à comercialização das produções camponesas, interferindo em seus modos de vida. Baseado em trabalhos etnográficos, o artigo aborda como essas populações interagem com algumas das prescrições das normas sanitárias e conhecimentos técnico-científicos, que chegam a elas através da atividade de fiscais sanitários e de técnicos ligados à extensão rural.

Palavras-chave: queijos artesanais; microbiopolítica; laboratório; vigilância sanitária.

Abstract

This article focuses on the relations between artisanal cheese production in Minas Gerais and the imposition of bio-safety policies and practices that have been structures in international markets and global science structures. It analyzes how sanitary regulation has contributed for an image of cheese production in the countryside, with its strong cultural roots, as “archaic” and “un-hygienic”, seen with suspicion by urban and “modern” societies. The implementation this regulation presents industrial food production as more efficient and safer, at the same time building suspicions that peasants are producing contaminated and unsafe food. These sanitary norms convert microscopic beings as a threat to society and constitute a microbiopolitics that is a source of power, morally connecting poverty and risk. This process has created strong barriers to legalizing peasant products, interfering on their life ways.

Keywords: artisanal cheese; microbiopolitics; laboratory; sanitary inspection.

Introdução

Na época estavam em funcionamento no imenso território brasileiro um número impreciso de queijarias, praticamente apenas na zona rural. Talvez elas passassem de mil em sua anônima multiplicação artesanal. Os queijos iam para o mercado sem embalagens, marcas, rótulos, nomes dos fabricantes. Máquinas, higiene, transporte, zero. Retratos de um Brasil desprovido de energia elétrica, de estradas decentes, de tradição e cultura de laticínios. [...] Nas “casas de queijos” da roça o trabalho, sempre igual na sua rotina de nenhum compromisso, ficava a cargo das mulheres e das crianças. O atraso estava prestes a mudar [...] As queijarias em estágio mais avançado que vieram a seguir pegaram carona no primeiro surto industrial do Brasil, ocorrido nas décadas de 1880 e 1890. (Dias, 2010, p. 73).

O início da era industrial, associado ao processo de urbanização, foi acompanhado por uma verdadeira obsessão pela higiene, que se refletiu em muitos aspectos da vida, desde o saneamento das cidades até os hábitos cotidianos. No campo da alimentação e da conservação de alimentos, o industrial (associado ao urbano) se desenvolve sob o signo da eficiência e da higiene, enquanto o fazer artesanal (e rural) adquire a conotação de “atrasado” e, mesmo, “sujo” e “anti-higiênico”, passando a ser olhado com desconfiança pelas sociedades urbanas ditas modernas. Os olhares dominantes sobre a produção de queijos na zona rural, como o da citação acima, são um exemplo de concepções fortemente associadas à imagem da produção industrial como modelo a ser seguido.

No entanto, a emergência de queijos industriais e a instalação de grandes e médios laticínios, que coletam leite nas zonas rurais e o direcionam a indústrias nas cidades, não afastaram completamente a fabricação de queijos do âmbito da produção camponesa. Esse é o caso de várias regiões de Minas Gerais, onde persistem, no “anonimato” (sem marcas, rótulos, nomes de fabricantes), milhares de unidades produção artesanal de queijo em pequena escala, em zonas rurais de regiões montanhosas de difícil acesso, mantendo relações específicas com os territórios ocupados e seus recursos naturais. Inseridas em circuitos informais de comercialização, são importantes para a economia de vários municípios mineiros com perfil marcadamente rural. Resistindo à forte oligopolização na indústria agroalimentar, esta produção permanece como um

setor pouco concentrado, com a maioria dos insumos sendo locais. Está associada à família e a modos de vida, ao compartilhamento de saberes e fazeres, como dádiva e expressão da moralidade, que vai além de uma simples produção de mercadorias e bens passíveis de alienação.

Os queijos artesanais permanecem até hoje enraizados nas culturas alimentares de suas regiões, tornando-se um alimento transversal, inserido no cotidiano em cafés da manhã, almoços e jantares e em receitas como a do pão de queijo. Mas também extrapolam as fronteiras locais e são vendidos em vários centros urbanos de Minas Gerais e dos estados vizinhos. Sua grande popularidade permite até hoje uma relativa independência, tanto em relação à indústria de insumos quanto aos laticínios. Como disse uma liderança da região da Canastra: “O queijo é um dos poucos segmentos hoje em dia em que o produtor consegue dominar todo o processo, inclusive a alimentação das vacas.”

Porém, a partir dos anos 1990 a continuidade de sua produção começou a ser ameaçada por ações fiscalizatórias mais agressivas, que buscam impedir a sua comercialização informal, que passa a ser cada vez mais ilegalizada, criando um espaço discursivo que suscita suspeitas de serem alimentos contaminados e potencialmente perigosos para a saúde humana. Multas e apreensões pelo não cumprimento da legislação sanitária buscam reforçar a profecia de que os queijos artesanais feitos nas roças estariam fadados a desaparecer, suplantados pela superioridade da indústria de laticínios.

Como reação, a importância cultural do alimento foi evocada em sua defesa, alcançando o reconhecimento legal de seu valor e apreciação, com o registro como bem cultural imaterial, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do “modo de fazer os queijos minas artesanais” em algumas regiões com concentração dessa produção, como Serro, Serra da Canastra e Serra do Salitre/Alto Paranaíba. Houve ainda a implementação de certificações como as Indicações Geográficas, inspiradas no modelo francês, que atribuem um selo de qualidade a produtos comerciais identificados com um território e com uma forma de produção, reconhecidos por sua notoriedade.¹ Mas, apesar

1 Atualmente duas regiões – Canastra e Serro – possuem Indicação Geográfica. Garcia-Parpet (2016) observa que a França foi pioneira na proteção de seus produtos com essa valorização institucional, que propiciou que produtos locais mudassem de status, passando de um produto commodity a um produto simbólico.

do efeito simbólico de valorização dessa produção, nem mesmo esses reconhecimentos legais resolveram os problemas com as leis sanitárias, que permanecem como fortes barreiras comerciais e de reprodução de modos de vida de famílias produtoras de origem camponesa.

Este artigo, baseado em trabalhos etnográficos nas regiões produtoras acima mencionadas, busca abordar como essas populações interagem com as normas sanitárias e conhecimentos técnico-científicos, que chegam a elas através de fiscais sanitários e de técnicos ligados à extensão rural. Analisamos as diferentes percepções e implicações da legislação, assim como seu reforço à dominação simbólica (no sentido de Bourdieu, 1989) de uma estética urbana e industrial, que aponta para alimentos produzidos na zona rural por populações de perfil camponês como potencialmente mais “sujos” e “perigosos”.

Apontaremos como a regulação sanitária dos alimentos, apesar de se construir sob a ótica da objetividade, cientificidade e impessoalidade, com a justificativa de “proteção da saúde da população”, se apresentando como puramente científica (e, portanto, “neutra”), embute um conjunto de práticas biopolíticas (Foucault, 2005, 2008) e avaliações culturais e morais ancoradas numa percepção colonial² que têm gerado, por efeito, o favorecimento modelos e valores industriais de produção em grande escala, fazendo emergir resistências e controvérsias relacionadas a questões sociais, mas também sobre “alimentos seguros”.³

2 No sentido colocado por Escobar (1995) e Ribeiro (2008).

3 Há uma disputa de sentidos e classificações em torno da noção de “alimento seguro”, associada às noções de “risco” e “perigo”, assim como de “segurança do alimento”, às vezes confundida com “segurança alimentar”. Cruz e Schneider (2010) e Cintrão (2017) observam que a expressão “segurança do alimento” (*food safety*, em inglês) se refere a normas sanitárias (*Codex Alimentarius*), que estabelecem padrões sanitários de qualidade com base em estudos científicos, considerados como neutros e universais. Essas normas são construídas no âmbito do comércio internacional, voltadas para a produção industrial de grande escala e para as exportações, levando a uma forte padronização de processos e produtos. Já o termo “segurança alimentar” (*food security*), que surge relacionado a questões de pobreza e fome, também com definições internacionais no âmbito das Nações Unidas, passou a incorporar na sua definição a questão das “práticas alimentares promotoras de saúde”, que abrange as dimensões cultural, social, econômica e ambiental (Cintrão, 2017; Cruz; Schneider, 2010). Neste artigo, quando falamos de “alimentos seguros”, estamos nos reportando principalmente às definições das normas sanitárias (*food safety*).

Lei estadual para o queijo minas artesanal, exames laboratoriais e ilegalizações

Por que a questão do queijo nos preocupa? [...]. Esse problema do queijo é crônico. Desde 1984, temos sucessivos problemas relacionados ao queijo. [...] O que se analisa dá problema. [...] Analisamos 35 queijos: queijo minas, frescal, padrão, canastra e serro. Nesses, 71% foram condenados nas análises microbiológicas. Desses 71%, o que faltou dos 100% são daqueles produtos que sofriam inspeção. Lamentavelmente, nos produtos que não eram inspecionados, tivemos 100% de condenação. (Representante da Vigilância Sanitária Estadual em audiência pública sobre os queijos artesanais – Assembleia Legislativa, MG, 2001, cf. Cintrão, 2016, p. 54).

Na década de 1990, multiplicam-se trabalhos científicos que coletam amostras de queijos em feiras e mercados e verificam, em laboratório, a presença de quatros grupos de microrganismos estabelecidos por códigos internacionais, como “indicadores de qualidade sanitária”. A presença de algum desses seres microscópicos acima dos níveis legais classifica os produtos como “impróprios ao consumo humano”, performando uma realidade de “falta de segurança alimentar” (*food safety*) e de condenação da quase totalidade dos queijos comercializados informalmente, que justifica as ações fiscalizatórias, mas revela uma forte incongruência entre a realidade performada pelo laboratório e as avaliações dos consumidores, que os consideram alimentos inócuos e saborosos.⁴

Em 2001, uma grande apreensão de queijos no Mercado Central de Belo Horizonte – um dos maiores pontos de sua comercialização em Minas Gerais – gerou fortes reações, tendo em vista a defesa das famílias produtoras e das tradições culinárias mineiras. As negociações resultaram na aprovação, em 2002, de uma lei estadual de exceção, voltada para o que passa a ser chamado

4 Vale observar que o consumo destes queijos 100% condenados não é insignificante. Dados da Emater-MG de 2002 estimavam a produção estadual em 3.600 toneladas por mês (120 toneladas por dia) (Cintrão, 2016).

de “queijo minas artesanal”.⁵ Essa foi a primeira lei no Brasil a admitir a elaboração de queijos com leite cru (não pasteurizado),⁶ permitindo sua comercialização dentro daquele estado e desafiando o Riispoa (Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal), lei federal sob responsabilidade do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que exige que todos os queijos sejam de leite pasteurizado. Por esta razão, o Mapa inicialmente não reconheceu a lei estadual para efeitos de comercialização interestadual.

Apesar do reconhecimento das qualidades gastronômicas dos queijos artesanais, a nova legislação estadual desencadeou um conjunto de ações voltadas para provar e/ou melhorar a sua qualidade sanitária, tendo em vista ajustá-la aos parâmetros da legislação, com o engajamento de produtores, comerciantes, poder legislativo, universidades e órgãos de pesquisa, agências sanitárias, órgãos de extensão rural, com destaque para a Emater-MG (órgão de extensão rural) e o IMA (órgão responsável pelo registro sanitário).⁷ Todo esse processo é permeado por inúmeras controvérsias, não somente entre os atores, mas também internamente a cada segmento, como no caso dos órgãos sanitários estadual e federal.

Por um lado, a lei estadual atendeu a uma das principais preocupações dos que vinham em defesa dos queijos minas artesanais: a não imposição da pasteurização do leite, que descaracteriza o queijo e inviabiliza economicamente as produções em pequena escala. Por outro lado, essa mesma lei impôs tempos mínimos de maturação dos queijos que entram em choque com os hábitos de consumo e com a forte preferência dos consumidores pelos queijos ainda brancos, não maturados. Para além disso, traz inúmeras restrições e um amplo conjunto de exigências, de diferentes ordens, que levam a grande maioria das famílias camponesas produtoras do alimento em Minas Gerais a permanecer

5 A lei estadual nº 14.185/2002 (Minas Gerais, 2002), que foi construída inspirada na experiência francesa.

6 A expressão “queijo de leite cru”, que não é uma expressão local, é utilizada para diferenciá-los dos queijos industriais feitos com leite submetido a tratamentos térmicos, como a pasteurização, fortemente recomendada por códigos sanitários mundiais como o *Codex Alimentarius* e alvo de fortes controvérsias internacionais (West, 2008), dado que até o início do século XX todos os queijos existentes eram fabricados com leite cru e os tratamentos térmicos alteram suas propriedades de sabor e textura.

7 Respectivamente: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais e Instituto Mineiro de Agropecuária, ambos vinculados à Secretaria de Agricultura.

na informalidade.⁸ As dificuldades para a sua legalização revelam uma forte dissociação entre a legislação e as formas de produção camponesa que deram aos queijos seu reconhecimento.

No entanto, se antes da existência da lei estadual toda a produção e comercialização desses queijos se dava de maneira informal, a partir dela gera-se uma distinção entre produtores “cadastrados”⁹ – que buscam se legalizar – e “não cadastrados” – que permanecem à margem da lei –, gerando processos de ilegalização.¹⁰ A estratégia de adoção das Indicações Geográficas atrairia instituições e atores – incluindo novos produtores – que buscam a legalização e a construção mercados de elite para esses queijos, agravando a ilegalização, especialmente das famílias de perfil camponês.¹¹

Microbiopolítica e agentes invisíveis: instrumentos da ordem da segurança trazem concepções urbanas e industriais para as roças

Mesmo que a lei estadual e suas normatizações tenham surgido em defesa da produção artesanal de queijo, a referência a normas construídas no âmbito do mercado internacional (como o *Codex Alimentarius*) coloca a necessidade de vigiar e disciplinar cada mínimo detalhe da produção dos queijos, tendo como modelo a produção industrial. A regulação sanitária envolve complexos emaranhados legais e institucionais, da escala global à local, configurando-a como uma biopolítica (Foucault, 2005, 2008), numa governamentalidade que conjuga dispositivos jurídico-legais (proibições), mecanismos da ordem da vigilância

8 Com base em dados da Emater-MG e do IMA, Cintrão (2016) estima que em 2014 apenas 0,5% das cerca de 30 mil famílias produtoras de queijos artesanais em Minas Gerais haviam se cadastrado. Mesmo dentro das principais regiões produtoras o número de cadastrados não chega a 5%.

9 O termo refere-se ao cadastramento das famílias produtoras no IMA, órgão estadual responsável pelo registro sanitário.

10 Cintrão (2016) observa que as esferas “formal” e “informal” não estão inteiramente separadas, e a existência de uma legislação (e mesmo da repressão) não garante que uma atividade seja considerada como legal ou ilegal pelos diferentes setores da sociedade: a lei precisa ser acompanhada de processos de legitimação e/ou de ilegalização.

11 Cintrão (2016) e Dupin (2019) analisam essas questões.

(que buscam prescrever nos mínimos detalhes como deve ser a produção) e instrumentos da ordem da segurança (que colocam em cena o laboratório¹²), que visam governar à distância a atividade econômica, a vida social e a conduta de pessoas e microrganismos, à luz de determinadas concepções do que é bom, saudável, normal, virtuoso, eficiente e lucrativo.¹³

E uma análise mais detida dessas normatizações aponta que essas concepções estão voltadas para um modelo de produção hegemônico que, conforme observam Cruz e Schneider (2010), associa a produção de alimentos a estruturas industriais e a produções cada vez mais automatizadas, voltadas para aumentos de escala e de produtividade, em contextos de elevada urbanização, visando conservar, armazenar e distribuir alimentos em massa a locais cada vez mais distantes. Nesse contexto, a produção de conhecimentos científico-tecnológicos e a legislação sanitária estão fortemente voltadas para evitar contaminações, associando “segurança” e “qualidade sanitária” com ausência de microrganismos. E, em seu cumprimento, exigindo instalações, procedimentos, equipamentos e utensílios que permitam maior esterilização, padronizando processos e produtos.

As legislações sanitárias para os alimentos compõem um modelo de significação, produzido por especialistas, constituindo-se num aparato, fundado nas ciências biológicas, que parte da premissa de uma guerra contra seres invisíveis e misteriosos, em que cabe aos cientistas (através dos laboratórios) explicar a realidade oculta e enfrentar o inimigo (Latour, 1993).¹⁴ Apoiadas em modernas

12 Entre as exigências da legislação estadual estão análises laboratoriais periódicas dos queijos e das pessoas que os produzem, um dos elementos de legitimação das normas sanitárias.

13 O surgimento da vigilância sanitária, no final do século XIX, se dá juntamente com a constituição das ciências modernas, com a instalação de uma nova arte de governar que conforma o Estado moderno (no sentido weberiano do termo) e se ancora numa relação bem particular entre o poder e o saber, com o conhecimento científico se tornando cada vez mais indispensável para um “bom governo” e para a legitimação essencial do poder do Estado (Foucault, 2008).

14 Latour (1993), analisando os trabalhos de Pasteur no século XIX, chama a atenção para a “agência” de seres microscópicos, que se interpõem entre os humanos, redefinindo os vínculos sociais que, na época, se acomodavam à recente colocação em cena do laboratório e da vida microbiana. Enquanto Foucault (2005, 2008) analisa a biopolítica em suas técnicas e instrumentos de governo e racionalidade, Latour se pergunta em que condições a agência dos micróbios permite aos cientistas passar da observação em laboratórios para o espaço público. Latour está interessado não apenas na aplicação de um dado poder sobre os corpos, mas na composição prévia de uma imprevisível fonte de poder. Argumenta que somente depois de um processo de convencimento – inclusive sobre a própria existência desses seres – é que a higiene tornou-se um “poder” →

tecnologias, buscam prever e ordenar racionalmente a realidade, menosprezando fatores culturais, investindo contra os instrumentos de trabalhos locais (tomados como arcaicos) e exigindo modificações no ambiente e nas condutas. Impõem definições de padrões alimentares que partem de noções de “higiene”, “risco” e “perigo”, tomadas como científicas e neutras, mas que carregam forte carga simbólica, exprimindo uma ideia genérica de ordem e desordem (Douglas, 1976), associada ao modelo urbano e industrial.¹⁵

Entre os principais dispositivos biopolíticos está a exigência periódica das análises laboratoriais para a verificação dos “indicadores de qualidade microbiológica”. Nos queijos minas artesanais, a “segurança do alimento” (*food safety*) é verificada pela presença de quatro grupos de microrganismos: salmonelas, listérias, coliformes fecais e estafilococos.¹⁶ Os elevados índices de “condenação” dos queijos, que atestam sua “falta de segurança”, se dão em geral pela presença, acima do permitido, de coliformes ou estafilococos, considerados também como “indicadores de higiene”. Os níveis máximos permitidos, voltados para produções industriais de grande escala,¹⁷ ajudam a construir uma imagem dos queijos (e das pessoas que os produzem) como “sujos” e “anti-higiênicos”, associando-os a riscos e perigos.

→ para disciplinar e coagir. E que foram importantes setores profissionais, como os sanitaristas, que acolheram as descobertas dos pasteurianos, pois permitiam direcionar e aumentar a eficácia de sua ação. Nesse processo, lei científica, lei jurídica e moralidade pública se reforçaram mutuamente para combater os micróbios e possibilitar a regeneração social das massas urbanas. O que Pasteur descobriu não foram os micróbios, mas como controlá-los em laboratório e conectá-los ao Estado republicano (Latour, 1993).

15 Os queijos tradicionais (não pasteurizados) são talvez o alimento que suscite as maiores reações e controvérsias a essa lógica, pois as exigências sanitizantes alteram suas características de consistência e sabor, descaracterizando-os. Isso porque são “alimentos vivos”, ou seja, com forte presença de bactérias (*Lactobacillus*) e fungos que fazem com que estejam em constante performance, reagindo a interferências do ambiente externo.

16 Salmonelas, coliformes fecais e estafilococos são os três grupos de microrganismos mais associados a intoxicações alimentares.

17 Esses níveis máximos são definidos por especialistas, no âmbito de acordos internacionais de comércio. Por exemplo, a portaria nº 146/1996 (Brasil, 1996), do Mapa, que estabelece o “Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Queijo” (uma das referências para a lei estadual do queijo artesanal), se reporta a resoluções do Mercosul, que por sua vez se referenciam no *Codex Alimentarius* e em normas estabelecidas no âmbito da Federação Internacional de Lácteos (normas FIL), com forte influência de grandes indústrias de laticínios (Cintrão, 2016).

Percebe-se nas normas sanitárias uma certa obsessão pela ausência de microrganismos, numa determinada maneira de conceber a saúde que Paxson (2013) denomina como “pasteuriana”. Analisando o ressurgimento dos queijos artesanais de leite cru nos Estados Unidos¹⁸ e as controvérsias que ele suscita, a autora parte da noção foucaultiana de biopolítica e a associa à noção latouriana de “agência” de seres microbianos, cunhando o termo “microbiopolítica”. Ela observa que a legislação sanitária envolve a criação e popularização de categorias de agentes microscópicos classificados, através de uma lente antropocêntrica, entre “bons” e “maus”. Com base nisso, a lei promulga comportamentos e práticas humanas adequadas tendo em vista as relações entre seres humanos e microrganismos. Com isso, as práticas regulatórias voltam-se não apenas para a produção de “alimentos seguros”, mas também para conduzir agentes públicos a decisões racionais para o estabelecimento de formas seguras de comer (como responsabilidade moral), construindo a “germofobia” como fonte de poder (Paxson, 2013).

Seguindo esse mesmo modelo de significação, a legislação mineira para os queijos e as ações voltadas para a sua implementação – sempre imbuídas do espírito de projetos de desenvolvimento (conforme Escobar, 1995)¹⁹ – fizeram chegar às famílias produtoras de queijos minas artesanais outsiders (fiscais sanitários, extensionistas e pesquisadores) vindos de grupos caracterizados por “forte espírito corporativo” e pela interiorização de valores “heroicos”, enviados para compensar “deficiências” locais (Ribeiro, 2008), com poder de determinar as normas (do ponto de vista científico e jurídico) e de garantir seu cumprimento (como moralidade pública).²⁰ Fruto da constituição de estereótipos

18 Onde profissionais de origem urbana e com formação universitária deixam suas carreiras para se tornar artesãos, voltando-se para mercados gourmets e para um público urbano de maior poder aquisitivo, num processo semelhante ao que acontece na região da Canastra e no Serro, analisado por Dupin (2019).

19 Escobar (1995) aponta como o conceito de desenvolvimento, relacionado a políticas públicas, constrói a ideia de que é necessário disseminar as características de sociedades “avançadas”, como altos níveis de industrialização e urbanização, modernização da agricultura, crescimento rápido da produção material e dos níveis de vida.

20 Um processo que exclui a dimensão humana relacionada ao conhecimento prático local e foca exclusivamente na eficiência técnica, deixando de lado valores como criatividade, lealdade, confiança, reputação e representação (Escobar, 1995). Ribeiro (2008) observa que, antes da existência dos projetos de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam imaginar que seu destino seria suscetível de ser sequestrado por um grupo organizado de elites técnicas que, nos termos de Foucault, exerceria sua dominação objetivando seu bem-estar e progresso.

colonialistas, esses agentes tendem a atribuir às famílias produtoras – especialmente as de origem camponesa – uma “falta de higiene” e uma certa ignorância, considerando-as presas ao passado e sem êxito para ultrapassar seu estágio tradicional, rumo à condição moderna (Escobar, 1995), que tem a (grande) indústria como modelo a ser seguido.

No entanto, as populações (rurais e urbanas) das regiões produtoras dos queijos artesanais mineiros (que são também consumidoras) têm suas próprias noções de “qualidade” e “segurança”, associadas a práticas de produção e consumo socialmente construídas e culturalmente enraizadas que, embora não estáticas, seguem lógicas diferentes e reagem às intervenções.

Entre quartos de queijo e queijarias: exigências e alterações no modo de fazer

Eu morava numa casa que estava caindo. Eu falei: como é que eu vou fazer para construir uma queijaria bem feita, que exige os padrões da lei e ficar morando nessa casa que está em tempo de cair em cima de nós? Como é que vou fazer? E eu nunca gostei de mexer em banco. Não gosto de dever, gosto de deitar, seja pobre ou com dinheiro no bolso, mas sabendo que ninguém vai me cobrar no outro dia. Aí eu tinha umas vacas muito boas, cobiçadas na época. Aí eu garrei e vendi as vacas. Pensei: com pouquinha renda na graça de Deus a gente vive. Aí eu fiz essa casinha (de queijo) para nós, com o dinheiro das vacas. Aí no outro ano eu já dei conta de fazer as instalações, colhi um cafezinho, eu tinha uma caminhonete e vendi ela. Ficamos eu e Maria andando na motinha velha, porque nós gostamos de rezar demais e aí nós ia para missa nessa motinha. Passei uma temporada grande sacrificado, mas construí a queijaria. [...] Financeiramente fiz o negócio mais péssimo da minha vida, mas não arrependo, não, porque tenho a consciência que estou mandando um alimento bem saudável para o consumidor. (Produtor da região da Canastra, 2016, cf. Dupin, 2019, p. 329).

Pelos custos econômicos que implicam – com necessidade de investimentos monetários e aumentos nos custos de produção –, as exigências sanitárias para as estruturas físicas dos cômodos de produção dos queijos minas artesanais se

colocam como a principal barreira econômica para a legalização das produções em menor escala.²¹ São comuns histórias como a citada acima, de famílias produtoras que fizeram sacrifícios financeiros para adequar seu “quarto de queijo” à legislação e à sua noção de ordem. Ou que se endividaram e “quebraram”, não conseguindo cobrir os custos e investimentos.

Nas regiões analisadas, os cômodos onde os queijos são produzidos eram chamados de “quartos de queijo” ou “casas de queijo”, sendo condenados e convertidos em “queijarias”, uma mudança que, para além da semântica, tem inúmeras implicações práticas. Interferem no modo de fazer, na vida das famílias e na própria “vida do queijo”, trazendo dificuldades e resistências. Para além da questão econômica, as exigências de alteração colocadas pelas legislações sanitárias provocam um conjunto de mudanças na relação das famílias camponesas com a produção de queijo.

Vale ressaltar que, nessas regiões produtoras de queijos minas artesanais, a tecnologia para a elaboração do queijo minas artesanal – que fez a sua fama – permite às famílias produtoras transformar e conservar o excedente do leite via fermentação, em estruturas físicas bastante simples e baratas, sem necessidade de outras fontes de energia. Utiliza como ingredientes apenas o leite, coalho, sal e o fermento natural (chamado de “pingo”).²² Desde a alimentação do gado até o armazenamento, o “modo de fazer” permite a utilização de insumos e materiais encontrados nas próprias fazendas ou arredores, como o barro e as madeiras para as construções, equipamentos e utensílios.²³

Há assim um conjunto de tecnologias socialmente construídas que faz com que até hoje essa atividade se mostre acessível à entrada de novas famílias camponesas na produção, incluindo jovens casais. Há uma incorporação

21 Apesar de se justificarem como proteção à saúde dos consumidores, a construção das normas sanitárias, desde os níveis locais ao global, está bastante imbricada com as disputas por mercados e vem crescentemente se colocando como uma estratégia a mais para a oligopolização de mercados (Cintrão, 2016).

22 O “pingo”, rico em microrganismos endógenos, é recolhido do soro que “pinga”, durante a noite, dos queijos produzidos no dia anterior.

23 Até o início do século XX, o sal era o único elemento exterior às regiões produtoras. Mesmo o coalho era feito do estômago de alguns animais. As casas de queijo eram construídas em madeira, adobe, pau a pique ou bambu.

de inovações (nem sempre reconhecida pelos técnicos especializados), mas seguindo uma lógica própria, que se aproxima do que Ploeg (2008) chama de “coprodução entre homem e natureza” e de busca de “autonomia na base de recursos”, numa tendência que contraria a lógica concentradora das grandes corporações.

Com dispositivos de poder claramente da ordem da vigilância e da disciplina (nos termos de Foucault, 2005, 2008), a lei estadual e suas normatizações contêm várias páginas voltadas para definições, nos mínimos detalhes, de como devem ser as construções, equipamentos e utensílios para a produção do queijo.²⁴ Ao tomar como parâmetro as produções industriais, as normas inviabilizam a legalização dos cômodos existentes, colocando a necessidade de construção de uma nova queijaria.

Mesmo buscado simplificar as exigências federais, a legislação estadual constrói uma imagem dos “quartos de queijo” como rudimentares e insalubres. Obriga que as construções sejam de alvenaria, com paredes azulejadas (fortemente recomendadas) ou pintadas com tintas especiais, com forros sintéticos no teto, pisos cimentados e calçados.²⁵ Que tudo seja de cor clara, de preferência branco. Exige a separação do espaço interno da queijaria em diferentes “ambientes” ou “áreas”: vestiário, produção, maturação e embalagem/expedição.

Legitimando as práticas biopolíticas, falas e apresentações dos extensionistas e fiscais sanitários passam a mostrar fotos comparando as novas queijarias com as antigas casas de queijo, como prova das “melhorias” alcançadas, como nas Figuras 1 e 2, extraídas do site da Emater-MG.

24 Prescrições e interdições sobre “os requisitos básicos das instalações, materiais e equipamentos da queijaria artesanal” se encontram já no artigo 5º da lei estadual nº 14.185/2002 (Minas Gerais, 2002) e no capítulo VI da sua regulamentação e são mais detalhados nas portarias do IMA nº 518/2002 e nº 523/2002 (Instituto Mineiro de Agropecuária, 2002a, 2002b), a primeira com três páginas e a segunda com dez páginas e cerca de 50 artigos tratando dessas questões, relacionando-as com as “condições higiênico-sanitárias e as boas práticas na manipulação e fabricação” (ver Cintrão, 2016).

25 Em geral as casas de queijo não têm forro ou este é de madeira ou de fibras naturais. E o piso normalmente é de terra batida ou com cores escuras.

**Instalações antes da implantação do
Programa Queijo Minas Artesanal****Instalações após a implantação do
Programa Queijo Minas Artesanal**

Figura 1. Fotos comparativas entre as antigas casas de queijo e as novas queijarias na região da Canastra – vista exterior.

Fonte: Site da Emater-MG. Programa Queijo Minas Artesanal – Melhoria das Instalações – região da Canastra (http://www.emater.mg.gov.br/porta1.do?flagweb=site_tpl_queijo&id=3620), acessado em outubro de 2019.

Interior da queijaria **antes** da implantação do Programa Queijo Minas Artesanal



Interior da queijaria **após** a implantação do Programa Queijo Minas Artesanal



Figura 2. Fotos do interior das casas de queijo, “antes” e “depois” da adequação às normas sanitárias.

Fonte: Site da Emater-MG. Programa Queijo Minas Artesanal – Melhoria das Instalações – região Cerrado (http://www.emater.mg.gov.br/porta1.do?flagweb=site_tpl_queijo&id=3621) e região Serro (http://www.emater.mg.gov.br/porta1.do?flagweb=site_tpl_queijo&id=3622), acessado em outubro de 2019.

As normas sanitárias têm feito, entre outras coisas, que seja impedida a circulação de pessoas e que o espaço de fabricação seja afastado de outros cômodos, como da casa e do curral.²⁶ E definem com detalhes como deve ser o curral de ordenha: distância e localização em relação à queijaria, tipos de pisos e coberturas, declividades,

26 Este afastamento pode ser percebido nas fotos da Figura 1, com as antigas casas de queijo aparecendo próximas à casa/curral e as novas queijarias estando mais isoladas.

escoamentos, pontos de água. Exigem ainda que as queijarias fiquem distantes da pocilga e do galinheiro, o que inviabiliza ou coloca a necessidade de refazer também essas construções. Termina interferindo na realização de outras atividades, até então próprias da diversificação do sistema camponês.²⁷ Uma mudança de concepção que se volta para a lógica modernizadora de especialização produtiva e aumentos de produtividade. E que está associada a aumentos nos custos e perda de autonomia.

Nessas regiões produtoras, as casas de queijo ficam em geral muito próximas e frequentemente interligadas com o curral onde as vacas são ordenhadas, tendo em vista facilitar o transporte do leite. Mas a visão pasteuriana percebe essa proximidade como “sujeira” e “perigo”,²⁸ com riscos de contaminação pela presença de lama/poeira e do estrume. Assim a lei coloca um conjunto de exigências, como a inexistência de comunicação direta e a construção de um local para a higienização pessoal e troca de roupas, para evitar o trânsito direto.

A separação entre a queijaria e o curral aumenta em muito a penosidade para o carregamento do leite, o que tem feito famílias produtoras com melhores condições financeiras colocarem, além da ordenhadeira mecânica, circuitos hidráulicos para o transporte do leite. Considerados mais limpos e seguros pelos técnicos, esses circuitos, formados por tubulações e motores, não estão isentos de riscos de contaminação, pois são difíceis de serem limpos, necessitando de água fervendo (o que aumenta custos com energia elétrica, onde ela existe) e produtos de limpeza que, por sua vez, deixam resíduos que afetam o leite e os queijos. Mas as normas sanitárias associam cada vez mais o fator humano e o uso de materiais naturais a riscos, e consideram a automação e o uso de equipamentos e materiais industrializados em si como elementos de segurança. Esses valores estão na base da formação dos técnicos de nível superior que atuam nessa área, o que os levam a enfatizar alguns riscos (considerados arcaicos e inaceitáveis) e minimizar outros (considerados como riscos assumíveis).²⁹

27 Registre-se que uma grande parcela das famílias produtoras de queijos apresenta uma diversificação produtiva, que complementa a renda e a alimentação (das pessoas e dos animais), como a criação de porcos e galinhas, com o soro do leite (subproduto do queijo) e também café, milho, mandioca, gado de corte, venda de leite e atividades não agrícolas (Cintrão, 2016; Dupin, 2019).

28 Vale lembrar que no processamento industrial a separação em relação ao curral é total, com o leite levado das propriedades rurais para laticínios em zonas urbanas.

29 É o caso, por exemplo, dos riscos associados ao uso de antibióticos, produtos químicos (sanitizantes, inseticidas, carrapaticidas, herbicidas) e hormônios artificiais, necessários em vacas de alta produtividade, alimentadas com rações e submetidas a um maior número de ordenhas.

No que se refere aos utensílios e equipamentos, enquanto as leis federais exigem quase tudo em aço inoxidável – material bastante caro – a lei mineira aceita outros materiais, como plásticos e a pedra de ardósia para a mesa onde se produz os queijos, reconhecendo novos materiais já utilizados em algumas regiões produtoras (ver Figura 2). Porém, mantém a interdição ao uso da madeira, exceto para as prateleiras de cura dos queijos.³⁰

No emaranhado de dispositivos jurídico-legais da microbiopolítica, para além dos desacordos entre técnicos especializados na própria construção das normas, são comuns diferentes interpretações, com diferentes graus de desconsideração para com as práticas e saberes das famílias produtoras. Alguns fiscais exigem azulejos, outros permitem tintas laváveis; alguns exigem que tudo (inclusive o piso) seja branco, outros permitem outras cores. Há quem proíba o uso de madeira em janelas, portas e estruturas, outros só exigem que sejam pintadas. Alguns interditam prateleiras encostadas na parede. A referência à separação do espaço interno em áreas ou ambientes é associada por alguns fiscais à necessidade de construção de divisórias ou paredes internas, aumentando o custo das obras (e impraticáveis em queijarias pequenas) e piorando a circulação do ar, mas outros a interpretam apenas como alterações na disposição interna.

São recorrentes reclamações de que cada fiscal que chega à propriedade coloca novas ou diferentes exigências a partir da sua interpretação da lei, com a frequente necessidade de obras e aumento nos gastos: um local para lavar as botas, uma nova torneira, um calçamento em volta da queijaria, uma mudança de pia de lugar, a mudança de uma prateleira, a interdição de uma janela, a retirada de uma árvore que derruba folhas, etc. Um produtor comentou, com ironia, que a cada visita do fiscal ele já chama junto o pedreiro. E, frente a uma ampla e detalhada lista de exigências legais, dificilmente cumpridas na sua totalidade, cada técnico ou fiscal prioriza algumas em relação a outras, muitas vezes a partir de julgamentos morais, com forte apelo estético.

30 A interdição do uso da madeira na produção de queijos está presente em normas internacionais e é alvo de fortes controvérsias entre cientistas, com muitos trabalhos publicados a respeito (ver Cintrão, 2016).

Microbiopolítica, estética industrial e regulação sanitária: o laboratório chega às roças

As normatizações sanitárias atingem também os corpos das famílias produtoras. Proíbem o uso de barba, esmalte nas unhas, relógios, anéis, brincos. Obrigam a realização de exames anuais de sangue (para teste de tuberculose). E exigem que as pessoas que elaboram os queijos utilizem touca, avental, luvas, máscara e botas de borracha – todos brancos, moralmente associados a uma maior higiene e segurança. Controlam assim os corpos e aproximam a imagem dos “quartos de queijo” ao ambiente de trabalho dos cientistas – o laboratório e seus fluxos –, onde sobressai a ideia de controle. Mais do que isso, numa percepção claramente marcada por uma perspectiva urbana e industrial de grande escala, associam a preparação dos alimentos – e a responsabilidade moral de comer de forma segura – com uma crescente medicalização da comida, construindo uma “estética pasteuriana”, que aproxima as imagens de segurança na fabricação de alimentos aos centros cirúrgicos, onde a esterilização é máxima, como se pode ver nas Figuras 3 e 4.



Figura 3. Interior de queijaria “cadastrada”, na região da Canastra.
Foto: Leonardo Dupin, 2016.



Figura 4. Área de embalagem expedição de queijos da Aprocame – Associação de Produtores de Queijo Canastra de Medeiros. Foto: Leonardo Dupin, 2016.

Assim, as condições estruturais das casas de queijo estão entre os elementos mais condenados pelos agentes sanitários e técnicos especializados, como indicadores da “baixa qualidade” e dos “riscos” dos queijos minas artesanais produzidos pela grande maioria das famílias. Essa percepção aparece em na fala de uma veterinária do Mapa, do setor responsável pela construção de normas sanitárias federais, proferida em encontro técnico organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2012:

O Ministério [da Agricultura] visitou 376 propriedades rurais produtoras de queijos artesanais do Serro, Canastra e Araxá. [...] E somente seis tinham condições realmente de estar elaborando o queijo, isso a gente falando não só a respeito da questão de estrutura, mas também com base nos resultados de laboratório que foram realizados: todos eles, a maioria dos laudos apresentavam um alto índice de contaminação microbiana. (cf. Cintrão, 2016, p. 226).³¹

31 Esse encontro visava a salvaguarda dos queijos artesanais.

Note-se que numa amostragem significativa, apenas 2% das casas de queijo (seis em 376), foram consideradas como aptas a produzir os queijos, a partir das lentes da legislação sanitária e seus mecanismos disciplinares (no sentido foucaultiano), que prescrevem como deveriam ser. As normas legais, a crença no laboratório e a atitude de aversão aos “maus microrganismos” constroem uma realidade de “baixa qualidade” e de “falta de higiene” dos queijos, apesar das “qualidades” que lhe deram fama e notoriedade. E contribuem para desqualificar saberes e modos de fazer, com repercussões sobre as formas como as famílias produtoras são percebidas e percebem a si próprias, como aponta a fala de um outro fiscal do Mapa:

Aí eu comecei a fazer um trabalho de visitar [...] os produtores, perguntar por que eles não legalizavam. As pessoas tinham vergonha de te levar na queijaria, te mostravam o queijo mas nunca te levavam na queijaria. Ela era um depósito de soro, tinha rachadura, o soro fermenta, era precário, a céu aberto, não era algo que se mostrava. Elas levavam o queijo para a cidade, as pessoas adoravam, mas quem buscava eram familiares [...] Era bem escondido. (Fiscal do Mapa – Belo Horizonte, 2013).

A chegada das legislações e fiscalizações leva a uma preocupação das famílias com o que visitantes vão achar, passando a “esconder” e a “ter vergonha” de mostrar o local de fabricação, mesmo tendo seus queijos apreciados. Na população local, passam a surgir comentários morais sobre as novas queijarias (adaptadas à legislação), de que a produção está “muito melhor, mais limpa, azulejada”, que “o azulejo é mais fácil de limpar e que antes era muito sujo”.³² Percebe-se assim uma dominação simbólica, no sentido colocado por Bourdieu (1989), da estética urbano-industrial:

32 Vale ressaltar que no modo de fazer tradicional as paredes das casas de queijo raramente eram lavadas e não eram percebidas como “sujas”. A maior atenção com o “asseio” é dada pelas famílias à banca (onde são feitos) e às prateleiras, que demandam uma lavagem cotidiana, mas com critérios distintos das normas técnicas, conforme comentaremos. As exigências de lavagem das paredes aumenta em muito o trabalho cotidiano de limpeza, que sobrecarrega em especial sobre as mulheres.

Eu tive uma experiência triste, que mandaram de Brasília para Araxá, [um fiscal] do SIF de lá [Sistema de Inspeção Federal, do Mapa], fazer um levantamento dos produtores de queijo [...] eu conhecia bastante produtores e ele pediu para eu acompanhar. *Ele não conseguiu fotografar nenhuma queijaria [...]*. Ele falou: “*Se eu mandar uma foto de uma queijaria dessa aqui para Brasília, a hora que chegar lá, o queijo, a tendência é proibir mesmo, porque não tem condição de ser fabricado nesses lugares.*” Isso para mim foi horroroso, porque [...] você não quer produtor que não tenha a capacidade de fazer um produto próprio para consumo. Na época eu fiquei muito triste com isso. Então eu comecei a fazer o meu queijo, eu comecei e em 2008 eu consegui a certificação [...] Eu cito o meu caso como exemplo [...] por isso, porque eu fiz tudo certinho, minha banca é inox, minha queijeira é toda azulejada, é toda forrada [...] eu ganhei cinco vezes o melhor queijo da região, então tem como fazer um produto de boa qualidade atendendo a legislação do jeito que está. (Produtor de Araxá – encontro técnico do Iphan, 2012, cf. Cintrão, 2016, p. 233, grifo nosso).

Falas como essa passam a ser comuns por parte de produtores com melhores condições econômicas, que almejam certificações sanitárias e selos de Indicação Geográfica para a venda para mercados de maior poder aquisitivo. E que buscam se distinguir da grande maioria, tendo em vista compensar os investimentos e aumentos nos custos, ou mesmo diminuir a concorrência.³³

No entanto, é possível observar, na fala desse produtor – assim como em várias outras das populações locais das regiões produtoras – um forte descolamento entre esses elementos estéticos e morais e a percepção de riscos e perigos a eles associados. Note-se que não são os agravos à saúde – pessoas que tenham adoecido ou passado mal comendo os queijos – que são apontados como motivo de vergonha ou preocupação, mas “a foto” da casa de queijo, sem azulejo e sem mesa de inox. O queijo até pode ser apreciado, mas o local de fabricação que não segue as especificações legais não pode ser mostrado, pois é considerado como “impuro” e, portanto, “perigoso” (no sentido de Douglas, 1976),

33 Dupin (2019) analisa as dinâmicas envolvidas na valorização dos queijos por esses novos produtores, vários deles patronais (que não trabalham diretamente na produção dos queijos, feitos com mão de obra assalariada) e/ou de origem urbana (ou com formação universitária e fontes de renda não rurais).

por não corresponder à visão de ordem e aos valores e referências simbolicamente dominantes.

Em exemplo semelhante, Roseman (2004), analisando a regulação da “comida caseira” na Galícia, observa que os valores associados à implantação das “leis hiper-higiênicas”, num ambiente social e econômico global que intensificou os mecanismos institucionais de monitoramento da segurança sanitária, criam um espaço discursivo que suscita suspeitas de que a “ignorância” dos produtores de pequena escala levaria à produção de alimentos contaminados e potencialmente perigosos para a saúde humana. A autora aponta o impacto que essas regulamentações têm sobre as subjetividades daqueles que estão envolvidos intimamente na produção de alimentos. Observa ainda que projetos regulatórios podem levar a uma estigmatização de técnicas de produção profundamente enraizadas em relações rurais e práticas cotidianas, resultando não apenas em consequências diretas (multas e exigências de ajustes), mas reforçando a estigmatização cultural dos camponeses, apresentados como “apegados a métodos antigos” de cultivo e processamento de alimentos.

Cruz (2012) observa que, mesmo que em alguns casos se crie uma imagem do rural como puro e saudável frente às visões de deterioração urbana, há representações bastante difundidas entre técnicos especializados e entre a população de grandes centros urbanos, do rural como sujo e pouco civilizado, ligado a sujeiras como poeira, lama, estrume e suor humano. Essa perspectiva é fortemente reforçada pela visão higienista voltada para produções industriais de grande escala, que considera a terra como suja e o cimento como limpo, assim como materiais naturais (barro, palha, madeira) como sujos e perigosos, frente a materiais industriais (inox, azulejos, plásticos) inerentemente mais limpos, porque mais laváveis.

Diante desse contexto de estigmatização camponesa, vale lembrar o estudo clássico de Douglas (1976), que aponta que as definições de higiene e pureza (que se associam à noção de perigo) estão carregadas de interpretações e valores simbólicos, envolvendo uma visão de ordem e desordem, relacionada a diferentes elementos do sistema social. Segundo a autora, a impureza nunca é um fenômeno único, implicando, por um lado, a existência de um conjunto de relações ordenadas e, por outro, a subversão dessa ordem. A impureza é assim o subproduto de uma organização e de uma classificação da matéria, na medida em que diz respeito a qualquer coisa que não está no seu lugar. Ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados (Douglas, 1976, p. 30).

No caso em análise, a imagem da “segurança” tornou-se tributária do modo de produção industrial, com a associação de ordem e higiene a esse modelo. E qualquer elemento que esteja fora dessa ordem é considerado como impureza, justificando repreensões, apreensões e multas. E afetando a reputação das famílias produtoras, mesmo quando seus queijos são reconhecidamente bons.

A abrangente e sofisticada percepção local sobre “boas práticas” de produção

Você tem que entrar na queijaria e esquecer o mundo lá fora. Esquecer seus problemas do lado de fora, esquecer sua vida lá fora e aí você consegue produzir um queijo bom. O queijo é um alimento vivo, né? Isso aqui, tudo que é negativo passa para ele e tudo que for positivo passa também. Então se você traz seus problemas lá de fora aqui para dentro você vai passar para o seu queijo [...], se trabalha na correria não dá muito certo não, você tem que vir pra cá e esquecer seus problemas lá fora [...] Tem que ter dedicação. (Produtor da Canastra, 2016, cf. Dupin, 2019, p. 325).

Enquanto a microbiopolítica volta-se para estruturas, materiais e controles visando a assepsia, para as famílias produtoras o “zelo” e o “capricho” traduzem um conjunto abrangente de cuidados que perfazem um “bom produto” e um “bom produtor”. Cruz (2012) argumenta que a noção de “capricho” corresponde a “boas práticas de fabricação” locais, que são em geral suficientes para fazer um alimento “seguro”, pois embutem conhecimentos tácitos, socialmente construídos ao longo de décadas na prática cotidiana de produção, comercialização e consumo dos queijos, sempre interagindo com novos conhecimentos e informações. Mas muitos desses conhecimentos são desconsiderados pelas normas sanitárias – e pelos técnicos especializados – que carregam uma visão urbano-industrial de profilaxia, que leva a uma associação do meio rural e natural, assim como de agricultores e pessoas pobres ou com menor escolarização, a riscos e perigos, com definições de higiene e pureza carregadas de interpretações e valores simbólicos.

Por exemplo, os agentes administrativos e técnicos especializados associam o “inchaço” dos queijos – problema que eventualmente acontece na produção

e é associado à contaminação microbiana – quase exclusivamente à “falta de higiene”, seja na ordenha (pela presença de barro ou esterco, na falta de limpeza do úbere da vaca), nos instrumentos e utensílios mal lavados, ou mesmo em quem faz o queijo (não lavar as mãos, não tomar banho ou usar roupas sujas). As múltiplas possibilidades de causas levantadas pelos técnicos são todas ligadas à percepção do ambiente e das pessoas como potencialmente “sujos”, com forte conotação moral. Uma percepção que reafirma a necessidade de uma maior vigilância (no sentido foucaultiano) e reitera a incapacidade dos produtores e a necessidade da ciência e de técnicos especializados, únicos capazes de prescrever detalhadamente o que deve ser feito e como,³⁴ colocando a necessidade de cursos de capacitação para “aplicação de boas práticas” e de monitoramento dos queijos através de laboratórios e exames microbiológicos.

Para as famílias produtoras, embora o “capricho” tenha como um dos componentes importantes o “asseio” e a “limpeza”, considerados importantes para a obtenção de um “bom queijo” (ou de um “queijo de massa fechada”) –, o que legitima em parte o discurso técnico e as análises laboratoriais – as percepções sobre as causas do inchaço não se atêm a aspectos de higiene. O “asseio” independe de estruturas e envolve alguns cuidados básicos, como lavar bem os utensílios e equipamentos utilizados para a ordenha e para a fabricação, filtrar o leite com um pano, entre outros. Mas as “boas práticas” locais envolvem vários outros aspectos, como cuidados na fabricação (“a massa do queijo bem espremida”, “o queijo zelado”) e reciprocidades que perpassam a terra, as plantas, os animais, os artefatos e as pessoas: “o pasto vedado”, “o boi sadio”. Um casal de produtores comentou que não entendia como um vizinho poderia estar legalizado “se os animais da fazenda eram mal zelados”.

Antes da chegada do laboratório e dos técnicos especializados, o estufamento ou inchaço dos queijos (que pode levar ao seu descarte) já era considerado localmente como um problema, evidenciado pelos termos utilizados, como o queijo “atrapalhar” ou “zangar”. Quando isso acontece, algumas medidas são tomadas. A primeira, largamente difundida nessas regiões produtoras,

34 Várias dessas medidas são detalhadas nas normas técnicas legais, como na portaria do IMA n° 523/2002 (Instituto Mineiro de Agropecuária, 2002b), que trata especificamente das “condições higiênico-sanitárias e boas práticas de manipulação e fabricação do queijo minas artesanal”. Seu capítulo VII trata especificamente “da higiene pessoal e do requisito sanitário”, indicando inclusive “a forma correta de lavar as mãos”.

é substituir o “pingo”, buscando num parente, compadre ou vizinho um novo fermento para a elaboração do próximo queijo. E tentar descobrir as possíveis causas, incorporando novos conhecimentos, mas não necessariamente abandonando práticas anteriores, entre as quais se incluem rezas e benzimentos, conforme depoimento de um produtor “cadastrado” da região da Canastra:

A primeira coisa quando zanga o queijo eu vou lá na ordenha ver se tem alguma falha minha, se ficou alguma parte mal higienizada, exame nas vacas para ver se tem algum peito ruim, se eu não encontrei nada disso, eu pergunto a Maria [esposa] sobre os latões, formas, banca e tal e tal, se está tudo bem lavado. Aí [depois disso] eu já vou para a parte de oração, espiritual. Porque primeiro a gente tem que caçar as coisas que a gente vê. Porque eu considero assim, a bactéria é igual à fé da gente, a gente sabe que existe, mas a gente não vê ela. [...] Então a gente tem que correr atrás porque a gente não está vendo a bactéria, mas às vezes a gente errou e contaminação está ali. Aí eliminou essa parte de contaminação eu vou para outra coisa [a reza]. (Produtor da Canastra, 2016, cf. Dupin, 2019, p. 341).

E embora em alguns casos de inchaço os produtores constatem que houve mesmo algum descuido – que pode ou não ser associado à “falta de higiene” – há uma percepção bastante mais abrangente das possíveis causas, inclusive algumas relacionadas com as próprias exigências da legislação ou à incorporação de novas tecnologias, como, por exemplo, o uso de sanitizantes e detergentes, cujos resíduos são apontados como desestabilizando a produção. Outro produtor observou que “antes do cadastramento” havia apenas duas ou três razões para o queijo inchar e “atualmente” – após alterações impostas pela legislação e incorporações de técnicas industriais – há muito mais motivos. Muitos “cadastrados” associam o azulejo e a falta de ventilação, assim como o excesso de esterilização, a elementos que favorecem o inchaço. Há uma percepção mais fina, de que qualquer alteração no ambiente (e não apenas a “sujeira”) pode afetar os queijos.³⁵

35 Essa percepção dos produtores é explicada cientificamente por pesquisadores “pós-pasteurizados” (conforme os nomeia Paxson, 2013) como interferências no equilíbrio microbiológico, dado que os queijos de leite cru envolvem centenas de espécies de microrganismos lácteos interagindo entre si.

O próprio cloro, visto como essencial pelos higienistas por suas propriedades esterilizantes, é em grande medida percebido pelas famílias produtoras como prejudicial aos queijos, embora concordem que a água clorada pode ser útil para a lavagem dos panos e das formas de plástico.³⁶ Mas o cloro não é visto como única alternativa: o soro do leite, subproduto do queijo e rico em microrganismos (ao contrário do cloro, que esteriliza) é apontado como útil para lavar os queijos e alguns utensílios e equipamentos (como formas e bancas). A fala de um comerciante de queijos, de família de produtores, aponta as diferenças entre as normas hipersanitárias e os padrões locais:

O queijo até gosta às vezes de uma banca suja, mas dele mesmo. [...] O queijo não gosta que lava a banca [com cloro], não. Ele tem uma bactéria que é dele. [...] Pra lavar o queijo e ficar gostoso lava o queijo no próprio soro.

No mesmo sentido, um outro produtor observou que a “sujeira do próprio queijo é boa para o queijo”, criticando as exigências de excesso de limpeza nas queijarias.

Entre as “boas práticas” valorizadas pelos produtores estão as rezas no início de fabricação dos queijos, o corte da coalhada em forma de cruz, gesto que retribui a benção recebida de ter a matéria-prima para a fabricação, numa relação de respeito e dádiva com entidades sagradas. As formas de agradecimento e devoção estão presentes em várias propriedades, através de crucifixos e orações escritas que ocupam parte das paredes e portas das queijarias.

O queijo está dando problema e você faz teste numa vaca e faz teste na outra, você rastreia de um lado e procura do outro e num encontra nada, você corre para o benzedor. Aqui pertinho tem dois senhores, dois irmãos vizinhos, excelentes benzedores. Benze tudo, na verdade o benzedor é um cara que tem o poder da oração muito forte, é um cara que tem o dom de Deus e que Deus aceita o poder

36 A exigência de cloração da água é um dos focos de resistências e conflitos, dado que a maioria das propriedades têm nascentes e a qualidade da água é um dos distintivos em algumas das regiões produtoras. Mas há por parte dos técnicos um receio da sua contaminação microbiológica por animais silvestres, insetos ou pelo próprio gado.

daquela oração de quem está pedindo. É uma pessoa que é um intermédio, que tem umas palavras santas. Não tem alguém que não tenha pedido [um benzedor] aqui na região. Queijo é um produto assim muito invejado. O queijo bom é na verdade um queijo invejado. [...] E a oração é uma defesa de uma inveja. (Produtor da Canastra, cadastrado, abril de 2016).

Essas formas de cuidado são consideradas por eles tão necessárias quanto o saber “técnico”, com o saber prático e o simbólico se fundindo e o trabalho de fabricação constituindo um modelo cosmológico. Mas essas práticas não são reconhecidas pelas normas legais e são desprezadas pela visão técnico-científica, que as considera como atraso, ignorância ou precariedade, associando-as a riscos e perigos.

Apenas o processo de esterilização e de “artificialização”, que está na base da industrialização e viabiliza produções em grandes escalas, é visto como positivo. Outro exemplo refere-se às contaminações dos queijos com estafilococos, microrganismos associados a infecções nas tetas das vacas (mamite), normalmente atribuídas pelos técnicos especializados à “falta de higiene na ordenha”. Para contorná-las, as normas sanitárias exigem um conjunto de medidas sanitizantes: mudanças estruturais no curral (para torná-lo mais “lavável”), maior limpeza do úbere e uso de iodo nas tetas das vacas. Já as famílias produtoras observam um aumento da suscetibilidade das vacas à mamite, causado pelas técnicas modernas voltadas para aumentos de produtividade, como a especialização das raças leiteiras, as novas formas de alimentação do gado (silagens e rações à base de grãos), o aumento do número de ordenhas diárias, a separação entre o bezerro e a vaca. Apesar de aumentarem os riscos de incidência de estafilococos, essas mudanças são consideradas positivas pelos técnicos especializados, que buscam contornar os novos riscos tecnológicos reafirmando e aprofundando as medidas de assepsia: testes diários do leite com reagentes comprados, uso de antibióticos e descarte do leite. E mais exames de laboratório, como um instrumento biopolítico de controle à distância. Cruz (2012) observa que práticas percebidas pelos técnicos como precariedade e atraso, como deixar o bezerro começar a mamar logo antes da ordenha (para o leite da vaca “descer”) e também após a ordenha (para esgotar resto de leite das tetas), podem ser consideradas “boas práticas” que evitam a mamite.

Estruturas, qualidade dos queijos e riscos à saúde – desacordos entre sistemas classificatórios

Eu não estou criticando não, eu estou colocando só a nossa parte, com relação à banca de madeira que eu sou defensor e tenho certeza que muita gente vai me ajudar. Aqueles que quiserem usar de inox, use de inox, mas não proíba a gente de usar a de madeira, porque nós precisamos de um habitat bem simpático ao queijo. A mesma coisa é o João-de-Barro, a casa dele é de barro. Põe um ninho certificado lá para ver se ele entra nele. Ele não entra [...]. (Produtor do Serro – encontro técnico do Iphan, 2012, cf. Cintrão, 2016, p. 231).

Os técnicos da Emater-MG e os fiscais sanitários são praticamente unânimes em afirmar que a “qualidade” do queijo melhorou muito após a intensificação das fiscalizações e difusão das “melhorias” nas casas de queijo. E é possível perceber, conforme comentado, a força simbólica da estética urbana e industrial dominante, que leva famílias produtoras a referendarem as novas queijarias como “mais bonitas” e mais “fáceis de limpar” e a considerarem materiais e equipamentos industrializados como superiores.

Mas há, por outro lado, inúmeras manifestações de produtores, atravessadores e consumidores locais que indicam desacordos com as exigências sanitárias, como nessa fala que faz uma analogia com o João-de-Barro e menciona que o azulejo e o inox não necessariamente são melhores do que o barro e a madeira para a “vida dos queijos”, relativizando e denunciando a imposição da estética industrial e de um modelo único de produção.

Da mesma forma, são frequentes as reclamações de produtoras e produtores “cadastrados” que observam que, após as reformas, o ambiente das queijarias ficou pior, por inúmeras razões. Por exemplo, que ficam mais quentes e abafadas (para os queijos e para quem os faz), devido às intervenções sanitizantes que interditam janelas e limitam a circulação do ar para evitar possíveis contaminações. São comuns comentários de que o azulejo “não deixa a casa de queijo respirar” e que quando é mais ventilada o queijo seca mais rápido e fica melhor. Alguns chegam a dizer que é possível produzir um bom queijo “até embaixo de uma árvore”, num ambiente fresco e ventilado, que pode ser “até melhor que uma sala azulejada”.

E são vários os comentários que relativizam a superioridade dos queijos produzidos nas queijarias legalizadas, como observações de que “apesar da queijaria ser muito simples e rústica, os queijos são bons demais, até melhor do que os de algumas pessoas da associação”. Ou de que “estão carecas de ver queijo do IMA [de produtores cadastrados] muito pior do que o deles”. Ou que já viram queijarias com parede de bambu e com chão batido que os queijos eram muito bons. E que “a preocupação da Vigilância [Sanitária] é com o prédio, não com a qualidade do queijo”. De certa maneira, a seguinte fala sintetiza percepções presentes nas regiões produtoras:

Tem casinha ruim que o queijo é bom e [casinha ruim] que é ruim. E tem casinha toda azulejada que o queijo é bom e que é ruim. Bom e ruim é como um restaurante: a comida até pode ser boa, mas quando você vê a cozinha está tudo feio e bagunçado. (Atravessador da Canastra, em conversa informal, 2014).

No entanto, pela força da estética urbana e industrial, casas de queijo fora das exigências sanitárias tendem a ser cada vez mais ilegalizadas.

Outra interferência da legislação sanitária nas práticas costumeiras se estende às formas de transporte e comercialização dos queijos, com um conjunto de exigências e interdições de infraestruturas, materiais e equipamentos, como a obrigatoriedade de refrigeração e do uso de embalagens plásticas e rótulos, suscitando também reações e desacordos.

No Mercado Central de Belo Horizonte, assim como em vários outros mercados em Minas Gerais, a grande maioria dos queijos artesanais são vendidos empilhados sobre o balcão das lojas, sem embalagens ou marcas e sem refrigeração. Muitos são vendidos fracionados e partidos ao meio, o que permite aos consumidores mais atentos ver detalhes dos queijos, por exemplo, se estão “tampados” (sem furos) ou rendados (com pequenos furos), dessorados ou ainda úmidos, podendo ainda provar o teor de sal e escolher o sabor que mais lhe agrada. Os comerciantes explicam que são estes o que os consumidores identificam como o “queijo da roça” ou o “queijo caipira”, o que indica uma construção cultural objetivada ou materializada que expressa unidades de significado, pontuando tempos e lugares evocados, que dá significância e ordem ao mundo vivido.

Mas as normas sanitárias impõem a refrigeração (inclusive no transporte), assim como embalagens plásticas e rótulos, colocando os queijos fora dessas

condições como ilegais, perigosos e “sem identidade”. São comuns – entre produtores, comerciantes e consumidores – as reações que condenam as embalagens plásticas, por alterarem ou mesmo “asfixiarem” os queijos, interrompendo seu desenvolvimento e fazendo-o “amargar”:

Eu sempre vendi queijo no balcão. O pessoal aqui gosta daquele queijo ali sem congelar e embalar, que eles falam, sabe? Porque você vai no supermercado e compra ele no plástico e ele está ardido. Não é um queijo que você come ele com gosto, aquele queijo que tem o paladar gostoso. O queijo enrolado no plástico é outro queijo. (Fala de comerciante, cf. Dupin, 2019, p. 122-123).

E a obrigatoriedade de refrigeração – que exige investimentos e custos –, na medida em que interrompe ou retarda a maturação, é apontada inclusive por cientistas como contraditória com as leis que exigem tempos mínimos de cura para queijos de leite cru, considerando que quanto mais curado menor o risco de agravos à saúde.

E a despeito dos consumidores serem descritos por técnicos e fiscais sanitários como tolos e incapazes de garantir sua própria segurança ao comprar produtos “potencialmente perigosos” e “desprovidos de higiene”, ou ainda pouco capazes em termos gastronômicos (por preferirem queijos brancos e menos maturados, com menos sabor), existe grande habilidade e experiência por parte de parcela significativa dos consumidores em avaliar as características desses queijos, de modo a escolher qual consumir, o que torna muitas vezes menos importante identificar o fabricante.³⁷ Para eles, a “falta de padrão”, condenada pelas visões industriais, é considerada como uma vantagem, com uma diversidade que atende a vários gostos e situações: mais furadinho (e azedinho) para comer com doce, mais curado para o pão de queijo, etc.

Há nas regiões produtoras critérios e categorias culturalmente compartilhados entre famílias produtoras e consumidores, que incluem outros sentidos de “qualidade” e “segurança”. Por exemplo, para os fiscais e técnicos

37 Ainda mais porque, quando produzido em condições naturais, ou seja, em queijarias com ventilação natural e com vacas alimentadas a pasto (e não com rações balanceadas de grãos), os queijos do mesmo fabricante não são sempre iguais, respondendo às variações das estações do ano e do ambiente em geral.

especializados, a presença de furinhos é considerada bastante perigosa, porque associada a altos índices de contaminação por coliformes fecais, atestados pelos exames laboratoriais. E embora os critérios de qualidade locais associem “bons queijos” àqueles de “massa fechada” (que não apresenta olhaduras), legitimando de certa maneira o laboratório, os riscos associados são relativizados pela existência de um mercado não desprezível para os queijos furadinhos,³⁸ que tendem a ser mais baratos.

Famílias produtoras, comerciantes e consumidores dos queijos minas artesanais desconfiam dos perigos anunciados pelos técnicos e fiscais, como indicam várias falas irônicas, como “se este queijo fizesse mal teríamos uma epidemia de queijo em Minas” ou, ainda, “o perigo de comer esse queijo é você viver muito”. E a grande quantidade de queijos fora das especificações legais (e condenáveis pelos exames laboratoriais), que são produzidos, vendidos e consumidos, indica que as práticas locais têm-se revelado hábeis em controlar e garantir a “inocuidade” do alimento, não no sentido atribuído pela legislação sanitária (de ausência de microrganismos), mas no sentido de evitar agravos à saúde. Sinaliza, ao mesmo tempo, uma provável inadequação das normas e indicadores microbiológicos àquela realidade. Mas seu “biopoder” vem levando a crescentes ilegalizações e exclusões (além de aumentos nos custos), restringindo a circulação dos queijos e também as opções de escolha dos consumidores, reforçando a concentração industrial no setor alimentício.

Conclusões

Este artigo analisou a regulação sanitária dos queijos artesanais em Minas Gerais, que se impõe como uma biopolítica (Foucault, 2008) que busca controlar à distância a produção local, conformando um emaranhado legal que conjuga dispositivos jurídico-legais (proibições), da ordem da vigilância (que prescrevem em mínimos detalhes como deve ser essa produção) e da segurança (através do laboratório e da construção de parâmetros microbiológicos). Essa

38 É comum, por exemplo, ouvir de atravessadores locais o comentário de que “paulista não entende de queijo”, referindo-se ao fato de que em alguns mercados de São Paulo há uma preferência pelos “queijos furadinhos”, considerados os verdadeiros “queijos da roça”.

governamentalidade, que tem como ideal o modelo industrial de produção e conservação de alimentos automatizado e em grande escala, que orienta a construção de códigos sanitários globais, tem contribuído para construir uma imagem depreciativa dos queijos feitos nas roças, fortemente enraizados culturalmente e com um mercado de consumo que extrapola as regiões produtoras.

A imposição de leis hiper-higiênicas levantam nas sociedades urbanas, ditas modernas, suspeitas de que populações de perfil camponês estão produzindo alimentos contaminados e com “falta de segurança alimentar”. Buscamos apontar que essas definições – que se associam à noção de perigo e estão carregadas de interpretações e valores simbólicos – envolvem uma visão de ordem e desordem (Douglas, 1976) intrinsecamente associada ao modelo industrial de produção de alimentos – incluindo o laboratório, um dos elementos centrais de controle. Nessa biopolítica – chamada por Paxson (2013) de microbiopolítica – que se constrói como fonte de poder que controla condutas de seres humanos através da “germofobia”, qualquer coisa/fator que esteja fora da ordem industrial é considerado pelos técnicos e fiscais como impureza, se colocando como elemento importante de dominação simbólica da população das regiões produtoras, com grande ressonância junto a consumidores de grandes centros urbanos.

As imposições legais – que têm convertido, por exemplo, os “quartos de queijo” em “queijarias”, espaço de especialização e controle – têm implicado – para além de gastos financeiros e aumentos nos custos de manutenção – instrumentos e mecanismos de governamentalidade e biossegurança, produzidos a partir de infraestruturas globais da tecnociência, com forte influência de corporações internacionais, que se concretizam de forma autoritária, sem dialogar com saberes e práticas locais. Se estabelecem pela força (através de multas e apreensões), por imposição econômica (relacionada à dependência de tecnologias externas à propriedade) ou/e sendo absorvidas localmente como “obrigação moral” (que privilegia inserções de origem externa como parâmetro de civilidade, frente a matrizes de racionalidade locais).

Tendo como referência uma estética industrial, tais normatizações associam elementos naturais como ameaça e aproximam a imagem da produção de “alimentos seguros” àquela do laboratório e dos centros cirúrgicos, onde a esterilização é máxima. No caso dos queijos, além dos custos econômicos, cada detalhe exigido das famílias produtoras converte-se em alterações nos modos

de fazer e nas rotinas de trabalho, interferindo também na “vida do queijo”. Porém, as exigências legais geram também reações que revelam assimetrias de poder na legitimação de discursos, mas também desacordos sobre modos de vida e sistemas classificatórios.

Apontamos que as populações locais demonstram um sofisticado conhecimento, trazendo questionamentos e caminhando em sentido contrário de processos e instâncias multinacionais, que se constroem como uma política colonial. Por deterem saberes e suas próprias racionalidades, essas populações não são passivas diante das imposições da estética urbana e industrial e fazem emergir suas percepções. Na busca de sobreviver e de produzir um “bom queijo” – seguro para o consumo – centram-se menos em estruturas físicas e mais nos cuidados – não apenas com a higiene, mas com um conjunto de elementos que envolvem, por exemplo, rezas e benzeções, consideradas por elas igualmente importantes e eficazes no processo produtivo.

Ao não diferenciar escalas e modelos de produção, ao isolar e superestimar determinados fatores de risco em relação a outros, as legislações sanitárias dos alimentos terminam reforçando padrões industriais de produção e consumo e “reprimindo” culturas alimentares e modos de vida de populações camponesas, sem necessariamente estar com isso trazendo maior proteção à saúde da população.

Referências

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).
- BRASIL. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Portaria nº 146, de 7 de março de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, p. 3977, 11 mar. 1996.
- CINTRÃO, R. P. *Segurança, qualidade e riscos: a regulação sanitária e os processos de (i)legalização dos queijos artesanais de leite cru em Minas*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- CINTRÃO, R. P. Segurança alimentar, riscos, escalas de produção – desafios para a regulação sanitária. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, v. 5, n. 3, p. 3-13, 2017.

CRUZ, F. T. *Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS*. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 1-18, 2010.

DIAS, J. C. *Uma longa e deliciosa viagem: o primeiro livro da história do queijo no Brasil*. São Paulo: Barleus, 2010.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUPIN, L. V. *A vida dos queijos mineiros: uma etnografia multiespécie*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA-PARPET, M. F. Patrimonialização de produtos alimentícios na França: construções simbólicas e reinvenção do passado. In: WOORTMANN, E.; CAVIGNAC, J. (org.). *Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios*. Natal: EDUFRRN; Brasília: ABA, 2016. p. 493-543.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. *Portaria nº 518, de 14 de junho de 2002*. Dispõe sobre requisitos básicos das instalações, materiais e equipamentos para a fabricação do queijo minas artesanal. Belo Horizonte, 2002a. Disponível em: <http://www.ima.mg.gov.br/files/1667/Ano-2002/17261/Portaria-n%C2%BA-518,-de-14-de-junho-de-2002.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. *Portaria nº 523, de 3 de julho de 2002*. Dispõe sobre as condições higiênico-sanitárias e boas práticas na manipulação e fabricação do queijo minas artesanal. Belo Horizonte, 2002b. Disponível em: <http://www.ima.mg.gov.br/files/1667/Ano-2002/17267/Portaria-n%C2%BA-523,-de-03-de-julho-de-2002.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

LATOUR, B. *The pasteurization of France*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

MINAS GERAIS. Lei n. 14.185, de 31 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o processo de produção do Queijo Minas Artesanal e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 3, 1 fev. 2002.

PAXSON, H. *The life of cheese: crafting food and value in America*. Berkeley: University of California Press, 2013.

PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 80, p. 109-125, 2008.

ROSEMAN, S. Bioregulation and comida caseira in rural Galicia, Spain. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 11, n. 1, p. 9-37, 2004.

WEST, H. G. Food fears and raw-milk cheese. *Appetite*, v. 51, n. 1, p. 25-29, 2008.

Recebido: 30/06/2019 Aceito: 05/09/2019 | Received: 6/30/2019 Accepted: 9/5/2019



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Covid-19, biossegurança e antropologia

COVID-19, biosecurity and anthropology

Jean Segata*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

jeansegata@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2544-074>

Resumo

Sofrimento, ansiedades e incertezas estão por toda a parte em face da pandemia de Covid-19. Tem sido uma experiência impactante, contudo cada vez mais comum. Nas últimas décadas, diferentes domínios de interesse, como aquele das emergências sanitárias e do clima e da autonomia alimentar e do terrorismo, tiveram seus caminhos cruzados na mira de ações de Estado para a vigilância e o controle de humanos, animais, artefatos e ambientes. Esse movimento complexo tem semeado algumas críticas que articulam inúmeras preocupações contemporâneas. Elas performam o emergente campo da *antropologia da biossegurança*. O objetivo deste trabalho é fornecer uma introdução a esses debates e suas possibilidades de interseção com aqueles da antropologia da saúde, da ciência e da tecnologia, das relações humano-animal e ambientes e suas críticas a partir de conhecimentos e práticas locais.

Palavras-chave: Covid-19; biossegurança; saúde; antropologia.

Abstract

Suffering, anxieties and uncertainties are everywhere on the COVID-19 pandemic. It has been an impactful experience, however, increasingly common. Over the past few decades, different interests such as sanitary and climate emergencies, and food autonomy and terrorism, have crossed their paths with State actions for the surveillance and control of humans, animals, artifacts, and environments. This complex movement has launched some criticisms that raise contemporary concerns. They enact the emerging field of the anthropology of biosafety. The objective of this paper is to provide an introduction to these debates and their possibilities of intersection with those of health anthropology, science and technology, human-animal relations and environments and their criticisms based on local knowledge and practices.

Keywords: COVID-19; biosecurity; health; anthropology.

Surtos, epidemias e pandemias não formam apenas tendências epidemiológicas. Como *eventos críticos*, eles expõem estruturas de sofrimento, injustiça e desigualdade. Eles reordenam relações e moralidades e também produzem sujeitos, subjetividades e novas políticas de coexistência (Das, 1995; Kelly; Keck; Lynteris, 2019; Manceron; Roué, 2009; Pimenta, 2019). Temos vivido isso com o novo coronavírus. Ele tem posto em relevo as muitas faces e os muitos custos daquilo que Bruno Latour (2020, p. 24) chamou de “uma profunda mutação em nossa relação com o mundo”. Não se trata apenas da agudeza avassaladora da doença que o vírus pode provocar, a Covid-19. Trata-se do modo como a pandemia evidencia muitas camadas de vulnerabilidade. Elas se acumulam nas situações de desigualdade de acesso a serviços de saúde e de proteção social. Na fragilização do cuidado de si e do coletivo em face de incontáveis problemas socioeconômicos como a precarização do trabalho e o desemprego. Na necropolítica das inúmeras formas de racismo, exclusão e violência estrutural, sobremaneira aquelas manifestadas no robusto projeto de denegação que tem sido protagonizado por governos que combinam o neoliberalismo e o emergente extremismo de direita, como é o caso do Brasil.¹

Tem sido complicado pensar o contemporâneo sem a Covid-19. Tanto é que o projeto original deste trabalho se limitava a produção de um breve estado da arte sobre o tema da biossegurança na antropologia. Mas as inúmeras perdas,

1 Ver, por exemplo, as inúmeras análises antropológicas sobre a pandemia que têm aparecido em iniciativas como a dos boletins publicados desde março pela Anpocs sob a rubrica “Cientistas Sociais e o Coronavírus”. Eles estão disponíveis em <https://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-anpocs> e trazem produções que mostram efeitos da Covid-19 situados nas experiências particulares e nas vulnerabilidades estruturais e não somente nos números e nos processos biológicos. Entre outros esforços dessa natureza estão ainda a série *Dispatches from the pandemic*, publicada pelo Somatosphere, reunindo trabalhos da antropologia médica e da saúde, disponível em <http://somatosphere.net/series/dispatches-from-the-pandemic/> e as publicações que têm saído sob a rubrica “Pensar la pandemia”, do *Observatorio Social del Coronavirus*, da CLACSO, disponíveis em http://www.clacso.org.ar/biblioteca_pandemia/ (ambos acessados em 08/05/2020). A pandemia e seus efeitos também é o objeto do estudo que coordeno por meio da Rede COVID-19 Humanidades, intitulado *A Covid-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento*. A pesquisa responde a uma encomenda do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC (Convênio Ref.: 0464/20 FINEP/UFRGS). A rede foi constituída em uma parceria entre pesquisadores e pesquisadoras da UFRGS, da Fiocruz, do Instituto Brasil Plural da UFSC, da Unicamp e da UnB.

as dores e os sofrimentos, os conflitos e as incertezas associadas à pandemia afetaram a mim e a escrita do texto. Com o passar dos dias, ficou difícil não traçar algumas conexões entre ela e o tema original deste ensaio. Assim, passei explorar alguns quadros do debate sobre a biossegurança na antropologia, seus expoentes e tendências, com situações vividas nestes últimos meses, sobretudo o desenvolvimento inicial da pandemia. Não se trata, assim, de um estudo sobre a Covid-19, suas causas e seus efeitos devastadores. Tampouco se trata de uma análise histórica ou epistemológica mais ampla sobre o tema da biossegurança. Neste ensaio eu apresento alguns fios ainda soltos, mas que podem nos ajudar a costurar agendas de pesquisa sobre esses campos de interesse.

Eu começarei com uma breve narrativa de alguns acontecimentos iniciais que deram forma à pandemia. Eles ajudam a materializar o principal fantasma imaginado pelas políticas biossegurança: a catástrofe biológica em escala global. Na sequência, eu apresento alguns caminhos que se cruzaram nas últimas quatro décadas e que nos ajudam situar essa preocupação, mas também suas oportunidades. A saber, a emergência do aprimoramento da natureza facilitada pela engenharia genética. A globalização e sua aceleração da circulação de pessoas e do comércio mundial de produtos de origem vegetal e animal. E em consequência deles, os medos e ansiedades sobre a saúde e a segurança das fronteiras entre Estados-nação, mas também interculturais e interespecies. A minha ênfase se dará nos imaginários de antecipação, assepsia e de contenção. Elas mobilizam as chamadas *novas inteligências epidêmicas* presentes de forma robusta no universo atual da biossegurança, como também a recalibrante militarização das relações entre humanos, animais, criaturas microscópicas e ambientes.

Escrevendo com o vírus

Quando eu comecei este texto, a China anunciava uma dezena de mortes por conta de uma nova doença. Eram meados de janeiro e ela se espalhava rapidamente. As expectativas para 2020 não incluíam uma pandemia, mas tudo mudaria. Por toda a parte, vidas, projetos e a própria história do presente seriam escritas com um vírus. O sinal de alerta foi um surto de pneumonia

de causas desconhecidas. Os sintomas clínicos lembravam aqueles de um passado recente com a Sars e a Mers. Eles incluíam coriza, febre e dificuldade para respirar. Tratava-se de um novo coronavírus.² Wuhan, capital da província de Hubei, na China Central, passou a ser considerada o epicentro. Autoridades isolavam aquela e outras cidades no entorno para evitar que a contaminação se espalhasse ainda mais e ampliavam o número de leitos disponíveis para o cuidado com os afetados. Hospitais de emergência eram erguidos em tempo recorde. Mas no Japão, na Tailândia, na Coreia do Sul e nos Estados Unidos os primeiros casos também se confirmavam, enquanto que no Brasil suspeitas ainda eram negadas pelo governo.

Pouco se sabia ainda sobre a nova doença, sua natureza e sua forma de contágio. Alguns falavam de cobras e morcegos como o seu *reservatório*. Outros desconfiavam dos frutos do mar e diversos comentários discriminatórios circulavam em redes sociais da internet, associando a doença ao que chamavam hábitos alimentares exóticos. Àquela altura, já era esperado que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarasse estado de *emergência de saúde pública de interesse internacional* (em inglês PHEIC – *public health emergency of international concern*). Mas seus experts não chegavam a um consenso. Para eles, era cedo demais. Há inúmeros interesses políticos e internacionais que mesclam tecnologia e mercado no campo da segurança global em saúde. Usualmente, eles se sobressaem às características epidemiológicas de uma doença (Lakoff, 2017; Marques; Silveira; Pimenta, 2020). Enquanto a distribuição de riscos e impactos e as suas oportunidades eram avaliadas pelos comitês de experts, as especulações se somavam às incertezas e espalhavam preocupação mundo afora.³

Em 30 de janeiro, o etíope Tedros Adhanom Ghebreyesus, primeiro homem negro a ocupar a posição de diretor-geral da OMS, anunciou a PHEIC. No seu discurso, ele acenou para caminhos de cooperação e solidariedade entre as nações.

2 Sars e Mers são, respectivamente, a *síndrome respiratória aguda grave*, que apareceu em 2002 na China, e a *síndrome respiratória do Oriente Médio*, identificado a partir da Arábia Saudita. Ambas as síndromes também são causadas por variedades de coronavírus – ver site da OMS: <https://www.who.int/csr/sars/en/> (acessado em 23/01/2020).

3 Ver, por exemplo, China... (2020); Guo, Luo e Gao (2020); Coronavirus death... (2020); Paciente... (2020). Ver ainda World Health Organization (2020a).

Aquele seria o momento de confiar na capacidade técnica e científica do sistema de saúde chinês; de partilhar conhecimentos e experiências sobre o vírus, a doença e a vacina de forma aberta; de combater a disseminação de rumores e desinformação; e de evitar a restrição de circulação de pessoas e mercadorias em escala internacional (World Health Organization, 2020a). Contudo, mesmo diante dos apelos do diretor e em nome da *segurança* dos territórios nacionais e das suas populações, direitos individuais e coletivos começavam a ser afetados e se abriu espaço para estados de exceção, para o estigma, a desconfiança e a segregação em diversos níveis. A saúde das relações internacionais e das microrrelações do cotidiano também estavam sob ameaça. Quarentenas, repatriação de cidadãos e o fechamento de fronteiras internacionais com a China tornavam salientes as sensibilidades políticas e identitárias que se disfarçam sob o discurso frágil e generalista da globalização. Notícias de perseguição e afastamento a pessoas com “características orientais” começaram a se somar ecoando as recalcitrantes culpabilizações pelas epidemias – os pobres, os negros, os estrangeiros. Ainda no dia do anúncio da PHEIC, a OMS também apresentou o nome temporário doença aguda respiratória do 2019-nCoV. Mas na opinião pública, nas ruas e nas redes sociais da internet, o batismo veio antes: era a *gripe da China* causada pelo *vírus chinês*. Os vírus, como as pessoas, também são racializados e evocam materialidades e imaginários de exclusão e ódio (Mason, 2015, 2016).⁴ Poucos dias depois, a doença provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) recebia então o seu nome oficial: *Coronavirus disease* ou simplesmente Covid-19, sem referências geográficas, como foi com a Mers, a *febre do Nilo* ou a *gripe espanhola*, no passado.⁵ O mês de fevereiro fechou com cerca de 1,7 mil novos casos por dia, totalizando mais de 85 mil no mundo. Rapidamente, a escalada numérica ganhou força e a geografia da contaminação se alargou. A Europa se tornava o novo epicentro da doença. Depois, Nova Iorque. No dia 11 de março,

4 Nesta linha de pensamento, ver a interessante crítica da antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2020). Outras informações, ver, por exemplo, Países... (2020), Coronavírus: condomínio... (2020); Orgaz (2020).

5 Na manhã de 11 de fevereiro de 2020, pela sua conta do Twitter, a OMS anunciou o nome oficial como sendo Covid-19, sigla para “Coronavirus disease” e a indicação de seu ano de aparecimento, 2019. Ver <https://twitter.com/WHO/status/1227248333871173632> (acessado em 11/02/2020).

a OMS declarou que o mundo estava sob uma pandemia. E tudo aquilo era ainda apenas o começo.⁶

Os surtos da doença se multiplicavam e se espalhavam. As prioridades se dividiam. Em meio ao aumento na curva de casos e de vítimas fatais, as principais bolsas de valores decretavam *circuit breaker* e suspendiam suas operações: saúde e economia disputavam a pauta dos governos neoliberais. O preço do dólar e do barril de petróleo também apresentavam sintomas agudos de descontrole. Cortes de salários e reduções de postos de trabalho eram anunciados por todos, acrescentando ainda mais cargas de sofrimento a milhões de pessoas já expostas à pandemia. É que o capitalismo também é patológico. Suas crises se espalham mais rápido do que qualquer vírus e quase sempre atingem as populações mais vulneráveis. Em pouco tempo, a pandemia e as ações para a sua mitigação colocaram em relevo estruturas de desigualdade e de injustiça social. Ainda que corresse na opinião pública os dizeres de que o vírus não conhecia fronteiras ou classes sociais, a sua falsa democracia era desfeita nas evidências de que certas populações vivem mais expostas e experimentam de forma mais aguda e sem suporte os seus efeitos. Países mais ricos usaram do seu poder econômico para garantir para si os parques estoques de equipamentos médicos e de proteção individual. Mais de um terço da população mundial entrou em estado de isolamento e houve corrida para comprar máscaras, mas também para conseguir porções mágicas de cura, como a cloroquina e os desinfetantes, defendidos em *fake news* de governos irresponsáveis e negacionistas.⁷ Uma miríade de crises sem precedentes em intensidade e proporção foi instalada.⁸

6 Ver UNA-SUS (2020) e OMS declara... (2020).

7 Ver Craveiro (2020) e Deus... (2020).

8 Até 29 de fevereiro havia apenas um caso de Covid-19 confirmado no Brasil. Entre idas e vindas e inúmeras interrupções, o presente tem sido vivido de forma triste e o futuro tem se mostrado ainda mais incerto do que quando eu comecei a escrever este texto. Em 20 de junho já eram mais de 1,5 milhão de casos confirmados e 50 mil mortes no país (Brasil..., 2020). No mundo, os casos confirmados já batiam a marca dos 10 milhões e as mortes alcançavam as 500 mil. Para acompanhar atualizações contínuas do número de casos nos mais de 210 países e territórios atingidos pela Covid-19 eu tenho consultado uma ferramenta do *Google Notícias*, o "Coronavírus (Covid-19)" em <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR:pt-419> (acesado em 20/06/2020).

A Covid-19 tem sido impactante. Mas, alguns dos cenários que ela tem produzido não são totalmente novos. Resguardadas as particularidades e escalas eles ecoam dramas recentes vividos com o zika vírus no Brasil, com o ebola no continente africano, com as gripes suína e aviária na Ásia e com a doença da vaca louca na Europa. E eles não se restringem às epidemias. Há também as cartas com antraz, o ataque às Torres Gêmeas nos Estados Unidos e as suas intervenções militares no Oriente Médio, além da intensificação dos conflitos na Síria e na Faixa de Gaza. No início do século XXI, eventos descritos como ameaças em escala global têm se mesclado e mobilizado com mais intensidade às novas economias do risco, da preparação e da resposta. Caos e perdas irreparáveis para uns, oportunidades para outros.

Há singularidades epidemiológicas, legais, socioculturais, políticas, econômicas e ambientais envolvidas na constituição local desses eventos. Contudo, um imaginário cada vez mais abrangente tem moldado um projeto global que converte saúde e segurança em uma única commodity. Essa mudança de escala e de natureza tem sido frequentemente operada e justificada por uma ideia elástica de globalização. Nela cabe a expansão da produção e do comércio internacional de produtos de origem animal e vegetal, a circulação de pessoas, mas também de conhecimentos e técnicas da microbiologia. Trata-se de um cenário construído a partir de discursos catastróficos sobre células terroristas infiltradas entre migrantes e refugiados, superbactérias mutantes resistentes a antibióticos e cepas mortais de algum vírus adormecido que atravessa oceanos na carona de algum voo comercial (Caduff, 2014a, 2015; Collier, 2011; Collier; Lakoff, 2008). Assim, diferentes domínios de interesse, como aquele das emergências sanitárias e climáticas, da autonomia alimentar e do terrorismo, tiveram seus caminhos cruzados na mira de ações de Estado para a vigilância e o controle de humanos, animais, artefatos e ambientes. Esse movimento complexo tem semeado reflexões que articulam inúmeras preocupações contemporâneas sob a rubrica de uma emergente antropologia da biossegurança. O objetivo deste trabalho é fornecer uma introdução a esses debates e suas possibilidades de interseção com aqueles da antropologia da saúde, da ciência e da tecnologia e das relações multiespécie.

Biotecnologia, saúde e globalização

A construção do campo da biossegurança articula diferentes disciplinas como a ecologia, a epidemiologia, a biotecnologia, a bioética, e as humanidades. A sua origem é difusa, mas há certa unanimidade em pensar que se trata de uma especialidade dedicada às ações de contenção de riscos inerentes à exposição a agentes biológicos potencialmente contaminantes. Inicialmente, essas práticas se remetiam às atividades em laboratório, mas aos poucos foram estendidas para os ambientes de saúde e também à indústria, ao comércio, à produção agrícola e às relações internacionais (Rocha et al., 2012). Em grande medida, o que estava em pauta era o avanço da microbiologia a partir da segunda metade do século XX e a sua acelerada unificação com outros campos da ciência, da tecnologia e de suas aplicações. Tal processo passou a exigir debates mais amplos sobre ética, processos laborais, preocupações ambientais e segurança dos ambientes e saúde (Neves et al., 2007; Rocha et al., 2012). Assim, protocolos, normas, leis e uma diversidade de documentos técnicos passaram a ser elaborados sob a rubrica da biossegurança, regulamentando práticas de pesquisa e intervenção, mas também de produção e circulação de artefatos biológicos.⁹

O ponto-chave é que tecnologias de manipulação da vida, tipicamente confinadas ao laboratório, passaram a ocupar espaço na criação de animais, no cultivo de plantas, nas práticas biomédicas e na vida cotidiana de uma maneira cada vez mais intensa. Em alguns casos, essas tecnologias se mesclaram a interesses militares de domínio de território e figuraram junto de tecnologias químicas e de manipulação nuclear no desenvolvimento de armas, sobretudo durante a Guerra Fria. Em outros, elas sugeriam cenários de ameaça à saúde diante da possibilidade de criação e propagação de agentes patógenos (Collier; Lakoff, 2008; Fidler; Gostin, 2008). Inúmeros questionamentos sobre

9 Ver, por exemplo, a norma reguladora nº 32, criada pela portaria n. 485, de 11 de novembro de 2005, do Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2005b), que dispõe sobre a segurança e saúde no trabalho em serviço de saúde. Ela descreve e classifica os tipos de risco inerentes ao trabalho com agentes biológicos e o regramento para o cuidado e proteção do trabalhador. No contexto da atual pandemia de Covid-19, por exemplo, a proteção do trabalhador da saúde também está no centro das atenções já que o uso de *equipamentos de proteção individual – EPIs*, regrado nessa norma, tem sido prejudicado por um desabastecimento provocado tanto por investimentos precários na área da saúde como pelas disputas comerciais internacionais acentuadas pela pandemia. Ver, por exemplo, Lister, Shukla e Bobille (2020).

intervenções, objetos e práticas que desafiavam os limites então imaginados entre o seguro e o inseguro – mas também o orgânico e o inorgânico, o natural e o modificado, o estável e o incerto, etc. – fizeram emergir debates sobre as múltiplas faces do risco – sua avaliação, seu manejo e sua comunicação (Donaldson, 2008). Mais do que isso, uma gramática transcultural do risco converteu-se em um modo de governar e de ser governado, inflou os sonhos tecnocráticos para sua distribuição e regulação e também se tornou um modo de pensar a ação social em um mundo incerto (Beck, 1992; Callon; Lascoumes; Barthe, 2001).

Foi nesse conjunto de interseções entre domínios da biotecnologia e da política que a antropologia também formou inúmeras agendas de pesquisa. A maior parte delas não reivindica a participação na formação de um campo específico sobre a biossegurança, mas as questões que elas têm levantado sobre os efeitos das manipulações genéticas e microbiológicas são de fundamental interesse para a constituição dele. É o caso do universo das modificações genéticas e o modo como ele amplificou o escopo das transformações operadas sobre o que tratamos como natureza. Depois de séculos de sua exploração como fonte de recurso e de tentativas de controle sob inúmeros meios de domesticação e macrotransformação, uma concentração em políticas de aprimoramento biológico passou a ser sustentada por uma espécie de governo das moléculas (Fischer, 2003; Rose, 2013; Sibilia, 2015). Exemplos e inspirações podem ser encontrados em importantes investimentos etnográficos que abriram caminhos para explorar as reconfigurações dos regimes de verdade do corpo, da sexualidade e do gênero, da identidade, da cidadania, dos diagnósticos de saúde e doença ou das relações de parentesco. Eles problematizam transformações introduzidas pelas tecnologias da vida, sobretudo a cotidianização do DNA, a pesquisa e o uso de células-tronco embrionárias ou o manejo dos hormônios (Cesarino, 2007; Fonseca, 2014; Franklin; Lock, 2003; Petryna, 2003; Richter, 2016; Rohden, 2008, 2019; Santos; Gibbon; Beltrão, 2012; Strathern, 2005). Outra linha de interesse nesse contexto da expansão da genômica é o da crítica antropológica às conversões da agricultura e da agropecuária em formatos de business e tech. Facilitadas por meio dos métodos de confinamento animal e da monocultura vegetal, essas atividades passaram a ser baseadas no emprego de organismos geneticamente modificados e organismos vivos modificados (em inglês, respectivamente, *genetically modified organisms* – GMO e *living modified organism* – LMO), nos defensivos químicos e nos antibióticos, como também nas

disputas sobre as fronteiras biológicas e os limites do Estado (Bevilaqua, 2014; Blanchette, 2020; Cesarino, 2006; Déturche, 2012; Lapegna, 2019; Leal, 2016; Menasche, 2003; Sordi, 2015, 2017).¹⁰

Em um artigo que apareceu há quase duas décadas, Collier, Lakoff e Rabinow (2004) sugerem de forma mais específica que o tema da biossegurança seria um objeto que articularia métodos, conceitos e sentidos apropriados a uma antropologia do contemporâneo. O artigo ecoava uma intensa preocupação que transitava entre uma atenção à ex-União Soviética e os então recentes eventos de terrorismo no início do século XXI. Em saliência estavam as armas biológicas e os sistemas estadunidenses de biodefesa.¹¹ Para Collier, Lakoff e Rabinow (2004), não havia consenso técnico para afirmar a associação entre construtores dessas armas e sua origem soviética e os possíveis eventos terroristas envolvendo o seu uso, como também não eram claras as demandas das novas políticas de imigração e de preparação e resposta no campo da saúde – temas esses que se mesclavam no conjunto das preocupações da época. Por isso, criou-se uma aura de urgência na formação de um aparato de biossegurança no país – e que, por conseguinte, passou a ser uma agenda “vendida” no formato questão de interesse global. Em meio a esse cenário, três programas de

10 Ainda sobre esse ponto, é importante destacar que o emprego de GMO foi também um dos principais elementos que constitui o debate para a aprovação da Lei da Biossegurança no Brasil (Brasil, 2005a). Grande parte dessa agenda foi motivada pela pressão do *agronegócio* para regularizar o então emprego ilegal de sementes transgênicas de soja vindas da Argentina para o sul do Brasil a partir do fim dos anos 1990.

11 É importante marcar a forte convergência entre o tratamento dado pelos autores à biossegurança com a obra de Michel Foucault, em especial seus tópicos sobre biopolítica e o modo como podemos condensar a sua amplitude em termos de “segurança, território e população” (Foucault, 2008, 2010). Em outro artigo, Rabinow e Rose (2006, p. 197) resumem e atualizam essa relação em três pontos. Para eles, o que está em jogo é a atenção sobre (i) a produção de verdades sobre os seres vivos – e sua imbricação com a biologia, a demografia e a sociologia – e o modo como articulam novas linguagens de suscetibilidade nas relações contemporâneas entre genômica e risco; (ii) as estratégias de intervenção na existência coletiva em nome da saúde e da vida, algumas vezes em termos específicos de raça, etnicidade, gênero, religião, como também com foco em formas emergentes de cidadania genética e biológica; e (iii) os modos de subjetivação desses discursos e políticas e o modo como operam no suporte de formas interessadas de governo de si e dos outros. Contudo, a despeito dessa ligação com a obra de Michel Foucault e das limitações da ideia de vida presente nela e entre alguns de seus proeminentes críticos, como por exemplo Didier Fassin (2018), a *biopolítica que interessa ao debate aqui proposto se estende para além dos humanos*, e inclui a negociação dos limites epistemológicos e morais com animais, microrganismos e ambientes a partir de diferentes planos etnográficos, como será explorado mais adiante.

pesquisa foram propostos na agenda de uma antropologia da biossegurança: (i) o exame dos esforços governamentais e não governamentais dos Estados Unidos para controlar cientistas soviéticos e seus trabalhos envolvendo armas e a manipulação de material biológico; (ii) a problematização do trabalho estratégico de modelagem de cenários de risco; e (iii) o trabalho de pesquisa das ciências da vida voltadas a identificar e responder ao aparecimento de patógenos desconhecidos que pudessem ser empregados como arma biológica (Collier; Lakoff; Rabinow, 2004, p. 6).

O referido artigo recebeu algumas críticas importantes. As principais questões levantadas nelas se remeteram à falta de clareza sobre “que tipo de vida manejada” poderia ser considerado um problema de segurança; com quais tipos de incerteza se estaria lidando; e o que caberia na gramática do terror – em particular, terror para quem, já que ele não seria uma coisa, mas uma relação (Helmreich, 2005). Além disso, a ideia de biossegurança que interessava ao programa estava mais concentrada no tópico dos riscos do que na discussão da própria segurança. Nas palavras de Langlitz (2005, p. 20, tradução minha): “Nunca há segurança na biossegurança, apenas risco. Biossegurança é um conjunto de práticas que tentam gerenciar riscos nas fronteiras onde pessoas, natureza, nações e conhecimento são ameaçados ou representam ameaças.” Essas críticas levantavam dúvidas sobre a possibilidade concreta de se fazer etnografia desses aparatos de biossegurança sem um forte exercício metodológico que problematizasse a situacionalidade e reflexividade. Afinal de contas, a biossegurança era tratada por Collier, Lakoff e Rabinow (2004) como um tópico que espelhava o contemporâneo, mas se desenhava muito mais como um tema de interesse dos Estados Unidos e da maneira como aquele país reagia às pessoas, seres e produtos que chegavam do exterior às suas fronteiras.¹²

De toda forma, as agendas do artigo prosperaram, sobretudo a terceira delas, que se referia aos sistemas de atenção aos agentes patógenos. Políticas de biossegurança então ganharam forma, principalmente, em estratégias que articulavam globalização e saúde. Como sugere Cueto (2015), esse encontro fomentou a emergência de debates no campo da saúde global. Ela amplificou os propósitos

12 Para trabalhos que discutem as agendas que se referem ao controle de fronteiras, imigrantes ou suspeitos de envolvimento com o terrorismo por meio de tecnologias digitais, ver, por exemplo, Ceyhan (2010) e González (2015).

da saúde internacional surgida no início do século XX e se vinculou à globalização e seus processos mundiais, que no mundo pós-Guerra Fria se caracterizaram pelo rápido incremento de fluxos comerciais e de viajantes, capitais financeiros e internet, além de uma exponencial neoliberalização dos Estados.¹³

A saúde global tem sido pautada pela ideia de uma transculturalização de evidências científicas. Elas buscam se impor como um “novo paradigma na arena político-sanitária internacional”. Por conseguinte, elas são mobilizadas como “critério de justificação e intervenção sobre os sistemas de saúde nacionais de saúde, sobretudo entre os países pobres e em desenvolvimento” (Matta; Moreno, 2014, p. 10). Exemplos dessa torção na saúde podem ser notados no tempo presente, com as preocupações em torno da Covid-19.

Dados sobre a mecânica de atuação do novo coronavírus começavam a ser produzidos desde os primeiros casos em Wuhan, na China. Eles resultavam das primeiras informações sobre os sintomas e o tratamento da doença, mas também sobre os números de casos de cura e de morte. Números indicavam que a taxa de letalidade era menor do que nas experiências com a Sars e a Mers, ainda que seu índice de transmissibilidade fosse mais alto (Zhang et al., 2020). Pessoas idosas com históricos de diabetes, hipertensão, cardiopatias ou obesidade pareciam mais propensas a desenvolver formas agudas da doença. Jovens e crianças pareciam mais resistentes e até mesmo assintomáticos. A doença ganhava uma forma e fórmulas derivavam dela. A questão é que as informações locais que produziram esses primeiros dados tiveram as suas escalas amplificadas no mesmo ritmo de expansão geográfica e numérica da contaminação, que foi muito rápido. A decretação da pandemia fez com que o novo coronavírus fosse convertido em um problema em escala global e algumas das primeiras formas de enquadrá-la ganharam um estatuto de referência. Acontece que números, tecnologias e escalas viajam por toda a parte e fingem universalidade (Adams, 2016; Biruk, 2018; Pereira, 2020; Segata, 2020a; Tsing, 2005; Von Schnitzer, 2013). Em outros termos, o problema é que, ainda que

13 É interessante notar como uma tendência de formação e pesquisa em saúde global ganhou força nos Estados Unidos após os ataques às Torres Gêmeas em Nova Iorque. Exemplos disso são os programas que foram constituídos em algumas das principais universidades do país, como é o caso da Columbia University (2003), Princeton University (2008), Brown University (2009) ou Harvard University (2011).

haja uma mecânica biológica mais ou menos padronizável e conhecimentos e técnicas para o seu manejo, situações locais de injustiça e de vulnerabilidade social e as próprias experiências de saúde e doença ou aquelas de risco e cuidado tensionam e limitam essa universalidade. Uma doença como a Covid-19 pode se converter em fenômenos de escala global, mas tanto o global como as doenças e as suas escalas são atuações que se realizam a partir de materialidades, práticas e sentidos singulares e até mesmo contingentes (Mol, 2002; Segata, 2020a).

A questão aqui posta, como alertam Matta e Moreno (2014), é que, ao dividir conhecimentos, indicadores, avaliadores e ranqueamento de necessidades de um lado e pessoas, políticas locais e culturas – desterritorializadas, mensuradas e hierarquizadas – de outro, a saúde global toma como parâmetro o pensamento ocidental hegemônico e atualiza versões regulatórias e colonizadoras do conhecimento científico.¹⁴ Nesse caminho, como notam Collier e Lakoff (2008), foi baseada também nesses enquadramentos que confundem globalização e universalidade que a OMS passou a reconfigurar os limites espaciais e temporais das abordagens de saúde, alimentação e terrorismo. No início do século XXI simplesmente parar a doença nas fronteiras nacionais passou a ser visto como algo inadequado e fomentou a ideia de que é necessário estar preparado com antecedência para ameaças desconhecidas (Collier; Lakoff, 2008, p. 8). Foi por meio dessa questão que se abriu o campo para uma problematização antropológica da conversão da saúde em tema de segurança, como também da emergência das novas inteligências epidêmicas.

14 Nesse sentido, cabe ainda notar que uma parte importante do debate público contra a disseminação das chamadas *fake news* também endossa o colonialismo intelectual que converte o conhecimento científico em sinônimo de verdade universal. Exemplo disso pode ser visto em Domingos (2020). O consumo de chás, ervas, mel, etc., algumas vezes associado a práticas religiosas, de estilo de vida ou mesmo médicas, compõe um vasto repertório de conhecimentos e tradições culturalmente situadas (Langdon; Follér; Maluf, 2012). Contudo, parece que a veiculação de notícias falsas na internet sobre os mais variados temas tem também operado uma atualização de um reducionismo polarizado entre *ciência* e *senso comum* no campo da saúde/doença. Com ele, experiências e práticas terapêuticas de cuidado de si não institucionalizadas têm sido tratadas na chave do que é *falso*, enquanto que a *verdade* tem sido associada ao conhecimento biomédico e suas práticas de medicalização.

Bolas de cristal

Em uma coletiva de imprensa no início de março de 2020, o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, foi questionado sobre o que poderíamos esperar da Covid-19. Ele analisou as previsões estatísticas, alguns gráficos, mapas e muitos números apresentados em Powerpoint e respondeu: “Tudo está acontecendo dentro do que imaginamos, mas não temos uma bola de cristal. Estamos trabalhando com as informações mais recentes. Por mais difícil que seja, não é a primeira epidemia que enfrentamos” (cf. Souza, 2020, grifo meu). De fato, o Brasil sofre com grandes epidemias desde os últimos dois séculos. Mas restam inúmeras dúvidas de que esses antecedentes garantam qualquer solução para os desafios atuais da Covid-19. Afinal, muito mais do que lições que produzam ações preventivas que corrijam problemas detectados, índices históricos têm sido cada vez mais utilizados como medidas de classificação do presente do que de projeção futura (Segata, 2020b).

A despeito de importantes iniciativas de saúde pública no Brasil, como o caso do SUS e também da alta competência de pesquisa no campo da saúde, há um importante e crônico desinvestimento em ciência e um crescente distanciamento entre ela e a elaboração de medidas pontuais e de políticas públicas abrangentes. No âmbito da preparação e resposta no Brasil, Carmo, Penna e Oliveira (2008), por exemplo, mostram como a implantação da Rede Nacional de Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública (Rede Cievs) auxiliou na mitigação de danos provocados por doenças infecciosas, zoonoses e mesmo por catástrofes climáticas. Ela opera por meio de um amplo e capilarizado sistema de notificações, mas também de uma contínua implantação de sentinelas baseadas em tecnologia de informação, em sinergia com um dos mais amplos sistemas públicos de saúde, o SUS.¹⁵

O ponto crítico é o de que há um robusto emprego de tecnologias ditas de antecipação sob a rubrica da biossegurança. Elas têm feito com que conhecimentos e práticas locais de prevenção, cuidado, mas também de formulação

15 Contudo, cabe notar que no mesmo país, e em contraste a um investimento positivo como o do SUS, e mesmo diante de evidências científicas sobre a ineficácia e riscos inerentes, o presidente Jair Bolsonaro insiste no emprego da “cloroquina” para o tratamento da Covid-19 combinado com tentativas de desfazimento do isolamento social, amplamente defendido pelas autoridades de saúde. Por exemplo, ver Valfré e Vargas (2020) e Bolsonaro... (2020).

da própria vida cotidiana, sejam suplantados por políticas de preparação e resposta, cuja atuação em problemas presentes tem sido minorada em razão do comércio de um futuro imaginado. O quadro a seguir, extraído de Lakoff (2008, p 37, tradução minha), nos ajuda a sintetizar esse imaginário e forma um guia para a reflexão:

	Segurança da soberania do Estado	Segurança das populações	Segurança de sistemas vitais
Momento de articulação	Século XVII, monarquias	Século XIX, higiene urbana	Meados do século XX, defesa civil
Racionalidade normativa	Interdição	Prevenção	Preparação
Tipos de ameaça	Adversários	Eventos de ocorrência regular	O imprevisível, eventos potencialmente catastróficos
Formas exemplares de conhecimento	Estratégia	Epidemiologia, demografia	Performances imaginativas
Operação	Deter ou defender-se do inimigo	Risco distribuído	Medir a vulnerabilidade, desenvolver competência

Quadro 1. Formas de segurança coletiva.

O quadro de Lakoff (2008) articula períodos-modelo que desdobram a noção de biopolítica de Michel Foucault (2008, 2010) em biossegurança e como ela ilumina pensamentos e práticas emergentes no campo da saúde e de suas políticas. No quadro, o século XVII, por exemplo, é caracterizado como o momento de articulação dos Estados-nação modernos (sobretudo os europeus e suas colônias) cuja soberania deveria ser garantida pela interdição do território. A ameaça a essa soberania é externa – representada por outros Estados em disputa que figuram como adversários ou inimigos e que devem ser administrados

por meio de estratégias fundadas em inteligência militar. Em meados do século XIX, com os territórios ligeiramente garantidos contra a ameaça externa, emerge o tempo de promover a estabilidade interna. O que preocupava era a ocorrência de eventos regulares, como os conflitos civis, a fome, a luta de classes, mas também as irrupções epidêmicas emergentes. Nessa perspectiva, o risco passa a ser distribuído entre novos agentes como a economia, o mercado e o desemprego, os fenômenos climáticos e os microrganismos. Sobre eles, disciplinas como a epidemiologia e a demografia emergem com suas políticas de prevenção amplamente características do paradigma higienista: é o tempo de “excluir pobres e micróbios do social” – perigosos à integridade da nação. Por fim, o quadro mostra como uma segurança dos sistemas vitais emerge a partir de meados do século XX. Ela evidencia modelos de defesa civil já historicamente enquadrados por pensamentos bélico-militares e cuja racionalidade tensiona a interdição e a prevenção para um investimento em preparação: é o tempo de “estar sempre pronto”. O risco em evidência é o imprevisível catastrófico que está por vir e que é amplificado pela ideia de escala global. O conhecimento elaborado para sua mitigação é baseado nas performances imaginativas que, para usar uma expressão de Gerda Reith (2004), “colonizam o futuro”. Esse amanhã colonizado pelo risco imaginado e pela incerteza é o que sustenta o presente da indústria de medição de vulnerabilidade e de comércio deste híbrido saúde-segurança.

Ainda que o quadro de Lakoff (2008) lance importantes pistas para a compreensão da biossegurança, ele não deve tomado de maneira prescritiva. A linearidade e a aparente homogeneidade das políticas e práticas que ele caracteriza são sobrepostas ou combinadas em contextos locais, ainda que, quase sempre, importem problemas e soluções do norte para o sul global. Etnografias recentes nos ajudam a colocar a disposição do quadro em tensão, como o faz o seu próprio autor em um trabalho mais recente. A partir de um exame das medidas tomadas pela OMS em relação às crises com o ebola e com o zika, Lakoff (2017) se pergunta sobre o que significa estar preparado. Para ele, a ideia de preparação constitui uma espécie de biopolítica do tempo real. Ela é alimentada por uma profusão de tecnologias que produzem informações que não informam propriamente, mas que produzem imaginações sobre as quais se passa a agir e governar. No contexto da atual pandemia de Covid-19 a crítica de Lakoff (2017) ganha relevo e nos ajuda a situar a biossegurança como sendo aquilo que ele

e Caduff (2014a, 2015) traduzem como uma modalidade emergente de governamentalidade. Ambos destacam o papel do afeto, das incertezas e indeterminações, mas também da tecnologia e da burocracia na sua produção.

Como escreveu Keck (2010, p. 42, tradução minha) em sua etnografia sobre a gripe aviária em Hong Kong,

o conceito de preparação não designava mais, como no caso da prevenção, a delimitação de um espaço vestido de séries estatísticas, tampouco como na precaução, a avaliação de riscos no tempo de ação: [a preparação] abrangia um conjunto de exercícios que pretendia fingir que o desastre já estava lá para limitar seus efeitos. Não era mais um trabalho empírico de negociação de limites ou um trabalho intelectual de avaliação de riscos, mas um trabalho da imaginação para se colocar coletivamente no horizonte da catástrofe.

Ferramentas como aquelas mencionadas na coletiva do ministro, como mapas dinâmicos elaborados por softwares de geolocalização, sistemas de mineração de dados, controle de telefones celulares, estatísticas, quadros, curvas, etc., cada vez mais comuns, fornecem elementos para que epidemiologistas, mas também economistas e políticos, definam e distribuam de forma desigual o risco e suas formas de contenção. Como assinala Caduff (2014b), tomadas de decisão no campo da biossegurança são feitas a partir de uma série de evidências em construção, rumores em investigação e intensa comunicação incompleta. Nas palavras de Caduff (2014b, p. 40-41, tradução minha, grifo meu),

Há sempre algo que está faltando, há sempre algo que está ausente, há sempre algo que está fora de alcance. [...] Estamos lidando com cientistas que estão compartilhando informações “quando elas estiverem disponíveis”. Trata-se de “histórias incomuns” que estão “sem credibilidade”. Estamos lidando com um “iceberg”, mas ninguém sabe o quão grande ele é realmente. Trata-se de “rumores”, que exigem confirmação oficial. Trata-se de “investigação adicional” e “estudos adicionais” que são “difíceis de ler”. Trata-se de um padrão “que ainda precisa ser elaborado”. Estamos lidando com “conversas de mídia social”; com um micróbio que está em movimento. A natureza está tentando nos dizer algo, mas ninguém tem ideia do que é. [...] Parece que isso é “inteligência epidêmica” [...]. O que essa “inteligência” oferece são informações, mas essas informações não podem nos

informar. São obscuras, suspeitas, incertas, ambíguas, deficientes, inadequadas, indeterminadas. O objetivo dessas informações não é estabilizar a situação; pelo contrário, seu objetivo é desestabilizá-la e, ao fazê-lo, gerar uma cena de saturação [eventfulness]. [Com ela] a impossibilidade de representação é performada e essa performance constitui um tipo particular de prática.

Essa política da incompletude cria condições que possibilitam muitas estratégias de intervenção, mas também de absolvição dos seus próprios insucessos. Há sempre alguma coisa que pode ser um sinal, e cada sinal precisa ser decodificado – como uma sopa de morcego com carne de cobra ou um vestígio de vírus nos esgotos de uma cidade.¹⁶ Eles podem relevar “a verdade” ou levar a lugar algum. Mas nunca não são nada à medida que, ainda que incompletos, eram sinais. São eles que justificam as medidas tomadas, como as intervenções antecipadas, baseadas em projeções. Muitas vezes, essas projeções ressoam mais os juízos dos programadores de algoritmos, e suas fantasias confusas de morte em massa que mimetizam o imaginário distópico de séries de televisão, do que as sensibilidade sobre como agir numa situação de emergência em realidades plurais e desiguais.¹⁷

Na pesquisa que fiz sobre as políticas de controle da dengue essa situação era evidente. A doença é transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. Armadilhas para a sua coleta ou a dos seus ovos eram utilizadas para produção de dados entomológicos que alimentavam os softwares de vigilância. Elas quase sempre eram colocadas nas comunidades mais pobres. As autoridades encontravam

16 Há um campo vasto a ser explorado. Inúmeras podem ser as interseções, limites, mas também atuações possíveis, com informações que podem ser *fake news*, ruídos, meias-verdades, negacionismo ou ciência produzindo dados que ainda estão incompletos. Em uma busca simples, por exemplo, coexistem os mais distintos “indicativos de sinais”, anunciados assim: “Coronavírus pode ter sido transmitido por sopa de morcego e carne de cobra” (Coronavírus pode..., 2020) ou “Esgoto pode indicar percentual de contaminados pela covid-19” (Peduzzi, 2020).

17 Nessa linha ver também Kelly, Keck e Lynteris (2019). Para os autores, uma antropologia das epidemias tem ajudado colocar em relevo os contornos geopolíticos e as consequências da biossegurança. Para eles, a ideia de ameaça iminente perene fornece o pretexto para a expansão do poder governamental sobre todas as formas de vida, como também para restringir o escopo da prática de saúde pública. Esse processo prioriza os riscos que são projetados sobre “eventos contagiosos catastróficos imaginados”, em vez de agir sobre “as desigualdades sociais cotidianas e as desigualdades globais que determinam quem é infectado em primeiro lugar” (Kelly; Keck; Lynteris, 2019, p. 4, tradução minha).

mosquitos, mas apenas onde queriam encontrá-los. Portanto, as tecnologias de geolocalização ecoavam os círculos históricos de exclusão que associavam pobreza e doença (Segata, 2017, 2019). Nas porções territoriais mais pobres dos municípios não havia contêineres na rua para o depósito adequado de lixo; noutros casos, muitas pessoas acumulavam materiais recicláveis para vender com forma de sustento, na falta de empregos formais. A falta de água nas comunidades também era crônica e exigia que as pessoas improvisassem reservas dela em baldes. Em alguns casos, baldes e materiais recicláveis tornavam-se criadouros de mosquitos. As pessoas que conviviam com eles então passavam a ser responsabilizadas pela facilitação da contaminação, quando na verdade sofriam com os problemas estruturais que os expunham à falta de acesso a direitos fundamentais.

A própria noção de biossegurança era controversa nesse contexto de pesquisa. Grande parte da responsabilidade dos agentes de endemia que atuavam no controle de mosquitos era a de fornecer informações para alimentar as tecnologias de preparação. Mas eles mesmos não tinham disponível para si a proteção necessária para o trabalho. Não havia roupa adequada, filtro solar, nem repelente, tampouco luvas para o manuseio dos produtos químicos. Como costumavam dizer em Natal, uma das cidades onde fiz trabalho de campo, “o melhor EPI [equipamento de proteção individual] é ficar doente mesmo, porque daí você fica imune”. Todos os agentes com quem eu trabalhei lá já haviam contraído dengue, zika ou chikungunya durante o trabalho. Em alguns casos, mais de uma doença.

Além disso, havia um outro “viés” na produção de dados para as tecnologias de preparação: o mosquitocentrismo (Augusto et al., 1998; Segata, 2017). Febre amarela, dengue, zika e chikungunya são doenças diferentes, mas o mosquito é o que formata grande parte da resposta em saúde. Quase sempre é ele o alvo. A maior parte das ações é resumida em combate a mosquitos com enormes porções de veneno. O ponto é que as pessoas já sofriam com as doenças e com a falta de tratamento. Elas também eram expostas a problemas de abastecimento e saneamento básico e à falta de políticas públicas continuadas. Como mostram Diniz e Brito (2018) para o caso da zika, por exemplo, a epidemia nunca termina. Basta considerarmos as mulheres que se converteram em cuidadoras em tempo integral das crianças que desenvolveram síndrome congênita da zika, cuja característica mais evidenciada foi a microcefalia. Basta considerar as “terapias de estrada” – ou seja, os longos trajetos percorridos em busca de atendimento

e cuidado básico especializado ou as disputas judiciais para conseguir benefício de saúde no INSS. A sensibilidade das bolas de cristal nunca capturava tanto sofrimento (Segata, 2020b). O que alimenta os softwares das tecnologias de preparação e resposta não são essas histórias. Neles, entram apenas as quantidades de ovos, mosquitos, criadouros, domicílios visitados, veneno utilizado ou casos notificados. Biografias e projetos de vida não pesam e são invisibilizados pela contabilidade numérica em torno dos mosquitos (Nading, 2017).

O que se nota, assim, é que as tecnologias de preparação não implicam, necessariamente, estarmos informados e materialmente prontos para não sofrermos os efeitos de uma crise sanitária. Antes, elas formam um emaranhado de elementos negociáveis que podem fundamentar tomadas de decisão mais ou menos precárias, empregadas para o governo da vida. Entre elas, como no caso atual da Covid-19, o estabelecimento de medidas de isolamento e sua rigidez, a decretação de rodízios de veículos, o fechamento de estabelecimentos comerciais ou o uso de máscaras de proteção. Todas amplamente disputadas entre (des)vontades políticas.

O ponto é que quando uma catástrofe, de fato, está instalada, a imaginação da preparação não dá conta da contingência dos acontecimentos e ficamos sem resposta. Nesse sentido, e seguindo o raciocínio de Lakoff (2017), a profusão de cenários de catástrofe forjados pela combinação de múltiplas camadas e sentidos de informação e imaginação intencionada serve muito mais para precificar a vida e do que para protegê-la. Em outras palavras, a ideia de preparação tem sido sequestrada por políticos neoliberais e pelas corporações atuariais. Ela fornece a eles muitos subsídios para justificar a privatização de sistemas de saúde e definir valores de seus planos e seguros. Mas oferece pouca resposta para evitar o sofrimento e a morte de certas porções da população expostas às injustiças sociais e às desigualdades estruturais, mais concretamente atingidas pelas crises sanitárias.

Guerras crônicas

“Temos um inimigo invisível.” “A nossa segurança está ameaçada.” “Não mediremos forças para vencer mais esta batalha.” Frases como estas poderiam descrever situações de guerra, mas foram pinçadas entre noticiários sobre

“o avanço do perigo” da Covid-19. Mesmo a OMS, na conferência de 11 de fevereiro de 2020 na qual se anunciou o nome oficial da doença, usou essa gramática. Para o diretor-geral da organização, o cenário era comparável a uma ameaça de terrorismo:

É uma questão de convulsões políticas, sociais e econômicas. [Uma epidemia] pode afetar todas as áreas da sociedade e é por isso que temos que leva-la a sério. O mundo, quando fala sobre terrorismo – imaginem –, o nível de preparação, e assim por diante, é imenso. Para ser honesto, um vírus é mais poderoso na criação de convulsões políticas, econômicas e sociais do que qualquer ataque terrorista, acredite ou não. Eu era ministro das Relações Exteriores e discutia o terrorismo e assim por diante, mas um vírus pode ter consequências mais poderosas do que qualquer ação terrorista, e isso é verdade. Se o mundo não quiser acordar e considerar esse vírus inimigo como inimigo público número um, acho que não aprenderemos nossas lições. É o inimigo número um do mundo e de toda a humanidade e é por isso que temos que fazer tudo para investir em sistemas de saúde, investir em preparação, e é por isso que eu sempre digo: é isso que me acorda à noite e deve acordar todos nós. [O vírus] é o pior inimigo que você pode imaginar. Pode causar estragos políticos, econômicos e sociais. (Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, 11 de fevereiro de 2020, tradução minha).¹⁸

As palavras do diretor-geral da OMS são emblemáticas para ilustrar o modo como os domínios da biossegurança têm militarizado as orientações do campo da saúde. Uma agenda de saúde pautada em termos de segurança e globalização tem feito emergir a ideia de que a patogenicidade é intensificada por meio da circulação acelerada de potenciais inimigos desconhecidos, presentes entre humanos, animais, ambientes e suas transformações tecnológicas. Com efeito, regulações e responsabilidades acionam a gramática das ameaças globais colocando em relevo os sintomas de uma guerra crônica. Ela performa e defende fronteiras entre certos humanos e entre eles e o resto do mundo e sustenta a razão das políticas de biossegurança com suas vontades de contenção e assepsia.

18 Ver World Health Organization (2020b). Todas as transcrições dos pronunciamentos oficiais da OMS estão disponíveis no seu *website*.

Há dois fronts destacados – o do recurso e o da ameaça. Ambos integram, digamos assim, um enquadramento extenso do pensamento euro-americano afunilado pelo capitalismo – dito assim, entre naturalismo e Capitoloceno (Descola, 2017; Haraway, 2015). Trata-se do excepcionalismo humano que organiza o assim chamado mundo natural como sendo uma externalidade ao social (Lewgoy; Segata, 2017; Tsing, 2019). A partir dele, a natureza é convertida em uma fonte de recurso, imaginada como inesgotável. Referências a isso podem ser notadas na comoditização e o desejo de aprimoramento, com exemplos que vão da mineração ao desmatamento e do cultivo de monoculturas à produção intensiva de carne. Nesse imaginário, a natureza precisa ser domada, amansada e, por meio dos avanços da engenharia genética, ela deve ser melhorada. O controle total é a base de ajuste para que o planeta seja convertido em uma imensa plantation que atenda às necessidades do lucro, mais do que às necessidades do consumo em si. Em termos diretos, são histórias conturbadas com o mundo baseadas desde a relação como cultura até a cultura como business. O que se nota em exemplos cada vez mais triviais, como no caso da agricultura e sua conversão em agronegócio; e isso não é apenas uma mudança de termos, mas de pensamento, ações e valores. Essa emergente racionalidade “agro é tech” promete alimentar um mundo cada vez mais populoso e faminto, quando na verdade expande as escalas de lucro do capitalismo com cultivos otimizados pela combinação de aprimoramento genético e mão de obra precarizada.

Como assinalam Lapegna e Otero (2016), os cultivos transgênicos têm transformado a produção agrícola em diversas partes do planeta e foram adotados pela globalização neoliberal. Eles são criados, comercializados e patenteados por multinacionais, e costumam sofrer resistência e oposição de movimentos sociais e ONGs. Esses cultivos globais, assim, delineiam geografias desiguais dentro e entre países e expressam regimes tecnoprodutivistas que podem ser vistos como commodities – ou seja, bens criados para a geração do lucro.

Nessa mesma esteira, também podemos situar o movimento global da carnificação como sendo outra face ambígua e perversa do neoliberalismo agroalimentar facilitado pela biossegurança. Ele converteu animais em matéria-prima para a fabricação de “alimentos ricos em proteína” jogando com a popularização do consumo de carnes e a promessa da democratização alimentar em países economicamente vulneráveis (Lapegna; Otero, 2016). Gado, porco, frango

e alguns peixes – criados em larga escala sob confinamento – ingressam na agenda de novos movimentos sociais político-dietéticos, ao passo que também se convertem em problemas ecológicos que afetam as mudanças climáticas (Blanchette, 2020; Lapegna, 2019; Lien, 2015).

O ponto é que no front da natureza como recurso a expansão da dieta industrial baseada no aprimoramento e na comoditização tornou-se uma peça-chave para a mercantilização da força de trabalho. “Quanto mais baixo for o preço dos alimentos, menor é a pressão que enfrentam os capitalistas por parte dos trabalhadores para aumentar salários e maior é a mais-valia obtida, que faz ampliar os lucros” (Lapegna; Otero, 2016, p. 24, tradução minha). Ao passo disso, ela abre novas frentes de expansão de mercados com a emergente epidemia não vetorial de doenças crônicas associadas a dietas e estilo de vida, como o que decorre com o consumo de açúcar (Moran-Thomas, 2019). Além disso, o trabalho precário da indústria da carne tem sido posto em relevo com a Covid-19. Inúmeros são os frigoríficos no Brasil, sobretudo na região Sul, que protagonizam surtos da doença entre os seus funcionários. Para que a carne continue chegando à mesa da população durante o período de isolamento social, migrantes e indígenas, que formam parte de um contingente de mão de obra barata desse setor, têm sido expostos às contaminações. Atualmente, elas respondem robustamente pela interiorização dos casos da doença, e via de regra como alhures, vitimam quem já sofre em razão de outras cargas de vulnerabilidade.¹⁹

Por ameaça, eu penso nos discursos que proclamam que os humanos sejam vítimas da força incontrolável e destruidora de uma natureza que escapa a esse controle total. Os exemplos são inúmeros e vão desde as catástrofes decorrentes dos fenômenos climáticos até às irrupções infecciosas, como no caso das pandemias. O pesadelo do excepcionalismo é o de que “às vezes, os humanos não são nem um pouco protagonistas” (Tsing, 2019, p. 128). E, na falta de traquejo político com outros seres, resta a guerra. Mas não é apenas o novo coronavírus que tem sido tratado como um inimigo, nem a Covid-19 é a primeira dessas “guerras”. Esse tipo de enquadramento tem sido uma prática recorrente no universo da saúde. Novamente, o caso do mosquito *Aedes aegypti* é ilustrativo.

19 Ver, por exemplo, Covid-19... (2020).

A dita versatilidade desse mosquito faz dele um dos maiores vilões do universo das epidemias, mas também uma das mais sofisticadas tecnologias já fabricadas desde a medicina tropical – motivo pelo qual ele foi convertido em uma infraestrutura de políticas de internacionalização da saúde.²⁰ Com ele, a saúde (sua ciência e suas técnicas) pode se internacionalizar (Benchimol, 2001, 2011; Löwy, 2006). Desde a sua confirmação como vetor da febre amarela, em 1902, o mosquito passou a ser visto como aquele elemento-chave que permite que um experimento pule de um contexto para outro, como se fosse neutro. Onde quer que você encontre o *Aedes aegypti*, você pode levar até ele um saber produzido em outro lugar.

A questão é que os vírus e as bactérias, alguns dos agentes patológicos mais comuns, são invisíveis aos nossos olhos. Então, alguns animais, plantas e vetores, como o caso do mosquito, operam aquilo que na teoria ator-rede ficou conhecido como mediação sociotécnica, funcionando como uma espécie de lente de aumento (Akrich, 1993). Eles materializam ou medeiam a presença do vírus; o mosquito torna o vírus visível (Löwy, 2006). Então, nessa lógica de guerra, o mosquito se torna o alvo porque ele é, digamos assim, o quartel general do vírus – o território do inimigo, e deve ser atacado. Essa militarização da relação com o mosquito também deriva das primeiras intervenções dos Estados Unidos na América Latina, como na independência de Cuba e na construção do Canal do Panamá. Nos dois casos, a febre amarela matava pessoas, incluindo soldados e trabalhadores. Então, quando o general William Gorgas entrou em ação contra a doença, o mosquito se tornou um inimigo, e começou a guerra contra ele: inimigo, território, campanha, vigilância, enfrentamento, controle, combate, erradicação. A semântica militar estava por toda parte e permaneceu (Espinosa, 2009; Löwy, 2006, 2017; McNeill, 2010; Stepan, 2011). Foi o que aconteceu, por exemplo, quando a Fundação Rockefeller realizou a grande campanha contra a febre amarela na América Latina entre os anos 1920 e 1950.

20 Eu tenho em mente que a ideia de infraestrutura, como no trabalho de Susan Star (1999) e Bryan Larkin (2018), refere-se a um dispositivo útil de governança que inclui artefatos, instituições, discursos e ações. Os elementos que formam esse aparato não podem ser reduzidos a algo neutro por onde passa a ciência e a política; antes que isso, uma infraestrutura também é (e faz) política.

A sua meta era matar o inimigo antes que ele nos matasse – e a grande arma para seu extermínio foi o DDT.

Além disso, os especialistas da Rockefeller estabeleceram um padrão internacional conhecido como “índice de mosquitos” com base em sua característica sinantrópica. Desde então, medir a eficácia dos programas de saúde se baseia no vínculo entre o habitat do mosquito e os hábitos humanos. Na biopolítica das epidemias, o controle eficiente dos vetores envolve sobremaneira a vigilância e o controle conjunto dos humanos e dos territórios que ambos constituem e partilham (Löwy, 1990, 1996, 1999, 2006). E, nesse caminho, alguns quadros se complexificam.

Antes do mosquito, por exemplo, as teorias sobre os miasmas e sobre o contágio endossavam políticas higienistas na América Latina e no Caribe. No Rio de Janeiro, por exemplo, elas levaram à destruição de edifícios residenciais. Os pobres e os negros foram perseguidos e expulsos do centro das cidades sob a acusação de que eram sujos e perigosos. Quer dizer, nem sempre “a lente de aumento” que localiza o inimigo invisível é um mosquito ou outra espécie animal.

Populações pobres, mas também migrantes e refugiados e os chamados grupos de risco são muitas vezes estigmatizados no contexto de crises sanitárias, como sendo os responsáveis por carregar consigo os agentes infecciosos. É o caso da Covid-19 ou do HIV-Aids. Os seus vírus não chegam até nós mediados por um vetor, mas diretamente por meio de um outro humano ou por superfícies e objetos com o seu contato. Nesse caso, esse outro passa a ser visto como alvo. Essa é uma das razões pelas quais resiste ainda a homofóbica restrição para a doação de sangue por parte de homens que mantiveram relações sexuais com outros homens em um intervalo de tempo menor que um ano. Desde mais de três décadas, recai sobre homossexuais a acusação de serem um risco para o HIV-Aids.²¹ Também não é por menos que se naturalizam ataques de xenofobia, sugerindo que a Covid-19 seja chinesa ou que fronteiras precisem ser fechadas, especialmente para pessoas que venham de países de fora do norte global. A questão é que a militarização das relações é a verdadeira inimiga (Pimenta, 2018; Segata, 2020b). A vida é mais complexa do que encontros

21 Essa pauta foi retomada pelo Supremo Tribunal Federal em meio à pandemia de Covid-19, às vésperas dos 40 anos da descoberta do HIV-Aids, e a restrição foi derrubada. Ver, por exemplo, D’Agostino e Rodrigues (2020).

regulados e imaginações de classificação presentes nas atuais conformações da biossegurança. Se há fronteiras entre nações, sociedades, culturas ou espécies, elas devem ser locais de encontros pacíficos e aprendizado conjunto, não de separação. Precisamos de mais políticas de cuidado e de inclusão, não de guerra e exclusão.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho eu apresentei tópicos gerais para pensar a constituição de uma antropologia da biossegurança. A agenda de discussões foi situada em um recorte que intersecta críticas antropológicas às tecnologias de produção e de manipulação da vida, as relações entre humanos, animais e ambientes e a globalização. Afetado pelos debates em torno da pandemia de Covid-19 provocada pelo novo coronavírus, eu busquei explorar uma tendência emergente de uma face da biossegurança, que é a de converter as preocupações com a saúde em um assunto de segurança global.

É certo que a pandemia em curso é um desafio para a antropologia. A natureza episódica e excepcional desse tipo de catástrofe exige respostas imediatas e isso tende a dificultar interpretações locais ou culturalmente situadas. Usualmente, sobressaem os modelos explicativos universalizantes, baseados na biologia (Keck; Kelly; Lynteris, 2019; Rosenberg, 1992). Além disso, como bem afirmaram Keck, Kelly e Lynteris (2019), epidemias e antropologia compartilham histórias complicadas. Ambas serviram por muito tempo como obstáculo, mas também como instrumento de inúmeras formas de expansão imperial. As epidemias foram desde meados do século XIX um mecanismo importante para a descoberta e a inovação científica, entre as quais os avanços da microbiologia e da internacionalização da moderna ciência da saúde.

Os surtos de doenças criaram o contexto e a justificativa para políticas de segregação, reassentamento, quarentena e vigilância populacional. As populações nativas e subalternas foram centrais para o surgimento desse novo campo de investigação científica. Tradições locais, rituais, meios de subsistência e espaços domésticos foram lançados como reservatórios patogênicos e como recursos científicos para a medicina tropical. (Keck; Kelly; Lynteris, 2019, p. 3, tradução minha).

A antropologia, lembremos, igualmente se beneficiou dos privilégios colonialistas para desenvolver os seus primeiros trabalhos de campo. No entanto, se as colônias do início do século XX foram convertidas em um laboratório para a consolidação de algumas ciências brancas, mais recentemente os Estados pós-coloniais têm sido os protagonistas de uma fabulosa crítica da hegemonia científica através do conhecimento e das práticas localmente situadas. Para Keck, Kelly e Lynteris (2019), essa é a linha que vincula e que tensiona a higiene tropical do passado e os recentes programas de segurança em saúde do século XXI. Foi com essa crítica em mente que ao longo do texto eu procurei levantar pistas para um questionamento de uma máquina imperialista silenciosa que responde pela alcunha de biossegurança. No argumento que apresentei, ela “vazou” dos laboratórios para se tornar um novo modelo de relações políticas internacionais – um poderoso instrumento de governamentalidade em escala global. Isso precisa ser pautado. A minha expectativa é que se desdobrem futuros debates em torno de uma antropologia da biossegurança com uma orientação cada vez mais decolonial.

Neste caminho, cabe reafirmar que emergências em saúde, como é o caso da Covid-19 e o amplo aparato que promete preparação e resposta a cenários avassaladores como o dela, precisam ser analisadas a partir de perspectivas locais, sobretudo firmadas no sul global. Doenças tropicais como o ebola, a dengue, a zika, a chikungunya ou a febre amarela, por exemplo, são desde muito tempo experiências crônicas nos países mais pobres. Elas apenas são convertidas em emergência de saúde pública de interesse internacional – PHEIC – quando batem à porta dos países mais ricos. Além disso, sob a rubrica de biossegurança, políticas e práticas de assepsia e de contenção confundem fronteiras culturais, biológicas e de Estado. Não é por menos que pobres, negros e indígenas – latino-americanos, asiáticos ou africanos –, mas também os micróbios e outros patógenos sejam considerados uma constante ameaça à pureza dos países do norte.

O mesmo se aplica aos problemas ecológicos. Era o que eu tinha em mente quando tratei das “guerras crônicas” neste texto. Se por um lado os protocolos de biossegurança prometem regular e proteger as relações entre espécies e ambientes, por outro eles facilitam a máquina produtivista de otimização da natureza, materializada no confinamento animal e na monocultura. Inúmeros debates que têm aparecido recentemente na agenda do Antropoceno questionam o modo como a intervenção humana tem adoecido a vida do planeta.

Em cena, sobremaneira, o consumismo acelerado e a sua relação com o aquecimento global e a degradação dos ecossistemas (Bonneuil; Fressoz, 2013; Descola, 2017; Trischler, 2017, entre outros). Mas também são numerosos os chamados a “dividir a conta igualmente entre todos”; a lutar juntos pela Terra que é nossa (Latour, 2020). Acontece que ainda que o conceito de Antropoceno se apresente como um problema global, ele também precisa ser posicionado. Afinal, relações históricas de poder e de desigualdade marcam profundamente a América Latina e outros países do sul (Ulloa, 2017). Se ontem foram os violentos processos colonização e de expropriação que arrasaram as suas paisagens naturais, hoje são as tecnologias de manipulação genética que convertem os países mais pobres em grandes e lucrativas lavouras de plantio de transgênicos e em granjas de animais em confinamento.

Enfim, tratar pandemias e catástrofes ambientais e humanitárias como sendo “uma crise” é fingir que vivemos apenas problemas passageiros – é normalizar a exceção (Latour, 2020; Santos, 2020). A Covid-19 é uma tragédia sem precedentes e o vírus que a provoca não chegou sozinho. Ele veio acompanhado das mudanças climáticas em escala global e de um imenso emaranhado de miséria, sofrimento e falta de empatia que desenham um futuro incerto e amedrontador. São os efeitos de um projeto acelerado e destrutivo para o controle, o aprimoramento e o consumo da natureza convertida em mercadoria (Berardi, 2019; Stengers, 2015). Em outras palavras, o que temos vivido com a Covid-19 é apenas mais um sintoma. A verdadeira doença ainda se chama capitalismo.

Referências

- ADAMS, V. Metrics of the global sovereign: numbers and stories in global health. In: ADAMS, V. *Metrics: what counts in global health*. Durham: Duke University Press, 2016. p. 19-56.
- AKRICH, M. Les formes de la médiation technique. *Réseaux*, Paris, v. 60, p. 87-98, 1993.
- AUGUSTO, L. et al. Programa de erradicação do *Aedes aegypti*: inócuo e perigoso (e ainda perdulário). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 876-877, 1998.
- BECK, U. *The risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1992.

BENCHIMOL, J. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

BENCHIMOL, J. Mosquitos, doenças e ambientes em perspectiva. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. p. 1-15.

BERARDI, F. *Depois do futuro*. Rio de Janeiro: Ubu, 2019.

BEVILAQUA, C. B. Espécies invasoras e fronteiras nacionais: uma reflexão sobre limites do estado. *Anthropológicas*, Recife, v. 24, p. 103-123, 2014.

BIRUK, C. When numbers travel: the politics of making evidence-based policy. In: BIRUK, C. *Cooking data: culture and politics in an African research world*. Durham: Duke University Press, 2018. p. 166-200.

BLANCHETTE, A. *Porkopolis: American animality, standardized life, and the factory farm*. Durham: Duke University Press, 2020.

BOLSONARO volta a criticar o isolamento social contra o coronavírus. *O Globo*, 16 maio 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-volta-criticar-isolamento-social-contr-coronavirus-24430964>. Acesso em: 17 maio 2020.

BONNEUIL, C.; FRESSOZ, J.-B. *L'Événement Anthropocène: la Terre, l'histoire et nous*. Paris: Seuil, 2013.

BRASIL. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 mar. 2005a. Seção 1, p. 1-5.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n. 485, de 11 de novembro de 2005. Aprova a Norma Regulamentadora n. 32 que dispõe sobre a Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 nov. 2005b. Seção 1, p. 80-94.

BRASIL passa de 50 mil mortes por coronavírus, mostra consórcio de veículos de imprensa. *GL*, 20 jun. 2020. Disponível em: <https://gl.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/20/brasil-passa-de-50-mil-mortes-por-coronavirus-mostra-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-sao-964-em-24-horas.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CADUFF, C. On the verge of death: visions of biological vulnerability. *Annual Review of Anthropology*, Stanford, v. 43, p. 105-121, 2014a.

CADUFF, C. Sick weather ahead: on data-mining, crowd-sourcing and white noise. *Cambridge Anthropology*, Cambridge, v. 32, n. 1, p. 32-46, 2014b.

CADUFF, C. *The pandemic perhaps: dramatic events in a public culture of danger*. Oakland: University of California Press, 2015.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain: essais sur la démocratie technique*. Paris: Seuil, 2001.

CARMO, E. H.; PENNA, G.; OLIVEIRA, W. K. Emergências de saúde pública: conceito, caracterização, preparação e resposta. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 19-32, 2008.

CESARINO, L. *Acendendo as luzes da ciência para iluminar o caminho do progresso: uma análise simétrica da Lei de Biossegurança brasileira*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CESARINO, L. Nas fronteiras do “humano”: os debates britânico e brasileiro sobre a pesquisa com embriões. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 347-380, 2007.

CEYHAN, A. Les technologies européennes de contrôle de l’immigration: vers une gestion électronique des “personnes à risque”. *Réseaux*, Paris, v. 159, p. 131-150, 2010.

CHINA coronavirus death toll rises to 17; WHO considers declaring global health emergency. *Los Angeles Times*, 22 Jan. 2020. Disponível em: <https://www.latimes.com/science/story/2020-01-22/wuhan-china-deadly-coronavirus>. Acesso em: 23 jan. 2020.

COLLIER, S. *Post-Soviet social: neoliberalism, social modernity, biopolitics*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

COLLIER, S.; LAKOFF, A. The problem of securing health: mapping the multiplicities of biosecurity. In: COLLIER, S.; LAKOFF, A. (ed.). *Biosecurity interventions: global health and security in question*. New York: Columbia University Press, 2008. p. 7-32.

COLLIER, S.; LAKOFF, A.; RABINOW, P. Biosecurity: towards an anthropology of the contemporary. *Anthropology Today*, London, v. 20, n. 5, p. 3-7, 2004.

CORONAVÍRUS: CONDOMÍNIO em SP tentou segregar chineses como ‘medida de prevenção’. *BBC Brasil*, 5 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51379835>. Acesso em: 5 fev. 2020.

CORONAVIRUS DEATH toll climbs in China, and a lockdown widens. *The New York Times*, 23 Jan. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/01/23/world/asia/china-coronavirus.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CORONAVÍRUS PODE ter sido transmitido por sopa de morcego e carne de cobra. *Veja*, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/coronavirus-pode-ter-sido-transmitido-por-sopa-de-morcego-e-carne-de-cobra/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

COVID-19: 30% dos casos confirmados no RS são de trabalhadores de frigoríficos. *CUT*, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/covid-19-30-dos-casos-confirmados-no-rs-sao-de-trabalhadores-de-frigorificos-11f4>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CRAVEIRO, R. Trump sugere injeção de desinfetante contra o coronavírus; médicos criticam. *Correio Braziliense*, 25 abr. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/04/25/interna_mundo,848146/trump-sugere-injecao-de-desinfetante-contr-o-coronavirus-medicos-cri.shtml. Acesso em: 1 maio 2020.

CUETO, M. *Saúde global: uma breve história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

DAS, V. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

D'AGOSTINO, R.; RODRIGUES, M. Supremo Tribunal Federal derruba restrições à doação de sangue por homens gays. *GL*, 9 maio 2020. Disponível em: <https://gl.globo.com/politica/noticia/2020/05/09/supremo-tribunal-federal-derruba-restricoes-a-doacao-de-sangue-por-homens-gays.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2020.

DESCOLA, P. ¿Humano, demasiado humano?. *Desacatos: Revista de Ciencias Sociales*, Ciudad de México, v. 54, p. 16-27, 2017.

DÉTURCHE, J. As vacas da discórdia: gestão e raça do rebanho entre os criadores de vacas montbéliardes na Haute-Savoie – França. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 14, p. 139-169, 2012.

'DEUS é brasileiro e a cura tá aí', diz Bolsonaro sobre remédio ainda em teste contra Covid-19. *O Globo*, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/deus-brasileiro-a-cura-ta-ai-diz-bolsonaro-sobre-remedio-ainda-em-teste-contr-covid-19-1-24337060>. Acesso em: 1 maio 2020.

DINIZ, D.; BRITO, L. Uma epidemia sem fim: zika e mulheres. In: RIFIOTIS, T.; SEGATA, J. (org.). *Políticas etnográficas no campo da moral*. Porto Alegre: UFRGS, 2018. p. 169-183.

DOMINGOS, R. É #FAKE que chá com mistura de jambu, limão, alho e paracetamol cura a Covid-19. *G1*, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/04/24/e-fake-que-cha-com-mistura-de-jambu-limao-alho-e-paracetamol-cura-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 1 maio 2020.

DONALDSON, A. Biosecurity after the event: risk politics and animal disease. *Environment and Planning A: Economy and Space*, Los Angeles, v. 40, n. 7, p. 1552-1567, 2008.

ESPINOSA, M. *Epidemic invasions: yellow fever and the limits of Cuban independence, 1878-1930*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

FASSIN, D. *Life: a critical user's manual*. Boston: Polity, 2018.

FIDLER, D.; GOSTIN, L. *Biosecurity in the global age*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

FISCHER, M. *Emergent forms of life and the anthropological voice*. Durham: Duke University Press, 2003.

FONSECA, C. *Parentesco, tecnologia e lei na era do DNA*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2010.

FRANKLIN, S.; LOCK, M. *Remaking life and death: toward an anthropology of the biosciences*. Santa Fe: School of American Research Press, 2003.

GONZÁLEZ, R. J. Seeing into hearts and minds (part 1): the Pentagon's quest for a 'social radar'; Seeing into hearts and minds (part 2): 'Big data', algorithms, and computational counterinsurgency. *Anthropology Today*, London, v. 31, n. 3, p. 8-18, 2015.

GUO, H.; LUO, G.; GAO, S.-J. Snakes could be the source of the Wuhan coronavirus outbreak. *CNN*, 22 Jan. 2020. Disponível em: <https://www.cnn.com/2020/01/22/health/snakes-wuhan-coronavirus-outbreak-conversation-partner/index.html>. Acesso em: 24 jan. 2020.

HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: making kin. *Environmental Humanities*, Sydney, v. 6, p. 159-165, 2015.

HELMREICH, S. Biosecurity: a response to Collier, Lakoff & Rabinow AT20[5]. *Anthropology Today*, London, v. 21, n. 2, p. 21, 2005.

KECK, F. *Un monde grippé*. Paris: Flammarion, 2010.

KECK, F.; KELLY, A. H.; LYNTERRIS, C. Introduction: the anthropology of epidemics. In: KELLY, A. H.; KECK, F.; LYNTERRIS, C. (ed.). *The anthropology of epidemics*. London: Routledge, 2019. p. 1-23.

LAKOFF, A. From population to vital system: national security and the changing object of public health. In: COLLIER, S.; LAKOFF, A. (ed.). *Biosecurity interventions: global health and security in question*. New York: Columbia University Press, 2008. p. 33-60.

LAKOFF, A. *Unprepared: global health in a time of emergency*. Oakland: University of California Press, 2017.

LANGDON, E. J.; FOLLÉR, M.-L.; MALUF, S. Um balanço da antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 51, p. 51-89, 2012.

LANGLITZ, N. Biosecurity: a response to Helmreich, AT 21[2]. *Anthropology Today*, London, v. 21, n. 6, p. 20-21, 2005.

LAPEGNA, P. *La Argentina transgênica: de la resistencia a la adaptación, una etnografía de las poblaciones campesinas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2019.

LAPEGNA, P.; OTERO, G. Cultivos transgênicos en América Latina: expropriação, valor negativo y Estado. *Estudios Críticos del Desarrollo*, Ciudad de México, v. 6, n. 2, 2016, p. 19-43.

LARKIN, B. Promising forms: the political aesthetics of infrastructure. In: ANAND, N.; GUPTA, A.; APPEL, H. (ed.). *The promise of infrastructure*. Durham: Duke University Press, 2018. p. 175-202.

LATOUR, B. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza do Antropoceno*. São Paulo: Ubu Editora; Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2020.

LEAL, N. S. *Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. São Paulo: Hucitec, 2016.

LEWGOY, B.; SEGATA, J. A persistência da exceção humana. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, n. 49, p. 155-164, 2017.

LIEN, M. E. *Becoming salmon: aquaculture and the domestication of a fish*. Oakland: University of California Press, 2015.

LISTER, T.; SHUKLA, S.; BOBILLE, F. Pandemia de coronavírus desencadeia disputa global por máscaras de proteção. *CNN Brasil*, 5 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/04/05/pandemia-de-coronavirus-desencadeia-disputa-global-por-mascaras-de-protecao>. Acesso em: 7 maio 2020.

LÖWY, I. Yellow fever in Rio de Janeiro and the Pasteur Institute Mission (1901-1905): the transfer of science to the periphery. *Medical History*, Cambridge, v. 34, p. 144-163, 1990.

LÖWY, I. Éradication de vecteur contre vaccination: la Fondation Rockefeller et la fièvre jaune au Brésil, 1923-1939. In: WAAST, R. (ed.). *Médecines et santé*. Paris: Orstom Édition: IRD, 1996. p. 91-108. (Les sciences hors d'Occident au XXe Siècle, vol. 4).

LÖWY, I. Representação e intervenção em saúde pública: vírus, mosquitos e especialistas da Fundação Rockefeller no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 647-677, 1999.

LÖWY, I. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

LÖWY, I. Leaking containers: success and failure in controlling the mosquito *Aedes aegypti* in Brazil. *American Journal of Public Health*, Washington DC, v. 107, n. 4, p. 517-524, 2017.

MANCERON, V.; ROUÉ, M. Introduction: les animaux de la discorde. *Ethnologie française*, Paris, v. 39, n. 1, p. 5-10, 2009.

MARQUES, R. de C.; SILVEIRA, A. J. T.; PIMENTA, D. N. A pandemia de Covid-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente. In: SIQUEIRA, T. R. et al. (org.). *Coleção história do tempo presente: volume 3*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 225-249.

MASON, K. A. H1N1 is not a Chinese virus: the racialization of people and viruses in post-SARS China. *Studies in Comparative International Development*, Providence, v. 50, n. 4, p. 500-518, 2015.

MASON, K. A. *Infectious change: reinventing Chinese public health after an epidemic*. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MATTA, G. C.; MORENO, A. B. Saúde global: uma análise sobre as relações entre os processos de globalização e o uso dos indicadores de saúde. *Interface: Comunicação, Saúde e Atenção*, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 9-22, 2014.

McNEILL, J. R. *Mosquito empires: ecology and war in the greater Caribbean, 1620-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MENASCHE, R. *Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre os cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul*. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MOL, A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham: Duke University Press, 2002.

MORAN-THOMAS, A. *Traveling with sugar: chronicles of a global epidemic*. Oakland: University of California Press, 2019.

NADING, A. Local biologies, leaky things, and the chemical infrastructure of global health. *Medical Anthropology*, London, v. 36, n. 2, p. 141-156, 2017.

NEVES, T. P. et al. O conceito de biossegurança à luz da ciência pós-normal: avanços e perspectivas para a saúde coletiva. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 158-168, 2007.

OMS DECLARA Europa como novo epicentro de pandemia do coronavírus. *O Globo*, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/oms-declara-europa-como-novo-epicentro-de-pandemia-do-coronavirus-24303239>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ORGAZ, C. J. Coronavírus: como o avanço da doença já impacta economia do Brasil e do mundo. *BBC Brasil*, 3 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51358563>. Acesso em: 5 fev. 2020.

PACIENTE em MG 'não se enquadra na definição de caso suspeito de coronavírus', diz ministério. *G1*, 22 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/22/paciente-em-mg-nao-se-enquadra-na-definicao-de-caso-suspeito-de-coronavirus-diz-ministerio.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2020.

PAÍSES fecham fronteiras para viajantes que passaram pela China; Brasil ainda não tomou decisão. *BBC Brasil*, 1 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51341825>. Acesso em: 5 fev. 2020.

PEDUZZI, P. Esgoto pode indicar percentual de contaminados pela covid-19. *Agência Brasil*, 22 maio 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/esgoto-pode-indicar-percentual-de-contaminados-pela-covid-19>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PEREIRA, E. F. As taxas de letalidade da COVID-19 e o afrouxamento das quarentenas. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 30, 2020. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2344-boletim-n-30-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 10 maio 2020.

PETRYNA, A. *Life exposed: biological citizens after Chernobyl*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

PIMENTA, D. "If you suspect a case of Ebola... free call 177": ensaio sobre a militarização da saúde em Serra Leoa no período da epidemia de Ebola (2014-2016). *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 85-117, 2018.

- PIMENTA, D. *O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (A epidemia do ebola contada pelas mulheres, vivas e mortas)*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- PINHEIRO-MACHADO, R. Coronavírus expõe a nossa desinformação sobre a China, o maior fenômeno econômico dos nossos tempos. *The Intercept Brasil*, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/28/coronavirus-desinformacao-china/>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- RABINOW, P.; ROSE, N. Biopower today. *BioSocieties*, London, n. 1, p. 195-217, 2006.
- REITH, G. Uncertain times: the notion of ‘risk’ and the development of modernity. *Time & Society*, London, v. 13, n. 2-3, p. 383-402, 2004.
- RICHTER, V. *Identificação genética e crime: a introdução dos bancos de DNA no Brasil*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- ROCHA, S. et al. Biossegurança, proteção ambiental e saúde: compondo o mosaico. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 287-292, 2012.
- ROHDEN, F. O império dos hormônios e a construção das diferenças de gênero. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 133-152, 2008.
- ROHDEN, F. Adjusting hormones and constructing desires: new materialisations of female sexuality in Brazil. *Culture Health & Sexuality*, London, v. 1, p. 1-14, 2019.
- ROSE, N. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.
- ROSENBERG, C. E. *Explaining epidemics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SANTOS, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.
- SANTOS, R. V.; GIBBON, S.; BELTRÃO, J. (org.). *Identities emergentes, genética e saúde: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro: Garamond: Fiocruz, 2012.
- SEGATA, J. O *Aedes aegypti* e o digital. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 19-48, 2017.
- SEGATA, J. El mosquito-oráculo y otras tecnologías. *Tabula Rasa*, Bogotá, v. 32, p. 103-125, 2019.
- SEGATA, J. Covid-19: escalas da pandemia, escalas da antropologia. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 2, 2020a. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2307-boletim-n-1-cientistas-sociais-o-o-coronavirus-2>. Acesso em: 10 maio 2020.

SEGATA, J. Covid-19, crystal balls, and the epidemic imagination. *American Anthropologist*, Arlington, Public Anthropology Series, 2020b. Disponível em: <http://www.americananthropologist.org/2020/07/02/covid-19-crystal-balls-and-the-epidemic-imagination/>. Acesso em: 02 de julho de 2020.

SIBILIA, P. *O homem pós-orgânico: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SORDI, C. Quem governa a invasão biológica? Um problema para a antropologia. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, Brasília, v. 2, p. 270-276, 2015.

SORDI, C. *Presenças ferais: invasão biológica, javalis asselvajados (Sus scrofa) e seus contextos no Brasil Meridional em perspectiva antropológica*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SOUZA, A. de. 'Coronavírus vem se comportando de forma semelhante ao que ocorreu na Itália', diz chefe de imunização da Saúde. *O Globo*, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/coronavirus-vem-se-comportando-de-forma-semelhante-ao-que-ocorreu-na-italia-diz-chefe-de-imunizacao-da-saude-24310968>. Acesso em: 20 abr. 2020.

STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STEPAN, N. *Eradication: ridding the world of diseases forever?*. London: Reaktion Books, 2011.

STAR, S. The ethnography of infrastructure. *American Behavioral Scientist*, New York, v. 43, n. 3, p. 377-391, 1999.

STRATHERN, M. *Kinship, law and the unexpected: relatives are always a surprise*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRISCHLER, H. El Antropoceno, ¿un concepto geológico o cultural, o ambos?. *Desacatos: Revista de Ciencias Sociales*, Ciudad de México, v. 54, p. 40-57, 2017.

TSING, A. L. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

TSING, A. L. Socialidade mais do que humana: um chamado para a descrição crítica. In: TSING, A. L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEAB Mil Folhas, 2019. p. 119-140.

ULLOA, A. Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitoloceno en Latinoamérica?. *Desacatos: Revista de Ciencias Sociales*, Ciudad de México, v. 54, p. 58-73, 2017.

UNA-SUS. *Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus*. 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 15 mar. 2020.

VALFRÉ, V.; VARGAS, M. Interino da Saúde vai liberar cloroquina a mando de Bolsonaro. *UOL*, 16 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/16/interino-vai-liberar-cloroquina-a-mando-de-bolsonaro.htm>. Acesso em: 17 maio 2020.

VON SCHNITZER, A. Traveling technologies: infrastructures, ethical regimes, and the materiality of politics in South Africa. *Cultural Anthropology*, Arlington, v. 8, n. 4, p. 670-693, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Statement on the second meeting of the International Health Regulations (2005) Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV)*. Geneva, 30 Jan. 2020a. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov)). Acesso em: 4 fev. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Coronavirus press conference 11 February, 2020*. Geneva, 2020b. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/who-audio-emergencies-coronavirus-full-press-conference-11feb2020-final.pdf?sfvrsn=e2019136_2. Acesso em: 15 fev. 2020.

ZHANG, Y. et al. The epidemiological characteristics of an outbreak of 2019 Novel Coronavirus Diseases (COVID-19) in China. *Chinese Journal of Epidemiology*, Beijing, v. 41, n. 2, p. 145-151, 2020.

Recebido: 31/05/2020 Aceito: 25/06/2020 | Received: 5/31/2020 Accepted: 6/25/2020



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

“A mudança social se desenrola conflituosamente no terreno da linguagem”: entrevista com Monica Heller (Professora da University of Toronto)

**“Social change plays out conflictively on the terrain of
language”: interview with Monica Heller (University of
Toronto professor)**

Ruben George Oliven*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
ruben.oliven@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3556-6955>

Pedro de Moraes Garcez**

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
pedrom.garcez@ufrgs.br
<https://orcid.org/0000-0001-8642-678X>



Monica Heller. Foto: Christine Connelly, 2012

Introdução

Monica Heller é professora titular da University of Toronto, Canadá, onde atua nos departamentos de Antropologia e de Educação em Justiça Social do Ontario Institute for Studies in Education (OISE). Foi presidente da Associação Norte-Americana de Antropologia (2013-2015) e desde 2017 é editora-chefe do *Journal of Sociolinguistics*. É expoente nos estudos da linguagem em Antropologia e Linguística. Em abril de 2019, as publicações mais recentes de Heller sobre a linguagem na nova economia globalizada (Heller, 2011; Heller; Duchêne, 2012; Heller; McElhinny, 2017; Heller et al., 2016) foram objeto do curso livre de pós-graduação “Linguagem, colonialismo, capitalismo: rumo ao pós-nacionalismo”, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Nessa ocasião, ela participou também de atividades junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, onde proferiu palestra sobre o quadro amplo da

sua obra e sobre sua atuação como liderança acadêmica nas áreas da Antropologia e dos estudos da linguagem que, em configurações acadêmicas da América do Norte, são praticadas sob o nome de Antropologia Linguística. Nessas atividades, a visita da Profa. Monica ensejou rara oportunidade de intersecção entre Antropologia e Linguística, aprofundada na entrevista que segue.

Entrevista

Ruben Oliven: Monica, você poderia nos falar um pouquinho sobre a sua formação, sobre a sua formação familiar, o que levou você a entrar para a Antropologia, em particular a Antropologia Linguística. Como isso se passou?

Monica Heller: Sim, basicamente a história é que eu cresci em Montreal, Québec, uma cidade multilíngue, dividida principalmente entre inglês e francês, com uma longa história de colonialismo que não vou abordar agora, mas onde diferenças linguísticas são realmente importantes na vida cotidiana. Quando eu era criança, era um momento de mudança social, e todo o mundo estava brigando por causa de língua, e todo o mundo andava nervoso: “Quando eu vou ao centro, quando eu entro no ônibus, quando eu abro a boca, devo falar inglês? Devo falar francês?” “Como é que eu falo os dois?” Pois é, a mudança social estava se desenrolando conflituosamente no terreno da linguagem. Cada lado tinha a sua história, mas a minha família, não. Nós não fazemos parte dos principais grupos de atores, e de fato éramos periféricos. Bom, muitos antropólogos são pessoas marginais, certo? E eu não sou exceção. A gente não pertencia propriamente a nenhuma comunidade, mas falava as línguas em questão. Então, a gente escutava os falantes de francês contando a história deles, e fazia sentido; escutava os falantes de inglês contando a história deles, que era em completa contradição, também fazia sentido da perspectiva deles. Esse foi em parte um momento em que eu me perguntava “o que está se passando aqui?”. Como explicar isso, dado que ninguém tem uma história coerente para explicar o que está acontecendo. E por que todo o mundo tem tanta certeza de que está certo? Mas ninguém consegue escutar? E aí o meu pai veio para casa um dia – ele gostava de frequentar bancas de revistas – com uma manchete sobre Noam Chomsky, que era grande coisa nos anos 1960, e ele me disse: “Olha, tem

essa coisa chamada Linguística, e você fica aí, sabe, falando de...” – ele devia saber que eu andava obcecada com aquilo. Eu pensei: “Mm!” Quando fui para a faculdade, na verdade nos Estados Unidos, não tinha curso de Linguística, mas ainda assim tinha uma ênfase em Linguística, e tinha alguém no Departamento de Sociologia e Antropologia que...

Ruben Oliven: Isso foi no Swarthmore College?

Monica Heller: Sim, no Swarthmore College, perto da Filadélfia. Era um departamento conjunto de Sociologia e Antropologia, eles enfatizavam muito “queremos borrar as divisas, não queremos fazer distinção entre as duas”. Bom, enfim, tinha alguém que dava uma disciplina de Sociolinguística, e eu pensei “mmm, isso parece... alguma coisa”. Nem estava sendo oferecida naquele semestre, mas eu convenci o pessoal a abrir uma turma para um pequeno grupo, como disciplina de leituras dirigidas. Então a minha graduação foi em Sociologia e Antropologia, com uma ênfase menor em Linguística, porque eu estava buscando as ferramentas para entender de onde eu vinha e a história que ainda estava se passando, e mais amplamente – bem, estes termos que eu uso hoje, àquela altura eu não tinha – a relação entre o papel da linguagem no estabelecimento da diferença social e da desigualdade social. E era nos Estados Unidos, lá funcionava diferente. Ninguém jamais explica nada para os canadenses nos EUA, porque eles acham que a gente é americano. É só quando você comete um erro que todo o mundo para e diz: “O quê? o quê?? quê – por que você disse isso?” Então é difícil de compreender esse tipo de coisa meio implícita, mas claramente não estava funcionando do mesmo modo como eu estava acostumada. Mas à altura eu já estava terminando a graduação. Também eu trabalhava no verão, sabe, para ganhar dinheiro para a faculdade, num ambulatório num hospital no centro de Montreal. As instituições se dividem entre católico-francês e protestante-inglês, em geral, mas as pessoas podiam procurar lugares nos quais não pertenciam, e essa instituição era bem no centro, e a gente recebia pacientes, e funcionários, de toda parte. Então eu passava os verões de certo modo observando este embate: trabalhando no agendamento de consultas, as pessoas vinham e olhavam para mim e não falavam, porque temiam falar a língua errada. E assim eu tinha que primeiro – bom, eles tinham fichas da clínica com os nomes, e você tentava adivinhar da ficha qual seria a língua certa,

mas, claro, tinha muitos casamentos, especialmente entre católicos irlandeses e italianos e católicos franceses, e aparecia uma pessoa com um nome como, sabe, Michelle Ryan e ih – você sempre ia errar... Então a gente continuava seguindo essa história. E, à altura que eu ia terminando os estudos de graduação, eu meio que me dei conta, “puxa, isso é realmente interessante”, e eu queria fazer... – mas é preciso lembrar que gramática gerativa, que era então a corrente principal da Linguística – que era interessante de, e muito divertido de fazer exercícios, de ir da estrutura profunda para a estrutura de superfície e da estrutura de superfície para a estrutura profunda, tipo fazer quebra-cabeça, álgebra, algo assim, sudoku... – que eu queria seguir para a pós-graduação. Eu não estava pronta. Mas, no Canadá, havia só um único lugar em que alguém teria alguma ideia sobre essas coisas de língua e sociedade, que era em Montreal. Então você provavelmente iria acabar lá, mesmo que a abordagem fosse muito estruturalista, muito formalista, e as pessoas que trabalhavam lá só estavam trabalhando com o francês. Então era um tipo de momento de usar a Sociolinguística para legitimar a variedade de francês do Québec em relação ao francês europeu, mas também de fazer da nossa língua uma parte da construção da nossa nação, da nação québécoise, e eu estava interessada em processos de fronteira. Eu estava interessada em... bom, de dentro, dava para ver a construção da fronteira, mas eu queria saber o que acontecia, quem era incluído, quem era excluído e com base em quais critérios, e sobre isso ninguém estava trabalhando. Havia dois lugares nos Estados Unidos onde havia uma abordagem que me daria algo assim: Stanford e Berkeley. Eu pensava, sabe, “eu nunca vou conseguir entrar; eu decerto vou para Montreal”. A professora em Montreal, Gillian Sankoff, foi maravilhosa e me ajudou muito na minha carreira de pós-graduação. Ela disse: “Olha, vem, a gente não vai poder treinar você, mas eu deixo você – eu entendo o que você está querendo fazer e eu vou deixar você fazer isso.” Então eu achava que era lá que eu ia parar, e que nem Stanford e nem Berkeley iam me aceitar, mas fui aceita em Berkeley. E então eu fui. Então o que eu decidi fazer –

Ruben Oliven: Essa professora estava no Canadá?

Monica Heller: Sim, a professora me ajudando estava no Canadá, na Université de Montréal.

Ruben Oliven: OK.

Monica Heller: Gillian Sankoff.

Pedro Garcez: Que é uma sociolinguista bastante conhecida hoje.

Monica Heller: É.

Pedro Garcez: Ela era conhecida então?

Monica Heller: Era o começo da fama dela, digamos, porque àquela altura ela estava colaborando proximamente com William Labov, e assim havia esse pequeno grupo de pessoas entre a Filadélfia e Montreal que estavam começando a publicar juntas... Então, sabe, àquela altura, o trabalho que ela tinha começado, como projeto, ela começou em 1970, o que, pelo final dos 1970, dava a ela... sim, ela era bem conhecida.

Pedro Garcez: E ela era linguista, mas ela era também antropóloga, não era?

Monica Heller: Certo, de fato, o trabalho inicial dela foi na Papua Nova Guiné, e ela se interessou pelo tok pisin, foi assim que ela passou a se interessar pelo crioulo da Papua Nova Guiné, e foi assim que ela passou a se interessar por linguagem, eu acho. E o departamento em que ela estava lecionando na Université de Montréal era, e é, um departamento de quatro campos,¹... – minha mãe voltou para a faculdade quando eu tinha nove anos para fazer mestrado em Sociologia e estive numa disciplina com a Gillian. Minha mãe disse: “Vai e fala com a Gillian Sankoff...” Foi assim que tudo isso... Então ela deve ter feito algo pelas Ciências Sociais em algum ponto, talvez na graduação ou mestrado. Mas ela era de fato “a” antropóloga da linguagem no Departamento de Antropologia, mas trabalhando com Henrietta Cedergren, que vinha trabalhando – ela é do Panamá, eu acho – sobre crioulos do Caribe, e ela

1 Tradicionalmente os departamentos de Antropologia de universidades norte-americanas e canadenses têm os seguintes quatro campos de estudo e pesquisa: Arqueologia, Antropologia Biológica, Antropologia Linguística e Antropologia Sociocultural.

estava no Departamento de Linguística da Université du Québec à Montréal. Então Cedergren e Sankoff estavam trabalhando juntas. O marido de Sankoff, David Sankoff, era matemático, e ele começou a se interessar por versões... matemáticas. Então isso foi...

Pedro Garcez: Modelagem.

Monica Heller: Modelagem. Então, eu creio que, entre ele e Labov, houve uma virada para uma abordagem mais formalista estruturalista, diferente daquela com que a Gillian tinha começado, mas que ela então seguiu.

Então, eu apareci em Berkeley. Decidi que, porque o meu curso de graduação, a minha formação, era mais em Sociologia e Antropologia, e, se eu queria realmente entender essa coisa de língua e entender essas ferramentas, eu ficaria melhor fazendo o trabalho de pós-graduação na Linguística e cursando disciplinas na Antropologia do que o inverso, porque eu não confiava em mim mesma para, se estivesse na Antropologia, cursar disciplinas na Linguística, porque, você sabe, eles são mais técnicos, e tem sempre montes de histórias interessantes na Antropologia, e eu sempre ia achar razões. Então fui para a Linguística, sabendo, contudo, que havia gente em Antropologia e também em Psicologia, na verdade – Susan Ervin-Trip foi a mais importante – e no fim das contas também em Filosofia, um cara chamado John Searle era famoso pelo trabalho sobre atos de fala. Era de certo modo um momento interdisciplinar, de modo que você podia entrar em qualquer um daqueles departamentos e acabar trabalhando com eles. E aí a certa altura o chefe do meu departamento, de Linguística, Chuck Fillmore, um cara impressionante, conhecido pelo trabalho em Pragmática, que é – então tem essas pessoas em Berkeley, a outra razão – perdão, eles eram refugiados de Noam Chomsky. Teve toda esta grande briga em Linguística nos anos 1970 sobre significado, basicamente, se a questão de produção de significado era uma questão própria para linguistas, e a posição de Chomsky era de que não era. E havia linguistas que discordavam dele, e esses foram banidos para a Califórnia, para a Costa Oeste, e estavam nesse departamento. Isso era outra razão para ir para aquele departamento. Então Chuck me chama no escritório e me diz: “Será que você está no departamento certo? Eu acho que você devia estar na Antropologia.” E isso, é claro, foi devastador, porque, claro, ele era provavelmente a pessoa mais esperta que eu jamais

tinha conhecido, e eu adorava ele... Mas eu fui falar com o pessoal na Antropologia. Eu já estava trabalhando com John Gumperz, que também tinha uma dessas – ele começou em Linguística Germânica, como dialetólogo, acabou trabalhando com multilinguismo na Índia, então acho que foi contratado inicialmente em Estudos Asiáticos em Berkeley, Linguística, e acabou na Antropologia. Esse vai ser um refrão que você vai escutar muito: negócio bagunçado, que não se encaixa bem nas categorias disciplinares conforme elas se desenvolveram na América do Norte à época. E, se vocês quiserem, mais adiante podemos falar mais sobre isso. Acho que há razões para tanto, sobre as quais podemos falar. No fim as pessoas que me atraem são as que não se encaixam. Então eles disseram: “Sabe, Monica, na verdade, fique onde você está. Você pode fazer o que quiser e você provavelmente vai ter mais chances de conseguir emprego com um título em Linguística do que em Antropologia.” Eu não tinha certeza de que isso fosse verdade. Talvez fosse. É inteiramente possível, mas não em departamentos de Linguística. Nenhuma das pessoas, nenhum dos outros estudantes de pós-graduação na minha coorte terminaram em departamentos de Linguística. O único tipo de sócio-qualquer-coisa a ver com linguagem que é compreensível nos departamentos de Linguística na América do Norte é esse tipo variacionista mais formalista de que eu falava antes, e mesmo assim, nem sempre esse é o caso necessariamente. Então eu fiz o meu mestrado, e era um programa em que eles podiam reprovar você no mestrado se as coisas estivessem indo mal, mas, se não fosse esse o caso, a gente ficava. Então eu fiz o meu mestrado e o doutorado em Berkeley, mas com pesquisa em Québec. Assim eu ia e voltava. Passei um semestre a certa altura estudando com Gillian Sankoff na Université de Montréal, de certo modo fazendo parte do grupo dela também e recebendo treinamento naquela abordagem também. Fiz um estágio na agência de serviço público responsável pela implementação das políticas linguísticas em Québec, e assim aprendi muito sobre aquilo tudo. Era um momento em que eles estavam trabalhando muito para estabelecer laços internacionais com outras regiões onde havia questões de políticas linguísticas e assim mandavam delegações para a Catalunha, ou a Bélgica. Estavam muito interessados em Israel naquele momento, com a padronização do hebraico. Portanto, era um momento interessante, um momento interdisciplinar interessante. Eu não tinha necessariamente a ideia de que queria ter uma carreira acadêmica. Não era por isso que eu estava fazendo aquilo. Na

verdade eu achava que ia acabar trabalhando no setor público, provavelmente, ou numa organização não governamental ou algo assim. Mas daí, porque todo o mundo estava fazendo aquilo, quando eu estava terminando a minha tese, me candidatei aos empregos acadêmicos que estavam circulando, e me foi oferecido um emprego na Luisiana. Fui lá para a entrevista de emprego. A comida era fantástica! As questões eram interessantes, extremamente interessantes. Há maneiras em que eu ainda não entendo as intersecções entre linguagem e raça, e gênero e classe na Luisiana, e o colonialismo. Tão interessante! Eu teria estado interessada, sabe, intelectualmente, mas eu vi tanta gente com suportes para armas nas picapes! E aquilo me deixou meio nervosa, e toda aquela conversa que havia nos Estados Unidos à época sobre segurança, sobre “tenha cuidado, tenha cuidado”. Em Berkeley naquela época estava ficando muito cansativo, como mulher, como uma mulher jovem, ter que ficar resolvendo a todo instante “será que eu posso ir a esse evento no campus que vai terminar depois de escurecer?” e “como é que eu vou voltar?”. E eu estava meio cansada daquilo. E de certo modo eu me dei conta de que eu não queria ter o meu emprego acadêmico aqui e o meu trabalho de campo em algum lugar distante. Eu queria que as coisas fossem mais coesas. E o que eu realmente conhecia e de certo modo o que importava para mim estava no Canadá. Então, me perdoem, mas as questões americanas, ainda que intelectualmente interessantes, não eram... o meu coração não estava ali. Então decidi levantar acampamento e ir para o Canadá. E aí mais ou menos por acaso alguém me passou um anúncio para um posto de pós-doc. Estavam procurando alguém para fazer um pós-doc em Toronto com bilíngues, alguém que tivesse trabalhado com bilinguismo inglês-português, inglês-mandarim ou inglês-francês. O prazo já tinha expirado fazia tempo, mas eu liguei, e eles disseram: “Ah, graças a Deus! Não conseguimos ninguém para o posto! Você tem como pegar um avião, tipo agora mesmo?” Eu nunca tinha estado em Toronto, e nós que nos criamos em Québec temos grandes preconceitos contra Toronto.

Ruben Oliven: Você nasceu em Montreal, mas nunca tinha estado em Toronto?

Monica Heller: Eu nasci em Montreal.

Ruben Oliven: Mas nunca tinha estado em Toronto?

Monica Heller: Não, porque Toronto não é um lugar a que se vai, se você é do Québec. Você vai para Londres, você vai para Paris, você vai para Nova Iorque, você vai para Los Angeles, talvez. Você vai para o México. Você *não* vai para Toronto. É um preconceito horrível. Toronto e Montreal eram cidades rivais desde o começo, e àquela altura, na verdade, foi exatamente o período em que Toronto estava tomando de Montreal o posto de centro financeiro do Canadá. Então ir para Toronto era entendido como traição. E, de fato, quando eu fui para esse pós-doc, – e eu pensei “bom, é um ano, se eu não gostar, eu posso ir embora” – e, sabe, na minha vida como jovem até então, eu já tinha morado nos Estados Unidos, tinha estado no México, tinha passado um semestre na França, eu tinha passado àquela altura um ano em Belgrado! E de repente eu me mudei para Toronto e todo o mundo em Montreal me perguntava “tem comida?”, “dá para comer?”, “como é a comida?”. Essa noção de que, sei lá, “eles não têm comida, eles só comem pão branco com”, sei lá, “queijo branco” ou algo assim, era uma coisa cultural esnobe, realmente terrível. Bom, mas então eu consegui o pós-doc. O meu marido de então e eu fomos para lá para passar um ano. Ele ainda estava escrevendo a tese, e assim eu tenho uma dessas histórias que todo o mundo da minha geração que foi para Toronto naquela época conta: “Eu vim para ficar um ano e uma coisa levou a outra, e aqui estou eu.” Às vezes é “eu conheci uma pessoa, me apaixonei”, ou “meu marido arrumou emprego” ou “a minha mulher arrumou um emprego”, ou então “tal coisa aconteceu, e eu então tive filhos”.

Ruben Oliven: O seu marido também não era de Toronto?

Monica Heller: Meu marido era americano. A família dele não gostou.

Ruben Oliven: Não o quê?

Monica Heller: Não gostou. O pai dele era do serviço diplomático, então não era porque eles não estivessem acostumados, mas a noção de você escolher viver a sua vida sem ter uma base nos Estados Unidos era estranha. Os americanos têm ideias muito interessantes sobre o Canadá. Um outro jeito de me sustentar enquanto eu fazia pós-graduação foi dando aulas no Departamento de Francês. Eles estavam acostumados a ter gente da França; não era frequente terem

professores do Canadá. Assim, as ideias que os meus alunos tinham... primeiro: “De onde você é na França?” “Bom, eu não sou da França.” “De onde você é? Ca – Ca – Canadá?” Era muito, muito interessante. E eu fazia brincadeiras mal-dosas com as pessoas, especialmente na graduação. Eles diziam: “Ah, deve ser muito frio lá”, e eu dizia: “Sim, é! É tão frio que a gente nem precisa de refrigerador; a gente só pega a carne e joga na rua na neve”, e eles: “Mesmo, é frio assim!?” Eu brincava com eles.

Ruben Oliven: [risos]

Monica Heller: Então, Toronto. Eu vim a descobrir todo um mundo de Canadá falante de francês, que o Québec tinha ideologicamente apagado completamente.² “Opa, no fim a coisa é mais complicada”, o que vem a ser o clássico antropológico.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: E era muito interessante. Daí fui contratada como pesquisadora e depois para fazer a gestão de um centro de pesquisa e consegui um cargo docente e... Isso na verdade era numa Faculdade de Educação; era uma instituição de pesquisa e ensino de pós-graduação que foi fundada para servir a toda a província de Ontário. Acontece que estava localizada em Toronto, com uma relação com a University of Toronto, porque os títulos de pós-graduação eram expedidos pela University of Toronto, mas nós estávamos diretamente subordinados ao Ministério da Educação. Era um lugar interessante para estar nesse sentido, porque realmente valorizava a mescla de ensino, pesquisa e o que então se chamava desenvolvimento comunitário, mas basicamente o que eles queriam dizer era trabalhar com pessoas que não eram acadêmicas, seja em que campo você estivesse fazendo coisas. Para nós, trabalhando com a comunidade francófona institucionalmente organizada, secretarias de educação de língua francesa, o *milieu associatif* politicamente mobilizado – não sei como dizer isso em inglês, talvez em português seja – bom... de todo

2 Ver Heller (1999, 2011).

modo, diferentes ONGs, diferentes maneiras de olhar, os funcionários públicos, todo o setor de políticas públicas, com o governo federal, sabe? Era exatamente a combinação de coisas... Sabe, era o emprego dos meus sonhos em muitos aspectos. Na University of Toronto, ainda havia uma separação, não tão extrema como agora, mas uma separação entre Linguística e Antropologia. E o Departamento de Antropologia era, e é, um departamento que tem os quatro campos, e havia colegas antropólogos da linguagem lá. Também tinha sociolinguistas com quem eu estava trabalhando. Bom, esse campo tem nomes diferentes, dependendo de onde você chega a ele. É Antropologia Linguística em um certo canto da Antropologia na América do Norte, é Sociolinguística em boa parte do resto do mundo, é Linguística Aplicada no Brasil e na Grã-Bretanha, talvez em outros lugares também. Mais uma vez, estamos no campo dos cruzamentos de fronteiras, do que é difuso, e assim eu tenho um pé na Antropologia e o outro pé nesse Instituto. Em termos de buscar espaços e colegas, bom, eu tinha sido formada nos Estados Unidos, trabalhando no Canadá, em um campo que tinha uma espécie de versão em francês no Canadá, mas não tanto na Antropologia. A essa altura, Gillian Sankoff tinha se mudado do Canadá para os Estados Unidos. Ela se divorciou de David Sankoff e se casou com Erving Goffman, um sociólogo muito, muito conhecido, e daí ele morreu, e então ela se casou com William Labov, o famoso sociolinguista, e eles ainda estão juntos. Então ela se mudou para a Filadélfia, e as pessoas que se sucederam a ela em Antropologia Linguística na Université de Montréal à época estavam fazendo, eu acho, naquela época, mais o que eu chamaria de Linguística descritiva boasiana, portanto, não tanto a minha praia... Nos aproximamos mais recentemente, nossos interesses convergiram mais nos últimos tempos, e outras pessoas foram contratadas desde então em outras universidades. Enfim, não havia um campo propriamente dito. Não havia um espaço institucional para aquilo. Então os espaços que eu encontrei foram a Antropologia Linguística no mundo de língua inglesa, a Sociolinguística de língua francesa, incluindo um grupo de pessoas muito ativas na França que compartilhavam comigo o interesse por desigualdade social e trabalho, os espaços de trabalho como uma área importante de investigação. E aí também havia gente na Grã-Bretanha interessada em imigração e multilinguismo. Assim eu de certo modo moldei esses espaços encontrados, nem sempre com facilidade. Eu estava falando disso antes para vocês dois, eu acho, sobre a experiência

que eu tive da primeira vez – ou seja há o problema da publicação, a que a gente pode retomar mais adiante – a primeira vez que eu mandei um artigo com uma colega minha em Toronto que era originalmente da França para um periódico que existe em francês no campo, publicado em Paris, *Langage et Société*, e era isso. Então a gente mandou o artigo, e, na resposta do professor de Sociolinguística que era o editor, ele nos disse: “É muito interessante, mas realmente muito mal escrito. O francês canadense de vocês é terrível, dá para ver que está infectado pelo inglês. Vocês têm essa longa seção de metodologia. Não precisamos dessa seção de metodologia. Para quê, isso? Quem se importa?” Então respondemos, dizendo: “Monsieur Achard, cher collègue, como sociolinguista, o senhor provavelmente sabe que há uma coisa chamada variação. Nem todo o mundo usa a linguagem do mesmo modo, por razões sociais e culturais, e nós temos uma relação complicada de colonialismo entre o Canadá e a França, que, o senhor provavelmente vai concordar, nós não devemos simplesmente aceitar...” Enfim, ele afinal voltou atrás. Nós também explicamos a ele por que a seção de metodologia, que, da perspectiva da América do Norte, seções de metodologia são importantes. Afinal publicamos, mas tivemos que brigar, tivemos que fazer um arrazoado. Então, desde o início da minha carreira, eu estive ocupada fazendo arrazoados todo o tempo, fazendo arrazoados para ganhar financiamentos, fazendo arrazoados para explicar para o pessoal de linguagem o que é etnografia... etnógrafos não lidavam com linguagem; o pessoal de linguagem não fazia etnografia, então eu tinha que explicar o que era aquilo. Então houve um período, sabe, em que eu fiquei me perguntando... sabe, isso é meio tedioso, as outras pessoas não têm que fazer isso, mas aí me dei conta de que eu estava de fato aprendendo muito com o exercício de ter que fazer o arrazoado a toda hora. Então eu acho que, no fim, foi bom para mim, para a minha docência, para a minha pesquisa, bom para a minha capacidade de trabalhar com a mídia. E, assim, por um tempo eu ia a congressos na França, ia a congressos em francês no Canadá, não tanto congressos em inglês no Canadá. Eu estava com um pouco de dificuldade de fazer conexões ali por conta de eles não quererem muito tratar de francês a não ser que fosse francês como segunda língua. Então a maior parte do trabalho sobre bilinguismo no Canadá inglês era sobre como ajudar as crianças anglo a aprender francês, o que não era a minha praia, e isso normalmente de uma perspectiva meio técnica, muito pouco crítico-etnográfica, *nada* de crítico-etnográfico.

Então eu ia aos Estados Unidos para a Associação Americana de Antropologia, onde muitas vezes eu apresentava meu trabalho, e as pessoas diziam: “Ahn, isso é tipo assim como o espanhol nos Estados Unidos?” E eu dizia: “Não, não é.” E aí, lá pelas tantas, eu fiquei farta e frustrada, mas depois me dei conta de que sempre eu aprendia alguma coisa. Dali eu sempre voltava com alguma ideia que de outro modo nunca teria. Então falei: “Volta, mas, se tiver frustrada, então abre a boca, Monica!” Sabe, não se pode ter tudo. Então comecei a abrir a boca. E daí fui chamada por uma colega, uma antropóloga linguista, que hoje está na University of Chicago, Susan Gal, para ajudar com a administração da parte da Associação Americana de Antropologia que faz Antropologia Linguística, e assim fiz a secretaria. Por meio disso, uma vez que você se envolve em prestação de serviço nessa associação, e você faz isso de modo minimamente decente, sabe, o seu nome está numa lista.

Ruben Oliven: Muito bem.

Monica Heller: Certo? Mas eu gostei daquilo, porque, diferente de reuniões de departamento, em que em geral as pessoas estão brigando sobre perfis de vagas, ou que estudante deve ganhar o auxílio, e em geral não é muito agradável, ali era só gente que queria estar ali. E porque era um espaço antropológico de quatro campos, eu comecei a me sentir como se estivesse numa confeitaria, ou numa loja de guloseimas. Eu podia ir e ver o que as outras pessoas estavam fazendo, e, se me interessasse, eu podia explorar isso de um modo muito eficiente, sabe, em cinco dias. E conhecer esses colegas pessoalmente, por conta da prestação de serviço, e descobrir coisas por intermédio deles, uma vez que tínhamos uma relação pessoal. E aí o pessoal da Antropologia Linguística solicitou que eu concorresse para atuar no conselho executivo da associação como um todo, e eu fiz isso, e por conta disso pude, sabe? – foi incrivelmente esclarecedor. Aprendi muito sobre o campo, não só nos Estados Unidos, mas aprendi muito sobre o campo em âmbito global. E havia um espaço onde a gente podia falar sobre a política do campo, a política conectada com os diferentes modos de fazer Antropologia. Portanto, muito reflexivo. Realmente interessante. Eu realmente gostei. E, para meu aperto, a presidente que estava assumindo me pediu... perdão, quando eu saí do conselho executivo, ela me pediu para organizar o congresso de 2010 em

Nova Orleães, que eu sabia que ia achar interessante, porque eu sabia que a Luisiana era interessante, e, sei lá, eu gosto de organizar coisas. Então fiz isso. E aí fui instada a me candidatar, a concordar em ser indicada para concorrer a presidente para a gestão seguinte. Então essa foi a hora da verdade, em que eu pensei “bom, vou ter que dizer o que eu penso”, sobre, sabe, o problema real de a Antropologia dos Estados Unidos dominar o universo, o problema de o inglês ser “a” língua importante para publicação, de modo que – e eu não estava sozinha em achar isso problemático, certo?

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Mas eu sentia que, claro, podíamos bater nessa porta pelo lado de fora, mas, quando você está no centro de um espaço de poder, tem muito que podemos fazer, e era isso que eu queria fazer se fosse eleita presidente. Porque calculei que, se as pessoas não quisessem isso, elas não iam votar em mim. E isso seria um recado claro.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: E então eu fui eleita. Então eu tinha esses quatro anos, dois como vice-presidente, presidente eleita, dois como presidente, que foi como eu tive a oportunidade de conhecer você, Ruben. Na época em que o Conselho Mundial de Associações de Antropologia estava se constituindo e a então União Internacional das Ciências Antropológicas e Etnológicas estava sendo revitalizada, como canadense, era um bom momento para ser – quer dizer, era um bom momento para ter uma canadense como presidente da Associação Americana de Antropologia. E, então, sabe aquilo que eu disse que eu queria fazer? Eu tive a oportunidade de trabalhar especialmente com as grandes associações coirmãs, vocês aqui no Brasil, a japonesa e as europeias. Fizemos uma série de coisas, por exemplo, fizemos um webinar com os... eram os europeus, os brasileiros, os canadenses e americanos, fizemos um webinar sobre o problema do inglês e o multilinguismo na produção de conhecimento antropológico. Fizemos um monte de coisas. A outra iniciativa importante foi um dossiê que eu recebi para os dois anos da minha gestão na presidência, o desejo por parte de uma parcela significativa dos associados de discutir o movimento de

boicote e sanções disciplinares contra Israel.³ Isso tomou muito do meu tempo, e também foi extremamente formativo para mim. Eu me sinto bastante bem a respeito de como as coisas correram. Eu não acho que poderia ter feito melhor, vamos dizer assim. Não tenho arrependimentos em relação ao modo como lidei com a questão. Não fico acordada de noite pensando “eu devia ter feito isso, eu devia ter feito aquilo”.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Talvez não tenha sido bom, talvez não tenha sido certo, mas eu não podia ter feito nada mais do que fiz. E, claro, quando você é ex-presidente, a AAA nunca deixa você partir, então tem sempre isso, tem sempre isso acontecendo. Mas também me deu a oportunidade de retornar ao envolvimento com os meus colegas canadenses e com colegas na Europa, e por conta disso tenho feito muito trabalho colaborativo por todo o Canadá. E, sobre o que não falei nada ainda é sobre pesquisa, mas vocês vão ter que me perguntar a esse respeito separadamente, porque estou cansada dessa história.

Monica Heller/Ruben Oliven/Pedro Garcez: [risos]

Ruben Oliven: Algo muito interessante no seu trabalho é quando você trata da questão de a linguagem dizer respeito a mais do que uma estrutura que fornece ferramentas para fazer sentido do mundo e que você deve ver a relação entre a linguagem e a produção de diferença social e da desigualdade social. Você acha que essas duas coisas são incompatíveis? Ou há um modo de reuni-las? E qual é o papel da ideologia nesse processo? Só para tornar as coisas mais complicadas...

3 Em assembleia geral em novembro de 2015, a Associação Americana de Antropologia aprovou uma resolução para colocar em votação, em abril de 2016, proposta de boicote da entidade às instituições acadêmicas israelenses (ver American Anthropological Association, 2015). Argumentos contra e a favor estão listados em American Anthropological Association (2016a, 2016b). Com participação de 51% dos eleitores habilitados, a proposta foi rejeitada por 2423 votos contrários, uma margem pequena, já que 2384 votos foram pela aprovação (ver American Anthropological Association, 2016c).

Monica Heller: Bom, vou ter que voltar para ideologia mais tarde.

Ruben Oliven: OK.

Monica Heller: Uma sociolinguista variacionista me fez uma pergunta parecida durante o curso que eu dei esta semana aqui, vindo do outro lado da questão. Bom, eu tive que me ocupar durante muito tempo – eu não sabia dizer, até o trabalho como estudante de pós-graduação – tentando descobrir: “No que eu acredito?” Porque nós somos treinados absolutamente, mesmo como linguistas antropólogos, para acreditar que língua é um objeto estruturado, integralmente delimitado, que pode estar localizado no cérebro, talvez na mente, algo cognitivo, não temos certeza. Mas se situa em relação à organização social, de algum modo. E a tarefa é descobrir essas maneiras. E assim na tradição de Franz Boas, que é dominante na América do Norte, as coisas estão loteadas. Sim, veio da noção de que tudo isso faz parte da cultura, são todas dimensões da vida social, mas são divididas. Então você trabalha sobre linguagem, ou você trabalha sobre o corpo, você trabalha sobre práticas religiosas. Mas, até onde eu posso perceber – você provavelmente sabe mais sobre isso do que eu –, isso foi montado como abordagens distintas meio que desde o começo. Então ninguém formulou a pergunta sobre o que – sabe... Talvez, talvez, fazendo perguntas sobre o que há de comum entre as estruturas... e toda a virada lévi-straussiana, eu acho que em parte foi sobre isso... ao mesmo tempo que temos a virada estruturalista chomskiana... a nossa tarefa é encontrar as estruturas subjacentes universais de tudo, e, se estivermos certos, então todas vão se sobrepor, as estruturas linguísticas vão se mapear sobre as estruturas sociais e assim por diante. Ao que parece isso não ocorre, ou então não descobrimos como. De todo modo, essa não era a questão que me interessava.

Ruben Oliven: Mmhmm.

Monica Heller: Mas também não parecia funcionar. Então isso era um problema para mim. E, empiricista pouco refinada que eu sempre fui, a minha questão sempre foi “olha, isso tudo está acontecendo; eu tenho que ser capaz de explicar!”. E estrutura linguística não explica, de todo. Ainda assim, consigo ver modos como a estruturação da linguagem, como ela está estruturada, se torna

disponível, como um recurso comunicativo, para fazer coisas interacionalmente, e a estruturação da interação se torna disponível para negociar divisas sociais, negociar diferença social, notadamente, quem consegue acesso a quê. E então podem ser tipos de coisas práticas, como uma resposta do motorista de ônibus, ou a marcação de consulta com o médico. Quero dizer, isso era a vida que eu estava vivendo. Era isso que estava em jogo na vida cotidiana na policlínica do Hospital Victoria. E aí há coisas maiores em jogo, como o acesso de uma geração à educação e a empregos. Então, eu conseguia ver os modos como... desculpa! Ao mesmo tempo, você tem todo esse papo de “nós vamos mudar o mundo fazendo uma política linguística pública”. Ahn? Sabe, como? E é isto que eu aprendi com John Gumperz, que foi meu mentor, que realmente se focava na interação social como o lugar onde a coisa social acontece: que foi apreciar esse lócus da interação social, mas como algo com uma história, e algo com uma estrutura. E assim a pergunta passou a ser qual é a história – qual é o passado e qual é o futuro, e o que está se passando ao mesmo tempo, e o que a estrutura tem a ver com isso? E nisso eu fui influenciada por algumas pessoas importantes. Uma foi Aaron Cicourel, que é um sociólogo etnometodólogo também interessado no processo interacional institucional. Outra foi Anthony Giddens, um sociólogo britânico. Então o problema da agentividade-estrutura era a questão. Indo adiante rapidamente, passei a crer que a estrutura é algo que você faz, com os recursos simbólicos e materiais que herdamos, porque eles não caem do céu, a partir dos quais fazemos sentido. E a produção de sentidos só poderia acontecer no aqui-e-agora, mas é um aqui-e-agora que tem uma história e está conectado com outro aqui-e-agora em alguma outra temporalidade ou alguma outra espacialidade. Assim, a chave do jogo, se você quiser, é elucidar as conexões, elucidar as sequências, elucidar o que está conectado com quê, e como. E notadamente, então, quais são as consequências, digamos, para o que fazemos agora em termos de possibilidade, para nós três, ou para esses dois caras, ou para pessoas que não se encontraram, ainda? Ou seja, sempre há coisas que importam. E isso circula. Produção e circulação só acontecem em algum lugar que é observável de algum modo. Então eu sou, sabe, realmente empiricista nesse aspecto. Aqui é onde eu realmente me apoio em Pierre Bourdieu e na noção de valor, e de mercado. Em particular naquele momento, eu estava fazendo pesquisa em cenários educacionais na escolarização de uma minoria linguística, um campo realmente importante na mobilização política das minorias linguísticas, e ele, claro, com

Jean-Claude Passeron, trabalhou muito sobre escolas como agências de reprodução social, e estava vendo isso diante dos meus olhos e no terreno da linguagem. No terreno da linguagem, mas, você também podia ver aquilo, pela manipulação de recursos comunicativos na interação social, dia após dia, semana após semana, ano após ano, e de maneiras que claramente se conectavam com os funcionamentos das coisas acontecendo em outros espaços institucionais, não apenas na educação. Assim, passei a ver a linguagem como prática social, mas, tal como a prática social é estruturada, também os recursos comunicativos que são parte dessa prática social. Uma das coisas que têm se passado nos últimos 40 anos ou algo assim – bom, quando eu comecei como estudante de pós-graduação, as pessoas estavam muito interessadas em todo tipo de prática comunicativa – gesto, direcionamento de olhar, corpo – e isso meio que ficou pelo caminho, por alguma razão, sabe, que eu poderia tentar explicar. Mas nos 1980 e 1990, ao menos nos mundos em que eu estava ativa, isso meio que saiu, mas agora voltou. Então esse reconhecimento de que precisamos falar de todo tipo de prática comunicativa e de todo tipo de canal de comunicação, e dos modos em que a estruturação dos recursos comunicativos – que vamos chamar de língua para os propósitos da nossa discussão aqui hoje, mas na qual não acredito, certo?, quer dizer, a noção de línguas – e aqui vou falar de ideologia – é uma estruturação ideológica. Então, o nosso conceito dessas coisas como sendo íntegras e delimitadas e em relação uma a outra, mas não em relação uma da outra, para mim resulta da relação complicada entre o colonialismo e o Estado-nação. Portanto, culturas e grupos e línguas foram moldados a marretadas para permitir a criação e o gerenciamento de diferença social e da desigualdade social, para dizer de um modo meio grosseiro, legitimadas ideologicamente por toda sorte de histórias interessantes que nós contamos sobre nós mesmos e uns sobre os outros. Assim temos ideologias de linguagem e de culturas, que estão encaixadas em ideologias legitimadoras. E essas têm se tornado realmente o cerne daquilo pelo qual eu passei a me interessar em compreender e sobre o que trabalhar, de maneira que, sabe, me encontro limitada, desconfortavelmente, de ter que falar sobre língua quando o que eu realmente acredito, e isso vem de – para mim, a imagem que funcionou foi, do trabalho de Voloshinov e Bakhtin, ou Bakhtin Voloshinov, provavelmente Voloshinov – da ideia de que os recursos comunicativos, como quaisquer outros recursos, circulam. Como os corpos circulam. E assim, como falantes, somos posicionados de maneiras tais que temos

acesso, acesso mais fácil, a certos tipos de recursos, assim como agora eu tenho acesso fácil a água e um caderno de notas, e coisas saindo da minha boca que a gente aprendeu a chamar de inglês, francês, e estou aprendendo um pouquinho de português com vocês. E assim eu posso fazer isso; não posso me valer de alguma coisa que podemos chamar de japonês. Estou realmente longe disso. Se eu quisesse me valer disso agora, teria que fazer algum esforço para fazer isso. Se eu quisesse alguma coisa para comer, eu teria que parar a interação e pedir para vocês. Assim, conforme eu estou posicionada socialmente, que é uma questão completamente ideológica, também me posiciona com respeito aos recursos comunicativos, os quais, junto com os meus interlocutores, chegamos a algum tipo de arranjo sobre como estruturar, de modo que possamos falar uns com os outros, ou escrever uns para os outros, ou seja qual for a tecnologia, ou abanamos uns para os outros, inclusive instruções corporais, que vamos usar. E assim não está aqui dentro ou lá fora; passa por uma variedade de meios, que atuam como limitadores. Não é toda e qualquer coisa que eu posso fazer com o meu aparato vocal, mas há toda uma amplitude de coisas que eu posso fazer com o meu aparato vocal. E eu posso organizar isso em partes de modos muito diferentes, embora você e eu vamos ter que concordar que vamos organizar isso em partes, de certos modos, porque vamos usar os recursos dessa maneira. E há muito, muito trabalho sobre mudanças nos sistemas de vogais ou de consoantes das diferentes línguas, porque o espaço das vogais ou das consoantes podem ser espaços meio soltos, conforme for o caso. Você pode mover, para cima e para baixo, para frente e para trás. Então sempre temos espaço de manobra, sempre temos um espaço para mexer as coisas, para fazer sentido de maneiras que –, algumas podem ser icônicas, é possível, “ik” pode, sabe, ter algum tipo de significado icônico em comparação com “ã-”. É uma hipótese. Tem sido uma hipótese favorita de muita gente. Talvez. Então, acho que podemos entender *muito* sobre o processo social. Na verdade eu não sei como nós vamos entender muita coisa do processo social sem entendermos como as pessoas se comunicam umas com as outras.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Podemos entender obviamente os artefatos que eles produzem, mas eles os fizeram. É ação. Alguém teve que fazê-lo, em interação, com

recursos que atualmente em geral concordamos em não chamar de humanos, mas isso está mudando também. Então, sim, tenho estado de certo modo indo contra esse conceito, essa ideologia de língua como objeto íntegro e delimitado, distinto de cultura e sociedade. Penso que é tudo uma única coisa, e é só uma questão de qual é o ponto de entrada onde está o seu interesse ou que por acaso está disponível para você.

Ruben Oliven: O seu trabalho enfatiza muito fortemente o papel do Estado-nação e as línguas, sim?

Monica Heller: Sim.

Ruben Oliven: OK, e agora você se dirigindo, ou já se dirigiu para a questão da linguagem no arcabouço da globalização ou do capitalismo tardio. Você poderia falar um pouquinho sobre isso?

Monica Heller: Sim, bom, isso sou eu seguindo onde aponta o meu nariz, assistindo ao que está se passando à minha volta. As experiências de infância que eu estava contando para vocês há pouco foram um momento de desenvolvimento do nacionalismo québécois. E assim eu pude ver tentativas por parte de alguns atores sociais de construir algo que eles queriam chamar de um Estado-nação, e outras pessoas resistindo a isso. Então, no espaço canadense, se o Québec se constrói como um Estado francófono – porque um dos emblemas do Estado-nação é uma língua-padrão e espaços monolíngues –, antes de isso acontecer, havia toda sorte de gente que se entendia franco-alguma coisa, mas não québécois, então isso era um problema para essas pessoas.⁴ Uma das respostas seria os québécois dizerem para eles: “Mudem-se para cá. Afinal, vocês vão desaparecer de qualquer jeito mesmo. Então aproveitem e se mudem para cá.” E essas outras pessoas diriam: “Ih, sabe, a gente não tem como fazer esse Estado-nação territorializado.” O que a ordem mundial global consagra como a unidade política de organização – a ONU é uma organização de Estados nacionais soberanos, e isso é para ser a meta para todo o mundo e tudo – é que o

4 Refere-se à população francófona em outras províncias canadenses que não o Québec. Ver Heller et al. (2016).

mundo devia estar loteado em nichos-chave bem organizados. E quando eu me encontrei em Toronto, é claro, o que estava diante de mim era a bagunça que sobrou disso, do que se tentou fazer. Tinha sobrado bagunça dentro do Québec também. A população indígena, o que hoje a gente chama de nações originárias e inuit, e também várias outras gentes de outras origens, foram chamadas a integrar o espaço francófono, mas com desconfortos, e isso ainda é um problema hoje, isto é, se você pode realmente se transformar num québécois francófono, porque a coisa nacional tem tanto uma dimensão liberal-democrática racional-iluminista – qualquer um pode ser um cidadão, aprenda esta língua racional e racionalmente você será um cidadão racional –, quanto uma dimensão nacional romântica, de fazer parte de uma nação orgânica com raízes no solo. Então, como você usa isso para fazer aquilo parece ser mais das coisas que não funcionam. Tem sido um problema, e nós temos andado em círculos em torno disso pelos últimos 50 anos, e segue sendo um problema que temos. E aí tem essa outra bagunça, não no Québec, que é: “Espera um pouco, nós somos essa coisinha francófona! Como é que vocês ousam dizer que nós não somos?” E assim eu estou seguindo isso tudo e como eles lidam com esse problema e as contradições que surgem e os modos como as pessoas tentam neutralizar essas contradições e então como outras ideologias surgem, como, talvez, mais bem situadas para as realidades que estamos enfrentando, e talvez essa coisinha de Estado-nação monolíngue esteja demasiadamente em contradição com essa coisinha democrática, de modo que a gente não consiga fazer essas coisas se encaixarem e, portanto, temos que repensar a coisa toda. E assim encontramos gente resistindo a isso. Ao mesmo tempo, então, isso é onde – sabe, eu nunca era, eu nunca lia as páginas de negócios dos jornais quando era jovem, até eu começar a descobrir que, na verdade, no fim a economia é realmente importante.⁵ O terreno em que as pessoas com quem estou trabalhando de fato estão lutando é de fato o acesso ao controle sobre a riqueza, sobre a entrada na coisa-Canadá-o-país-capitalista. Então, quem controla os recursos? No que se baseia a economia canadense? Assim tive que começar a tentar entender a relação entre a indústria madeireira e as brigas sobre o bilinguismo. Há uma conexão direta aí, mas eu tive que deslindar isso, porque as pessoas de linguagem

5 Ver, por exemplo, Heller (2010, 2011) e Heller e Duchêne (2012, 2016).

normalmente não tratam da indústria madeireira e as pessoas da indústria madeireira normalmente não tratam de linguagem. Eles só sabem que, se você precisa de gente no norte de Ontário para serrar madeira, as pessoas que provavelmente você vai conseguir são franco-canadenses e talvez gente da ilha de Cabo Bretão na Nova Escócia. Essas são os nossos excedentes laborais.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: E eles não fazem perguntas a respeito disso. E quando essa gente chega nos acampamentos das serrarias, a questão de como eles vão se comunicar também não surge. E o mesmo acontece hoje na mineração de petróleo no norte de Alberta. Então você pergunta para os falantes de francês o que é que acontece, e eles dizem: “Bem, primeiro eu tenho que me concentrar muito, muito, muito, muito para entender, sabe, esse inglês.” “E ninguém tenta—” “Nã, nã, nã.” Isto é, os falantes de inglês falam inglês e os falantes de francês têm que aprender. Outra forma de dominação simbólica que reproduz...

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: O que também veio a ser como eu passei a entender “anglo” e “franco”, e “Newfie” e “Cape-Bretonnie” como essencialmente rótulos de etnoclasse.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: E as diferenças linguísticas e culturais como modos de a gente legitimar a manutenção de uma certa população excedente como repositórios laborais excedentes e em nichos laborais específicos, que não é algo que as políticas linguísticas canadenses de fato jamais tocam. Portanto, o que estava acontecendo, então, ao mesmo tempo, é que a base, de certo modo a maneira como as coisas estavam organizadas, os movimentos estado-nacionais québécois para tomar o poder político e o controle do setor privado da economia do Québec num espaço monolíngue não podiam funcionar, porque essa não é uma economia autossuficiente. De modo a fazer dinheiro a partir do que você tem, você tem que lidar com gente que não fala francês. Assim, se você quiser fazer uma

grande represa para produzir energia hidroelétrica no norte do Québec, quem é que vai consumir isso? Não só os québécois. Você pode nacionalizar a companhia hidroelétrica e usar isso para criar espaços de mobilidade social para engenheiros francófonos tecnicamente recém-treinados, mas em algum momento alguém vai ter que lidar com o resto do mundo. E rapidamente, no final dos 1980 e início dos 1990, há toda uma reestruturação que nos afeta, em que as maneiras em que os “bastiões tradicionais” – como a gente chama – da francesidade no Canadá não conseguem se reproduzir. E aí eu olho e me dou conta “ih, alguma coisa está acontecendo aqui”, que na realidade se conecta com as discussões que as pessoas estão tendo sobre Reagan e Thatcher. Tudo isso está conectado. Então, sabe, observo que a indústria da pesca de bacalhau no norte do Atlântico, do lado canadense, fecha, como atividade básica de manutenção, por conta da pesca excessiva. Então tem todas essas coisas de recursos primários. Ou então se torna muito caro retirar esse mineral do solo; é mais barato retirar do solo na Bolívia. E aí se você quiser trabalhar em mineração você tem que ir para a Bolívia, ou então encontrar outra atividade para se sustentar. E assim comecei a observar o que estava se alterando e como as pessoas estavam se reorganizando de modos que imediatamente se conectam a redes globalizadas. Isso também me fez me dar conta de que, claro, sempre estivemos em redes globalizadas. Sabe, a história que nos contam quando nos mostram – “Veja, aqui está o mapa do Québec, aqui está o mapa do Canadá, aqui estão essas fronteiras...” –, todo esse lugar só existe em função do imperialismo europeu! Outro livro importante para mim foi *Europe and the people without history*, de Eric Wolf.⁶

Ruben Oliven: Mmhmm.

Monica Heller: Sabe, o capítulo sobre o comércio de peles abriu os meus olhos. Bom, então isso quer dizer que a gente precisa repensar toda essa coisa de globalização e tentar entender, para as coisas que me interessam, como isso reconfigura, nos diferentes momentos de conexões imperiais, internacionais, globais, os rótulos que são de certa maneira emblemas para se falar dos diversos modos em que as circulações planetárias estão organizadas em termos de relações de

6 Ver Wolf (2009).

poder e em termos das diferenças linguísticas e culturais e sociais que fazem com que isso tudo faça sentido. Sabe, a Metrópole imperial, a Metrópole colonial em oposição às Américas incivilizadas...

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: ... o Canadá surgindo das trevas como Estado-nação saindo do Império Britânico. O que é preciso para fazer isso? Por que fazer isso? Por que seria interessante fazer isso? O Québec dizendo: “Não queremos brincar desse Estado-nação; queremos outro Estado-nação.” E tantas outras pessoas a certa altura dizendo: “Essa coisa toda de Estado-nação não está mais funcionando para nós”, e produzindo formas de expressão, muitas vezes na cultura pop na verdade, primeiro de certo modo desestabilizando isso e depois, eu diria...⁷ Então, agora tenho estado seguindo as pessoas fazendo duas coisas. Uma é a reação fortíssima: “Não, vocês não vão desestabilizar isso! Nós fizemos isso, funcionou para nós. Vocês não vão nos tirar”, que eu entendo ser uma reação. Não consigo entender de nenhum outro modo, porque ao mesmo tempo estou vendo essas outras coisas se passando ao mesmo tempo.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Que vem a ser “isso é problemático”, “isso é estrangulador”, “isso não é justo” e, portanto, “a gente quer imaginar alguma outra coisa”.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: E assim só estou tentando seguir, só estou tentando entender o que está acontecendo. Tudo isso está em relação. Isso está claro para mim. E assim a alteração no meu trabalho tem sido apenas – é possível entender de duas maneiras: uma é que a Monica vai entendendo melhor as coisas à medida que vai ficando mais velha, e a outra é que as coisas estão mudando, e, portanto, você tem que encontrar uma explicação.

7 Ver Heller (2011).

Ruben Oliven: Como você desenvolve pesquisa sobre isso tudo?

Monica Heller: Certo, sim, então, somos todos de certo modo treinados para sermos etnógrafos solitários, mas, na realidade, durante a maior parte da minha vida, eu trabalhei em equipes. Eu era a etnógrafa solitária na clínica ambulatorial, somente porque as outras senhoras que trabalhavam comigo, elas eram adoráveis, mas estavam fazendo o trabalho delas, certo? Elas queriam se certificar de que a Monica ia tirar uma nota boa, e por isso me ajudavam, porque eu era uma estudante àquela altura. Então em certo sentido eu poderia afirmar que eu era a única formulando perguntas, que não eram desinteressantes para as minhas colegas de trabalho – nada disso – porque elas estavam vivenciando aquilo também. E a gente de fato conversava sobre tudo, e eu aprendi muito a partir disso, mas afinal era eu quem tinha que apurar aquilo tudo e escrever uma dissertação de mestrado. Já para o doutorado, o que acontecia é que, 1976, havia um governo independentista eleito na província do Québec e preparação de legislação linguística. E houve legislação linguística antes – com efeito, no início dos anos 1960, o governo do Québec criou uma agência de legislação linguística no bojo do que eu falei para vocês antes, com o propósito de facilitar as mudanças ou as políticas linguísticas públicas que o governo queria instituir, e tinha pesquisa sobre isso, e eu fiz um estágio lá por seis meses quando era estudante de pós-graduação. E uma das pesquisadoras com quem eu estava trabalhando estava aplicando questionários. Eles mandavam questionários para grandes empresas, que eram as que eles tinham como alvo principal para a “francisation”, como eles chamavam, para ver o que os trabalhadores estavam falando. Ela não tinha carro e me pediu para pegar o carro dos meus pais emprestado para levá-la até essa grande fábrica de automóveis na região de Montreal para recolher os questionários, porque eram caixas de questionários. E assim, eu estava levando Dénise até St. Thérèse... e na volta: “Sabe, se eu fosse um trabalhador nessa empresa e eu recebesse um questionário como esse, eu ia simplesmente preencher francês, francês, francês, francês, francês... francês, francês, francês... francês, francês, francês, francês... todo o tempo, porque eu sei que é isso que vocês querem. Não sei se um questionário, sabe...” Eu já tinha sido envenenada pela Etnografia, e a Sociolinguística Interacional, então, isso era a crítica dos questionários. E então ela me diz: “Você é tão esperta, sabe? Então como é que você faria isso?” E aí eu ali, dirigindo o carro, inventei um estudo etnográfico. Ela então diz: “OK, nós

temos um programa de financiamento. Você devia inscrever um pedido de apoio para fazer essa pesquisa.” Ai, bem... Ela foi maravilhosa. Ela me ajudou. Mas eles também disseram: “Sabe, a gente não acha que você consegue fazer isso sozinha. A empresa é muito grande. Também é uma fábrica industrial... uma mulher de vinte e poucos anos sozinha, ih... Você sozinha, por um ano e meio, ou – é, você precisa de uma equipe. Então você vai prever no orçamento que vai contratar outros estudantes de pós-graduação para trabalhar com você.” Para encurtar a história, ganhei o financiamento e contratei três outros estudantes de pós-graduação. Então eu já estava – na minha primeira experiência de trabalho de campo de fôlego, eu já estava trabalhando em equipe. E daí na minha primeira pesquisa em Ontário, eu, sim, fiz sozinha. Passei seis meses em uma escola primária.⁸ E daí, com o passar dos anos, em parte porque eu estava em um centro de pesquisa, havia muitas solicitações para certas tarefas, e um dos meus colegas, Raymond Mougéon, era um variacionista, mas ele tinha uma noção – e estávamos mais ou menos no mesmo terreno, mas com abordagens diferentes. E então ele pensou: “Mmm, isto pode ser interessante, sabe, reunir os dados que a Monica tem e os dados que eu tenho, então que tal se a gente escrevesse alguma coisa juntos?” E eu disse: “Claro, quero tentar fazer isso.” E escrevemos coisas juntos. Assim, houve sempre muito trabalho em equipe no centro de pesquisa por conta do tipo de pressões, por assim dizer, políticas, sociopolíticas, políticas para se fazer certos trabalhos de certos modos, e num certo cronograma. E assim me acostumei a isso, e daí, conforme comecei a – se vocês lembram, a minha coisa é começar aqui e seguir as coisas. E você começa a seguir por aqui, e você começa a seguir aqui e você começa a seguir aqui e por ali. A minha colega Sari Pietikäinen usa o conceito de rizoma de Deleuze e Guattari para descrever isso; para mim é mais uma ideia de teia. Então as coisas vão em diferentes direções. Eu nunca pensei em etnografia como algo holístico. Eu seria alérgica a isso. Acho que tudo está conectado em muitos tipos de maneiras. Eu acho que nós construímos divisas, e, portanto, eu poderia justificar o trabalho somente na escola em função de você ter divisas territoriais – isto é propriedade escolar – e divisas temporais – trim, trim, o sino toca; agora a escola começa. E eu podia ver as crianças brincando com essas divisas. Ainda assim, obviamente, para entender

8 Ver Heller (1999).

o que realmente estava se passando, eu precisava entender as trajetórias das crianças e as trajetórias dos currículos e as trajetórias de toda a instituição da escola... porque houve uma época em que era ilegal usar o francês como língua de instrução. Portanto, as coisas seguem em diferentes direções, e você pode fazer menos, sozinho, mas é muito interessante trabalhar com outras pessoas. E tem a questão do posicionamento social outra vez: na fábrica, foi de fato um problema saber onde colocar a mim e à outra mulher que estava na equipe, porque a maior parte do espaço era masculino. Por exemplo, para acompanhar os caras que faziam as rotas de entregas nos caminhões, sim, eu podia fazer isso, mas todo o mundo ficava muito mais à vontade se fosse um cara a fazer isso. Portanto, há coisas genericadas, e tem também coisas de idade. Se você está trabalhando numa escola... quando eu comecei, eu era jovem o suficiente para poder passar como uma estudante mais velha de ensino médio; anos depois, é só “madame, madame, madame”. Você é ou mãe, ou professora, ou algo assim, e isso é uma relação muito diferente com as crianças. Mas trabalhar com estudantes de pós-graduação ajuda com isso. E há também aspectos sociais. Assim, os alunos que são os mais marginais na escola, os fumantes, os que, sabe, chegam para a aula atrasados, ficam lá no fundo na área de fumantes, coisas desse tipo. Eles sobrevivem por conta de uma solidariedade muito apertada. Se você quer entender a ecologia da escola, você não pode abandoná-los depois de estabelecer uma relação de confiança com eles. Você não pode abandoná-los. Então ou você – e isso é uma das razões por que, eu acho, Penny Eckert acabou trabalhando tanto com os burnouts.⁹ Assim, ter homens e mulheres, negros e brancos, gente mais velha e gente mais nova... E aí começamos a trabalhar com colegas de outras partes do mundo, em particular alguns alemães que estavam interessados no Canadá, e alguns colegas acadianos¹⁰ no leste do Canadá, porque nós queríamos fazer algumas ligações. Nos demos conta de que, se a gente fizesse as coisas em pares, com um de dentro e o outro de fora, isso era muitíssimo melhor do que estando só um de nós.

9 Ver Eckert (1989, 2000).

10 A Acádia é a região cultural e histórica da América do Norte que diz respeito à colônia francesa com esse nome que fez parte da Nova França. Por vezes o referente são áreas de províncias do leste canadense e do estado do Maine nos Estados Unidos, por vezes, mais difusamente, à diáspora acadiana ou mesmo à francofonia norte-americana.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Porque, sabe, eu posso fazer uma pergunta idiota, porque eu não sei de nada, nunca estive aqui antes, e a Annette pode dizer: “Ah, é, eu também gosto disso”, mas ela não pode fazer a mesma pergunta que eu posso, porque ela devia saber aquilo.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Assim todas essas diferentes razões passaram a ser metodológicas, ou teórico-metodológicas, além de práticas.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Para fazer trabalho em equipe. Então: trabalho em equipe. Distribuído espacialmente: muitas idas e vindas. Conexão: começa aqui e segue para lá; você se desloca para lá. Isso pode ser em termos de um conjunto de pessoas para outro ou de um lugar para outro. Assim eu passo muito tempo – o Canadá é grande – no avião, ou em trens e carros. Graças aos céus pelo Skype. Torna as coisas mais fáceis. Zoom é ainda melhor, por sinal. A internet facilitou as coisas também, mas eu me desloco bastante. A gente se desloca muito, tentando fazer com que os diferentes integrantes da equipe – assim, quando eu sou a investigadora principal, eu me certifico de que conheço todo o mundo e vejo tudo, mas a gente tenta garantir também que, por exemplo, alguém que está trabalhando principalmente em New Brunswick, a gente se certifica de que ao menos uma vez essa pessoa vai a Alberta para que possa ver.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Nos reunimos no final do dia para discutir e escrever notas de campo em conjunto, lemos as notas de campo uns dos outros e discutimos. Circulamos transcrições. O Dropbox é uma ferramenta muito útil, para imagens também. Agora pela primeira vez temos um website, que foi projetado como um dos nossos produtos principais, porque estamos usando os casos de

indivíduos em particular, e em alguns casos as quatro gerações das famílias deles, para demonstrar os tipos de mobilidades que são apagados pela construção de nação e como essas mobilidades são centrais para a possibilidade de sequer imaginar algo como uma nação. Assim temos um mapa interativo com todo o tipo de documentação que estamos montando no momento, o que é muito difícil, porque eu não sei como fazer isso.

Ruben Oliven: Mmhmm.

Monica Heller: E também estamos num tipo de embate a respeito de como produzir conhecimento. Assim o trabalho de campo em equipe também é uma questão de produção de conhecimento em equipe. Fazemos muitos painéis e números especiais, de modo que todo o mundo pode participar. Um livro que escrevemos tem cinco autores em conjunto.¹¹ E o website é obviamente um empreendimento coletivo, muitas vezes parecido com dar nó em pingo d'água, nem sempre é tão fácil. Eu estou agora mais interessada em explorar algo que eu estou fazendo com a Sari [Pietikäinen] – estou trabalhando com ela no norte da Finlândia também – em tentar encontrar caminhos que não sejam esses livros lineares, ou artigos. Mas ao mesmo tempo estamos trabalhando com gente mais jovem, que precisa dessas coisas para os seus empregos e estabilidade. Tem gente confrontando as formas canônicas de produção de conhecimento, muitos no Canadá trabalhando com povos indígenas. Por isso acho que é um momento interessante, e é aí que eu fico também muito sensível a tudo isso, como editora do *Journal of Sociolinguistics*, uma revista acadêmica típica. E toda a história do acesso aberto tem a ver com isso. De certo modo, eu sinto às vezes que escorreguei ladeira abaixo, sabe? Comecei a fazer certas coisas por certas razões e acabei nesse mundo todo, sabe, de reimaginar a produção de conhecimento. Eu não vou fazer isso acontecer, e provavelmente isso não vai acontecer no meu período de vida, e eu estou num ponto na minha carreira em que posso experimentar certas coisas, mas não sobre as carreiras dos meus colegas.

11 Ver Heller et al. (2016).

Pedro Garcez: Passando de questões metodológicas para questões programáticas, considerando que muitas vezes pode haver um abismo entre Linguística e Antropologia, como me parece ser o caso no ambiente acadêmico brasileiro, como é que você vê essa divisão de trabalho disciplinar, em especial no que diz respeito aos estudos linguagem?

Monica Heller: Eu mencionei antes os modos como para mim e para alguns dos meus colegas de geração na pós-graduação a divisão disciplinar entre Linguística e Antropologia tem sido problemática, para nós, nas nossas vidas. E mesmo entre Antropologia Linguística e Antropologia Sociocultural... Para muitos dos meus colegas, você menciona Antropologia Linguística, e eles dizem: “Uh, ih, dá medo.” Tem alguma coisa em que a linguagem, a imagem da Linguística e da linguagem, tem sido muito influenciada pelo que tem sido – eu diria que agora são os últimos 150 anos – a extração da linguagem do mundo social. Um pouco disso aparece nesses tipos de divisas disciplinares. Eu acho que é mais uma questão de grau do que de natureza, isto é, que a questão da Antropologia línguio-sócio aparece como divisor interdisciplinar de muitos tipos diferentes de maneiras, mesmo em um departamento com quatro campos. Mas, também para colegas em lugares como o Brasil ou, digamos, como a França, as pessoas com quem eu tenho afinidade, que trabalham nas mesmas coisas que eu na França, eles estão em Sciences du Langage. Então as pessoas com quem eles têm que brigar são os gerativistas, os estruturalistas, os formalistas. A luta deles é: “Ei, tem algo de social a respeito desta coisa, a respeito do que vocês precisam prestar atenção.” E isso se passa em todos os lados. Ou em lugares como a Espanha, ou a Alemanha, onde as coisas estão divididas em Filologias: você não pode trabalhar com bilinguismo francês-inglês porque ou bem você está em um Instituto de Anglística ou em um Instituto de Romanística, e eles estão em institutos diferentes. Isso é uma história real. Há todo tipo de maneira em que nós então, como Bonny McElhenny, com quem eu escrevi o livro *Language, capitalism, colonialism*, estamos tentando voltar para entender o que subjaz a isso. O que está em jogo, ou o que é para ser ganho com essa extração, da linguagem. Assim, não tenho tanta certeza de que se trata de o que os antropólogos e sociólogos perdem ao não olharem para a linguagem; mas sim de por que os especialistas da linguagem se agarram a essa coisa como perícia especializada que não vai ser

compartilhada com mais ninguém. Por que é que isso é transformado em um objeto amedrontador, místico, que requer iniciação no culto da Linguística. Há muito a ser dito sobre isso. Parte tem a ver com algo a respeito do que a Bonny e eu falamos muito.¹² Tem a ver com momentos em que houve um interesse em despoliticização. Há diferentes momentos em diferentes lugares. Para os Estados Unidos bem agora, acho que ainda estamos lidando com as consequências do macarthismo. Assim, a possibilidade de olhar para coisas como diferença social e desigualdade social foi exprimida da Linguística por meio da ordem a agentes do FBI para fazerem interrogatórios com linguistas. A preocupação com ser denunciado. Roman Jakobson foi denunciado pelo chefe de departamento dele em Harvard. Ao que parece houve um encontro, acho que foi da Associação Americana de Sociologia, possivelmente, em Toronto... Bom, há muito trabalho empírico a fazer sobre o que de fato se passou. E então a Guerra Fria, essa é uma coisa em particular a respeito de algo em particular – e os Estados Unidos, claro, se tornam o centro do universo em termos de produção de conhecimento... então, com o centro do universo despoliticizado, o resto do universo passa a ter um problema. Eu gostaria de entender melhor o que aconteceu na União Soviética, mas houve maneiras em que a intervenção de Stalin no campo da Linguística também teve um efeito de tipo semelhante, em uma espécie de modo paralelo em reverso. Tem havido muita pressão, certamente depois da Segunda Guerra Mundial, para despoliticizar pela via da tecnicização, pela via do estruturalismo, para dizer de modo demasiadamente simples. Para a tecnologia de computadores, entender as línguas foi particularmente interessante para desenvolver as tecnologias de computação, linguagens de computação, esses tipos de coisas, que estão, é claro, a serviço de objetivos políticos, mas que foram legitimados exatamente por não se dizer isso, certo? E assim há interesses em manter isso em silêncio, há interesses em manter essas coisas separadas. Portanto eu acredito que há razões por que isso vem sendo desafiado em particular agora. E a Linguística Aplicada, como um campo, realmente surgiu disso, certo? Surgiu de interesses militares por tradução e surgiu de interesses militares por aprendizagem de línguas, e de interesses militares em computação. E de fato há modos em que – no livro¹³

12 Ver Heller e McElhinny (2017).

13 Ver Heller e McElhinny (2017).

eu traço uma espécie de história do esperanto desde o final do século XIX por aí. Hoje, mesmo uma área como o esperanto, que era para solucionar problemas de conflito, também foi entendida como um campo a ser compreendido tecnicamente. Como fazemos essa comunicação internacional multilíngue? Qual é a técnica melhor para isso? Vamos inventar línguas que sejam fáceis de aprender. Então precisamos ter um entendimento técnico da natureza da estrutura dessas línguas para podermos fazer isso. Portanto, há toda uma história da Linguística Aplicada que surge dessa tecnicização, e toda uma história da Antropologia, eu acho, que é sobre despoliticizar tudo isso. Então como é que vamos reunir tudo isso? Quer dizer, antes estávamos falando que seria, talvez, pela descoberta de estruturas universais subjacentes a tudo. É possível. Ou mantendo essas coisas em pistas paralelas, de certo modo como na tradição de Franz Boas. Ou eu talvez deva perguntar a vocês por que vocês acham que os antropólogos não procuraram tirar a linguagem dos linguistas, dizendo: “Olha, tudo é processo social. Tudo é prática social. Nós podemos usar as nossas ferramentas de compreensão dos processos sociais e das práticas sociais para compreender isso.”

Pedro Garcez: Acho que no Brasil isso em certa medida já aconteceu.

Monica Heller: OK.

Pedro Garcez: Mas não em departamentos de Antropologia e não em institutos de Ciências Sociais.

Monica Heller: Então onde?

Pedro Garcez: Em Linguística Aplicada, no desenvolvimento brasileiro da Linguística Aplicada, como algo que é distinto da Linguística, e que é tão grande quanto.

Monica Heller: Claro, mas para mim isso não é um mistério. Isto é, à medida que o pessoal de linguagem foi fazendo o seu trabalho, primeiro você tem a coisa se fragmentando no que diz respeito ao problema do significado, e quando você começa com o problema do significado, você entra no problema

da interação. Então há uma razão por que quando eu era estudante de pós-graduação em Berkeley, as pessoas que estavam interessadas em Pragmática Linguística estavam conversando com os cientistas cognitivos, que estavam falando com os filósofos da linguagem, que estavam falando com os antropólogos interacionistas. Então você tem um ramo da Linguística, na verdade eu diria um ramo da Linguística Aplicada, não da Linguística, se politizando, de muitas maneiras diferentes. Eu encontrei isso na forma dos meus estudantes nos 1980 que tinham ido para a China. Eram falantes nativos de inglês, canadenses falantes nativos de inglês, recrutados para lecionar inglês na China, porque o sotaque canadense é o mais neutro, certo? Alguns deles só se divertiram. Alguns acordaram um dia na sua residência universitária se perguntando: “O que é que *eu* estou fazendo *aqui*? O que está acontecendo que me permite explicar por que nós estamos sendo recrutados para vir aqui? Ninguém está pedindo para os chineses virem até nós! Há algo a respeito do inglês que está se passando e que eu preciso entender.” E aí eles decidem voltar para fazer pós-graduação e aparecem nas minhas aulas, e isso conduz a um conjunto de reflexões acerca do inglês na globalização e neocolonialismo, e assim por diante. Ou você encontra isso em Linguística em torno de pessoas que têm feito esse tipo de trabalho mais técnico, que os povos indígenas e inuit no Canadá entendem que tem sido um processo extrativo de descrição linguística. “Vamos escrever uma gramática. Vamos escrever um dicionário”, isso então sendo reivindicado de modo a reivindicar a língua. “Assim vamos arrancar a língua de vocês nas escolas indígenas em regime de internato,¹⁴ mas queremos algum informante para podermos fazer a gramática.” E aí eles se fortalecem o suficiente para poder dizer: “Não vamos mais jogar esse jogo. Isso é uma coisa política. Não venha me dizer que é puramente um exercício acadêmico, intelectual. Isso é político. É político para nós, e nós vamos tomar isso de volta.” E assim você tem linguistas brancos confrontando isso e aprendendo a como ser aliados, mas reconhecendo que a Linguística em alguma forma é política. Assim, que os linguistas teriam que encarar as dimensões

14 Desde antes da sua plena constituição como tal, o Estado canadense instituiu um sistema de escolas em regime de internato para as populações indígenas, chamadas “residential schools”, com o propósito de retirar os jovens indígenas do convívio familiar comunitário e promover a sua assimilação. A última escola desse tipo fechou em 1996.

políticas – claro, não todos; alguns ainda seguem fazendo a coisa deles –, mas, que alguns linguistas seriam confrontados com isso e iriam seguir pela avenida da politicização, isso não me surpreende. O que não entendo tampouco – ou de todo, na verdade, agora que penso a respeito disso – é por que vários dos meus colegas na Antropologia Sociocultural, com quem eu compartilho tantos interesses, em torno de cidadania, por exemplo, se viram para mim com surpresa e dizem: “Ah, meu Deus, a gente devia conversar!”

Ruben Oliven: [risos]

Monica Heller: “Nós temos muitos interesses compartilhados! Eu achei que você fosse linguista.” Bom, vai ver que eu sou uma péssima linguista.

Ruben Oliven/Pedro Garcez/Monica Heller: [risos]

Monica Heller: Sob certos termos eu sou realmente uma péssima linguista.

Pedro Garcez: Aqui nós somos vistos como algo que não é a coisa de verdade.

Monica Heller: Precisamente. Isso. Não ser a coisa de verdade. Com orgulho. Está bem assim. Eu encontrei um outro nicho, mas eu não entendo por que ainda é uma surpr – bom, uma parte que eu de fato entendo, e tivemos esta discussão na AAA, sabe, sobre o fato de que, para ser representativo, tem que ter um assento para os arqueólogos, e um assento para os antropólogos biológicos, e um assento para os socioculturais e dādādā... Mas, claro, tem, sabe, o quê? 66% da? 70% dos associados são antropólogos socioculturais de um tipo ou outro. E todos os vários grupos baseados em identidades estão todos em Antropologia Sociocultural. Uns poucos estão em Antropologia Biológica, talvez um antropólogo linguístico. E ainda assim, as coisas estão igualmente distribuídas e tem... E a Antropologia Linguística realmente uma coisa diferente, a esta altura, neste ponto quase pós-boasiano. Ainda não chegamos lá, mas estamos em um momento do fim da Antropologia boasiana. Estou sendo injusta aqui, mas, enfim, me perdoem. Por que deveria haver qualquer diferença entre Antropologia Linguística e Antropologia Sociocultural? No nosso departamento na University of Toronto, nós temos os quatro programas diferentes, para os quais

os estudantes têm que se inscrever separadamente. E, administrativamente, houve um pequeno pesadelo, e veio à tona a fusão entre o que é chamado no nosso departamento de Antropologia Evolucionária e Arqueologia, e Antropologia Linguística e Sociocultural. E houve muita resistência a isso por parte dos antropólogos linguistas, porque você ia perder controle sobre os recursos, você teria que competir com as pessoas da Sociocultural pelos mesmos recursos. Então, sim, há uma razão prática por que isso. Uma vez que você tem um campo, ele tem um nome, tem mercado atrelado a ele. Então eu entendo essa parte. A questão é mais, intelectualmente, por que pessoas interessadas em diferença social e desigualdade social não insistiriam que linguagem, comunicação, mais amplamente, está claramente em conexão com isso? Por que será? Eu acho que há maneiras em que – houve um tempo que em Sociologia era mais fácil, certo, fazer Etnometodologia.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Ou coisas do tipo goffmaniano. Acho que está mais difícil agora.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Mas, sim, então o que você acha?

Ruben Oliven: Acho que pode haver algumas razões. Uma é o que você menciona: você cria um domínio e você não quer que outras pessoas se metam na sua seara.

Monica Heller: É.

Ruben Oliven: A outra eu acho que tem a ver com o treinamento e mesmo o susto. Quer dizer, as coisas que os linguistas de verdade fazem são tão esotéricas, tão difíceis, que as pessoas dizem: “Bom, eu não consigo nem iniciar uma conversa.” Então na verdade me parece que o que os antropólogos são capazes de fazer é conversar com pessoas como você, conversar com Todorov, ler Todorov.

Monica Heller: Mmhm.

Ruben Oliven: E dizer: “Bem, esse é um linguista que eu sou mais ou menos capaz de entender.” É como com os cientistas políticos. Há alguns cientistas políticos que você, que *eu* sou capaz de entender, e outros... eu acho – quer dizer, eu não compro todos, mas também a técnica que eles usam se torna quase esotérica. Então eu acho que as pessoas ficam com medo disso. Em segundo lugar, há pouco treinamento.

Monica Heller: Mmhm.

Ruben Oliven: Ao menos no Brasil, já que não temos os quatro campos.

Monica Heller: É mesmo. Mas é um círculo vicioso.

Ruben Oliven: É um círculo vicioso, sim, com certeza. “Não é com isso que eu trabalho, eu não sei trabalhar com isso”, o que é um absurdo.

Monica Heller: Exato. Precisamente. Então, sabe, em certo sentido, o que alguns de nós estamos tentando fazer é dizer: “Olha, se nós vamos argumentar que o processo social é em grande medida comunicativo...”

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: “... nós temos que conversar uns com os outros.” Isso não faz nenhum sentido. Uma das razões pelas quais eu me sinto mais à vontade com antropólogos do que com linguistas – não há dúvida a esse respeito – e é uma das razões por que eu me autodisciplinei ao me botar num departamento de Linguística, porque assim eu ia ter que, sabe, aprender aquela coisa. Mas eu não sou mais esperta do que qualquer outra pessoa, certo?

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Talvez eu tenha uma tendência à resolução de problemas que, sabe, essa coisa demanda, mas, sabe, para mim, por mais agradável que tenha sido passar uma tarde de sexta-feira no meu dormitório universitário produzindo árvores de estrutura profunda, isso não ia me levar aonde eu precisava ir.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Então, ainda que o treinamento em muitos aspectos me tenha sido útil, e a apresentação à materialidade da linguagem, à substância sonora da linguagem, isso foi extremamente útil para mim. Mas, sabe, eu costumava ir a uma gama muito mais ampla de congressos, e há muitos aos quais eu não vou mais, simplesmente porque essencialmente eu me tornei mais e mais e mais por assim dizer uma antropóloga sociocultural e menos e menos e menos uma linguista. Então, para mim, são frutos à disposição, estão ali para serem apanhados. Eu não sei quem lê as minhas coisas em outras partes do m – quer dizer, eu sei que eu chego lá pelos canais disciplinares de praxe, certo?

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Assim, na França são as pessoas que estão brigando com os gerativistas e que na verdade são altamente politicizadas. Temos todo um movimento sobre a politicização do campo dos estudos da linguagem. Bom, por exemplo, Elvira Arnoux, em Buenos Aires, vem de... o quê? Não da Antropologia, isso é certo. Assim, há esses pequenos recantos interessantes. Mas me parece que eles sempre são não Antropologia. E há algo a pensar por aí.

Ruben Oliven: Esta universidade, a UFRGS, é interessante, porque – em 1937 no Brasil foi implantada uma ditadura, que se estendeu até 1945, e um dos primeiros decretos ditou que ficava proibido falar qualquer língua que não o português em espaços públicos, o que neste estado teve um efeito muito forte.

Monica Heller: Claro.

Ruben Oliven: Por conta disso, os descendentes de alemães e italianos, os dois grupos principais de imigrantes, não podiam mais ter suas escolas em suas línguas, não podiam mais ter culto religioso nessas línguas, nem sequer lápides de túmulos. Nesta universidade, há vários docentes e funcionários que aprenderam, como primeira língua, alemão, hunsrück ou talian, e que

aprenderam português quando foram para a escola. Eles não sabem escrever ou a gramática de maneira sistemática, mas isso ainda existe, quer dizer, ainda tem gente que fala essas línguas, e isso, quer dizer, foi uma enorme violência simbólica que foi feita contra eles. E o que é mais, os três principais grupos de imigrantes eram os alemães, os italianos e os japoneses, mais em São Paulo do que aqui...

Monica Heller: Claro.

Ruben Oliven: ... e eles eram os inimigos que o Brasil estava combatendo, porque em 1942 o Brasil entrou na Guerra, então havia toda uma questão política.

Monica Heller: Mas, e eu acho, sabe, que tem toda uma gama de coisas que você pode fazer sendo um ditador.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Por que escolher língua? O que é que faz com que esteja disponível como modo de exercício de violência simbólica?

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Então.

Ruben Oliven: Foi chamada de Campanha da Nacionalização, era preciso brasileiro o povo.

Pedro Garcez: E a questão atual mais candente em termos de linguagem e desigualdade social no Brasil tem pouco a ver com...

Monica Heller: Multilinguismo.

Pedro Garcez: ... com outras línguas, ou multilinguismo, e tem, sim, a ver com variação em português, e essa é inteiramente uma questão sociocultural que é disputada e posta em prática na verdade pela linguagem, certo?

Monica Heller: Então eu insisto em colocar no mesmo quadro qualquer coisa que não seja uma linguagem monolíngue padronizada. Por isso eu fico tão focada no Estado-nação, certo?

Ruben Oliven: Mmhmm.

Monica Heller: Essa é a base ideológica...

Ruben Oliven: Mmhmm.

Monica Heller: ... para isso, e assim temos que explicar o Estado-nação e o que essa ideologia do espaço monolíngue padronizado faz e que produz como problema qualquer coisa que não caiba nessa caixa.

Ruben Oliven: Existem quase 200 línguas diferentes faladas no Brasil.

Monica Heller: Pois.

Ruben Oliven: E o primeiro deputado indígena na Câmara de Deputados foi um homem chamado Juruna, um cacique xavante, e assim xavante era a língua nativa dele, e ele falava um português que não era tão bom, e então pediu permissão para falar na língua dele, e disseram: “Não, porque a língua oficial do Brasil conforme a Constituição é o português, então você não pode falar em xavante.” E assim ele teve que falar em português e fez um discurso dizendo que todos os ministros de Estado eram ladrões. Tenho certeza de que boa parte da população concordaria, mas, quer dizer, se ele dominasse mais o português, ele diria “as pessoas dizem que”, mas, como ele afirmou aquilo como verdade, decidiram processá-lo. A coisa toda terminou à brasileira, quer dizer, deram um jeito. Mas isso mostra que o Brasil não estava pronto para permitir que uma pessoa fale numa língua que era falada muito antes de os portugueses chegarem aqui, muito antes de haver Brasil. Nem sequer havia Brasil.

Monica Heller: Mas e tem, mas tem também... isto... vou dizer algo que me faz muito impopular toda vez, e eu digo o tempo todo. Então, essa noção de língua xis, língua nomeada, também é um produto do Estado-nação...

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: ... e, assim, uma das questões em torno das línguas das minorias, de qualquer tipo, é que você está fazendo violência simbólica contra alguém porque você está decidindo que tal coisa vai estar na língua e tal outra coisa não vai estar na língua. Nas escolas onde eu estava passando muito tempo, havia professores dizendo para as crianças: “Vocês nem sequer falam a língua de vocês direito!”

Pedro Garcez: Que é uma coisa comum...

Ruben Oliven: É.

Pedro Garcez: ... que é dita...

Ruben Oliven: Nas escolas, sim.

Monica Heller: Certo.

Pedro Garcez: ... para a maioria da população brasileira.

Monica Heller: E não há razão clara por que chamar um filme de “vu” em vez de “film” não é francês.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Certo?

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Ou dizer... A sanitização é prática violenta, seja, sabe... de qualquer maneira. Então isso se torna muito difícil quando pessoas minoritizadas, gente que é minoritarizada por conta de falar uma língua diferente, tomam para si a noção de língua padronizada para lutar em contra-ataque. Esse é um embate que eu tenho no Canadá, certo?

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: O francês não é uma coisa; o inglês não é uma coisa. São coisas que a gente inventou. E os franco(-canadenses) estão lutando contra uma posição de desigualdade como uma nação que tem direitos com relação aos anglo(-canadenses). Mas, se você diz: “Nós somos uma nação delimitada com uma língua delimitada”, então você vai ter que começar a ter que policiar uns aos outros, certo?

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: E daí você começa com essa história de “você nem sequer falam a língua de vocês!...”

Ruben Oliven: Claro.

Monica Heller: “... direito”, o que por sua vez reproduz as mesmas relações de desigualdade, até onde eu consigo entender.

Ruben Oliven: E se você quiser ver as coisas no outro lado, esta universidade agora quer ser uma universidade de classe mundial. Todo o mundo quer ser uma universidade de classe mundial, mas até recentemente você só podia redigir uma tese de doutorado ou uma dissertação de mestrado em português, porque alguém consultou os advogados da universidade...

Monica Heller: Ahn han.

Ruben Oliven: ... e eles disseram: “Bem, uma tese é um documento oficial, e nossa Constituição diz que português é a língua oficial do Brasil. Logo, documentos oficiais só podem ser redigidos em português.” Agora mudaram isso, e pode ser em espanhol, inglês e francês, eu acho, mas levou um longo tempo. Alguém se deu conta, “nós queremos ser globais, então nós temos que aceitar”.

Monica Heller: É, é.

Ruben Oliven: Então mudaram a interpretação da Constituição.

Monica Heller: Isso. Então é aí que surge a pergunta de interesse, que é: Não era OK em 1995, então o que está acontecendo agora?...

Ruben Oliven: Exatamente.

Monica Heller: ... que faz com que você tenha que voltar e repensar isso? Então a coisa que era um problema enorme há 50 anos agora é uma coisa boa. Mas, sabe, mesmo nesse caso, está claro que não se trata de uma coisa boa inequivocamente.

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Há partes disso que são boas, e outras...

Ruben Oliven: Mmhm.

Monica Heller: Então há certos tipos de multilinguismos que são uma coisa boa; outros tipos de bilinguismo, multilinguismo ainda não são OK, e a variação linguística de certo modo é varrida para baixo do tapete.

Ruben Oliven: Você tem mais perguntas?

Pedro Garcez: Não, acho que estamos sem tempo.

Ruben Oliven: Você quer acrescentar alguma coisa?

Monica Heller: Não, isso foi divertido.

Ruben Oliven: Foi ótimo.

Monica Heller: Obrigada.

Ruben Oliven: Muito obrigado.

Referências

AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION. *Resolution calling for boycott of Israeli academic institutions to be placed on AAA spring ballot*. 21 nov. 2015. Disponível em: <https://www.americananthro.org/StayInformed/NewsDetail.aspx?ItemNumber=13213>. Acesso em: 15 maio 2019.

AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION. *Reasons to vote “Yes” on the AAA resolution to boycott Israeli academic institutions*. 8 abr. 2016a. Disponível em: https://www.americananthro.org/StayInformed/NewsDetail.aspx?ItemNumber=13489#Reasons_Yes. Acesso em: 15 maio 2019.

AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION. *Reasons to vote “No” on the AAA resolution to boycott Israeli academic institutions*. 8 abr. 2016b. Disponível em: https://www.americananthro.org/StayInformed/NewsDetail.aspx?ItemNumber=13489#Reasons_No. Acesso em: 15 maio 2019.

AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION. *AAA votes down academic boycott resolution*. 7 jun. 2016c. Disponível em: <https://www.americananthro.org/StayInformed/NewsDetail.aspx?ItemNumber=14768>. Acesso em: 15 maio 2019.

ECKERT, P. *Jocks and burnouts: social categories and identity in the High School*. New York: Teachers College Press, 1989.

ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice: the linguistic construction of identity in Belten High*. Malden: Blackwell, 2000.

HELLER, M. *Linguistic minorities and modernity: a sociolinguistic ethnography*. London: Longman, 1999.

HELLER, M. The commodification of language. *Annual Review of Anthropology*, v. 39, p. 101-114, 2010.

HELLER, M. *Paths to post-nationalism: a critical ethnography of language and identity*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

HELLER, M.; DUCHÊNE, A. Pride and profit: changing discourses of language, capital and nation-state. In: DUCHÊNE, A.; HELLER, M. (ed.). *Language in late capitalism: pride and profit*. New York: Routledge, 2012. p. 1-21.

HELLER, M.; DUCHÊNE, A. Treating language as an economic resource: discourse, data and debate. In: COUPLAND, N. (ed.). *Sociolinguistics: theoretical debates*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 139-156.

HELLER, M.; McELHINNY, B. *Language, capitalism, colonialism: toward a critical history*. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

HELLER, M. et al. *Sustaining the nation: the making and moving of language and nation*. New York: Oxford University Press, 2016.

WOLF, E. *A Europa e os povos sem história*. Trad. E. M. de Moura. São Paulo: EdUSP, 2009.

Recebido: 17/10/2019 Aceito: 14/11/2019 | Received: 10/17/2019 Accepted: 11/14/2019



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Orientações para autoras/es

1 – *Horizontes Antropológicos* publica trabalhos inéditos sob a forma de artigos e matérias diversas, como noticiário e entrevistas, em português, espanhol, francês ou inglês.

2 – O número máximo de autores por artigo é quatro.

2.1 – Na submissão de trabalhos, devem obrigatoriamente ser informados na plataforma SEER os seguintes dados de cada autor: nome, ORCID, e-mail, afiliação institucional (especificando cidade, estado e país da instituição). Para assegurar a integridade da avaliação às cegas pelos pares, as/os autoras/es submetidos devem excluir qualquer identificação de autoria nos textos, inclusive em referências e notas de rodapé. Em arquivos do Microsoft Office e PDF (Adobe Acrobat), a identificação de autoria deve ser removida das propriedades do documento.

2.2 – Os artigos devem ser escritos em espaço duplo e ter até 10 mil palavras, incluindo referências e notas.

2.3 – Os artigos devem vir acompanhados de um resumo escrito em espaço simples, no mesmo idioma, com até 150 palavras, e de mais quatro palavras-chave, além de uma versão em inglês do resumo (Abstract), nos mesmos padrões, com quatro palavras-chave (Keywords) e versão em inglês do título.

3 – O padrão adotado pela revista para citações e referências segue as normas da ABNT NBR 10520 e NBR 6023, respectivamente.

3.1 – As notas explicativas devem vir no rodapé da página e as referências devem vir após o texto, ordenadas alfabeticamente.

3.2 – No corpo do texto, a indicação de referência nas citações diretas deve trazer autor(es), ano de publicação e página(s); nas citações indiretas a indicação de página é opcional, conforme os modelos:

Segundo Hassen (2002, p. 173): “Há uma grande carência de materiais didáticos nesse campo, principalmente se aliados à ludicidade.”

Sabemos que há “[...] uma grande carência de materiais didáticos nesse campo [...]” (Hassen, 2002, p. 173).

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo (Hassen, 2002).

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo, segundo Hassen (2002).

ou

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo, segundo Hassen (2002, p. 173).

3.3 – As citações diretas com mais de três linhas, no texto, devem ser destacadas com recuo e corpo menor de letra, sem aspas, em espaço simples; transcrições das falas dos informantes seguem a mesma norma, conforme o modelo:

[...] regras de comportamento explícitos às quais os indivíduos se referem conscientemente, e que se fundam sobre justificações ou princípios filosóficos, ideológicos ou políticos, ou sobre o surgimento de novas aspirações individuais ou coletivas. (Bozon, 1995, p. 124).

3.4 – As referências, no final do texto, devem seguir os modelos:

3.4.1 – Livro (e guias, catálogos, dicionários, etc.) no todo: autor(es), título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação:

DUMONT, L. *Homo hierarchichus*: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.

FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (Ed.). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

MINISTÉRIO DE SALUD. Unidade Coordinadora Ejecutora VIH/SIDA y ETS. *Boletín de SIDA*: programa nacional de lucha contra los retrovirus del humano y SIDA. Buenos Aires, mayo 2001.

3.4.2 – Parte de livro (fragmento, artigo, capítulo em coletânea): autor(es), título da parte seguido da expressão “In:”, autor(es) do livro, título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação, página(s) da parte referenciada:

VELHO, O. Globalização: antropologia e religião. In: ORO, A. P.; STEIL, C. A. (org.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 25-42.

3.4.3 – Artigo/matéria em periódico (revista, boletim, etc.): autor(es), título do artigo, nome do periódico (em itálico), local, ano e/ou volume, número, páginas inicial e final do artigo, data.

CORREA, M. O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 70-96, out. 1997.

3.4.4 – Artigo/matéria em jornal: autor(es), título do artigo, nome do jornal (em itálico), local, data, seção ou caderno, página (se não houver seção específica, a paginação precede a data):

TOURAINÉ, A. O recuo do islamismo político. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Mais!, p. 13.

SOB as bombas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 mar. 2003.

3.4.5 – Trabalhos acadêmicos: referência completa seguida do tipo de documento, grau, vinculação acadêmica, local e data da defesa conforme folha de aprovação (se houver):

GIACOMAZZI, M. C. G. *O cotidiano da Vila Jardim*: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidade sob o prisma do medo na cidade. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

3.4.6 – Evento no todo: nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora e data de publicação:

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos* [...] Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998.

3.4.7 – Trabalho apresentado em evento: autor(es), título do trabalho apresentado seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada:

STOCKLE, V. Brasil: uma nação através das imagens da raça. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos* [...] Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998. p. 33.

3.4.8 – Documento em meio eletrônico: acrescenta-se à referência a descrição física do suporte (CD-ROM, disquete, etc.); para documentos consultados on-line, indica-se o endereço completo e a data de acesso (dia, mês e ano):

CEISAL – CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. Cruzando fronteras en América Latina. Amsterdam: CEDLA: Radio Nederland Wereldomroep. 1 CD-ROM.

ALVES, D. Notas sobre a condição do praticante budista. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 9, p. 57-80, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2767/1382>. Acesso em: 5 jun. 2013.

3.5 – Nos textos, evitar o uso de mais de uma fonte; usar inicial maiúscula somente quando imprescindível; os recursos tipográficos devem ser utilizados uniformemente:

- a) itálico: para palavras estrangeiras, não dicionarizadas e ênfase;
- b) aspas duplas: citações diretas com menos de três linhas, citações de palavras individuais ou palavras cuja conotação ou uso mereça destaque;
- c) negrito e sublinhado: devem ser evitados.

4 – Os artigos devem ser enviados on-line em: <http://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>

5 – Imagens que façam parte do artigo (figuras e gráficos inclusive) devem ser enviadas em formato TIFF (sem compressão) e resolução de 300dpi no tamanho final pretendido para a impressão. Largura máxima: 11,6 cm; altura máxima: 16 cm (ou 1368 x 1890 pixels).

6 – A publicação dos artigos será decidida pelos editores da revista e organizadores do número, levando em consideração pareceres de consultores externos.

7 – Para alargar a captação de colaborações, *Horizontes Antropológicos* faz ampla divulgação da temática de seus números já programados e respectivos organizadores na contracapa de seus números, em seu website, nas redes sociais e em boletins de associações profissionais de ciências sociais.

Declaração de direito autoral

O envio dos trabalhos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista, a qual é filiada ao sistema Creative Commons, atribuição CC-BY (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>). O autor é integralmente responsável pelo conteúdo do artigo e continua a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores do mesmo, devendo, se possível, fazer constar a referência à primeira publicação na revista. Esta não se compromete a devolver as contribuições recebidas.

Os artigos, depois de examinados pelos editores, serão avaliados por consultores da área de conhecimento da pesquisa, de instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e estrangeiras, de comprovada produção científica. Para serem aceitos, os artigos precisam ser considerados pelos editores como tendo o nível exigido pela revista, receber no mínimo dois pareceres favoráveis e incorporar sugestões dos pareceristas.

Não há taxa para submissão e avaliação de artigos.

Guidelines for authors

1 – *Horizontes Antropológicos* will consider unpublished manuscripts in the form of articles and diverse other materials such as interviews, in Portuguese, Spanish, French, and English.

2 – The maximum number of authors per article is four.

2.1 – Articles should include the name of their authors, e-mail, ORCID number and institutional affiliation (with City, State and Country).

2.2 – The articles should be written in double-spaced text and contain up to ten thousand words, including bibliographical references and notes.

2.3 – The articles should include an abstract in single-space text, in the same idiom as the original paper, of at most 150 words together with a list of four keywords. In the case of Spanish, Portuguese and French articles, an abstract, title and four key words in English will also be required.

3 – The pattern adopted by this journal for citations and references follows the norms of ABNT (Brazilian Association of Technical Norms) NBR 10520 and NBR 6023, respectively.

3.1 – Notes should appear at the bottom of the page (footnotes). Bibliographical references should appear in the end of the text and ordered alphabetically.

3.2 – Direct citations should appear in the main body of the text in the following manner: author's last name, year of publication, page indication. In the indirect citations the page indication is optional, according to the following models:

According to Lancaster (1992, p. 173): “Machismo, in whatever guise, is not simply a matter of ideology.”

We know that “machismo, in whatever guise, is not simply a matter of ideology” (Lancaster, 2002, p. 173).

We know that machismo is not simply a matter of ideology (Lancaster, 1992).

or

Machismo is not simply a matter of ideology, according to Lancaster (1992, p. 173).

3.3 – Direct citations of more than three lines should be indented, in small print, without quotation marks, in single-spaced text; transcriptions of interviews should follow the same format, as in the following example:

One view stresses the “vertical” element in faith, the relationship to God; and it selects certain persons, institutions, objects which in a privileged way are held to give access to the divine clearly and unmistakably. [...] The other view of the sacred refuses to localize it in the people, places and things. (Hebblethwaite, 1975, p. 15).

3.4 – Bibliographical references at the end of the text should follow the following guidelines:

3.4.1 – Books, guides, catalogues, dictionaries, etc.: author(s), title (in italics and separated by two-spaces from the subtitle, when applicable), edition number (if indicated), place, publisher, year of issue:

SAHLINS, M. *How “natives” think*: about Captain Cook, for example. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (ed.). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

MINISTÉRIO DE SALUD. Unidade Coordenadora Ejecutora VIH/SIDA y ETS. *Boletín de SIDA*: programa nacional de lucha contra los retrovirus del humano y SIDA. Buenos Aires, mayo 2001.

3.4.2 – Part of a book (fragment, article, chapter in a collective work): author(s), title of the part followed by the expression “In:”, author(s) of the book, title (in italics and separated by a colon from the subtitle, when applicable), edition number (if indicated), place, publisher, year of issue:

BRUNER, E. M. Ethnography as narrative. In: TURNER, V. W.; BRUNER, E. M. *The anthropology of experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986. p. 139-155.

3.4.3 – Article/paper in journal: author(s), title of article, name of the journal (in italics), place, year and/or volume, number, initial and final page of the article, date.

WHITE, H. The value of narrativity in the representation of real. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 7, n. 1, p. 5-27, 1980.

3.4.4 – Article in newspaper: author(s), title of the article, name of the newspaper (in italics), place, date, section or part, page (if there is a specific section, the page precedes the date):

TOURAINÉ, A. O recuo do islamismo político. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Mais!, p. 13.

SOB as bombas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 mar. 2003.

3.4.5 – Academic works: complete reference followed by the type of document, degree, academic affiliation, place and date of defense as it is indicated in the document:

GIACOMAZZI, M. C. G. *O cotidiano da Vila Jardim: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidade sob o prisma do medo na cidade*. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

3.4.6 – Scientific meetings: name of the meeting, number (if there is), year and place (city) of the event, title of the document (annals, acts, abstracts, etc., in italics), place of issue, publisher and date of publication:

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos* [...] Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998.

3.4.7 – Paper presented at a scientific meeting: author(s), title of the paper presented followed by the expression “In:”, name of the meeting, number (when applicable), year and place (city) where the meeting occurred, title of the document (annals, acts, abstracts, etc., in italics), place of issue, publisher, date of publication and initial and final page of the paper:

STOCKLE, V. Brasil: uma nação através das imagens da raça. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos* [...] Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998. p. 33.

3.4.8 – Documents in electronic media should be listed under the specific sort of support (CD-ROM, disk, etc.); for documents consulted on-line the full web address and date of access (day, month and year) should be indicated:

CEISAL – CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. Cruzando fronteras en América Latina. Amsterdam: CEDLA: Radio Nederland Wereldomroep. 1 CD-ROM.

ALVES, D. Notas sobre a condição do praticante budista. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 9, p. 57-80, jan./jun. 2006. Available at: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2767/1382>. Accessed: 5 jun. 2013.

3.5 – In the main body of the text, authors should follow a consistent typographical style; use capital letters only when absolutely necessary:

- a) italics: should be used for foreign words and emphasis;
- b) double quotes: should be used in direct references with less than 3 lines, citations of individual words; words which have an unusual connotation, and those which should receive particular emphasis;
- c) bold type and underlining should be avoided.

4 – Articles should be submitted on-line at: <http://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>.

5 – Any illustrations that are a part of the article (including diagrams and graphics) must be sent in TIFF format (without compression) and at 300 dpi resolution in the final size intended for publication. Maximum width: 4.56 inches (11.6 cm); maximum height: 6.3 inches (16 cm) – or 1368 by 1890 pixels.

6 – The publication of articles will be decided by the editors of the journal and the organizers of the volume, taking into consideration the opinions of external referees.

7 – In order to motivate authors, *Horizontes Antropológicos* publicizes the theme of its forthcoming volumes, together with the names of the organizers, on the back cover of each issue, on its website, on social media and on newsletters of professional associations of the social sciences.

Author's rights statement

Submission of work automatically implies the immediate and free transfer of copyright to the journal, which is affiliated to the Creative Commons Attribution CC-BY License. (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>). Authors are solely responsible for the content of their paper and will continue to hold all author's rights for future publication, making due reference, if possible, to first publication in the journal. The journal accepts no obligation to return submitted work.

After being examined by the editors, the articles will be evaluated by reviewers from national and international institutions of teaching and/or research specializing in the area of the knowledge and with recognized scientific production. In order to be accepted, the articles should be considered by the editors as having the level required by the journal, and must receive two favorable reviews and incorporate suggestions of the reviewers.

There is no fee for submission and review articles.

Temas dos números anteriores

1995

- 1 Gênero
- 2 Antropologia visual
- 3 Religiões afro-americanas

1996

- 4 Comida

1997

- 5 Diferenças culturais
- 6 Sociedades indígenas
- 7 Histórias da antropologia

1998

- 8 Religião
- 9 Corpo, doença e saúde

1999

- 10 Diversidade cultural e cidadania
- 11 Música e sociedade
- 12 Cultura oral e narrativas

2000

- 13 A cidade moderna
- 14 Relações interétnicas

2001

- 15 Antropologia e política
- 16 Natureza e cultura

2002

- 17 Sexualidade e Aids
- 18 Arqueologia e sociedades tradicionais

2003

- 19 Imigração e fronteiras
- 20 Antropologia e turismo

2004

- 21 Antropologi@web
- 22 Cultura escrita e práticas de leitura

2005

- 23 Patrimônio cultural
- 24 Antropologia e performance

2006

- 25 Antropologia e meio ambiente
- 26 Direitos sexuais

2007

- 27 Religião e política
- 28 Antropologia e consumo

2008

- 29 Antropologia e arte
- 30 Antropologia e esporte

Temas dos números anteriores

2009

- 31 Circulação internacional
- 32 Etnografias

2010

- 33 Antropologia e estilos de vida
- 34 Antropologia e ciclos de vida

2011

- 35 Ciência, poder e ética
- 36 Cultura material

2012

- 37 Teoria antropológica
- 38 Saberes e fazeres

2013

- 39 Antropologia e trabalho
- 40 Megaeventos

2014

- 41 Antropologia e políticas globais
- 42 Sofrimento e violência

2015

- 43 Diásporas
- 44 Cultura e aprendizagem

2016

- 45 Economia e cultura
- 46 Tecnologias de governo:
etnografias de práticas e políticas

2017

- 47 Gênero e sexualidade, saberes e intervenções
- 48 Antropologia e animais
- 49 Antropologia, etnografia e educação

2018

- 50 Políticas de inclusão
- 51 Sistemas xamânicos e novos xamanismos
- 52 A religião no espaço público

2019

- 53 Antropologia dos museus
- 54 Antropologia e emoções
- 55 Arte e cidade

2020

- 56 Imitação, simulacro e falsificação

Números de *Horizontes Antropológicos* a serem publicados em 2020/2021/2022

Número 58

Antropologia histórica e povos indígenas

organizado por Pablo Quintero e João Pacheco de Oliveira

Envio de artigos: de 01/06/2019 a 30/09/2019

Número 59

Covid 19. Antropologias de uma epidemia

organizado por Arlei Sander Damo, Ceres Vította, Jean Segata e
Patrice Schuch

Envio de artigos: de 01/06/2020 a 31/08/2020

Número 60

Antropologia da criança

organizado por Patrice Schuch, Fernanda Rifiotis, Clarice Cohn e
Fernanda Ribeiro

Envio de artigos: de 01/10/2019 a 31/01/2020

Número 61

Governança reprodutiva

organizado por Claudia Fonseca, Diana Marre e Fernanda Rifiotis

Envio de artigos: de 01/02/2020 a 30/09/2020

Número 62

História das antropologias do mundo

organizado por Eduardo Dullo, Frederico Delgado Rosa e Patrícia Ferraz de Matos

Envio de artigos: de 01/10/2020 a 31/01/2021

Submissão de artigos em: <http://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>

Impressão



Apresentação: As biosseguranças e suas antropologias – Jean Segata; Andrea Mastrangelo / **Artigos:** Febre a bordo: migrantes, epidemias, quarentenas – Cristiana Bastos / Pode um porco falar? Doença, sistemas e sacrifício no Caribe – Rodrigo Charafeddine Bulamah / Biosecurity and the ecologies of conservation. An anthropology of collecting practices among virus hunters and birdwatchers – Frédéric Keck / Quando biólogos olham para os bichos: caatinga, ecologia e zooloogia entre vida, trabalho e morte – Elizeu Pinheiro da Cruz / Tanatopolítica e biossegurança: dois regimes de governo da vida para a leishmaniose visceral canina no Brasil – Bernardo Lewgoy; Andrea Mastrangelo; Luiza Beck / As vicissitudes do matar. Conflitos ontológicos em um estudo sobre leishmaniose tegumentar americana na TI Wajãpi – Joana Cabral de Oliveira / Mobilização e predação: a guerra contra espécies invasoras sob duas perspectivas – Caetano Sordi / Microbiopolítica e regulação sanitária: desacordos entre ciência e saberes locais na produção dos queijos minas artesanais – Rosângela Pezza Cintrão; Leonardo Vilaça Dupin / **Espaço Aberto:** Covid-19, biossegurança e antropologia – Jean Segata / “A mudança social se desenrola conflituosamente no terreno da linguagem”: entrevista com Monica Heller (Professora da University of Toronto) – Ruben George Oliven; Pedro de Moraes Garcez

Temas dos próximos números e organizadores:

Antropologia histórica e povos indígenas – Pablo Quintero e João Pacheco de Oliveira
Covid 19. Antropologias de uma epidemia – Arlei Sander Damo, Ceres Víctora, Jean Segata e Patrice Schuch

Antropologia da criança – Patrice Schuch, Fernanda Rifiotis, Clarice Cohn e Fernanda Ribeiro
Governança reprodutiva – Cláudia Fonseca, Diana Marre e Fernanda Rifiotis

História das antropologias do mundo – Eduardo Dullo, Frederico Delgado Rosa e Patrícia Ferraz de Matos